



**Agostinho Campos
Ferreira**

**A Introdução dos Cartões de Crédito em Portugal
(1960-1975)**



**Agostinho Campos
Ferreira**

**A Introdução dos Cartões de Crédito em Portugal
(1960-1975)**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, realizada sob a orientação científica do Doutor Joaquim da Costa Leite, Professor Associado com Agregação do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Doutor Joaquim Carlos da Costa Pinho, Professor Auxiliar Convidado da Universidade de Aveiro.

Doutora Maria de Fátima Silva Brandão, Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Arguente).

Doutor Joaquim da Costa Leite, Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro (Orientador).

agradecimentos

Ao **Prof. Doutor Joaquim da Costa Leite**, que desde o primeiro contacto me incitou a levar por diante este projecto e tão bem soube compreender a dificuldade em conseguir tempo para o concretizar. Pelo seu saber, oportunas sugestões, disponibilidade e prontidão na ajuda, aqui deixo expressa a minha gratidão.

(por ordem alfabética do primeiro nome)

Ao **Dr. Abreu Aguiar** (Director do Arquivo Histórico) e **Dr. Fernando Caliça** (Direcção de Meios de pagamento do Banco de Portugal) pelas facilidades concedidas no acesso ao acervo documental do Banco de Portugal.

Ao **Dr. Adelino Lopes Aguiar**, Banco de Portugal, pela sua atenção e cordialidade enaltecendo a sua visão pioneira no estudo do “dinheiro de plástico”, com admiração e reconhecimento.

Ao **Dr. António J. Miranda**, coleccionador de excelência e numismata com referências a nível mundial, que há anos me ofereceu alguns dos seus cartões de crédito e me tentou convencer de que eu tinha inventado um novo coleccionismo (Vim a tomar consciência, mais tarde, de que nos EUA já há muito tinha sido criada uma Associação de Coleccionadores de Cartões de Crédito).

A **Chuck Jennings**, Chairman of the Board do American Credit Cards Collectors Society (ACCCS) pela pronta anuência ao uso de imagens do Arquivo da Sociedade, neste trabalho.

Ao **Dr. Daniel Proença de Carvalho**, com profunda admiração, agradecendo o seu saber, simpatia, disponibilidade, e as preciosas e muito interessantes indicações sobre múltiplos aspectos da actividade e iniciativas concebidas e realizadas pelo grande industrial que foi António Champalimaud, de quem mereceu a confiança de uma participação constante nessa extraordinária obra.

A **Diogo Teixeira**, de ascendência portuguesa, ex-Presidente do American Credit Cards Collectors Society (ACCCS), que após conclusão da sua formação na Harvard University, dedicou profissionalmente grande parte da sua vida à actividade dos cartões de crédito e com quem, ao longo dos anos, tenho mantido regular correspondência, e com quem partilho o projecto de vir a divulgar os cartões portugueses no site da sociedade.

Ao **Dr. Fernando Conceição Nunes**, que tanto saber tem dedicado à Moeda Electrónica e ao estudo das Instituições de Moeda Electrónica.

A **Jerry Ballard**, com profundo reconhecimento, agradecendo a ajuda e os ensinamentos colhidos na troca de correspondência mantida com tão profundo conhecedor e autor sobre os “Charge Plates”.

A **João Ribeiro da Fonseca**, que com a autoridade de quem foi relevante interveniente na projecção dos cartões de crédito a nível mundial, contribuiu com informação segura e permanente disponibilidade, pelo que muito se enriqueceu este trabalho.

Ao **Dr. João Sabino**, pela simpatia e preciosa ajuda na pesquisa documental no acervo do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças.

Ao **Dr. José de Almeida de Sampaio Melo**, cuja colecção de cartões de crédito me proporcionou a primeira visão da estética e riqueza cromática associada ao dinheiro de plástico, pelo seu constante incentivo.

A **Lewis Mandell**, Professor na Universidade de Buffalo, Nova Iorque, académico de renome mundial que quando professor na Universidade de Connecticut, concebeu e concretizou a obra de referência sobre a história dos cartões de crédito, agradecendo a correspondência trocada.

Ao **Dr. Luís Guimarães** que tendo idealizado de uma forma inventiva a divulgação do cartão Sottomayor, a materializou e me deu o rumo à apreensão dessa iniciativa pioneira.

Ao **Dr. Manuel José Homem de Mello**, pelo seu testemunho do pioneirismo e visão com que viria a construir muito do que é a realidade que hoje conhecemos.

À **Dra. Maria Helena Mena**, que integrou a equipa e abraçou a ideia do lançamento do cartão Sottomayor, pelas suas oportunas e relevantes informações.

Ao **Dr. Nuno Fernandes Thomaz**, que para além da sua inextinguível simpatia e cordialidade me forneceu importantes indicações do que foi a vocação estratégica do cartão Diners Club em Portugal.

Ao **Dr. Paulo Lowndes Marques**, que tendo iniciado e coordenado a fantástica aventura da introdução dos cartões bancários em Portugal, me abriu as portas ao contacto com os protagonistas dessa odisséia.

Ao **Ricardo Grilo**, pela análise crítica, e oportunas precisões sobre a incursão publicitária do cartão Sottomayor no campo do desporto automóvel.

Ao **Dr. Rogério de Sousa**, ex-responsável pela área operacional de cartões do Banco Português do Atlântico, pelo seu interesse e competência nos ensinamentos dos aspectos funcionais dos cartões de crédito.

A **Rui Faria de Oliveira**, pelo seu muito saber, preciosas informações, disponibilidade e incentivo para a concretização deste trabalho.

Ao **Dr. Sérgio Botelho**, Vice-Presidente da Visa Europe, pela simpatia, interesse, cordialidade e ajuda na recolha bibliográfica.

À **Dra. Stela Pereira** e **Dra. Maria do Carmo Rosado**, do Arquivo Histórico do Banco de Portugal, pela simpatia e colaboração na recolha documental.

A **Stephen P. Alpert**, que há várias décadas colecciona e estuda os “Charge Coins”, agradeço a disponibilidade e a desinteressada autorização para a reprodução de alguns dos exemplares da sua colecção.

E a tantas outras pessoas, e muitas foram, a quem este projecto mobilizou, agradecendo o seu contributo.

palavras-chave

Cartões de crédito, consumo, bancos, gestão, publicidade, Diners, BankAmericard, Visa, Master Charge, Master Card, Carte Blanche, American Express.

resumo

A introdução dos cartões de crédito em Portugal é fundada na longa experiência que nos Estados Unidos da América foi construída sobre a organização do crédito ao consumo.

Nessa experiência, pode referenciar-se Edward Bellamy, autor de uma concepção ideológica que, nunca tendo encontrado expressão no mundo real, criou a denominação do que é hoje uma expressão corrente e inquestionada: o cartão de crédito. Foi ainda possível desvendar-se um processo sustentado no dinamismo e criatividade da economia americana.

Os suportes materiais dessas novas práticas foram objecto de pesquisa e recolha de elementos caracterizadores da sua evolução.

Na economia portuguesa dos anos sessenta do século XX, marcada ainda pela ruralidade e pelo comércio tradicional, a introdução dos cartões de crédito traduz uma rápida e fácil adopção de novos hábitos.

Entre 1960 e 1974 foram lançados em Portugal: o cartão Diners Club; o cartão Sottomayor, integrado na rede BankAmericard/Visa; e o cartão Unibanco, da rede Interbank/Master Charge.

A escassa documentação possível de localizar, de entre a pouca que poderá existir, sustenta o estudo dessa realidade. Daí o recurso a testemunhos que, para além do seu valor documental, acrescentaram uma nota pessoal e rica de conteúdo.

As operações de lançamento de cartões de crédito e a publicidade que as suportou, traçam um quadro visível de uma economia pujante de iniciativa, e lançada também a espaços ultramarinos inexplorados. A acção diferenciadora de homens de acção, com visão inovadora colocou o país no grupo dos primeiros utilizadores e emissores de cartões de crédito.

Essa realidade veio a ser confrontada com as vicissitudes de uma revolução que travou por largo tempo o pleno desenvolvimento duma norma que hoje é aceite a nível global.

keywords

Credit cards, consumption, banks, management, advertising, Diners, BankAmericard, Visa, Master Charge, Master Card, Carte Blanche, American Express.

abstract

The introduction of credit cards in Portugal was based on the experience built upon the development of consumer credit in the United States of America.

In American experience, Edward Bellamy deserves to be mentioned as the author of an ideological concept which, although never actually implemented in the real world, created a denomination that is now a common and unquestionable expression: the credit card. Such experience also reveals the dynamism and creativity of the American economy.

The material specimens used in those new practices were made the object of research and collection, documenting their evolution.

In the Portuguese economy of the 1960s, still marked by a rural background and traditional commerce, the introduction of credit cards demonstrates an easy and quick adoption of new habits.

Between 1960 and 1974, several credit cards were launched in Portugal: the Diners Club card; the Sottomayor card, integrated in the BankAmericard/Visa network; and the Unibanco card, in the Interbank/Master Charge network.

The limited documentation available, from the short supply of possibly surviving records, supports the study of that reality. Individual testimonies were sought which, beyond their factual value, add a personal and suggestive contribution.

The launching operations of the credit cards, and the advertising that supported them, give evidence of an economy full of initiative, aiming also at the unexplored overseas territories. Men of action with an innovative vision, made the difference, and placed the country in the forefront of users and issuers of credit cards.

This reality was later faced with the hazards of a revolution which restrained, for a long time, the full development of a norm which now enjoys worldwide acceptance.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. OS PRECURSORES AMERICANOS	6
O crédito, uma referência histórica	6
A primeira referência ao termo “Cartão de Crédito”	7
O Travelers Cheque.....	10
Os primeiros suportes físicos usados na utilização do crédito.....	10
<i>Charge Coins</i>	10
<i>Charge Plates</i>	11
<i>Cartões de Crédito</i>	12
<i>O caso exemplar dos distribuidores de combustíveis</i>	13
<i>O relevo das companhias aéreas</i>	13
O Diners Club	14
American Express e Carte Blanche.....	16
BankAmericard - VISA	16
Master Charge – Master Card	18
3. A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA	20
O Livro de Assentar ou de Fiados.....	20
O aparecimento dos cartões de crédito em Portugal	22
<i>Nota Introdutória</i>	22
4. O CARTÃO DINERS CLUB	26
<i>As incongruências nos relatos conhecidos e algumas certezas</i>	26
<i>A era de Manuel José Homem de Mello</i>	29
<i>A acção de Nuno Fernandes Thomaz</i>	33
<i>Conflitos de estratégias</i>	38
<i>O mercado da África</i>	39
5. O CARTÃO SOTTOMAYOR.....	40
<i>Os antecedentes</i>	40
A compra do Banco Pinto & Sotto Mayor.....	40
<i>A vocação de Industrial de António Champalimaud</i>	42
O auto-exílio no México, e o lançamento do cartão Sottomayor	43
As relações com o poder político	44
<i>O aparecimento do cartão Sottomayor</i>	45
6. O CARTÃO UNIBANCO DA UNICRE.....	54
7. A PUBLICIDADE.....	56
Cartão Sottomayor	56
Cartão Diners Club.....	63
Cartão Unibanco.....	64
8. OS CARTÕES DE CRÉDITO NA LEI.....	65
No início, a regulamentação ‘a posteriori’	65

9. OS CARTÕES EM 1975	78
10. CONCLUSÃO	92
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	94
ANEXOS	
ANEXO I - A Publicidade dos Cartões de Crédito.....	97
ANEXO II – Publicidade - Cronologia	105
ANEXO III – Identificação e Datação de Cartões	111
ANEXO IV – Conceito Actual de Cartão de Crédito	113
ANEXO V - IMAGENS	115

1. INTRODUÇÃO

Assumindo contornos de pioneirismo a nível Europeu, a introdução e lançamento dos cartões de crédito em Portugal, representa um elemento de inovação e abertura da economia portuguesa, constituindo o objectivo central desta dissertação. Ocorreu num período de crescimento económico e modernização em Portugal¹, com a produtividade total a crescer ao ritmo de 1,5% ao ano, entre 1955 e 1974, a época de ouro do crescimento económico português.² E é neste contexto³ que são adoptadas práticas que vinham sendo, há anos, desenvolvidas pelo sistema bancário norte-americano.

A operação de cartões de crédito em Portugal surge no início da década de 1960, sob licença do Diners Club International. Em Março de 1970 é criado o primeiro cartão de crédito bancário – Cartão Sottomayor – e só em 1974 surge, por associação de vários bancos, o cartão Unibanco. Todo este processo tem por referência a experiência vivida nos Estados Unidos da América (EUA), e ocorre sob licenciamento de entidades norte-americanas.

À importância actual das transacções realizadas, com utilização de cartões de crédito, corresponde um geral desconhecimento dos acontecimentos associados à sua introdução em Portugal. Por outro lado, a falta de fontes documentais e de estudos bem fundamentados conduziu à necessidade de recolha de elementos, obtidos junto dos poucos protagonistas nesse processo, que o podem testemunhar.

Através de uma análise da experiência norte-americana enquadrar-se-á a função do cartão de crédito nos objectivos que subjazem ao seu aparecimento e desenvolvimento. A ilustração desse percurso, com recurso a exemplares dos diversos suportes físicos utilizados, é também um meio de sustentar a sua descrição, mormente pela raridade desses exemplares e do seu desaparecimento de muitas das instituições emissoras.

É indubitável que a história dos cartões de crédito em Portugal está indissociavelmente ligada à evolução da actividade dos cartões de crédito nos EUA. De facto, as fases essenciais aí verificadas foram reproduzidas no mercado português. Numa fase inicial através do Diners Club; seguiu-se-lhe a introdução do cartão Sottomayor, no âmbito da operação BankAmericard; mais tarde dar-se-ia o aparecimento de um novo cartão - o Unibanco - sob licença da Master Charge – The Interbank Card Association.

¹ Joaquim da Costa Leite, *Instituições, Gestão e Crescimento Económico: Portugal, 1950-1973* (Universidade de Aveiro, Setembro de 2005). Disponível em <http://ideas.repec.org/p/ave/wpaper/382006.html>

² Abel M. Mateus, *Economia Portuguesa – Crescimento no contexto Internacional (1910-2006)*, (Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 3ª edição revista e aumentada, Julho de 2006), divide este período do crescimento da economia portuguesa, em quatro fases, caracterizando cada uma delas. A fase 3, que situa entre 1950-1973, (p. 27) diz constituir a “época de ouro do crescimento português”. Salienta ainda que o período subsequente à II Guerra Mundial, é de crescimento económico, com uma taxa média anual de 5,7% do PIB *per capita*, entre 1953 e 1973, e que “Este crescimento deveu-se sobretudo à forte acumulação de capital físico, notando-se no decurso do período, uma progressiva dominação do factor progresso técnico.” p. 81-105.

³ Também José da Silva Lopes, *A Economia Portuguesa desde 1960* (Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda, 3ª edição, Setembro de 1997), p. 15-22, analisa o panorama geral da evolução económica da economia portuguesa, no período de 1960-1973.

Atendendo pois a que a experiência portuguesa foi inspirada e decalcada da experiência americana, não só ao nível de licenciamentos mas mesmo no que respeita a estratégias seguidas e meios utilizados (modelos de cartões, publicidade e estratégias de lançamento e introdução dos cartões de crédito em Portugal), não faz sentido o estudo dos cartões Portugueses sem um adequado enquadramento desta indústria nos padrões americanos, a analisar no capítulo 2. Para além da experiência do Diners Club, pioneira no nosso país, as duas outras experiências surgem também como uma adesão às grandes redes de cartões existentes à época. E este interesse torna-se mais evidente pelo facto de este enquadramento se relacionar com um país (EUA) caracterizado por uma economia pujante, com práticas de gestão inovadoras, onde foi fulcral a modelação de um paradigma de envolvimento dos consumidores como alavanca e destino último da actividade económica.

O crédito ao consumo em Portugal será abordado no capítulo 3, seguido da análise da introdução dos cartões de crédito. Uma atenção particular será dedicada ao modo como foram concebidas, planeadas e implementadas estas operações.

Os cartões de crédito mais significativos no mercado português, nas décadas de 1960 e 1970, são tratados a partir do capítulo 4 onde se descreve o que de mais relevante se apurou sobre o cartão Diners Club, um 'travel and entertainment card' emitido em Portugal. O primeiro cartão bancário - Sottomayor - é historiado no capítulo 5, dando-lhe a ênfase que o seu pioneirismo suscita. Condicionada pelos limites temporais estabelecidos neste trabalho, a referência no capítulo 6 ao cartão Unibanco, abrange apenas um curto período posterior ao seu lançamento.

Numa primeira tentativa foi privilegiada a análise e o estudo de informações escritas de origem diversa, procedendo-se à sistematização dos escassos dados encontrados, sem que nessa fase se tivessem obtido dados quantitativos e de outra diversa natureza,⁴ dada a perda ou extravio de algumas das fontes documentais desse tempo inicial. Acresce, que durante o período revolucionário 1974/75, muitos elementos terão desaparecido e, não raro, sido destruídos. Quer os operadores nos mercados, quer as entidades reguladoras ou académicas não cuidaram de preservar e organizar de forma sistemática as fontes documentais. Ao longo do processo, foi possível não só encontrar caminhos para localizar documentação relevante, como acreditamos ter estimulado esse processo de pesquisa documental, de que alguns resultados já foram importante contributo para este trabalho. A necessidade de suprir tais lacunas e falhas documentais, levou-nos a procurar testemunhos orais e escritos de protagonistas na criação dessa então nova realidade - os cartões de crédito. Essa foi, pois, uma parte significativa desta investigação, e das mais gratificantes. Assim se conseguiu preservar esta

⁴ Em Outubro de 2000, foi realizada a fusão por incorporação do Banco Pinto e Sotto Mayor (BPSM) no Banco Comercial Português, SA. Em resposta a solicitação de elementos junto da Dc - Comunicação Corporativa do Banco Comercial Português, SA (MillenniumBCP) - foi-nos comunicado que "A impossibilidade do Banco contribuir para a elaboração do seu trabalho deve-se a (e face a cada uma das questões colocadas):

1 - Existe cópia do contrato que era celebrado com os utilizadores dos cartões na altura do seu lançamento, ou os que foram utilizados em data posterior?

O Banco não dispõe de exemplar do contrato que lhe possa facultar.

2 - Existem exemplares físicos de cartões em arquivo no banco, para o período 1970-1985?

O Banco não dispõe de quaisquer exemplares físicos dos cartões solicitados que lhe possa facultar.

3 - Será possível obter, para este período, elementos relativamente a:

- N° de cartões emitidos para estes anos,

- N° de transacções efectuadas,

- Volume de transacções efectuadas.

O Banco não dispõe desta informação.

4 - Possuem em arquivo os Relatórios de Contas do Banco Pinto & Sotto Mayor para este período?

O Banco já não dispõe de exemplares físicos dos Relatórios & Contas em apreço."

‘memória’ condenada a perder-se, dado o lapso de tempo entretanto já decorrido desde o aparecimento destes produtos e início dessas operações.

Na reconstituição desse período histórico procurou avaliar-se o impacto da introdução dos cartões de crédito, dedicando o capítulo 7 às campanhas publicitárias.

No capítulo 8, procuramos também considerar o enquadramento legislativo dessa nova realidade, tornando evidente a acção política em contexto ideológico antagónico.

A nacionalização da banca, e a acção das diversas forças que acederam ao poder, levaram à criação de um grupo de trabalho, em contexto que se descreve no capítulo 9.

No capítulo 10, fazem-se breves reflexões conclusivas, em matérias que justificam adicional desenvolvimento.

2. OS PRECURSORES AMERICANOS

O crédito, uma referência histórica

O conceito de crédito existe, pode assegurar-se, desde o início da civilização, precedendo mesmo o uso do dinheiro. Já no código de Hamurabi (1750, A.C.), a regulamentação dos negócios exprime essa realidade. Inúmeras referências podem ser encontradas ao longo da História. Todavia, as raízes do moderno conceito de crédito, remontam aos finais do Século XVIII, início do século XIX, sendo atribuídas aos economistas liberais britânicos, que questionando as restrições que lhe eram impostas, quebraram e superaram a condenação do crédito ao consumo que tinha prevalecido ao longo de séculos.⁵

Os procedimentos comerciais na Europa foram praticamente uniformizados e mantidos ao longo de séculos. Em Portugal, o “Livro de Assentar”, com grande tradição, era o meio universal de exprimir o crédito ao consumo, e traduzia o modelo de sociedade gregária e tradicional. Ao juro era associada a ideia de usura e ao comércio o de um mal necessário.

Mas enquanto os europeus dirimiam conceitos e argumentos sobre os perigos e méritos do crédito, os Estados Unidos rapidamente reconheciam a necessidade de um sistema flexível de crédito, abraçando e desenvolvendo este novo conceito, esta nova realidade. A enorme dimensão e riqueza do território, o acelerado crescimento económico e a mobilidade social daí resultante, o imenso fluxo migrante, deram à economia americana as condições ideais para serem o terreno de experimentação de todos os meios de pagamento e crédito da era moderna. Com um grande mercado, muito dinâmica, moderna — isto é, sem grandes entraves institucionais ou culturais de tipo tradicional — com grande papel social e económico atribuído a empresários e consumidores, foi inovadora das práticas de gestão e atitudes de consumo.⁶

Independentemente do suporte material usado nas transacções e o seu modo de operação, o desenvolvimento no uso dos “cartões de crédito” identifica um conjunto bem delimitado de interesses que podem sintetizar-se no seguinte modo:

- Promoção dos negócios por via da concessão de crédito ao consumo como uma lógica extensão das vendas a prazo e a prestações.
- Segurança das transacções, pela correcta identificação do beneficiário do crédito e o fácil registo e autenticação da transacção.
- Suporte à mobilidade como factor de atracção do consumidor ao recurso ao crédito.

⁵ Lewis Mandell, *The Credit Card Industry – A History* (Boston: Twaine Publishers, 1990), p. xi; Lopes de Amorim, *Lições de Contabilidade Geral*, p. 29.

⁶ Alfred D. Chandler, Jr., *The Visible Hand, The Managerial Revolution in American Business* (Cambridge, Massachusetts, and London: Harvard University Press, 2002).

- Configuração de acções de propaganda que entre outros aspectos conotam o acesso ao crédito como sinal de prestígio e distinção social.

Estes interesses tiveram vários tipos de agentes dinamizadores:

- O retalhista ou a associação de retalhistas como emissores e gestores do crédito.
- Uma terceira entidade como emissor e gestor do crédito, executando um acordo com retalhistas, com partilha de risco e numa base local.
- O promotor de cartões de crédito, actuando num mercado partilhado - "two-sided platform market" - em que o sucesso do negócio se decide na adesão de uma massa crítica de comerciantes/consumidores, cobrando uma comissão em garantia do pagamento.⁷
- O "banco", numa relação directa com o consumidor, como emissor de cartões e gestor do processo, numa muito mais vasta e integrada operação de crédito.

A primeira referência ao termo "Cartão de Crédito"

Não deixa de ser curioso que a primeira referência ao termo "Cartão de Crédito" (Credit Card) tenha aparecido e sido descrita num livro de ficção "Looking Backward: 2000-1887". O seu autor [Fig.1], Edward Bellamy⁸, começou a escrevê-lo em 1886, tendo a primeira edição sido publicada em Janeiro de 1888.⁹ O livro foi um sucesso popular, dando grande reputação ao seu autor.¹⁰

⁷ Lewis Mandell, *The Credit Card Industry – A History* (Boston: Twaine Publishers, 1990), p. xiii; David S. Evans & Richard Schmalensee, *Paying with Plastic - The Digital Revolution in Buying and Borrowing* (Cambridge, Massachusetts, London: Second edition, 2005), p 3.

⁸Edward Bellamy nasceu a 26 de Março de 1850, em Chicopee Falls, Massachusetts, e passou a maior parte de sua vida nesta cidade industrial, nas margens do Rio Connecticut. Faleceu em 22 de Maio de 1898, vítima de tuberculose, no auge da sua carreira, deixando para trás um legado de altruísmo e de serviço cívico.

⁹ Em 24 de Fevereiro de 1848, Karl Marx e Friedrich Engels tinham publicado o folheto "O Manifesto Comunista". Em 1867, apareceu o primeiro livro de "O Capital" (*Das Kapital*) de Karl Marx, o único que publicou em vida. Os livros II e III, foram publicados postumamente por Engels (o Vol. II em 1885 e o Vol. III em 1894).

Bellamy parece ter-se preocupado com a influência do marxismo difundida através do "Manifesto Comunista", publicado 40 anos antes do aparecimento do seu livro "Looking Backward". Nesta sua obra é abordada a influência que os "seguidores da bandeira vermelha" tinham no estabelecimento da nova ordem das coisas. E a resposta dada foi a de que nada tinham a ver com ela, excepto impedi-la nos seus métodos. Este foi muito provavelmente o motivo pelo qual ele pregou que nenhuma sociedade baseada no ódio, violência, conflitos de classe e negação de Deus pode produzir o bem.

¹⁰ No final de 1891, três anos após a sua publicação, o número de exemplares vendidos atingia já o meio milhão, tornando este livro o maior "best seller" do seu tempo. O livro conta a história de um jovem americano (Julian West) que, no final do século XIX, é induzido num profundo sono hipnótico. Acorda mais de um século depois, no ano 2000, no mesmo local (Boston, Massachusetts), mas num mundo totalmente mudado. Enquanto dormia o seu país tinha-se transformado numa utopia socialista. Quando acorda encontra um guia (Doutor Leete), que lhe mostra e explica todos os avanços desta nova era. Toma contacto com uma nova realidade, incluindo uma redução drástica das horas de trabalho e aposentações com todos os benefícios, com a idade de 45 anos. A capacidade produtiva da América era propriedade comum e os bens da sociedade eram distribuídos de modo igualitário aos seus cidadãos. Neste livro Bellamy descreve um conjunto complexo de pensamentos sobre o modo de atingir um futuro melhor.

É extraordinária a visão e o modo como são descritas as diversas referências que aparecem neste livro, no que respeita ao conceito e forma como o “cartão de crédito” viria a ser utilizado no ano 2000. Pequenos extractos do livro ilustram esta notável antecipação, fruto da visão inovadora de Bellamy:

“ ... A system of direct distribution from the national storehouses took the place of trade, and for this money was unnecessary....

... How is this distribution managed?

On the simplest possible plan, ...A credit corresponding to his share of the annual product of the nation is given to every citizen on the public books at the beginning of each year, and a credit card issued him with which he procures at the public storehouses, found in every community, whatever he desires whenever he desires it. This arrangement, you will see, totally obviates the necessity for business transactions of any sort between individuals and consumers. Perhaps you would like to see what our credit cards are like. ...

... The duplicate of the order, ... as she turned away from the counter, after the clerk had punched the value of her purchase out of the credit card she gave him, is given to the purchaser, so that any mistakes in filling it can be easily traced and rectified. ...

... An American credit card, ... is just as good in Europe as American gold used to be, and on precisely the same condition, namely, that it be exchanged into the currency of the country you are traveling in. An American in Berlin takes his credit card to the local office of the international council, and receives in exchange for the whole or part of it a German credit card, the amount being charged against the United States in favor of Germany on the international account." ...

... Are credit cards issued to the women just as to the men? Certainly. ...”

Edward Bellamy, de forma utópica, ficciona uma sociedade futurista (no ano 2000), de pleno emprego, de riqueza material, e onde a harmonia social pode ser encontrada em toda parte. O dinheiro na sua forma tradicional, notas e moedas, é substituído por um cartão de crédito correspondente à quota-parte do produto anual do país que cabe a cada cidadão. Este cartão, atribuído no início de cada ano, permite a cada cidadão abastecer-se do que quer que seja, quando e onde quiser.

O seu livro surge como uma tentativa de resposta à industrialização e às desigualdades sociais que, segundo este autor, caracterizaram a cultura americana da parte final do século XIX. Surge como profeta de uma nova ordem, preconizando e promovendo o capitalismo estatal como forma de atingir um estado socialista. Bellamy é, pois, referenciado como um precursor, propondo a igualdade e a justiça social neste seu romance.

Ao estudar esta obra, uma constatação causava alguma perplexidade - o facto de este livro ser, aparentemente, desconhecido. Que razões poderiam ter condicionado, ou mesmo impedido, a existência de uma tradução para Português de uma obra fundamental no seu tempo, um “best seller” da época, com êxito estrondoso, verificado logo após a sua publicação? É certo que estávamos na última década do Sec. XIX e o conhecimento, a difusão de ideias e a graduação da sua importância, processavam-se a um ritmo próprio, bem diferente do da realidade actual.

As dúvidas viriam a ser entretanto dissipadas. Com o título “D’AQUI A CEM ANOS”, M. Pinheiro Chagas tinha traduzido para Português o livro de Bellamy pouco tempo depois da obra ter

sido editada nos Estados Unidos.¹¹ A escolha e a opção por este título, bem diferente da lógica da tradução que seria de esperar, levou-o a dar uma explicação aos leitores, no que designou por:

“DUAS PALAVRAS DE INTRODUÇÃO “

É indispensável explicarmos a contradição em que se acha o título do livro com o prefácio do autor.¹² O interessantíssimo romance de Edward Bellamy figura ser escripto no anno 2000, e deste anno é portanto datado o prefácio. Por conseguinte intitula-se LOOKING BACKWARDS – OLHANDO PARA TRAZ. Os americanos que conhecem o auctor, e sabem quaes são as suas idéas socialistas, e seguem nos jornaes a critica e a explicação do livro, não tinham que se espantar com o EX-ABRUPTO do prefácio, que já é o começo do romance. Nós, porém, precisamos de dar no titulo a idéa dos intuitos do livro, que é pintar a sociedade como o auctor entende que ella deve ser D’ AQUI A CEM ANNOS, e explicar ainda o motivo por que está o prefácio do auctor em contradição com o título que o traductor poz no livro. É que esse prefácio se suppõe escripto pelo supposto auctor do livro, que é tão imaginário como o seu protagonista, Julian West, nascido e resuscitado em Boston, cidade dos Estados-Unidos.¹³

Bem interessante contudo é a tradução que M. Pinheiro Chagas faz da expressão “Credit Card”, ao traduzi-la, não por “Cartão de Crédito”, mas sim por “Carta de Crédito”, de que é exemplo a seguinte passagem, da sua tradução:

“Talvez goste de ver como são as nossas cartas de crédito”,

expressão que repetidamente utilizou ao longo da obra, sempre que traduziu o termo “card”.

É compreensível que tenha sido bem difícil a M. Pinheiro Chagas, no longínquo ano de 1891, prever os conceitos e as formas associadas às expressões “Cartão de Crédito” e se tenha socorrido da noção de “Carta de Crédito”, já então bem conhecida. Assim se terá perdido a oportunidade de entrada da expressão “Cartão de Crédito” no léxico português.

De notar, no entanto, que esta antevisão do cartão de crédito, superficialmente acertada na antecipação do futuro, se enquadra numa visão anti-capitalista, em que o cartão de crédito é um mero instrumento de contabilidade, num mundo sem comércio, sem dinheiro e sem bancos. A realidade acabaria por mostrar, contudo, que o aparecimento do cartão de crédito viria a ocorrer num contexto e com contornos bem diferentes dos idealizados por Bellamy.¹⁴ Muitos foram os sucessos verificados antes que deste conceito utópico passássemos aos conceitos actualmente associados às operações com cartões de crédito.¹⁵ Mas a mobilidade e a liberdade do consumidor estão pressupostas na ‘solução’ de Bellamy.

¹¹ Eduardo (nome traduzido) Bellamy, *D’Aqui a Cem Annos*, tradução de M. Pinheiro Chagas (Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 2ª Edição, 1891), 291 p. + Index.

¹² O prefácio do livro “Looking Backward, 2000 -1887”, na sua edição original, e dentro da lógica estrutural da obra, começa de facto com a indicação: PREFACE / HISTORICAL SECTION SHAWMUT COLLEGE, BOSTON / DECEMBER 26, 2000

¹³ M. Pinheiro Chagas, na tradução do prefácio, não transcreve correctamente o nome do Collegio e não indica a mesma data (dia 26) que aparece na edição original.

¹⁴ A obra de Edward Bellamy está disponível para download em <http://www.gutenberg.org/etext/25439>, (consulta de 17 de Agosto de 2008.)

¹⁵ *Vd.* Conceitos actuais e glossário de termos, no Anexo IV.

O Travelers Cheque

A criação do travelers cheque em 1890, (por Marcellus Fleming Barry, funcionário da American Express Company), foi a resposta encontrada na altura para resolver a questão da certificação de assinaturas no desconto de cheques por entidades bancárias, que não a entidade emissora do documento. O documento tem uma linha de assinatura que é preenchida aquando da emissão pelo banco sacado, e o portador reproduz a assinatura numa outra linha à data do recebimento do montante indicado. Este procedimento foi um contributo muito significativo para o suporte da mobilidade das pessoas [Fig. 2].

Os primeiros suportes físicos usados na utilização do crédito

O “open book” (livro de assentar) com as possíveis imprecisões de identificação e os riscos de crédito daí decorrentes, para além de algum incómodo do seu manuseamento, criou a necessidade de um melhor método de processamento das vendas a crédito. A essa necessidade acresciam os interesses de fidelização e atracção de novos clientes.

As novas soluções viriam a considerar, para além da operacionalidade dos meios utilizados, toda uma estética que os tornava atractivos e diferenciadores quer dos estabelecimentos emissores, quer do relevo por estes atribuído aos seus beneficiários.

Admite-se que as primitivas “charge pieces”, de acordo com os estudiosos destes primeiros instrumentos de crédito, tenham sido emitidas por volta de 1865. Terão sido fabricados em celulóide. Não há unanimidade na atribuição das datas em que começaram a ser utilizados e do mesmo modo quanto àquelas em que tenham deixado de circular. Merecem particular relevo os “charge coins” e os “charge plates”.

Charge Coins

Os “Charge Coins” começaram a aparecer por volta de 1880 tendo deixado de ser utilizados antes de 1940¹⁶. É interessante determo-nos um pouco sobre o aparecimento [Fig. 3] e a história dos “Charge Coins”, que, numa feliz expressão, foram referidos como “When the Credit Cards Were Coins”.¹⁷

¹⁶ Correspondência trocada pelo autor com Diogo Teixeira (Americano, de ascendência portuguesa, formado por Harvard e que esteve ligado profissionalmente à actividade de cartões). Foi Presidente do “American Credit Card Collectors Society”.

Stephen P. Alpert, *Alpert's Catalogue of Charge Coins* (Los Angeles: First edition, 2003), 88 p., situa a sua circulação entre os anos da década de 1890 e a década de 1950.

¹⁷ Assim se lhes refere, Stephen P. Alpert, no seu livro, (*cit.*).

Os “Charge Coins”, emitidos predominantemente por grandes armazéns retalhistas, continham sempre um número de identificação para o cliente, ora na frente ora no verso, e apresentavam normalmente um nome ou símbolo relacionado com o emissor. Nalguns casos trata-se de um mero monograma, o que muito dificulta a sua identificação. Por vezes aparece inscrita a palavra “credit”, “charge” ou “account”. É muito raro encontrar um exemplar em que apareça expressa a sua função – “Charge Coin” [Fig. 4].

Refira-se, a título de curiosidade, que aos exemplares de que não é possível fazer prova de que se tratam de “Charge Coins” é dada a designação de “mavericks” [Fig. 5], significando ‘... que não se lhes conhece a mãe’.

A sua datação é difícil, não só pelas razões já expendidas, mas também pelo facto de para um mesmo emissor terem sido produzidos, ao longo do tempo, exemplares com pequenas variantes [Fig. 6], e nunca datados¹⁸. Foram fabricados numa grande variedade de metais: ferro, aço, cobre, latão, níquel e alumínio e metal branco. Em termos de dimensões, muito variáveis [Fig. 7], não ultrapassavam em regra o tamanho de uma moeda de meio dólar. Os formatos mais frequentes eram o circular, o elíptico e o rectangular, embora se encontrem inúmeros outros.

Foram concebidos para serem colocados num colar, numa pulseira ou em porta-chaves, procurando-se que fossem bem guardados e de fácil acesso aquando da sua utilização. Apesar da grande quantidade de “Charge-Coins” já catalogados, estima-se que muito provavelmente haverá ainda centenas de exemplares por descobrir e reportar.

Charge Plates

Mais tarde, em 1927, os grandes armazéns retalhistas e companhias petrolíferas introduzem e começam a emitir um novo instrumento que dava suporte material à concessão de crédito, os “Charge Plates”.

Em relação aos “Charge Coins” estes objectos apresentam uma evolução com significativa vantagem. O registo das transacções é processado pela transcrição dos dados identificadores do titular por meios mecânicos, e possibilitavam a verificação de que o portador era o titular do crédito através da conferência de assinatura. Tratava-se de pequenas chapas de metal (em alumínio, metal branco, sendo os mais antigos fabricados em aço), contendo em relevo diversos elementos de identificação, nomeadamente o nome e morada do seu titular. Existem “Charge Plates” fabricados com chapa colorida (verde, castanho, vermelho, azul e outras cores). Do outro lado tinham um papel/cartão inserido num pequeno quadro, preso pelos bordos, com a identificação (nome e localidade) da entidade que emitia estes “Charge Plates” e ainda uma linha para que fosse assinado pelo seu titular. Por baixo dessa linha aparecia usualmente a indicação: ‘Please sign name here in ink’ ou ‘Signature’ [Fig. 8].

De pequenas dimensões - 2-7/16” x 1-3/16” (62 mm x 30 mm) - eram em regra acondicionados num pequena bolsa/estojo. Essas bolsas apresentam uma multiplicidade de cores, conferindo a estes objectos um particular encanto. De um dos lados quase todas exibem, gravada, a indicação “Charge-Plate Service”, aparecendo no lado oposto, também gravada, a indicação da

¹⁸ “I don't think anyone knows what was the first charge coin issued, nor the last”. (Correspondência trocada com Stephen P. Alpert).

entidade emitente. Esses pequenos estojos foram inicialmente fabricados em pele, tendo, anos mais tarde, sido substituídos por plástico. Em alguns casos, para a sua guarda e acondicionamento, foram utilizadas pequenas caixas em metal, especificamente desenhadas e construídas para este fim, que revestem múltiplas decorações [Fig. 9], bem indiciadoras do estatuto social que certamente conferiam ao seu titular.

Estes interessantíssimos objectos, com muita frequência também designados por “Charga-Plates” [Fig. 40], (embora “Charga-Plate” seja apenas a “trademark” do fabricante Farrington, daí resultando a confusão da designação) bem podem, com propriedade, ser considerados os predecessores dos cartões de crédito. Pode dizer-se que o primeiro “Charge Plate” foi emitido pela Filene's, em 1927, um armazém de Boston, e em 1928 uma companhia petrolífera também iniciou a sua emissão. O último “Charge Plate” conhecido foi emitido em 1963.¹⁹

Eram muito raros, com excepção dos que primeiro foram emitidos pelas companhias petrolíferas, os casos em que estes “Charge Plates” apresentavam alguma data [Fig. 10]. Um pormenor curioso e interessante é o que se prende com a identificação dos titulares. Quando eram emitidos a favor do marido e mulher, os exemplares que encontramos, ostentam exactamente os mesmos elementos com a diferença de num aparecer a preceder o nome a indicação “MR” e no outro a indicação “MRS”, sendo assim assinados [Fig. 11].

Exceptuando alguns “Charge Plates” emitidos pelas companhias petrolíferas nos primeiros anos da década de 1930 [Fig. 13], todos os exemplares têm gravados os elementos identificativos das duas empresas que os produziram (Farrington, com seis inscrições diferentes, uma utilizada nas chapas de aço e metal branco e as cinco restantes utilizadas em bases de alumínio; e um segundo fabricante, Addressograph, que apenas utilizou o alumínio no fabrico dos “Charge Plates”).

Estima-se que possam ter sido emitidos cerca de 700 diferentes “Charge-Plates”.²⁰ Foram emitidos na sua maioria pelos grandes armazéns, embora algumas companhias petrolíferas também os tenham emitido. São conhecidos exemplares emitidos por associações de lojas/armazéns, e noutros casos, esses acordos funcionavam com base na aceitação recíproca dos “Charge Plates” emitidos pelos emissores assim associados [Fig. 12], havendo notícia de que em alguns casos, os cartões ficavam arquivados nos próprios estabelecimentos, em regra os grandes armazéns. Quando o seu titular pretendia efectuar alguma compra o empregado ia buscar o cartão ao arquivo e processava a compra.

Cartões de Crédito

O cartão de crédito é, independentemente do seu suporte, um cartão que autoriza a compra a crédito.

Houve exemplos de cartões em papel ao tempo em que estavam em uso os suportes já referidos, e a sua evolução acompanhou a tecnologia de materiais disponíveis.

¹⁹ Correspondência trocada com Jerry Ballard, profundo conhecedor e especialista na identificação e catalogação de “Charge Plates”, que os estuda e coleciona há mais de 35 anos.

Jerry Ballard, é autor do livro *Charge Plate Catalog* (Midlothian, VA, USA - edição do autor – ACCCS, First printing, January 2008), 60 p..

²⁰ No seu *Charge Plate Catalog*, Jerry Ballard reproduz a imagem de 473 exemplares, admitindo que possam existir pelo menos mais 200, não incluídos no seu catálogo.

Dos cartões de crédito de iniciativa do comércio retalhista, caracterizado por um âmbito local, a situação rapidamente evoluiu com o acréscimo de mobilidade resultante da proliferação do uso do automóvel e do rápido crescimento do transporte aéreo. As empresas distribuidoras de combustíveis, linhas aéreas e hotéis, aderiram e tornaram-se um importante contributo à expansão do uso dos cartões de crédito. [Fig. 19, 20, 21, 22]

O caso exemplar dos distribuidores de combustíveis

O papel das empresas de distribuição de combustíveis trouxe ao uso dos cartões de crédito uma fórmula inovadora, uma vez que pressupunham que quem era possuidor de um automóvel tinha meios para pagar o combustível. No início da década de 1920, empresas líder nesse ramo distribuíram dezenas de milhares de cartões aos seus potenciais clientes – os “Courtesy Cards” [Fig.14]. Antes da Segunda Grande Guerra o conjunto das três companhias – Mobil, Gulf, Standard Oil – tinha mais de um milhão de cartões distribuídos.

Os automobilistas poderiam abastecer-se, em qualquer ponto de venda dessas companhias ou das suas associadas, utilizando os cartões que lhes eram atribuídos [Fig. 15, 16]. Estes cartões tinham em muitos casos uma validade de poucos meses, sem crédito renovável e eram dispendiosos por constituírem um encargo pesado para os seus emitentes. Mas as condições de concorrência justificavam a iniciativa.

Após uma quebra significativa resultante do racionamento ocorrido no período da Guerra 1939-45, as companhias petrolíferas retomaram a sua acção no mercado, com campanhas massivas de marketing, com recurso à ‘atribuição não solicitada’ de cartões, utilizando sucessivas melhorias técnicas que acresceram operacionalidade ao seu uso. Uma grande inovação [Fig. 17], foi a introdução, em 1952, de chapas identificadoras metálicas, o que reduziu drasticamente os erros de registo (redução de 94%). Dada a tradição de uso do cartão, as chapas foram utilizadas somente nos dados identificadores do titular.

Esta evolução levou à introdução do plástico [Fig. 18], inicialmente como substituto do metal nos cartões em cartolina, e, pouco tempo depois aparecem cartões fabricados exclusivamente em plástico [Fig. 23], com o aspecto com que hoje os conhecemos.

O relevo das companhias aéreas

Em 1936, e como resultado da crescente importância da indústria aérea, a American Airlines cria e lidera o seu próprio plano e sistema de crédito designado por “Universal Air Travel Plan” (UATP). Esta operação nasce como um cupão, em forma de livro, emitido contra a constituição de um depósito.

A sua formulação evoluiu para a operação de um cartão de crédito que se manteve em operação largos anos, vindo a concorrer com o primeiro cartão de crédito emitido por uma terceira

parte (terceiro na relação comprador/vendedor). Esse cartão (terceira parte na operação) surgiria em 1949, aquando da formação do Diners Club.

Verdadeiramente a noção de terceiro na operação de cartões de crédito, é dito já ter surgido pelo menos em 1947, sob a referência 'Charge it',²¹ mas num âmbito que não lhe garante significado de relevo.

O Diners Club

O carácter definitivamente inovador do cartão Diners Club é a sua universalidade. A sua criação é um exemplo do dinamismo da sociedade americana e da cultura empreendedora da sua classe empresarial. Conta-se a história do incidente que levou a esta iniciativa²², que por seguro tem o facto de na primavera desse ano de 1949, Alfred Bloomingdale, Frank McNamara e Ralph Snyder concebem um plano para um novo tipo de cartão de crédito.²³ A ideia era ultrapassar a tradicional limitação dos cartões de crédito a negócios com a entidade emissora, e torná-lo universal, isto é, dava a possibilidade ao seu titular de poder efectuar a compra de bens e serviços numa variedade de estabelecimentos em todo o país.

O emissor – Diners Club – garantia o pagamento em condições que contractualizava com o vendedor, ao qual cobrava uma comissão. Propunha-se assim ser um mero intermediário entre o consumidor e o comerciante, ampliando as oportunidades de utilização do crédito.

Não oferecendo directamente ao cliente bens ou serviços, o interesse do Diners Club era puramente financeiro. Conceberam todavia o projecto como se da venda de um produto se tratasse, e visavam como um fim em si mesmo a expansão do uso do cartão de crédito.

Sem poderem contar com experiências anteriores similares, conceberam este negócio e avançaram confiando na sua intuição de bons empresários, qualidade que não poderia excluir um

²¹ "In 1947, an independent-minded banker named Jonh C. Biggins, New York, launched a neighborhood credit plan called 'Charge-It' ". Vd. Paul Chutkow, *VISA - The Power of an Idea* (Chicago: Harcourt, Visa International, 2001), p. 59.

²² Uma noite, um homem de negócios chamado Frank McNamara estava num requintado restaurante em Manhattan a jantar com potenciais clientes. Quando chegou a conta, teve o choque de uma iminente humilhação: não tinha na carteira dinheiro suficiente para pagar a conta. Em pânico, McNamara telefonou à esposa e esta correu para o restaurante com o dinheiro em falta, para cobrir a conta. Com o orgulho salvo, McNamara fez um voto: nunca mais! - Paul Chutkow, *VISA - The Power of an Idea*, p. 59. Assim nasceu a ideia do Diners Club, um cartão que permitia ao seu possuidor frequentar uma vasta gama de restaurantes, em todo o país, e pagar as refeições no final do mês.

²³ Lewis Mandell, *The Credit Card Industry - A History* (Boston: Twayne's Evolution of American Business Series - Industries, Institutions, and Entrepreneurs, No. 4, Twayne Publishers, 1990).

Lewis Mandell, na altura professor na University of Connecticut, p. x., no prefácio deste seu livro, na parte relativa aos agradecimentos, salienta que a sua maior dívida a fica a dever a Nilson Spencer não só pelo facto de ele lhe ter sugerido e proposto este projecto e lhe ter fornecido grande parte do material e elementos de base para o seu livro, mas ainda por o ter introduzido junto de alguns dos pioneiros da indústria de cartões de crédito nos Estados Unidos da América. Refere ainda que um desses pioneiros, Al Bloomingdale, lhe concedeu uma longa entrevista, que constituiu a base de um dos capítulos do [seu](#) Livro (1 – Diners Club: The Birth of an Industry) relativos à fundação do Diners, entrevista que foi dada pouco antes da sua morte, fundamental e de grande relevância, contendo uma grande quantidade de informações, até então não divulgadas. Vd. sobre este assunto, a correspondência que trocamos com Lewis Mandell.

conhecimento profundo das práticas de crédito ao consumo, então já em uso há largos anos.²⁴ Como tudo o que é novo, há decisões que resultam de circunstâncias fortuitas. Assim, e a título de curiosidade, a taxa de 7% que cobravam ao comerciante, resultou da consulta ao dono do restaurante durante o almoço em que planeavam o negócio. Mais tarde apuraram que esse valor lhes fora sugerido 'porque um agente de viagens cobraria 10%'.²⁵ Para os titulares dos cartões estipularam uma taxa mensal.

A questão essencial colocava-se quanto à obtenção de massa crítica. Ao titular do cartão punha-se a questão da sua utilidade: quantos comerciantes lho aceitariam. Para o comerciante a questão era acreditar que haveria uma procura significativa. Uma decidida acção de marketing e uma perseverança fundada numa visão de futuro que lhes garantia o êxito, levou o Diners Club a uma posição de liderança a nível dos Estados Unidos e a uma rápida expansão internacional através de acordos de concessão com parceiros locais, começando pela Inglaterra, em que sempre ficavam com uma participação de 25%.

Não foi sem resistência dos comerciantes que em final se estabeleceu no mercado a razoabilidade de pagar uma comissão a um terceiro garante do pagamento do valor da venda. E isso resultou em larga medida de outros factores que a operação veio trazer. Desde logo, o consumidor, que por sua iniciativa não procuraria obter crédito junto do comerciante, viu-se na posse de um instrumento que se traduzia numa maior facilidade em consumir. Acrescia por outro lado, a associação ao cartão Diners Club [Fig.24] de um estatuto prestigiante para os seus titulares. Como o cartão era dirigido primordialmente a segmentos com elevada mobilidade e significativo poder de compra, a parceria com o Diners Club trazia ao comerciante uma referência de prestígio. Um factor adicional nas resistências encontradas no mercado, derivava do facto de muitos comerciantes, e desde logo as empresas petrolíferas e companhias aéreas, que já emitiam os seus próprios cartões de crédito, assim verem ameaçada a fidelização de clientes que por esse meio pretendiam construir.

Os vendedores e homens de negócios foram os mais notórios utilizadores deste cartão de crédito universal. Daí a classificação generalizada de cartões T&E (Travel and Entertainment) que haveria de qualificar este tipo de produto nessa época.

No início dos anos 50, e antes da consolidação do sucesso do Diners Club, os bancos americanos não tinham aderido ao conceito de cartão de crédito. Houve todavia algumas excepções. Em 1947, um banqueiro com um espírito independente, Jonh C. Biggins, New York, lançou um plano de crédito de vizinhança, chamado 'Charge-It'. Em 1950 um pequeno banco em Paterson, New Jersey, emitiu um cartão similar.

Em 1951, The Franklin National Bank de Long Island, New York, foi um pouco mais longe. Emitiu cartões com o número de conta do possuidor e o montante de fundos disponíveis para uso. Em 1953, o First National Bank de San Jose, California, também começou a emitir cartões de crédito. E a ideia foi-se consolidando. Em 1955, cerca de 100 bancos estavam a operar programas com cartões. Alguns ofereciam 'revolving credit' (crédito renovável), mas só numa base de 30 dias. Outros ofereciam simples cartões de débito, sem cobrar ao cliente qualquer encargo anual.²⁶

²⁴ Como salienta Lewis Mandell, *The Credit Card Industry - A History*, p. 3, "both McNamara and Bloomingdale had had credit experience, McNamara through his Bronx connection and Bloomingdale through his experience in the family store. They knew, for example, that several stores had charge-plates that could be used at more than one store. They also knew of the gasoline cards that had been around for decades. However, the gasoline companies issued credit cards to stimulate sales of gasoline, and the stores issued charge-plates to stimulate sales of their merchandise. When stores accepted other stores' charge-plates, it was done without fee on an exchange basis only".

²⁵ Lewis Mandell, *The Credit Card Industry - A History*, p. xiii.

²⁶ Paul Chutkow, *VISA - The Power of an Idea*, p. 59, 60.

Em todo o processo o sistema bancário mantinha as tradicionais reservas quanto ao crédito ao consumo. Os bancos viam os cartões menos como instrumentos de crédito do que meios de pagamento, e não era evidente que a sua exploração conduzisse a resultados satisfatórios, quer por dificuldades processuais, exposição a fraudes e dificuldade em atingir volumes significativos. A arrojada operação de marketing do Diners Club, visando uma expressão internacional, não encontrou seguidores num primeiro momento.

American Express e Carte Blanche

Entre todos os operadores no mercado financeiro, o American Express era a entidade que partilhava uma tal ambição, que realizara através da exploração do travelers cheque. Daí que não seja surpreendente que em 1958, tenha sido dos primeiros concorrentes ao mercado do cartão de crédito universal. [Fig. 25]

Ainda nesse ano de 1958, a Hilton Hotel Corporation, lançou o seu próprio cartão de crédito universal – Carte Blanche [Fig. 26] – como desenvolvimento da sua experiência com o cartão de fidelização que já há anos explorava, e que agora autonomizou como entidade independente.

Estes três operadores – Diners Club, American Express e Carte Blanche – eram, no mercado T&E, os mais fortes concorrentes. [Fig. 67, 70, 71]

A proliferação de todo o tipo de cartões de crédito resultou em vantagem para o American Express. Os detentores de cartões viam poucas razões para ter mais de um cartão de crédito T&E, e o American Express, tornou-se o cartão de referência.

Neste cenário de competição, com os seus superiores recursos, o American Express rapidamente ultrapassou quer o Diners Club quer o Carte Blanche. Em termos relativos, em 1970, tinha o dobro de titulares do primeiro e o quádruplo do segundo. Em 1976, esses números passaram, para sete vezes e meia e dez vezes mais, respectivamente.²⁷

BankAmericard - VISA

É também no ano de 1958, que o Bank of America, então o maior banco do mundo, entra decididamente no mercado dos cartões de crédito, sendo a primeira entidade do sistema bancário que ambiciona a universalidade do seu cartão. [Fig. 27, 28, 68] ²⁸

²⁷ Lewis Mandell, *The Credit Card Industry - A History*, p. xvi.

²⁸ Em 1954 o Bank of America procurando encontrar uma melhor solução para ultrapassar muitas das dificuldades que os bancos que já estavam no negócio dos cartões tinham experimentado, cria uma equipa que junto de 55 bancos, e durante semanas, em cada um deles, estuda as suas operações. Não descuraram ainda a experiência da Mobil Oil nesta matéria. Com todo o cuidado, preparam o lançamento de um novo cartão – o BankAmericard. Cria um projecto piloto, e com a operação cuidadosamente estudada, escolhem a data de 18 de Setembro de 1958 para o seu lançamento. Fresno, na Califórnia, foi o local seleccionado. Cerca de 900 comerciantes tinham aderido à operação e estimavam que o número de utilizadores deste cartão, nesta fase de arranque, pudesse atingir os 65 000. Rapidamente a operação se estende a outras regiões. Em Março de 1959 é

Também o Chase Manhattan Bank, o segundo maior dos bancos dos Estados Unidos, lança as suas operações de cartões de crédito. Foram logo seguidos por uma série de pequenos operadores interessados em testar um mercado que aparentava ser promissor, ainda que a operação se apresentasse com inúmeras incertezas. Nos anos seguintes verificou-se uma progressiva reorganização do sector, à medida que as empresas lutavam para apreender e superar as particularidades do negócio dos cartões de crédito, dificuldades que afectaram o crescimento inicialmente planeado. Daí resultou que a permanência no mercado desses operadores [Fig. 29] tivesse em muitos casos uma não longa duração.

Um número crescente desses bancos [Fig. 30] vieram a associar-se às operações que alcançaram um sucesso consistente. Muitos dos problemas operacionais que enfrentaram, tais como os do processamento e as várias formas de fraude de cartões de crédito, foram continuamente um fardo para o sector nos anos seguintes. O Charge Plan (CMCP) do Chase Manhattan é disso um exemplo claro. Apesar de no ano de lançamento ter atingido 350 000 titulares de cartões e 5 300 comerciantes, decorridos dois anos os titulares eram já só 160.000 e dois anos depois, com fortes perdas, o negócio é vendido.

A falta de uma rede nacional foi o principal obstáculo ao crescimento das operações com cartões de crédito, e, afectando todos os intervenientes, tinha consequências particularmente gravosas para os bancos mais pequenos que mantinham operações de cartão de crédito de âmbito local. Essa questão maior, foi eficazmente abordada pelo Bank of America, quando em 1966 decidiu licenciar o seu cartão BankAmericard em todo o território dos EU²⁹. A sua acção merece todo o destaque, não só pela dimensão da operação como pelo nível de sucesso alcançado.

Esta decisão, do então maior dos bancos, levou a que outros decidissem associar-se, formando, em 1966, uma segunda rede de âmbito nacional, conhecida como a Interbank Card Association (ICA), emitindo cartões com um símbolo comum: “**i**”.³⁰ [Fig. 32, 33] No ano anterior, quatro grandes bancos de Chicago tinham criado a Midwest Bank Card Association, começando a emitir cartões de crédito.

O Bank of America que tinha obtido um enorme sucesso ao associar outros bancos ao seu BankAmericard, foi, em 1970, sob pressão dos seus franchizados, levado a autonomizar essa sua operação e colocá-la numa nova organização então criada, denominada National BankAmericard, Inc. (NBI). O papel do NBI era unir os parceiros nas operações dos cartões de crédito, e obter uma uniformização dos planos de marketing.³¹ Esta nova organização veio a impulsionar o

introduzido em São Francisco, e em Junho desse ano a operação tinha sido alargada a Sacramento e Los Angeles. Em Outubro estava já implantado em todo o estado da Califórnia. *Vd. Paul Chutkow, VISA - The Power of an Idea*, p. 61-67.

²⁹ Num Relatório com data de 25 de Março de 1966, o responsável pela operação do BankAmericard preconizava o licenciamento da operação, com bancos de grande reputação de todo o país. Esta ideia ganha consistência e o Bank of America, nesse ano, convida alguns bancos a juntarem-se à operação BankAmericard, tornando-se no primeiro banco a licenciar os seus cartões e a criar uma rede de cartões de crédito a nível nacional. No final de 1966, tinham sido assinadas 8 licenças, muitas delas na Costa Oeste, com os bancos: Puget Sound National Bank of Tacoma, Washington; National Bank of Commerce, Seattle; U. S. National Bank of Oregon, Portland [Fig. 31]; First National Bank of Oregon, Portland; Bank of Hawaii, Honolulu; City National Bank and Trust, Columbus, Ohio; Philadelphia National Bank, Philadelphia; State Street Bank and Trust, Boston. A ideia foi bem sucedida e no final de 1967, decorrido que estava cerca de um ano desde o início desta opção estratégica, 17 bancos em 17 Estados já tinham aderido ao programa BankAmericard. Ao fim do segundo ano de licenciamento já tinha sido concretizada a adesão de bancos em 42 Estados. “The ultimate objective of this program is to make the name BankAmericard a household word throughout the nation.” *Vd. Paul Chutkow, VISA - The Power of an Idea*, p. 69-70.

³⁰ Para competir com a operação BankAmericard, um grupo de 14 Bancos da Costa Este, que não fazia parte daquela organização, decide, em 16 de Agosto de 1966, organizar e criar a sua própria rede de cartões de crédito.

³¹ Lewis Mandell, *The Credit Card Industry*, p. 31.

desenvolvimento e expansão do cartão e, em 1974, em resultado do crescente número de participantes de diversas nacionalidades, transfere para a IBANCO (non-stock membership corporation) a responsabilidade de organização dessa expansão internacional.

Esta acção traduz o princípio que foi a base do sucesso desta operação: “The will to succeed, the grace to compromise.”³² O dom de criar um compromisso que para além de atender aos interesses, a todos envolvia no sonho de um novo sistema financeiro global. O artífice deste feito, o norte-americano Dee Hock, era nas palavras atribuídas a João Ribeiro da Fonseca “... a true visionary.”³³ Todo este esforço resultou, em 1976, no lançamento da marca VISA [Fig. 34, 35], que substituiu a BANKAMERICARD.

João Ribeiro da Fonseca foi convidado a participar neste projecto na fase inicial. A 15 de Março de 1975, dois dias depois das nacionalizações em Portugal, abandona o país. “Fui-me embora para S. Francisco para me integrar, como membro do staff, nos quadros da organização, que tinha sido recentemente criada, chamada IBANCO. Era o primeiro não-americano no grupo. Éramos poucos, na altura, e aí iniciámos a aventura de inventar o cartão Visa e de o lançar no mundo inteiro. Esta organização teve o seu primeiro conselho, salvo erro, em Setembro / Outubro de 1974, em Montreal, onde eu estive. Três ou quatro dos maiores bancos canadianos juntaram-se e fizeram com os bancos americanos, que também tinham a agência do BankAmericard uma sociedade que se chamou IBANCO e que comprou o desenho, a marca (o azul, branco e ocre) e o programa BankAmericard ao Bank of América. E o Bank of America vendeu e comprou, porque se tornou um dos membros dessa organização. No contrato de compra ao Bank of America tínhamos como primeira obrigação, inventar um novo nome para o cartão, após o que devolveríamos ao Bank of America o nome BankAmericard. E isto foi uma coisa que levou não sei se um ano. Tínhamos dois anos para a concretização desta tarefa e nós conseguimos executá-la em muito menos tempo que isso. Lançámos o nome VISA e começamos um programa de conversão de todos os cartões. O Bank of America recebeu de volta o nome BankAmericard e o IBANCO passou mais tarde a chamar-se Visa International. À medida que íamos convertendo, o Bankamericard ia desaparecendo. Nos Estados Unidos, os bancos americanos ainda continuaram a usar o BankAmericard. Tinham autorização para o fazerem durante mais algum tempo. O Bank of America sempre usou a designação BankAmericard. Era o dono da marca. Esta foi pois, a alvorada do Visa International, onde eu fiquei 15 anos. Nessa altura era o único que falava várias línguas e andei pelo mundo inteiro.”³⁴

Anos mais tarde, o VISA veio a suplantar com larga margem a relevância do seu directo concorrente, ao tempo já denominado MasterCard.

Master Charge – Master Card

Em 1967, quatro grandes bancos da Califórnia criaram uma associação - Western States Bank Card Association (WSBA)³⁵ - e introduziram o programa **Master Charge**, por licença da marca obtida do First National Bank of Louisville (Kentucky) [Fig. 37]. Esta associação integrou-se em 1969 no

³² Paul Chutkow, *VISA - The Power of an Idea*, p. 139.

³³ Paul Chutkow, *VISA - The Power of an Idea*, p. 129.

³⁴ João Ribeiro da Fonseca (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*).

³⁵ Foram 4 os bancos da Califórnia que formaram o WSBA e introduziram o cartão Master Charge: Wells Fargo; Crocker National Bank; The Bank of California; United California Bank. O cartão com validade mais antiga, que encontramos (11-67), foi emitido pelo Wells Fargo Bank, tendo sido adquirido em leilão no ebay, por um coleccionador Norueguês.

Interbank a quem vendeu o nome Master Charge [Fig. 38, 69]. Em 1970, a Master Charge tinha uma sólida liderança sobre o BankAmericard quer no Mercado dos Estados Unidos quer internacionalmente.³⁶ Em 1980 o cartão Master Charge passa a denominar-se MasterCard e o símbolo “i” é retirado [Fig. 36].

Estava montado o cenário para a competição que haveria de se desenrolar em todo o tempo futuro. A adesão de utilizadores viria a quebrar as barreiras à adesão dos comerciantes, que haveria de atingir fórmulas novas como as dos *affinity card* ou *co-branded cards*.

Tornou-se evidente que a dimensão era a condição necessária ao sucesso no negócio de cartões de crédito. [Fig. 41, 42].

A angariação de clientes cedo passou a ser a batalha a travar e o meio privilegiado foi o das massivas campanhas de marketing.

Até que a legislação o tenha proibido, em 1970, o envio de cartões não solicitados (*unsolicited cards*) foi um dos meios largamente utilizado, o que muito contribuiu para um crescente número de fraudes no uso de cartões, que nesse ano tinham atingido 3,4% do total do crédito em dívida. Contudo foi alcançado o principal objectivo, o rápido estabelecimento de uma vasta base de portadores de cartões.³⁷

Essa competição entre os dois cartões atingiu um ponto de ruptura sobre a questão da dualidade em meados dos anos 70. Ambos os cartões proibiam que um qualquer banco seu subscritor emitisse o outro cartão.

Sob pressão dos tribunais que invocavam as leis anti-trust, acabaram por dar liberdade de emissão de ambos os cartões aos seus subscritores, [Fig. 39].

Este confronto resultou em benefício dos bancos aderentes que de há muito lutavam para obter liberdade e para poder operar com qualquer dos cartões. Para além disso os bancos subscritores trabalhavam junto dos consumidores procurando que tivessem, não um, mas os dois cartões.³⁸

³⁶ Lewis Mandel, *The Credit Card Industry*, p. xvi.

³⁷ Lewis Mandel, *The Credit Card Industry*, p. 19, 34.

³⁸ Lewis Mandel, *The Credit Card Industry*, p. xvi.

3. A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

O Livro de Assentar ou de Fiados

Uma forma precoce de utilização de crédito ao consumo em Portugal, que precedeu o uso do cartão de crédito pode encontrar-se no “Livro de Assentar”, também conhecido por “Livro de Fiados” e por outras designações semelhantes.

A sua utilização atravessou um considerável período de tempo, tendo encontrado exemplares com registos a partir de 1876, sendo admissível que o seu uso remonte a períodos bem anteriores. Esta prática ainda hoje subsiste, particularmente nos meios rurais, ou em zonas onde é possível estabelecer uma relação de confiança entre comerciantes e consumidores [Fig. 43].

Pelas suas características pressupõe um conhecimento directo do consumidor, beneficiário desta concessão de crédito, que normalmente estava integrado numa zona de influência restrita, limitada ao perímetro do lugar, da aldeia ou do bairro onde se localizava o estabelecimento. Uma das áreas onde mais foi utilizado, foi a do comércio de retalho, com especial incidência em mercearias ou estabelecimentos de géneros alimentares. Mas em muitos outros ramos de actividade podemos encontrar exemplos de uso frequente.

O seu funcionamento era simples e de certo modo comparável ao uso que nos EUA era feito com os “Charge Coins” e “Charga Plates”.³⁹ Era suportado por uma relação directa, não envolvendo a chamada terceira entidade surgida com o início de utilização do cartão do Diners Club, a partir de 1949.

Deve ter aparecido de uma forma quase “intuitiva” como suporte aos registos das transacções a crédito.

A operação consistia na utilização de um livro de maior volume e dimensão que o livro detido pelo consumidor, onde eram registadas as operações efectuadas por parte da entidade

³⁹ Lewis Mandell, *cit.*, p. 14, 15, refere-se a um tipo de crédito utilizado nos EUA que deveria corresponder, na sua essência e modo de funcionamento, ao “Livro de Assentar”, utilizado no nosso país. Ao abordar as diversas formas de crédito salienta que: “Another type of early credit, which was similar to the revolving credit used by most present-day credit card companies, was known as “open book” credit. While both term and installment credit were used for more expensive items, open book credit was generally used for cheaper goods that were purchased more frequently. Open book credit, was most often found in rural areas, but it was also relatively common in many early American cities”. E acrescenta ainda (p. 17), ao referir-se à importância e dimensão desta forma de crédito que: “In the period between the First World War and the onset of the Great Depression, open book credit granted by retail merchants also increased. According to data collected by the Department of Commerce, during the first half of 1930 only 47.4 percent of department store sales were made for cash; 7.0 percent were made on an instalment contract basis, and the remaining 45.6 percent were open book. During the Great Depression, which brought a reduction in sales of discretionary items such as durable goods, instalment credit decreased significantly while open book credit decreased relatively little, indicating that this type of merchant credit was generally used for cheaper, nondiscretionary items.”

fornecedora dos bens. Nele registava as operações relativas ao universo de consumidores a quem era concedido o crédito. O consumidor, por seu lado, era detentor de um livro, de menores dimensões, onde eram efectuados os mesmos registos que eram inscritos no “livro grande” [Fig. 44] da entidade que fornecia os bens. Na altura do pagamento, parcial ou total, procedia-se ao confronto dos registos, que teriam que ser similares. Por regra não existia um período definido para reembolso do crédito obtido nem um montante predefinido a liquidar. Era, contudo, frequente a coincidência com o fim do mês, ou melhor, com a data em que o consumidor recebendo por norma a retribuição por trabalhos que desempenhava, se encontrava então em condições de proceder ao pagamento do valor do crédito obtido, ou muito frequentemente a entrega de um valor a abater ao crédito obtido [Fig. 45]. Aparecem casos em que ao pagamento do valor em dívida eram abatidos valores correspondentes a fornecimentos mútuos, procedendo-se ao acerto dos valores remanescentes.

O risco de crédito era ponderado e estabelecido pelo fornecedor dos bens em função da honorabilidade e capacidade creditícia do consumidor. Mas por vezes a análise de risco era mal avaliada dando lugar a incumprimentos. Daí que na gíria, este livro que suportava os registos de fornecimentos fosse também conhecido por “Livro do Calote” em clara alusão aos valores não cobrados. De realçar ainda que, talvez por este facto, a utilização deste tipo de crédito tivesse, em muitos casos, uma conotação pouco dignificante, socialmente reveladora de uma não boa situação económica pelo que em alguns casos estava reservado a consumidores de menores recursos. Em contraponto temos a divisa nobre e bem clara que muito justamente era invocada: “*Dever é honra. Vergonha é não pagar!*”.

Uma tal divisa, vem a manifestar-se no uso que do crédito se fazia nos Estados Unidos, como era o caso na utilização dos “Charge Coins”, exibidos como forma de realçar a “dignidade” e a ostentação caracterizadora de um determinado status social.

Um exemplo bem interessante de utilização do “Livro de Fiados” (Caderneta), no Brasil, é relatado por Luís Mendonça, num excerto de uma dissertação de doutoramento que tem em preparação, onde aborda e caracteriza o empreendedorismo português, entre os anos de 1900 e 1950, na cidade do Recife.⁴⁰ Dá nota de que “No plano do abastecimento doméstico, a caderneta imperava. As vendas, invariavelmente de propriedade de portugueses, abasteciam os lares e as compras eram pagas ao cabo de cada mês. As vendas tal como eram chamados os armazéns e quitandas da época desempenharam, portanto, grande centralidade na vida da família e no bairro.” (...)

O termo “Venda” foi utilizado em Portugal, de forma generalizada, bem para além dos anos 50 do século passado, para designar os estabelecimentos, onde se faziam as compras de artigos variados em que normalmente se incluíam artigos de mercearia.

Luís Mendonça dá a conhecer relatos de cronistas que de um modo muito bem conseguido, retratam a vivência desses tempos. Pelas palavras de um desses cronistas, que cita, fácil se torna reviver o ambiente dessa época.⁴¹

⁴⁰ Luís Eduardo Carvalheira de Mendonça, *O Empreendedorismo Português na Cidade do Recife nos Primeiros Cinquenta Anos do Século XX: Participação, Influência e Presença*, Dissertação de doutoramento em preparação na Universidade de Aveiro.

⁴¹ Sob o título de Cadernetas de Venda, divulga-nos este interessante texto: “(...) Foi-se uma depois outra e mais outra, até sumirem quase totalmente: as antigas mercearias das esquinas de ruas residências da cidade antiga. Durante o domínio absoluto dos Joões, Joaquims, Manuéis, Antônios, Pereiras, de mangas de camisa arregaçadas nos braços, lápis atrás da orelha, um palito no canto da boca, calça sustentada abaixo da barriga por um cinturão velho, tamancos nos pés, atendendo a imensa freguesia: - Seu Joaquim, mamãe mandou buscar uma quarta de carne-de-ceará. - Seu Manoel, Dona Dondon mandou ver uma libra de manteiga inglesa para o senhor ponha na caderneta, que seu Cazuza vem pagar amanhã ... - Ah, a caderneta da venda: objeto mais precioso na casa da família média do velho Recife. Guardado com um cuidado. Não se podia perder. Quando isso acontecia era um Deus nos acuda dentro de casa: - Naninha, você viu a caderneta? Virge Nossa Senhora que eu não encontro ela. Severina, moleca danada, adonde você botou? Devia estar sempre ao alcance da mão. Era o ponto de ligação, de contacto entre as famílias e seu prestimoso fornecedor. Tudo era adquirido na base do fiado. Prá botar na caderneta!!! Era uma

É crível que este sistema de utilização e registo tenha as suas raízes nos procedimentos apreendidos e levados pelos portugueses para o Brasil, onde, em diversas latitudes, aí desenvolveram múltiplas actividades económicas, de que o comércio a retalho é um caso peculiar.

O aparecimento dos cartões de crédito em Portugal

Nota Introdutória

A situação acima descrita teve uma evolução que traduz um salto tecnológico associado a uma rápida e fácil adopção de novos hábitos, uma vez que, sem passar pelo longo processo de desenvolvimento do crédito ao consumo verificado nos Estados Unidos da América (charge coins, charge plates, cartões em papel, cartões em plástico), ao livro de fiados, entre nós, sucedeu o cartão de crédito, numa formulação que se pode equiparar à que hoje é de uso corrente. Mas não são escassos os exemplos em que este tipo de fenómenos ocorre em Portugal.

É incontestável o facto de o Diners Club ter sido o primeiro cartão de crédito emitido por uma empresa portuguesa.

Quanto aos cartões de crédito bancários em Portugal⁴² foi o Banco Pinto & Sotto Mayor o primeiro emissor no nosso país.

Por esse tempo, alguns dos responsáveis dos bancos portugueses, frequentavam reuniões internacionais onde a problemática dos cartões de crédito era um dos temas da actualidade. Mas na acção concreta podem ser identificadas duas iniciativas servidas por estratégias bem diferenciadas.

O Banco Pinto & Sotto Mayor, em 1969, de acordo com instruções de António Champalimaud, aborda o Banco de Portugal dando a conhecer o interesse em desenvolver o seu projecto de lançamento de um cartão de crédito, numa perspectiva de que, se na lei nada o impedisse, limitasse ou contrariasse, avançaria com a sua iniciativa. E assim o veio a fazer, iniciando a operação com o cartão Sottomayor sem enquadramento legal específico. De facto, só pela Portaria nº 644/70 de 16 de Dezembro a nova realidade dos cartões de crédito teve tratamento legislativo.

Sensivelmente pela mesma altura, um conjunto de seis bancos, com um projecto comum, abordam o Banco de Portugal com uma postura bem diferente, procurando saber o que fazer e o que respeitar para concretizarem o lançamento de um novo cartão (o cartão Unibanco).

expressão comum. A negrinha ia buscar uma cuia de farinha; o menino mimado ia atrás dos confeitos; a dona de casa que precisava uma latinha de brilhantina Dorly, e até seu Cazuza, que passava às vezes pela mercearia: - Oh, seu Manoel, dê-me um maço de cigarros Vitor e uma caixa de fósforos, que eu não tenho trocado. Ponha na caderneta. Tudo na base da confiança. Tudo tão doméstico. Tudo tão humano. No fim do mês, o Cazuza ia acertar as contas (...). Tudo agora é pago a vista. Foi feita a abolição total do fiado: Mercadorias cá, dinheiro lá... O merceeiro antigo, como alguém já disse, tornou-se simplesmente uma figura de evocação. Com seu lápis atrás da orelha, seus tamancos nos pés seus bigodes grossos, sua caderneta de fiado, mergulhou definitivamente na noite escura do passado". (Guerra, 1972:29-30)

⁴² São praticamente inexistentes as referências escritas em relação a este período. Muitos dos aspectos que passamos a referir e damos a conhecer foram obtidos através de entrevistas com diversos intervenientes que estiveram ligados ao lançamento dos dois cartões bancários. A mesma metodologia foi seguida relativamente ao cartão Diners Club, que os precedeu no tempo.

E é nesta diferença de atitude que pode ser encontrada a justificação para o facto de o cartão Sottomayor (BankAmericard) ter aparecido em 16 de Março de 1970, enquanto a emissão dos primeiros cartões Unibanco (Master Charge) viria a ocorrer somente cerca de seis meses após a constituição da Unicre (criada em 17 de Abril de 1974)⁴³.

De acordo com Sebastião de Lancastre⁴⁴, a reunião que teve lugar em Roma⁴⁵, em 1969, destinada a sensibilizar os quadros da banca europeia para a provável expansão dos cartões de crédito, procurando evitar que na Europa se incorresse nos mesmos erros⁴⁶ que haviam sido cometidos, neste domínio, nos Estados Unidos da América, constitui o primeiro marco na história dos cartões de crédito em Portugal. Nela participaram o Dr. Trigo de Negreiros, do Banco Português do Atlântico (BPA) e o Dr. Carlos Ribeiro Ferreira, do Banco Totta & Açores (BTA), que segundo o Eng. Sebastião de Lancastre, que com eles, mais tarde viria a colaborar, terão sido, efectivamente, os responsáveis pelo arranque dos cartões bancários em Portugal. Terão sido os pioneiros do novo meio de pagamento no nosso país.

E considera ainda que embora não tenham participado na reunião de Roma, duas outras figuras, que, desde a primeira hora aderiram a este produto, novo na altura para a banca portuguesa, devem ser igualmente considerados como pioneiros da ideia dos cartões de crédito em Portugal: o Dr. José Roquette, do Banco Espírito Santo (BES) e o Eng. Francisco de Lacerda, do Banco Borges & Irmão (BBI).

Dos testemunhos orais recolhidos ressalta uma conclusão diferente em relação à paternidade a atribuir a esta ideia inovadora. O pioneirismo no lançamento dos cartões de crédito bancários em Portugal parece caber de facto a António Champalimaud.

Terá a ideia de criação de um cartão de crédito bancário sido anterior à sua ida para o México? No exílio, o contacto com esta nova realidade, o cartão BankAmericard, terá levado António Champalimaud a decidir avançar sozinho⁴⁷ com o seu projecto?

Afigura-se como bem provável que a ideia do lançamento do cartão Sottomayor, no âmbito da operação BankAmericard do Bank of America tenha, ocorrido entre Fevereiro e Julho de 1969.⁴⁸

⁴³ *Há Precisamente 30 Anos Nascia a Unicre e iniciava-se a operação do Cartão Multibanco*, (caderno de 8 pág., não numeradas), p. 3-4.

⁴⁴ Sebastião de Lancastre, *Os Cartões de Crédito em Portugal nos Últimos 20 Anos*, Revista do Cartão Unibanco (Março e Junho de 1994, (Lisboa: Edição da Unicre – Cartão Internacional de Crédito, SA, Julho de 1995), p. 1.

⁴⁵ Não foi possível apurar o dia e o mês em que foi realizada. João Ribeiro da Fonseca não se recorda dessa reunião, e não lhe atribui importância com significado. (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*).

⁴⁶ Questionado sobre os erros que terão sido cometidos nos Estados Unidos, a opinião de João Ribeiro da Fonseca (*Entrevista concedida em 13 de Março de 2008*) não é coincidente com a de Sebastião de Lancastre, sustentando que “na minha perspectiva não se cometeram erros nenhuns, cometeram-se os erros do progresso, e que, como tudo na vida, quando a gente tem iniciativas novas, os caminhos fazem-se caminhando. E aperfeiçoa-se o que se vai fazendo. Erros, eu não me recordo de nenhum. O BankAmericard foi um sucesso do Bank of America.”

⁴⁷ Sobre este assunto refere Sebastião de Lancastre, *cit.*, p. 2. “... as grandes ideias inovadoras têm sempre mais do que uma paternidade. Aliás o Sr. António Champalimaud foi sempre uma pessoa de grande visão e talvez por isso intuiu desde logo a grandeza que este novo meio de pagamento viria a atingir, quando assistiu ao seu lançamento na América”.

⁴⁸ Numa carta dirigida pelo Banco Pinto & Sotto Mayor ao Banco de Portugal (Regime Cambial), com data de 11 de Março de 1970, pode ler-se: “Em cumprimento do que se encontra determinado vimos pela presente rogar autorização (...) para liquidar ao Bank of America, San Francisco, em ordem de pagamento, a importância de US\$ 25 000,00 (...). Destina-se esta importância a liquidar ao referido Banco suas despesas de treino de pessoal e autorização do sistema “BANKAMERICARD”, conforme contrato assinado entre os dois Bancos em 30 de Julho de 1969 (...). Esta importância foi liquidada ao referido Banco em 31 de Julho de 1969, e por lapso dos nossos serviços, de que pedimos desculpa, não foi solicitada a V. Exas., em devido tempo, a respectiva e necessária autorização (...)”. (Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Pastas numeradas de I a V, com elementos relativos a cartões de crédito).

Sebastião de Lancastre comentando uma entrevista concedida à Revista Unibanco Gold por João Ribeiro da Fonseca, alude ao papel pioneiro de António Champalimaud indicando “que o seu banco, o Banco Pinto & Sotto Mayor, esteve inicialmente associado ao projecto dos outros seis bancos, mas afastou-se depois, a fim de criar uma operação própria de cartões de crédito, ligada ao Bank of America e chamada BankAmericard”⁴⁹.

João Ribeiro da Fonseca acrescenta que “por essa altura (finais de 1969) estavam os restantes bancos que viriam a criar a Unicre, em reuniões entre eles e com a banca estrangeira do grupo Eurocard. A Eurocard e a Master Charge eram a mesma coisa na altura, estavam ligados. O que é facto é que eles já existiriam como grupo, já estariam interessados em fazer cartões de crédito. E portanto o Eng. Sebastião de Lancastre, que foi o primeiro presidente executivo da Unicre, tem uma visão histórica do projecto dele. E daí dizer que os cartões de crédito em Portugal nasceram nessa reunião em Roma onde o Dr. Carlos Ribeiro Ferreira, que era quem na altura dominava o projecto, se foi reunir com outros bancos para se juntarem ao que era o Eurocard.”⁵⁰

De acordo com Nuno Fernandes Thomaz, “quem se adianta efectivamente é o Banco Pinto & Sotto Mayor, que estabelece uma ligação com o Bank of America. Há portanto um primeiro cartão bancário em Portugal (Sottomayor) e depois há um conjunto de seis bancos que se deixaram atrasar e ultrapassar e que se associam com o objectivo de combater o BPSM. Em boa verdade eram cinco, porque o Banco Borges integrava o grupo, mas num quadro de interesses diferente.”

“Houve depois várias outras reuniões. Uma delas foi em Paris, onde participei mesmo sendo concorrente. Passaram-se coisas inacreditáveis em 1969 e 1970, a este nível. Por esta altura, o grupo Borges tinha um cartão via Banco do Alentejo, por via indirecta (O Diners Club), e tinha a representação da American Express, situação que de modo algum era do agrado desta organização que frequentemente questionava e pedia explicações sobre esta situação, insistindo para que fosse demonstrado de modo claro se o Banco Borges tinha ou não influência sobre o Diners. A resposta era sempre a mesma, informando que não havia influência alguma, uma vez que o Diners era detido por outra organização.”⁵¹

Sabe-se que o Bank of America limitava e apenas permitia licenciar a sua operação (cartão BankAmericard) a uma instituição financeira em cada país.

Face à antecipação de António Champalimaud e dadas as limitações referidas, sendo o projecto dos restantes seis bancos o de criarem um cartão comum, igualmente para uso internacional, teriam agora, já que outra solução lhes não restava, que a de procurar e escolher uma via alternativa.

Consideravam como linha estratégica e argumentos justificativos para esta atitude a reduzida dimensão do mercado português e também a preocupação da não multiplicação do crédito concedido a cada pessoa, através da atribuição de vários cartões. Acabaram por aderir à Interbank Card Association, que detendo igualmente uma operação de âmbito mundial, a MasterCard, não restringia nem limitava a adesão, ao contrário do BankAmericard, a uma única instituição por país.

⁴⁹ Revista Unibanco Gold, Unicre, Lisboa, Ano 1, Nº 3, Novembro de 1993, p.15.

⁵⁰ João Ribeiro da Fonseca, (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*). Sobre o Eurocard: “EUROCARD was introduced in 1964 by a Swedish banker Wallenberg, as an alternative to American Express. In 1965, EUROCARD International N.V. was established, based in Brussels, as a not-for-profit membership association of European banks. Its operational entity was established as European Payment System Services (EPSS). In 1968, EUROCARD International and MasterCard International entered into a strategic alliance, in which both issuer's cards would be accepted on either network. It allowed MasterCard to get an instant European acceptance network, and EUROCARD to get accepted worldwide. EUROCARD International got the sole license to issue MasterCard cards in Europe.” (<http://en.wikipedia.org/wiki/Eurocard>, consulta em 14 de Outubro de 2008).

⁵¹ Nuno Fernandes Thomaz (*Entrevista concedida ao autor em 17 de Abril de 2008*).

O empenhamento no lançamento de um cartão de crédito comum foi grande, sendo frequentemente invocada, nesta entrevista, para além da percepção da enorme importância que os cartões de crédito viriam a ter nas décadas futuras, a vocação e a tendência integradora⁵² deste conjunto de bancos num projecto comum. Refere-se mesmo que o BBI, para abraçar e se integrar neste projecto, não terá hesitado e ter-se-á mesmo desligado de um acordo que tinha com a American Express⁵³. Para além das instituições referidas terão também integrado este projecto o Banco Nacional Ultramarino (BNU) e o Banco FONSECAS & BURNAY (BFB).

A vocação integradora que estivera presente, desde o primeiro momento, seria acentuada mais tarde, com o aumento do número de accionistas, para nove⁵⁴, com a subscrição do capital social pelo Crédito Predial Português (em 1980), e pela Caixa Geral de Depósitos e União de Bancos Portugueses (em 1982)⁵⁵.

Certo é que a abordagem ao Banco de Portugal, sobre a necessidade ou não da sua autorização, foi crucial para determinar o tempo do arranque das duas operações. João Ribeiro da Fonseca considera que o conjunto dos seis bancos terá entrado numa discussão, já à época teórica, sobre a interpretação da lei, ou seja, consideraram que só poderiam lançar um cartão de crédito bancário depois de terem sido autorizados pelo Banco de Portugal. De modo diferente, em relação à operação de que tinha sido incumbido de implementar, tomou a visão de que não precisava de autorização, devendo apenas informar o Banco de Portugal do que iria fazer, pois considerava que à face da lei o cartão bancário era uma operação bancária, na altura nova em Portugal, mas que não ofendia as leis bancárias. Consequentemente foi tomada no BPSM a decisão de que não iria ser pedida autorização mas apenas informar que na data determinada iniciariam a operação com as características que indicaram. “Esta simples diferença (que foi grande) permitiu ganhar quatro anos de vantagem. A operação cartão Sottomayor arranca e o Banco de Portugal não conseguiu encontrar na lei nenhuma razão para o impedir. A Unicre, tomando a estrada que escolheu, ficou à espera de ser autorizada e caiu nas malhas da burocracia portuguesa”⁵⁶

Sobre este assunto refere Sebastião de Lancastre⁵⁷ que “a explicação é que o Banco de Portugal, do qual se esperava uma autorização em três semanas, levou afinal três anos para o fazer.” Conclui no entanto que “... foram anos bem aproveitados na Unicre, que pôde preparar cuidadosamente a sua equipa e, com cerca de 22 colaboradores em Abril de 1974, estava de há muito pronta a arrancar a qualquer momento.”

Na Unicre, a operação do Cartão Unibanco cumpria um longo período de preparação.

⁵² A Unicre, como refere o Eng. Sebastião de Lancastre, ao citar um dos fundadores, “teve desde o início uma vocação integradora. E isso nada tem a ver com a prevalência, em Portugal, de um modelo económico centralizador e não concorrencial, até porque lhe é cronologicamente anterior. Não esqueçamos que a Unicre nasceu desde o primeiro minuto como um projecto comum”. *Os Cartões de Crédito em Portugal nos Últimos 20 Anos*, p. 5.

⁵³ Nuno Fernandes Thomaz (*Entrevista concedida ao autor em 17 de Abril de 2008*), apresenta uma perspectiva diferente em relação a esta situação, salientando o interesse do Banco Borges no cartão American Express.

⁵⁴ Em 1988, quando foi decretada a liberalização do uso de cartões, a Unicre contava já com 18 bancos como accionistas. No final de 1993 o número de bancos accionistas tinha aumentado para 28. *Os Cartões de Crédito em Portugal nos Últimos 20 Anos*, p. 6.

⁵⁵ Javier Sáez Salgado, *História da Moeda em Portugal* (Lisboa: Abril/Controljornal Editora, Lda (colecção Unibanco), Outubro de 2001), p. 200; Adelino Lopes Aguiar, *O Dinheiro de Plástico* (Lisboa: Rei dos Livros, Março de 1990), p. 64.

⁵⁶ João Ribeiro da Fonseca (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*).

⁵⁷ *Os Cartões de Crédito em Portugal nos Últimos 20 Anos*, p. 3.

4. O CARTÃO DINERS CLUB

As incongruências nos relatos conhecidos e algumas certezas

A ajuizar pelo confronto com os testemunhos orais de quem presidiu, administrou e dinamizou a operação deste cartão em Portugal, conclui-se que as referências escritas sobre o cartão Diners Club até agora publicadas, para além de extremamente exíguas, são imprecisas,

Uma primeira referência aparece numa nota incluída na parte final de uma separata editada pela Unicre, que transcreve uma entrevista dada por Sebastião de Lancastre e conduzida por João Rafael Nunes, inicialmente publicada na Revista do Cartão Unibanco, em 1994, nos Nº 54 (Mar/Mai, p. 8-10) e 55 (Jun/Ago, p. 5-8).⁵⁸

Nesta curta nota, referente aos Cartões Bancários em Portugal, é mencionado que:

“N.E. - A propósito da publicação desta entrevista, teve a amabilidade de se nos dirigir o ilustre advogado e empresário Dr. Manuel José Homem de Mello, invocando o pioneirismo do Cartão do Diner's Club no mercado português dos cartões de pagamento. Essa precedência cronológica era, obviamente, do nosso conhecimento, e só não a referimos por se tratar, não de um cartão de crédito bancário, mas de um cartão internacionalmente classificado como de *travel and entertainment*. Ora, pertencendo o Cartão Unibanco e a instituição sua proprietária ao sector bancário, é compreensível que fosse esse o âmbito desta conversa destinada a assinalar os 20 anos da Unicre.

Não temos, no entanto, qualquer dúvida em reconhecer que outros cartões que não de crédito bancário tiveram decerto um papel importante na sensibilização do consumidor português para o novo meio de pagamento que depois surgiria. Por isso aqui fica a referência que nos foi simpaticamente solicitada pelo Dr. Manuel José Homem de Mello, fundador do Diner's Club Português juntamente com os Drs. Júlio Vasconcelos e Carlos Manuel Beirão da Veiga.”

Também num pequeno caderno editado pela Unicre, sem indicação de autor, aparece à margem do texto uma outra referência ao cartão Diners Club.⁵⁹

“Considerado precursor dos modernos cartões de pagamento, em virtude de ser o primeiro concebido para utilização em diversos estabelecimentos, o Diners Club criou uma sociedade em Portugal em 1956, administrada por Júlio Vasconcelos, Carlos Manuel Beirão da Veiga e Manuel José Homem de Melo. Devem-se-lhe os primeiros cartões emitidos em Portugal a favor de cidadãos portugueses, com o apoio do Banco do Alentejo. O Diners Club Português foi extinto em 1977, sendo a aceitação dos cartões internacionais com a sua marca confiada à Unicre, situação que se mantém até hoje.”

⁵⁸ Sebastião de Lancastre, *Os Cartões de Crédito em Portugal nos Últimos 20 Anos*, Revista do Cartão Unibanco (Março e Junho de 1994, (Lisboa: Edição da Unicre – Cartão Internacional de Crédito, SA, Julho de 1995), p. 15 (n. n.).

⁵⁹ *Há Precisamente 30 Anos Nascia a Unicre e iniciava-se a operação do Cartão Multibanco*, (caderno de 8 págs., não numeradas), p. 2.

Uma outra alusão aparece na excelente obra sobre a moeda em Portugal, inserida na parte relativa a cartões de pagamento, à qual o autor dedica as pág. 193 a 205, em que trata, quase exclusivamente, dos cartões emitidos pela Unicre, referindo apenas em relação ao cartão do Diners Club:⁶⁰

“Os cartões de pagamento surgem em Portugal com a transição da década de 60 para 70. Foi pioneiro o cartão do Diners Club Português, por iniciativa de Júlio Vasconcelos, Carlos Manuel Beirão da Veiga e Manuel José Homem de Melo.”

De interesse ainda a informação que aparece numa obra de referência, pioneira entre nós, sobre o dinheiro de plástico.⁶¹

“ Em Portugal, o Diner’s foi também dos primeiros a operar. No final dos anos cinquenta (1957), foi criada a Sociedade Diner’s Portuguesa, tendo como accionistas o Diner’s Internacional e o Banco Fonsecas & Burnay.⁶² A seguir ao 25 de Abril a sociedade passou por várias vicissitudes, estando inactiva desde 1978. Entretanto o cartão Diner’s passou a ser representado pela Unicre/Unibanco.”

Para além destes elementos e dos que constam do Livro de Inscrições e do Livro de Matrículas da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, não encontramos outras referências escritas a este cartão cujo pioneirismo deve, com toda a justiça, ser convenientemente realçado.

Um primeiro aspecto, relevante, prende-se com a data e forma como foi introduzido este cartão no nosso país. É seguro que, pelo menos “começou as suas operações em 6 de Maio de 1960, tendo a sua sede e estabelecimento em Lisboa, na Rua Castilho, nº 1, 2º Esq.” E que este cartão se destinava “a facilitar aos respectivos beneficiários, deambulações no país e no estrangeiro, por meio de acordos com vários Diners’ Clubs, através de uma rede mundial de fornecedores, de coisas e serviços inerentes às necessidades e usos das pessoas em vilegiatura, bem como exercer todas as actividades atinentes a esse fim.”⁶³

⁶⁰ Javier Sáez Salgado, *História da Moeda em Portugal*, (Lisboa: Abril/Controljornal Editora, Lda (colecção Unibanco), Outubro de 2001), p. 193.

⁶¹ Adelino Lopes Aguiar, *O Dinheiro de Plástico* (Lisboa: Rei dos Livros, Março de 1990), p. 38.

⁶² Parece haver incongruências nesta referência, já que a primeira menção ao Banco Fonsecas & Burnay, de acordo com os registos na *Conservatória do Registo Comercial de Lisboa*, aparece somente no ano de 1975. Encontram-se registadas uma Inscrição e ainda um Averbamento, que a seguir se transcrevem:

“1978, Janeiro, 9 – 5; (Inscrição) Nº 67 295 – Nomeação de “Banco Fonsecas & Burnay” (...) representado por António Carvalho Silva Branco (...), de Defiório – Companhia Europeia de Investimentos, Limitada (...), representada por Manuel José Espírito Santo Moreira Rodrigues e Diner’s Club International, Inc., com sede nos Estados Unidos da América do Norte, em New York, NY 10019, 10, Columbus Circle, para membros do conselho de Administração da sociedade Diners Club Português, S.A.R.L. (...) no triénio 1975-1977, exercendo o primeiro o cargo de presidente. (*Acta ‘sem indicação de número’ da Assembleia Geral de 31 de Maio de 1975*).”

“1979, Janeiro, 3 – 3; (Averbamento Nº 1) – Os administradores referidos na inscrição à margem nº 67 295 foram reconduzidos nos seus cargos, para o triénio de 1978-1980, sendo o “Banco Fonsecas & Burnay” representado por Jaime Brojo Esteves (...), e a Defiório – Companhia Europeia de Investimentos, Limitada” é representada por Pedro Teodoro Ferreira Frasquilho (...) , continuando o dito “Banco Fonsecas & Burnay” a exercer o cargo de presidente. (*Acta ‘sem indicação de número’ da Assembleia Geral de 31 de Março de 1978*).”

⁶³ Nos registos da *Conservatória do Registo Comercial de Lisboa*, no Livro de Matrículas das Sociedades (Verbete nº 3 370), aparece a seguinte inscrição:

“1960, Setembro, 8 - nº43, (Inscrição) Nº 90 592 – Fica inscrita a constituição da sociedade denominada Diners’ Club Português, S.A.R.L., com sede em Lisboa, na Rua Castilho, nº 1, 2º Esq., ora matriculada sob o nº 29 378, a fls 17, do livro C 72, tendo por objecto (...) (*Certidão da escritura de 6 de Maio de 1960, lavrada a fls. 80, do livro nº 6-C, Diário do Governo e “Diário da Manhã”, respectivamente de 26 e 29 de Maio de 1960*).”

A Sociedade foi constituída com o Capital Social de 500.000\$00, dividido em 500 acções de 1.000\$00 cada uma, subscrito e integralmente realizado em dinheiro. A sociedade era administrada e representada por um Conselho de Administração composto por três a cinco accionistas, eleitos trienalmente pela Assembleia Geral e sempre reelegíveis. Integraram o primeiro Conselho de Administração (triénio de 1960–1962), da sociedade “Diners’ Club Português, S.A.R.L.”, Albano Portugal Durães Cid, António da Costa Antunes, Bernardo Lancastre Mendes [leitura com dúvidas] de Almeida e Júlio Vasconcelos e Silva.⁶⁴

Ficam por confirmar, no entanto, as referências de outros autores já mencionadas⁶⁵, onde são indicadas as datas de 1956 e 1957, para o início da operação deste cartão em Portugal. Terá havido alguma licença para a sua exploração entre estas datas e Maio de 1960?⁶⁶

Mas a sua actividade, até meados dos anos sessenta, como informa Manuel José Homem de Mello, a ter existido, terá sido muitíssimo reduzida. Como salienta, “O cartão estava morto”, “tinha tido uma licença que era detida pelo Júlio de Vasconcelos e pelo Caetano Beirão da Veiga e praticamente não tiveram actividade.” “Não sei mesmo se chegaram a emitir cartões antes de mim.” Estava, pois, pode dizer-se, inactiva. E a ter existido qualquer actividade neste período, desconhece-se onde esteve sedeadada.

Não lhe tendo sido dado, até ao presente, o relevo e a notoriedade a que, com merecimento, tem direito, é de todo conveniente que se proceda à descrição, caracterização e divulgação desta importantíssima iniciativa, que foi a introdução do cartão Diners, o primeiro cartão de crédito emitido em Portugal. À minguia de referências escritas valem, nestas circunstâncias, os depoimentos orais das pessoas que o lançaram e desenvolveram, tentando-se suprir a falta de outras fontes. Socorremo-nos do que ainda, sobre este tema, foi possível recolher, através da memória dos seus protagonistas.⁶⁷ Com base nos testemunhos do Dr. Manuel José Homem de Mello⁶⁸, que foi seu Presidente por um largo período, e do Dr. Nuno Fernandes Thomaz⁶⁹, seu Director Geral a partir de 1 de Janeiro de 1970

Em 26 de Junho de 1987 a sociedade entrou em Liquidação, tendo sido liquidada em 15 de Abril de 1993, coforme consta das inscrições:

- **Ap. 54/221189 - Nº 2 851** – Sociedade: “Diners Club Português, S.A.”, (Em Liquidação); Matrícula: C72, fls 17, nº 29 378; Facto Inscrito: Dissolução e nomeação de liquidatários; Data da Deliberação: 26 de Junho de 1987 e 31 de Março de 1989; Causa: Deliberação dos sócios accionistas; Liquidatários: Jaime Brojo Esteves (...) João Manuel da Encarnação Gonçalves (...) e João Aurélio Morais Martins (...).

- **Avº 1. Ap. 13/921124:** Prorrogado o prazo da Liquidação até 93.09.21

- **AV 2. AP. 38/930601:** Liquidação; Data da aprovação das contas: - 930415.

Em termos fiscais, no Cadastro do Ministério das Finanças, relativamente ao Diners Club Português, aparece a seguinte informação: NIF: 500727074; Nome: DINERS CLUB PORTUGUES SA; Serv. Finanças: 3085 – LISBOA-3; Dados de Actividade: Data Cessação IVA, 1993-04-15; Data Cessação IR, 1993-04-15. Em (<https://www.e-financas.gov.pt/de/jsp-dgci/main.jsp> (consulta em 09 de Outubro de 2008).

⁶⁴ “**1960, Setembro, 8 – nº 44 , (Inscrição) Nº 9 664** – Fica inscrita a nomeação de Albano Portugal Durães Cid (...) António da Costa Antunes (...) Bernardo Lancastre Mendes [leitura com dúvidas] de Almeida (...) e Júlio Vasconcelos e Silva (...), para membros do conselho de administração para o triénio de 1960–1962, da sociedade denominada “Diners’ Club Português, S.A.R.L., matriculada (...) . (Acta de uma Assembleia Geral de 6 de Maio de 1960).”

⁶⁵ Em contacto com o Dr. Adelino Lopes Aguiar, procuramos precisar os elementos que divulgou, na sua obra *cit.* Informou não ter encontrado as referências que sustentaram as suas indicações.

⁶⁶ Procuramos, sem sucesso, esclarecer esta questão junto do Diners Club International. Até ao presente não recebemos qualquer resposta em relação a este assunto.

⁶⁷ Referiu-me mais que uma vez, o Dr. Manuel José Homem de Mello, ao abordarmos aspectos particulares desta operação (*entrevistas concedidas*): “Não me lembro, com verdade não lhe sei responder. ... Já morreu toda a gente que poderia esclarecer alguns pormenores.”

⁶⁸ Manuel José Homem de Mello (*Entrevistas concedidas ao autor em 17 e 25 de Setembro de 2008*).

⁶⁹ Nuno Fernandes Thomaz (*Entrevista concedida ao autor em 17 de Abril de 2008*).

e seis meses mais tarde seu Administrador Delegado, funções que desempenhou até 14 de Março de 1975, passamos a referir alguns aspectos que julgamos de interesse analisar e divulgar.

A era de Manuel José Homem de Mello

Como foi referido na parte relativa à análise histórica dos cartões americanos, o Diners Club nasceu à mesa de um restaurante, em Nova Iorque, na Primavera de 1949, em circunstâncias embaraçosas – a falta de dinheiro para pagar a conta do jantar. Em Portugal, como indica o Dr. Manuel José Homem de Mello, o cartão Diners teve o seu início e desenvolvimento de actividade, na sequência dos frequentes encontros e conversas mantidas entre dois clientes que frequentavam uma mesma barbearia, em Lisboa.

Refere Homem de Mello que esta operação terá tomado corpo, em Portugal, por volta do ano de 1965, em circunstâncias muito interessantes: “eu encontrava todos os dias, ou quase todos os dias, de manhã, por volta das nove horas, um senhor chamado Júlio Vasconcelos” que descreve como um homem forte, bom amante da vida, que era o representante em Lisboa da marca de automóveis Buick, com salão de vendas na Av. da Liberdade. “Utilizávamos o mesmo elevador de Santa Justa, que muito ajudava a subir o Chiado” e “éramos frequentadores diários de uma barbearia na Rua do Ouro (o Salão Central).”

“O Sr. Júlio de Vasconcelos, amigo de barbeiro, travou-se de amizade por mim. As famílias eram conhecidas. Eu e ele tínhamos motorista e cadeira à espera na barbearia, cada um com o seu barbeiro. Porque o ir ao barbeiro era um acontecimento naquela altura.” “E assim lá ia aquele bocado da manhã.” “Íamos conversando e íamo-nos conhecendo.” “E a propósito desse conhecimento, falou-se um dia no Diners e ele perguntou-me: Manuel José, conhece o Diners? Ter-lhe-ei respondido: Eu não, nem sei o que isso é!”. “Ah, mas olhe, isto tem um grande futuro porque é o próximo dinheiro, o dinheiro de plástico. Eu sou o representante em Portugal. Eu e o Caetano Beirão da Veiga, disse-me ele.” “Eram amigos íntimos, eram como irmãos.”

“Então Júlio de Vasconcelos perguntou-me se eu não estava interessado naquilo, se eu estava interessado em comprar o Diners, pois considerava que o negócio era uma chatice. Não era rentável, não se ganhava dinheiro, tinha-se medo de dar crédito através desse cartão e o Júlio Vasconcelos interessava-se pouco por essa história.”

Ter-lhe-á respondido Manuel José Homem de Mello que não lhe parecia que fosse negócio. Mas que era uma actividade que podia interessar no futuro porque era uma coisa inovadora. “Poderia ter interesse para as pessoas se defenderem dos roubos!”. “O Diners era uma representação que Júlio de Vasconcelos, tinha conseguido. Já na altura havia vários Diners, na Inglaterra, França e muitos outros países. Nasceu com uma participação dele, de 50%, e outra participação, também de 50%, detida pelo Sr. Caetano Beirão da Veiga.”⁷⁰ Na sequência da proposta “eu disse ao Júlio Vasconcelos que só me interessaria brincar com o Diners, porque aquilo era uma brincadeira, se alguém estivesse disponível para entrar comigo. Ele descobriu o Carlos Manuel Beirão da Veiga, meu grande amigo, que era o filho do Caetano Beirão da Veiga e que deu o dinheiro ao filho para se poder fazer o negócio. O Júlio Vasconcelos vendeu-me a sua posição de 50% e eu e o Carlos Manuel, com

⁷⁰ Caetano Beirão da Veiga, que era casado com uma das senhoras mais ricas de Portugal, filha do Sr. Rocha dos Sabões, não estaria muito interessado, na época, no desenvolvimento deste negócio. Manuel José Homem de Mello (*Entrevistas com o autor em 17 e 25 de Setembro de 2008*).

participações iguais, ficamos donos da Sociedade.”⁷¹ E assim nasceu o Diners Português. “Eu fiquei como Presidente e o Carlos Manuel como Vice-presidente.”

De acordo com a inscrição na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, para o triénio 1963-1965, onde na composição do Conselho de Administração aparece pela primeira vez o nome do Dr. Manuel José Homem de Mello, a entrada para o Administração da Sociedade de Carlos Manuel Beirão da Veiga ter-se-à oficializado somente em 6 de Janeiro de 1965.⁷² Certo é que, de acordo com a acta da Assembleia Geral de 25 de Março de 1966, o Conselho de Administração, para o triénio de 1966-1968, ainda integrava Júlio Vasconcelos e Silva, dele fazendo parte também o Dr. Manuel José Archer Homem de Mello e Carlos Manuel de Sousa Beirão da Veiga, explicitando-se numa outra acta (esta da reunião do Conselho de Administração), realizada em 25 de Março de 1967, que estes três administradores foram nessa data nomeados para desempenhar os cargos, respectivamente de presidente, administrador-delegado e vice-presidente do conselho de administração.⁷³

Mas a operação estava muito personalizada em Manuel José Homem de Mello. O seu sócio, como nos deu nota, “não estava para chatices”, tendo-lhe confiado a gestão da sociedade. Adquirida a sua posição no Diners Club Português, começa a dinamizar esta nova actividade. “As instalações começaram por ser no meu escritório, na Rua de S. Nicolau, no nº 71, na esquina com a Rua Augusta, em Lisboa.” A descrição destes factos permite contextualizar o modo como o Diners Club Português começa de facto a operar, para além de caracterizar a relativa importância que o mundo dos cartões teria em Portugal, em meados da década de 60 do século passado. Estávamos em presença de um produto novo, praticamente desconhecido, mas que mesmo assim já havia suscitado algum interesse por parte de quem perspectivava o seu futuro desenvolvimento.

⁷¹ O Diners Club Internacional, de acordo com Nuno Fernandes Thomaz, (*entrevista cit.*) teve sempre uma participação de 25%, a coberto de um acordo que estabelecia os “royalties” e outras obrigações. Em 29 de Março de 1963 (*actas da Assembleia Geral e do Conselho de Administração*) o Diners Club Internacional, através de um seu representante, já integrava o Conselho de administração do Diners Club Português.

⁷² Consta dos registos da *Conservatória do Registo Comercial de Lisboa*, que em:

“ - **1964, Novembro, 17 - 11, (Inscrição) Nº 26 592** – Fica inscrita a nomeação de Júlio Vasconcelos e Silva (...), da sociedade denominada “Representações Laneal (*leitura com eventual erro*), S.A.R.L., (...) representada pelo Dr. Bernardo Lancaster Mendes de Almeida (Caria) (...), do Dr. Manuel José Homem de Mello (Conde de Águeda) (...), de M. Marks Sulks (...) residente em 10, Columbus Circle, New York, Estados Unidos da América, e do Dr. Mário Malheiro Reymão Nogueira (...) para membros do conselho de administração para o triénio de 1963-1965, da sociedade denominada “Diners’ Club Português, S.A.R.L., matriculada (...) exercendo o primeiro as funções de presidente, a segunda as de vice-presidente e o terceiro as de administrador delegado. (*Acta nº 4(?) da assembleia geral de 29 de Março de 1963, e da acta Nº 1 da reunião do conselho de administração da mesma data (...).*)

- **1965, Junho, 22 - 7, (Averbamento) Nº 1** – Fica extinta a inscrição à margem Nº 26 592, na parte referente ao administrador Dr. Mário Malheiro Reymão Nogueira, por haver sido demitido a seu pedido, das respectivas funções. (*Acta nº 24 da reunião do conselho de administração de 6 de Janeiro de 1965*).

- **1965, Junho, 22 - 8, (Inscrição) Nº 27 754** – Fica inscrita a nomeação de Carlos Manuel de Sousa Beirão da Veiga (...), para membro do conselho de Administração da sociedade denominada “Diners’ Club Português, S.A.R.L., matriculada (...) em substituição Dr. Mário Malheiro Reymão Nogueira. (*Acta nº 24 da reunião do conselho de administração de 6 de Janeiro de 1965*).

⁷³ Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

“ - **1967, Abril, 13 -3, (Inscrição) Nº 32 358** – Fica inscrita a nomeação de Júlio Vasconcelos e Silva (...), do Dr. Manuel José Archer Homem de Mello (...) e de Carlos Manuel de Sousa Beirão da Veiga (...), para membros do conselho de administração da sociedade denominada “Diners’ Club Português, S.A.R.L. (...), para o triénio de 1966-1968. (*Acta nº 9 da Assembleia Geral de 25 de Março de 1966*).

- **1967, Junho, 5 - 1, (Averbamento) Nº 1** – Declara-se que os administradores Júlio Vasconcelos e Silva, Dr. Manuel José Archer Homem de Mello e Carlos Manuel de Sousa Beirão da Veiga a que se refere a inscrição à margem nº 32 358 foram nomeados para os cargos, respectivamente de presidente, administrador-delegado e vice-presidente do conselho de administração a que a mesma inscrição se refere. (*Acta nº 39 da reunião do conselho de administração de 25 de Março de 1967*).

“Entretanto começamos a desenvolver o negócio.⁷⁴ As pessoas não conheciam a operação.” Mas relata que, como acontece em tudo, logo surgiram “aproveitadores”, começando a fazer uma utilização abusiva dos cartões, causando os primeiros dissabores. Este foi, aliás, um problema comum às primeiras utilizações deste novo instrumento, nos Estados Unidos. Com o início da sua Presidência, como indica Manuel José Homem de Mello, o Banco da Agricultura passa a suportar financeiramente a operação, fazendo os pagamentos ao estrangeiro. “Quando nos pediam um cartão Diners, para ir lá fora, avaliávamos o risco e decidíamos se o cliente era credível ou não. O banco fazia-nos o crédito e nós atribuíamos um crédito a cada cartão.⁷⁵ “O Administrador-delegado era um grande amigo meu, o Eng. António Castelo Branco⁷⁶, casado com uma das donas do banco. Era ele quem comandava e coordenava as relações entre o Diners e o Banco da Agricultura.” “O responsável por esta operação era o Eng. Jardim Gonçalves. Era [na altura] um modesto director do Banco da Agricultura.”⁷⁷

Mas gradualmente os cartões de crédito, pelo desenvolvimento que tinham já alcançado nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, começam a tornar-se conhecidos. E Manuel José Homem de Mello começa ele próprio também a ser conhecido no mundo dos cartões de crédito. Em Portugal só havia o cartão Diners, até essa altura. Em 5 de Dezembro de 1966 os estatutos da sociedade “Diners’ Club Português, S.A.R.L.”, que mantinha o Capital Social em 500 000\$00, sofrem uma alteração, que consistiu na substituição dos artigos 3º e 8º, ficando assim estabelecido que “constitui seu objecto a concessão de cartões de crédito aos residentes em território português – pessoas físicas ou colectivas – que solicitem a respectiva inscrição e sejam considerados pessoal ou patrimonialmente idóneas, bem como a celebração de contratos com estabelecimentos que se disponham a aceitar os cartões “Diners”, tudo de harmonia com as condições gerais em que se processa internacionalmente a actividade a que a organização se dedica.”⁷⁸

Manuel José Homem de Mello indica que é com o início da actividade na Rua de S. Nicolau, que a operação começa a ser suportada pelo Banco da Agricultura, situação que se manteria quando a operação é transferida para um novo espaço na Av. António Augusto de Aguiar. “Arrendei aí um andar, no nº 32, onde funcionava o meu escritório e aí tinha também uma loja. Trabalhava na altura com uma meia dúzia de pessoas, mas não me lembro do número ao certo. O Diners só começou a ter uma actividade a sério depois em 1967/1968.” E este suporte financeiro e operacional, por parte do Banco da Agricultura, viria a manter-se até ao momento em que passou para a influência do Banco do Alentejo.

Em Fevereiro de 1968 são nomeados para o Conselho de Administração, até ao fim do triénio em curso, Horácio Klabin e Frank Julius Loeb.⁷⁹ A análise dos elementos da Conservatória do

⁷⁴ E é já na qualidade de Presidente que Manuel José Homem de Mello, que por esta altura, embora não precisando as datas, participa pelo menos em três congressos internacionais do Diners, que considera experiências de muito interesse. O primeiro teve lugar na Grécia, em Atenas, e pouco tempo depois está presente num segundo congresso internacional na América Latina.

⁷⁵ Os cartões Diners, pelo menos a partir de 1970, não tinham plafond atribuído (crédito ilimitado), embora a gestão fosse minuciosamente monitorizada. Terá havido um plafond associado aos cartões emitidos anteriormente a esta data?

⁷⁶ “Morreu a semana passada e era um dos meus maiores amigos”. (Manuel José Homem de Mello, *Entrevista ao autor em 17 de Setembro de 2008*).

⁷⁷ Manuel José Homem de Melo (*Entrevistas com o autor em 17 e 25 de Setembro de 2008*).

⁷⁸ Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

“ - 1967, Junho, 5 - 2, (Inscrição) Nº 32 786 – Fica inscrita a modificação deliberada em 5 de Dezembro de 1966 aos estatutos da sociedade denominada “Diners’ Club Português, S.A.R.L., matriculada (...). (Escritura de 28 de Fevereiro de 1967, do 17º Cartório Notarial de Lisboa. *Diário do Governo* e “*Jornal do Comércio*”, respectivamente de 14 de Abril e 31 de Março de 1967).”

⁷⁹ Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

“ - 1968, Junho, 4 - 8 e 10, (Inscrição) Nº 35 373 – Fica inscrita a nomeação de Horácio Klabin (...) residente na Av. Atlântica, 1782, Rio de Janeiro e de Frank Julius Loeb (...) residente em 6 Frankfurt (Main) Alemanha, para membros do conselho de

Registo Comercial, fornece a composição dos sucessivos Conselhos de Administração, permitindo o seu confronto com os depoimentos orais colhidos.⁸⁰

Em termos de localização da sede do “Diners’ Club Português, S.A.R.L.”, sabe-se pela acta da Assembleia Geral de 15 de Junho de 1964, que deslocou sucessivamente a sua sede da Rua Castilho, nº 1, para a Calçada do Patriarcal, 20, 3º Esq., e desta para a Avenida António Augusto de Aguiar, 32, 7º Esq., em Lisboa.⁸¹

Há notícia, pelo menos, de mais duas mudanças de sede. Para a Avenida da República, nº 3, 4º (Acta de 9 de Dezembro de 1975 do Conselho de Administração)⁸² e para a Rua dos Fanqueiros, 12, 3º Dto. (Registo em 1 de Outubro de 1987).⁸³

Não conseguimos localizar qualquer exemplar físico dos cartões emitidos pelo Diners em Portugal⁸⁴. Teria a imagem e o seu aspecto era idêntico ao que foi sendo adoptado pelo Diners Club International. O aspecto gráfico dos cartões foi evoluindo e acompanhando as sucessivas imagens que

administração da sociedade denominada “Diners’ Club Português, S.A.R.L.” (...), até ao fim do triénio em curso, exercendo o primeiro as funções de vice-presidente e o segundo de administrador-delegado. (*Actas nº 61 da reunião do conselho de administração de 12 de Fevereiro de 1968 e Nº 13 da assembleia geral de 26 de Março de 1968*). ”

⁸⁰ Depois de 1968, acima citado:

“**1970, Junho, 17 – 4, (Inscrição) Nº 41 919** – Inscrevo provisoriamente por dúvidas a nomeação de Manuel José Homem de Mello (...), de Filipe Nobre Guedes (...) em representação da sociedade Difiório – Companhia Europeia de Empreendimentos, Limitada (...), de Horácio Klabin (...) residente na Avenida Atlântica, 1782, Rio de Janeiro, representado por Frank Julius Loeb, residente em Frankfurt/Main, Alemanha e de Jonatham Boreham, em representação de Diner’s Club International para membros do conselho de Administração da sociedade Diner’s Clube Português, S.A.R.L. (...) no triénio 1970-1972. (*Acta Nº 16 da assembleia geral de 30 de Março de 1970*). ”

- **1973, Novembro, 9 – 4, (Inscrição) Nº 53 004** – Inscrevo provisoriamente por dúvidas a nomeação de Manuel José Homem de Mello (...), de Difiório – Companhia Europeia de Empreendimentos, Limitada (...), de Cisa – Companhia de Investimentos (*ilegível*), Limitada e de Diner’s Club International, Inc., com sede em New York, 10, Columbus Circle, Estados Unidos da América do Norte, para membros do conselho de Administração da sociedade Diners Club Português, S.A.R.L. (...) no triénio 1973-1975, exercendo o primeiro o cargo de presidente e o segundo o de administrador-delegado. (*Acta ‘sem indicação de número’ da assembleia geral de 28 de Março de 1973*). ”

- **1978, Janeiro, 9 – 4, (Inscrição) Nº 67 295** – Nomeação de “Banco Fonsecas & Burnay” (...) representado por António Carvalho Silva Branco (...), de Difiório – Companhia Europeia de Investimentos, Limitada (...), representada por Manuel José Espírito Santo Moreira Rodrigues e Diner’s Club International, Inc., com sede nos Estados Unidos da América do Norte, em New York, , NY 10019, 10, Columbus Circle, para membros do conselho de Administração da sociedade Diners Club Português, S.A.R.L. (...) no triénio 1975-1977, exercendo o primeiro o cargo de presidente. (*Acta ‘sem indicação de número’ da assembleia geral de 31 de Maio de 1975*). ”

- **Ap. 15/01.10.87, Nº 93 564** – Sociedade: “Diners Club Português, S.A.”, matrícula Nº 29 378. Facto Inscrito: Nomeação do conselho de administração e conselho fiscal, deliberado em 26 de Junho de 1987.

Conselho de administração: Jaime Brojo Esteves (...) João Frade Torres (...) e João Manuel da Encarnação Gonçalves (...) Prazo da nomeação: Triénio de 1987/1989.

⁸¹ Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

“ - **Junho 1964, Novembro, 17-nº 5, (Averbamento) Nº 2** - Fica declarado à matrícula supra nº 29 378, que a sociedade a que respeita deslocou sucessivamente a sua sede da Rua Castilho, 1, para a Calçada do Patriarcal, 20, 3º Esq., freguesia de S. José e desta para a Avenida António Augusto de Aguiar, 32, 7º Esq., freguesia de S. Sebastião da Pedreira.”

⁸² Quando o Banco do Alentejo passou a dar suporte à operação, a sede jurídica e operacional era na Av. da República, só mais tarde se tendo transferido para uma instalação do Banco, também na Av. da República, nº 3 (*Notas enviadas pelo Dr. Nuno Fernandes Thomaz, em 14 de Outubro de 2008*).

⁸³ Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

- **1979, Novembro, 6-nº 8** - Deslocação da sede da sociedade acima matriculada sob o nº 29 378, para a Av. da República, nº 3, 4º, em Lisboa, freguesia de São Salvador da Pedreira.

- (**Averbamento**) **Av. 3. Ap. 16. 01.10.87** – Deslocação da sede da sociedade para a Rua dos Fanqueiros, 12, 3º, dto.

⁸⁴ Informa o Dr. Manuel José Homem de Mello: “Eu não guardei qualquer cartão, mesmo como recordação. E não conheço alguém que o tenha feito”. “Não tenho nem faço ideia nenhuma de quem possa ter ficado com elementos relativos ao Diners ”. “Mudei muitas vezes de escritório, estive no Brasil, e não faço ideia nem vejo quem possa ajudar neste assunto. Já morreram todos”. O mesmo aconteceu com o Dr. Nuno Fernandes Thomaz. Também já não possui qualquer exemplar físico do cartão Diners, emitido em Portugal.

o cartão foi tendo nos Estados Unidos. Os primeiros cartões devem ter sido fabricados neste país, sendo personalizados em Portugal. Este foi, aliás, o procedimento adoptado, mais tarde, pelo cartão Sottomayor e pelo cartão Unibanco.⁸⁵

A emissão de cartões foi sempre muito pequena, como pequena era também a actividade do Diners em Portugal. Começou por umas escassas dezenas de cartões, nunca tendo, neste período, ultrapassado também algumas centenas (cerca de 400 cartões). “Era quase uma coisa caseira.” Os cartões eram entregues aos titulares, ao balcão, e também eram enviados pelo correio. Havia as duas modalidades.

Por volta de 1967 foi nomeada Directora Geral do Diners, a sua irmã, Maria José Homem de Mello, que teve papel de grande relevância no desenvolvimento da actividade desta operação e que se manteria nesta organização por alguns anos.⁸⁶ Nas palavras do seu irmão “era ela que mandava em tudo.”

Não se sabe se terá sobrevivido alguma cópia do contrato modelo celebrado com os titulares dos cartões. A divulgação publicitária, a ter existido, terá sido incipiente. “Não me lembro de fazer anúncios. Materiais publicitários houve qualquer coisa. Umas entrevistas, mas tudo desapareceu! O que possa ter havido terá ficado no Banco da Agricultura.”

Manuel José Homem de Mello informa que mais tarde, ele e Carlos Manuel Beirão da Veiga, terão vendido a totalidade das suas posições, embora, pelo prestígio e influência de que gozava na altura, tenha continuado na presidência da organização, nos termos assumidos contratualmente neste negócio.⁸⁷ Manteve-se como Presidente até 1972.

Noutro passo da entrevista referida, o Dr. Manuel José Homem de Mello confirma que “o cartão que veio a seguir foi o do Pinto & Sotto Mayor. Foi o António Champalimaud quem o introduziu como uma espécie de regalia concedida aos clientes do BPSM. Quem era o Director do Sottomayor era o Filipe Nobre Guedes que ficou como uma espécie de meu rival nos cartões de crédito. Entretanto o Diners foi para o Banco do Alentejo e eu continuei como Presidente. Mas quem comandava de facto a operação era o Nuno Fernandes Thomaz e a minha irmã. Eu abandonei o Diners, completamente, em 1972. Depois nomearam como presidente do Diners, em minha substituição, o Filipe Nobre Guedes que tinha vindo do Sottomayor.”

A acção de Nuno Fernandes Thomaz

Como caracteriza Nuno Fernandes Thomaz, “os primeiros cartões de crédito a aparecer no mundo, envolvendo uma terceira entidade, os chamados T&E - Travel and Entertainment - cards

⁸⁵ “Com absoluta certeza, não lhe posso dizer. Mas acho que eram feitos lá fora”. Dr. Manuel José Homem de Mello, *Entrevista cit.*. Um aspecto do maior interesse será o de tentar encontrar (se alguns tiverem sobrevivido) cartões físicos que documentem as sucessivas imagens que em Portugal o cartão Diners foi tendo ao longo da sua existência.

⁸⁶ Não foi possível precisar a data em que começou a desempenhar as funções como Directora Geral, nem quando deixou de exercer o cargo.

⁸⁷ Manuel José Homem de Mello, informa que pensa ter vendido a sua posição ao dono do Diners Brasileiro que foi até 1972 o Sr. Horacio Klabin, pertencente a uma família brasileira muito rica, propeietária da maior indústria de celulose e papel do Brasil. Contudo, de acordo com indicações do Dr. Nuno Fernandes Thomaz esta posição do Dr. Manuel José Homem de Mello, foi vendida, em 1969, à Defiório (Grupo Miguel Quina).

foram o Diners Club e depois o American Express, organização muito poderosa, porque tinha já nessa altura o importante negócio dos travelers cheques. O Diners Club aparece primeiro (na primavera de 1949), mas é ultrapassado em força pela American Express, que dispunha já de uma estrutura de suporte ao negócio dos Travelers Cheques. Já estava instalada nas principais capitais do mundo onde havia maior fluxo de turistas.

Durante vários anos houve apenas dois cartões de crédito com operações em Portugal. A operação do American Express era assegurada pelo Banco Borges, que tinha um acordo com esta organização, para recepção dos cartões, mas apenas para 'importação' dos cartões, ou seja, filiava uma rede de estabelecimentos onde os cartões American Express de estrangeiros quando vinham a Portugal, eram respeitados. Começam a aparecer estes cartões na década de 60. Embora o Banco Borges tivesse esse acordo, a American Express nunca teve em Portugal uma representação que justificasse a emissão desses cartões a favor de residentes. Limitava-se, simplesmente, a receber as propostas de residentes e a transmiti-las para a central europeia, que funciona na Inglaterra. A rede do Banco Borges ocupava-se apenas da recepção dos cartões do American Express utilizados por estrangeiros.”⁸⁸

A American Express, não emitia cartões, salvo em casos pontuais. Só os clientes com determinado perfil tinham possibilidade de obter esses cartões. Mas eram cartões estrangeiros.

Como salienta Nuno Fernandes Thomaz “o Diners quando nasce em Portugal, nasce com uma filosofia diferente. Nasce com a propósito de emitir cartões a portugueses, válidos em Portugal e válidos também no estrangeiro, através da integração na rede do Diners Club International. Na altura do aparecimento do Diners em Portugal, o Diners Club International era uma empresa subsidiária do Diners Club Corporation, Inc, nos Estados Unidos, que se lançou pelo mundo inteiro. Portugal pertencia a uma zona que era a Europa e Médio Oriente e que teve sempre dentro dessa zona, o comando do Diners Club UK, que pertencia ao Natwest, na altura o maior banco inglês. Funcionava como o centro de operações do Diners Club na Europa.”

“Em Portugal era uma actividade pequena, feita por um grupo de amigos que tinham achado graça à ideia, ao negócio dos cartões, ao facto de a pessoa poder dispor de um cartão e para se deslocar ao estrangeiro, não precisar de levar dinheiro, com todas as vantagens, nomeadamente as que se prendem com o facto de a divisa portuguesa ser forte. Mas tinha um crescimento limitado.”

“Não era preciso muito para adivinhar que o fenómeno dos cartões bancários ia chegar a Portugal. O fenómeno dos cartões bancários começou a desenvolver-se muito, assumindo uma grande expressão no mundo.”

A American Express era cada vez mais uma marca de grande valor em termos de turismo internacional. E o Diners tentava ocupar um espaço neste negócio emergente, embora nunca tivesse passado dos 6 000 cartões. Procurando desenvolver a sua actividade, “há uma iniciativa, que conduziu à celebração de um acordo com um brasileiro, Júlio Torres de Carvalho, que vem do Diners do Brasil, recomendado, como o grande angariador para multiplicar a base para a emissão de cartões. Esse acordo, em 1970, terminou em litígio judicial, sendo a causa ganha pelo Diners Club Português.”

Nuno Fernandes Thomaz salienta que nesta altura “os bancos portugueses começam a tomar posições. Mas é o Banco Pinto & Sotto Mayor quem de facto se antecipa e toma a dianteira. E o Banco Borges, por razões de expansão, em 1969, através de uma sociedade (Defiório), que pertencia ao Grupo do Dr. Miguel Quina, que era quem realmente comandava o Banco Borges, adquire o Banco do Alentejo aos seus accionistas, na sua maioria alentejanos, com sede em Évora. E compra-o com a

⁸⁸ Nuno Fernandes Thomaz (*Entrevista concedida ao autor em 17 de Abril de 2008*).

estratégia de tornar um banco regional num banco nacional, para mais tarde fazer a fusão com o Banco Borges e crescer pela via das aquisições.”

Claramente a estratégia era essa. Aproveitar e desenvolver as ligações cada vez mais frequentes e cada vez mais fortes, que os vários Diners tinham pela Europa e Médio Oriente (mas sobretudo na Europa), que era o que mais interessava por serem detidos por instituições bancárias, na quase totalidade dos casos e estabelecer redes de acordos de correspondência com todos esses bancos.

“Mas para concretizar esta estratégia, não era apenas necessário mudar a sede de Évora para Lisboa (aliás o que nunca chegou a acontecer). Era preciso, efectivamente, conseguir e dar alguma alimentação de relação com o estrangeiro.

E é nessa altura, logo após ter comprado o Banco do Alentejo, que essa sociedade, essa parte do Grupo Borges, compra o Diners Club. E compra os 75% do Diners Club (por força do contrato, os restantes 25% pertenciam ao Diners Club International). A estratégia de aquisição do Banco do Alentejo era, assim, complementada com a compra do Diners Club. O Banco do Alentejo não detinha o Diners, mas eram ambos detidos pela Defiório.

De salientar que a posição dos bancos, ao longo dos anos 60, foi distinta, em relação aos cartões de crédito.

- A American Express era uma organização com uma dimensão muito grande, com uma organização financeira, com personalidade e uma estratégia próprias.

- Houve bancos que seguiram a estratégia de tomarem posições nos Diners Clubs. E praticamente por toda a Europa os Diners eram maioritariamente comandados por bancos (exceptuando o Diners Club de França). E os bancos, por esta via, entraram no negócio dos cartões bancários.

- E houve os bancos que seguiram o caminho dos cartões bancários, à semelhança do que tinha ocorrido nos Estados Unidos. Vários bancos tinham iniciado as suas próprias operações de que o Bank of America, na altura o maior banco do mundo, é um exemplo, com a sua operação BankAmericard.

Todas estas aquisições (uma sociedade veículo que adquire o Banco do Alentejo e adquire quase simultaneamente, dentro da mesma estratégia, o Diners Club) são concretizadas no último semestre de 1969. Mas o desenho da operação da aquisição do Banco do Alentejo e do Diners Club, era o da fusão com o Banco Borges, para lhe aumentar a dimensão, estratégia que o Dr. Miguel Quina queria concretizar, de modo a que por esta via subisse no ranking nacional. Esta estratégia de absorção do Banco do Alentejo pelo Banco Borges foi abandonada logo em 1970, acabando por não ser concretizada.”

O Dr. Nuno Fernandes Thomaz assume oficialmente no dia 1 de Janeiro de 1970 o cargo de Director-Geral do Diners, e, seis meses depois, passa a desempenhar funções como Administrador-Delegado da Sociedade (era ainda Presidente do Conselho de Administração, nessa altura, como foi referido, o Dr. Manuel José Homem de Mello, “que reinava, mas já não governava”). A partir daqui, o Diners Club, para além de introduzir uma cultura internacionalizada num Banco regional, permite-lhe criar e começar a explorar uma rede de acordos de correspondência com os vários bancos, em todo o mundo.

O Banco do Alentejo tinha uma área de influência muito limitada. Mas a partir da mais-valia da marca Diners, e com a dinâmica e a estrutura entretanto criadas pelo Dr. Nuno Fernandes Thomaz, rapidamente amplia a rede e concretiza acordos de correspondência e passa a funcionar com esses bancos. Amplia o universo dos detentores do cartão Diners, passando dos 4 mil para 6 mil cartões.

“Julgo que já não deverá haver exemplares físicos de cartões dessa altura [Fig. 46]. A destruição de tudo o que era Diners foi uma coisa inacreditável.”⁸⁹ Os cartões eram emitidos e personalizados no próprio escritório, de uma forma quase artesanal, pelo Diners Club Português, que assegurava toda a actividade de emissão. A equipa era constituída por cerca de 20 colaboradores que se ocupavam das diferentes tarefas da operação. Eram basicamente quatro os departamentos: comercial, risco, controlo de crédito e contabilidade.

Por esta altura, o grupo Borges tinha (indirectamente) um cartão via Banco do Alentejo e tinha a representação da American Express, que de modo algum era do agrado desta organização. Frequentemente, questionava e pedia explicações sobre esta situação, insistindo regularmente para que fosse demonstrado de modo claro se o Banco Borges tinha ou não influência sobre o Diners. A resposta era sempre a mesma: não havia influência alguma uma vez que o Diners era detido por outra organização. Esta era, pois, a situação do Diners.

A emissão dos cartões Diners era muito selectiva. A diferença entre os cartões de crédito bancários e os cartões T&E era nítida. E uma distinção, gigantesca, logo à partida, é que o Diners não tinha limite de crédito, podendo ser utilizado em todo o lado onde estivesse filiada a rede de estabelecimentos.

Um aspecto de grande interesse prende-se com o facto de o cartão Diners não ser um produto que servisse para fidelizar clientes. Era um produto válido em si. Em contraposição aos cartões bancários que funcionavam mais como um produto financeiro, utilizado para fidelizar clientes e portanto tinham toda a metodologia e toda a mecânica dos cartões bancários, com limites de crédito, controles muito mais apurados, muito mais informatizados que o cartão Diners

A não existência de plafonds exigia uma gestão caso a caso. A rede de estabelecimentos cobria com rigor selectivo os melhores estabelecimentos e lojas do mundo, desde as melhores joalharias aos melhores hotéis e restaurantes. Era selectivo na emissão e simultaneamente selectivo na rede de estabelecimentos

E este facto colocava uma questão determinante, estratégica, que se prendia com o problema do eventual crescimento e expansão do número de utentes deste cartão. Mas alargar a plataforma de estabelecimentos e o número de cartões encareceria de modo significativo o suporte e a actividade administrativa. “E no caso em questão, a quem nós dávamos os cartões, não se justificava, não tinha certamente qualquer utilidade, a não ser marginal. Tínhamos o T&E Card no seu melhor.”

A entrada no mercado do cartão Sottomayor provocou uma salutar concorrência “na qual o Bank of America (cartão BankAmericard) tinha vantagens devido não só à sua enorme capacidade de investimento e à sua plataforma muito mais abrangente do que a do nosso cartão. A concorrência obrigou-nos a ter algum tipo de resposta. Até aí estávamos sozinhos no mercado. Era uma operação abençoada, monopólio não monopolista.” A partir daí a situação alterou-se.

Mas é óbvio que o Cartão Diners também acabou por beneficiar com esta concorrência. Desde logo por ter começado antes, ter sido pioneiro. E o cartão Sottomayor ao divulgar e publicitar o seu produto, ao lançar e desenvolver campanhas publicitárias, promovia também os cartões de um modo genérico, acabando por beneficiar o cartão Diners, ainda que de modo indirecto. Todas estas

⁸⁹ “São conhecidos casos de alguns funcionários do banco que, inclusivamente para defesa dos seus direitos de reforma, nem sequer conseguiram localizar os arquivos que comprovem que lá trabalharam. Todos os elementos relativos a cartões de crédito do Diners, terão ido parar à Unicre. Pois foi lá que os cartões de crédito foram parar, todos. Não pode ter sido outra instituição.” Nuno Fernandes Thomaz (*Entrevista concedida ao autor em 17 de Abril de 2008*).

acções contribuíam para um melhor conhecimento desta nova realidade – a dos cartões de crédito. As vantagens foram mútuas em termos de divulgação deste novo produto.

“Nós tivemos que responder à publicidade do cartão Sottomayor com uma grande força.” “Não sei se tivemos publicidade nossa antes do Sottomayor. Não sei.” “Mas julgo que foi um movimento reactivo. Não tínhamos a capacidade do Sottomayor.” “A concorrência obrigou-nos a entrar por esses caminhos. E em muitos casos tiramos proveito desta iniciativa. Tínhamos que responder à concorrência.”

Em termos de esforço publicitário o cartão Dines contou, no início, com o apoio institucional do Grupo Borges, que tinha uma empresa de publicidade, a Latina, que prestava serviços a todas as entidades do Grupo. “Eu próprio, mais tarde, corriji isso e fiz um contrato com uma agência de publicidade chamada Impacto, do João Martins. A publicidade do João Martins saiu em jornais e revistas. Ficou célebre o anúncio do Discóbolo.”

O cartão Diners transmitia exactamente o que era a diferença para o cartão Sottomayor, que tinha entrado com muita força promocional de imagem. “Nós transmitíamos a imagem da selectividade, a imagem de que não era para todos, era só para alguns. Mas esses alguns podiam fazer tudo. E se tivéssemos um cartão bancário só podíamos fazer umas tantas coisas, poucas.” Era a exploração da linha T&E card, com todas as vantagens que lhe eram inerentes.

Um exemplo, em termos de proveito, para os estabelecimentos que tivessem contas no banco, foi o de serem imediatamente creditados pelos movimentos efectuados. “Bastava apresentar o Voucher para automaticamente ficar com a conta creditada.” Foi o Sottomayor quem começou com este procedimento. “Nós tivemos que fazer o mesmo. E esta situação foi mesmo aproveitada por vários estabelecimentos comerciais para abrir contas no Banco do Alentejo. E por esta via veio a verificar-se um aumento substancial, no número de contas bancárias.”

Mas como salienta Nuno Fernandes Thomaz, um outro domínio onde teve custos, (benefícios para os detentores do cartão) foi o do extravio, perda ou uso fraudulento dos cartões. “Aquilo era tão pequeno que dava para gerir através do sistema de autorizações que entretanto vigorava. Era gerido por um sistema de informações por telefone, mesmo do estrangeiro, ou por telex. Ainda não havia sequer o fax.” Havia umas “black lists” que permitiam identificar as situações irregulares e fraudes, ou seja, quem ia para o índice. Mas estas situações de uso abusivo ou fraudulento eram muito reduzidas. “Dávamos as autorizações, não havia que enquadrar os limites de crédito e como as pessoas eram conhecidas e o número de cartões pequeno a gestão era efectuada com relativa facilidade.”

“Nós repousávamos num número limitado de cartões 4 000 / 4 500. Eu aumentei os cartões, e chegámos aos 6 000 e poucos.” “Aquilo quase diria que eram pessoas conhecidas.” “Pessoas de quem nós tínhamos um conhecimento muito grande, muito seleccionadas e eram pessoas que estavam muito instruídas: quando perder o cartão diga logo. E nós actuávamos de imediato, normalmente por via telefónica.” “Comunicávamos imediatamente para o Diners Internacional, que tinha um sistema de divulgação, e o cartão era imediatamente incluído nas listas negras para que, se houvesse tentativa de utilização desse cartão, fosse imediatamente retido pelo estabelecimento.” “Mas havia um decurso de tempo em que a responsabilidade efectivamente era nossa.” “Mas como o número de cartões era pequeno e como o conhecimento das regras era grande, não havia casos ‘patológicos’ de utilização abusiva ou fraudulenta.”

O cartão Sottomayor, na linha do cartão BankAmericard, que tinha enfrentado problemas gigantescos ao nível de fraudes, dispunha já de experiência, metodologias e meios expeditos para a resolução destas situações, quase que em tempo real. A partir do momento em que o cliente

comunicasse a perda, roubo ou extravio, imediatamente cessava a sua responsabilidade.⁹⁰ “Nós tivemos que fazer o mesmo e fizemo-lo com a companhia de seguros Atlas, que pertencia ao grupo Borges. Mas esta operação era, em termos relativos, bastante cara.”

Conflitos de estratégias

Com o aparecimento do projecto da criação da Unicare, o Banco Borges via-se agora envolvido num terceiro cartão (indirectamente, estava ligado ao Diners, e, directamente, tinha a representação do American Express).

Ainda de acordo com Nuno Fernandes Thomaz “os bancos que pretendiam lançar o novo cartão (Unibanco) levam muito tempo nas conversas. Os seus interesses e objectivos não eram absolutamente coincidentes. Demoraram tempo a entenderem-se. Havia uns que queriam dominar, outros que queriam ‘empatar’ (como era o caso do Borges, para quem o cartão Unibanco passaria a ser o seu terceiro cartão de crédito). E havia outros bancos que se deixavam arrastar.”

A American Express, não desistia dos seus pedidos de clarificação e continuava a reclamar com o Banco Borges. Insistia para que fosse esclarecido o papel do banco nesta relação. A resposta era sempre a mesma. “Nós, não temos nada a ver com estes cartões.”

É um facto que a concorrência obrigou também o Cartão Diners a desenvolver-se. E houve várias sessões de conversas para definir estratégias, “que naquele grupo [Borges] se passavam geralmente a altas horas da noite. Questionava-se e debatia-se o futuro do Diners. Deveria o Diners entrar numa estratégia mais agressiva, como resposta ao cartão Sottomayor e também deveria equacionar, por antecipação, os efeitos que iriam resultar da introdução do cartão que viria aí – o Unibanco - participado pelos seis Bancos?”

Filipe Nobre Guedes, que tinha vindo do Banco Pinto & Sotto Maior, assume a presidência do Banco do Alentejo. E havia pessoas, dentro do grupo Borges (que indirectamente comandava o Banco do Alentejo), que achavam que o cartão Diners tinha que sair da sua selectividade e devia entrar na agressividade, no crescimento, na expansão. Deveria ser agressivo e competitivo como cartão de crédito.

“Eu fui sempre de opinião contrária”, realça Nuno Fernandes Thomaz. “Fui sempre, certo ou errado! O tempo não deixou provar nada. Fui sempre da opinião de que não dispúnhamos de armas para poder competir, sobretudo tendo em conta a posição que tínhamos dentro do único banco grande, que era o BBI, em confronto com a dimensão das operações do Sottomayor e do que viria a ser o Unibanco. E fui sempre a favor de manter o carácter selectivo do cartão.

- Primeiro porque não tínhamos uma estratégia clara do Banco Borges para onde podíamos ir, uma estratégia selectiva. E para além disso, o desenvolvimento da operação pressupunha dispor de

⁹⁰ Em relação aos cartões perdidos ou roubados, o Banco Pinto & Sotto Mayor publicitava que “Se perder o seu Cartão SOTTOMAYOR, ou se lho roubarem, avise-nos imediatamente. A partir do momento em que nos der conhecimento do facto, por escrito, ficará livre de qualquer responsabilidade em relação às dívidas contraídas por outros com o seu cartão Sottomayor.” *In* “Folheto de Propaganda”, anexo ao Ofício 1810 (s/data, contendo também um requerimento anexo de 15 de Janeiro de 1971) da Inspeção-Geral de Crédito e Seguros, dirigido ao Governador do Banco de Portugal. (Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Pastas numeradas de I a V, com elementos relativos a cartões de crédito).

uma base grande de clientes, como dispunha o BPSM. Porque uma coisa é partir para uma expansão agressiva e ir descobrir clientes, e outra é dizer: está aqui uma listagem de clientes, abordem-nos e ofereçam-lhes o cartão.

- Segundo porque vindo aí o Unibanco, todos os restantes bancos iam passar a estar envolvidos em cartões de crédito bancário e nós seríamos sempre o único a ter um cartão T&E card. E havia que explorar, este vector, esta vantagem, como diferenciação.”

Acresce ainda, como foi referido, que a estratégia de absorção pelo Banco Borges, do Banco do Alentejo, tinha sido abandonada em 1970, situação que a ser concretizada posicionaria o banco num dos primeiros lugares do ranquing nacional.

O mercado da África

O cartão Sottomayor foi introduzido em Angola e Moçambique. Há uma época (1971 /72) em que Angola tem um crescimento extraordinário. Com a liberalização da abertura de agências ao mercado bancário, aparecem bancos com 20, 30, 40 agências de uma vez, ao longo de Angola. José Manuel Serrão, com 25 anos de idade, dotado de um grande dinamismo, era o Inspector Provincial de Crédito e Seguros. “O BankAmericard vai para Angola, eu vou a seguir, também como resposta, através do BCCI - Banco de Crédito Comercial e Industrial, que era do Borges⁹¹. O tempo foi passando e fomos ganhando algum dinheiro na ida para Angola e Moçambique, embora neste último país não tenha chegado praticamente a funcionar.”

Nuno Fernandes Thomaz, depois de uma primeira tentativa não concretizada, ainda em 1970, consegue comprar ao Diners da África do Sul os direitos sobre Angola e Moçambique. O Diners Club da África do Sul não emitia cartões em Angola e Moçambique. Recebia apenas os cartões emitidos por outros Diners Clubs. A partir daí, reactivamente, vai para Angola, para pôr o produto financeiro Diners nas agências do Banco de Crédito Comercial e Industrial, pertencente ao Grupo Borges. João Ribeiro da Fonseca já lá tinha estado a lançar o cartão Sottomayor e a aproveitar as agências que o Banco Pinto & Sotto Mayor estava a abrir. “E eu reactivamente fui aproveitar.” E assim se desenvolveu o negócio dos cartões dentro do Grupo Borges até à Revolução de Abril de 1974.

⁹¹ De acordo com palavras de António Champalimaud, referindo-se à sua ida para Moçambique “[o] Governo autorizou antes Miguel Quina a instalar lá o Banco de Crédito Comercial e Industrial, que era um disfarce do Banco Borges & Irmão”. Entrevistas de António Champalimaud a José Freire Antunes, *cit.*, p. 196.

5. O CARTÃO SOTTOMAYOR

Os antecedentes

A história do cartão Sottomayor é indissociável da saga empresarial de António Champalimaud. A sua acção é tanto mais notável quanto se processa num país por largo tempo envolvido numa teia administrativa pesada e num ambiente político que não o favorecia em particular.

A compra do Banco Pinto & Sotto Mayor

Embora centrasse as suas energias na indústria, prevendo o enorme salto no volume de negócios, em especial com a Siderurgia, António Champalimaud sentia como imperiosa a necessidade de deter uma seguradora própria para nela concentrar os seus seguros. Gorada que fora a compra de “A União” a José Espírito Santo, procura uma alternativa, “A Confiança”, pertencente a Manuel Henriques Júnior, que detinha 80% do capital do Banco Pinto & Sotto Mayor e era seu presidente desde 1943.

Remonta a 1914 a criação por António Vieira Pinto e Cândido Sotto Mayor Júnior da “Sociedade Bancária Pinto & Sotto Mayor” que em 1925 se transformaria no Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM). O Banco Agrícola de São Miguel, criado em 1936, viria a ser integrado em 1971, seguindo-se-lhe em 1977 a absorção do Banco Intercontinental Português, nascido em 1972. É da história recente que a partir do ano 2000 passou a integrar o Universo do Banco Comercial Português que manteve a marca SottoMayor até 2003, altura do aparecimento do Millennium BCP.

Em 1960, o Banco Pinto & Sotto Mayor, que detinha “A Confiança”, era um banco pequeno (com 45 000 contos de Capital e 75 000 de Reservas), enfrentando dificuldades de se impor no mercado.

António Champalimaud avança para a compra da companhia de seguros “A Confiança”. Mas Manuel Henriques contrapõe-lhe a compra do Banco, assegurando deste modo a propriedade da seguradora. Mas, como confessa, não ia nem estava preparado para um lance desta natureza. Contudo, perante a insistência do dono do Banco Pinto & Sotto Mayor, fica de estudar o assunto. Amadurece a ideia e demora bastante tempo a decidir-se, embora estivesse seguro e consciente que a posse de um banco seria um bom apoio à sua expansão industrial. Mas a banca era-lhe uma área estranha e não dispunha de ninguém para desenvolver o projecto. Por outro lado ele próprio não se sentia vocacionado para assumir a sua gestão. Mas, segundo as suas próprias palavras⁹², “fosse como

⁹² Entrevistas de António Champalimaud a José Freire Antunes, *cit.*

fosse, continuei a depositar muito dinheiro da Cimenteira de Leiria e de outras empresas, no Sotto Mayor.”

Manuel Henriques, descapitalizado, e necessitado de fundos para o equilíbrio da sua indústria, informa-o da sua decisão de vender o banco. Chama-o, em 1960, dizendo-lhe que precisava de uma decisão urgente. O tempo de reflexão tinha-se esgotado. António Champalimaud decide-se pela compra de imediato. “Não regateei a quantia. Pedi-lhe que mandasse vir um cheque avulso e preenchi-o logo ali, sacando sobre a minha conta⁹³ e fechando assim o negócio.”⁹⁴ Estava agora em condições de imprimir uma função multiplicadora ao seu Grupo.⁹⁵

E não perdeu tempo. E nos seguros passou a controlar uma segunda companhia, “A Mundial”.⁹⁶

Ao fim de cerca de dez anos, ou seja, na altura em que é lançado em Portugal o primeiro cartão de crédito bancário, o Sotto Mayor tinha-se tornado no maior e mais importante banco privado português, apenas suplantado pela Caixa Geral de Depósitos, detida pelo Estado.⁹⁷

Para a prossecução e concretização desta notável caminhada, seguiu e aplicou os processos de gestão em que acreditava, impondo ao banco uma mudança de atitude. Na altura da compra do Banco, dos seus corpos sociais ficou apenas com Carlos Barbosa, tornando-o Presidente. Chama ainda ao desempenho de funções de Administração, um Director da Filial do Porto – Eduardo Furtado – que

⁹³ Como refere José Freire Antunes (*cit.*) “circulou durante muito tempo a versão feita lenda de que António Champalimaud teria adquirido o Sotto Mayor com dinheiro do próprio banco. Isto é, como não dispusesse de liquidez, teria emitido um cheque que só veio a ter cobertura depois de ficar dono do banco”. Mas é o próprio Champalimaud quem o desmente: “O cheque que passei a Manuel Henriques foi já sacado sobre a minha conta de depósitos, já dotada de recursos bastantes...”.

⁹⁴ De acordo com Daniel Proença de Carvalho (*Entrevista concedida ao autor em 16 de Abril de 2008*), este procedimento de não regatear as quantias que lhe eram pedidas, foi seguido por António Champalimaud noutros negócios semelhantes, que veio a realizar posteriormente.

⁹⁵ Para uma breve caracterização do Grupo Champalimaud *vd.* Abel M. Mateus, *Economia Portuguesa – Crescimento no contexto Internacional (1910-2006)*, (Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 3ª edição, revista e aumentada, Julho de 2006), p. 234-241.

⁹⁶ A Companhia de Seguros Mundial-Confiança tem a sua origem na Companhia “A Mundial”, fundada em 1913, tendo ao longo das suas quase nove décadas de vida, incorporado outras seguradoras, sendo as mais importantes “A Pátria-Sociedade Alentejana de Seguros”, fundada em 1915 e a “A Confiança, Companhia Aveirense de Seguros”, fundada em 1940.

A vida de A Confiança e A Mundial, pode resumir-se do modo seguinte:

1913 - Uma portaria ministerial de 24 de Outubro, autorizou a criação de “A Mundial - Companhia de Seguros”, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com um capital de esc: 500.000\$00, com sede em Lisboa. A Companhia inicia a sua actividade muito ligada aos Acidentes de Trabalho, tendo sido a primeira Seguradora a tirar partido da nova legislação deste Ramo, publicada por Lei em 24 de Julho de 1913.

1940 - Em plena II Guerra Mundial é fundada, em Aveiro, “A Confiança, Companhia Aveirense de Seguros”, fruto da transformação de uma mútua de armadores, concentrando a sua actividade inicial nos seguros marítimos. Em 1942 transfere a sua sede para o Porto, na sequência de importante posição adquirida por um accionista daquela cidade.

1968 - “A Mundial” passa a ser controlada pelo industrial António Champalimaud, que nesse mesmo ano havia tomado o controlo maioritário directo de “A Confiança”. É a partir desta data que estas duas Companhias iniciam um processo de aproximação gradual que, por circunstâncias várias, se concluiria formalmente somente uma década depois.

1975 - Através do Decreto-Lei nº 135-A/75, de 15 de Março, dá-se a nacionalização de todas as companhias de seguros de capital português. Após um escasso período de Comissões Administrativas, entre 11 de Março de 1975 e Janeiro de 1976, é nomeado um único Conselho de Gestão para gerir as três entidades seguradoras “A Mundial”, “A Confiança” e a “Continental de Resseguros”, ao abrigo da legislação das empresas nacionalizadas de seguros.

1978 - É aprovado pelo Terceiro Governo Constitucional o Decreto-Lei nº 312/78, de 25 de Outubro, o qual cria a Companhia de Seguros Mundial-Confiança, E.P., por fusão das duas companhias “A Mundial” e “A Confiança”. (consulta em 3.08.2008) (<http://www.Fidelidademundial.pt/Institucional/QuemSomos/PercursoHistoricoMC>).

⁹⁷ No “Guia Sottomayor BankAmericard”, 278 + 2 pág., com enorme destaque, ocupando toda a contracapa, aparece a divulgação publicitária da Companhia de Seguros “A Mundial”, com a indicação “também os seus seguros podem ser pagos com o cartão Sottomayor na sede ou em qualquer dependência de A Mundial”.

tendo começado muito por baixo subira a pulso os diversos patamares do Banco. Tornar-se-ia no seu homem de confiança⁹⁸.

A vocação de Industrial de António Champalimaud

Esta incursão na Banca e nos Seguros nunca o desviou da sua vocação de industrial que sintetiza sem reservas: “Nunca busquei uma expansão horizontal, uma presença multiforme e sugadora em todas as actividades da Nação. A minha vida, o meu destino, é a de criador de indústria. E quando olho o meu país, a sua débil e balbuciente economia, a frágil estrutura da sua produção, a emigração maciça, os empreendimentos absurdos, a permanência de indústrias só possíveis num contexto obsoleto de protecção autárquica e o fraco rendimento do trabalho, sinto que mais alto serviço não me é dado prestar à pátria em que nasci do que continuar hoje e amanhã, e sempre que me deixarem, a criar riqueza e a promover indústria.”

E acrescentou: “Criar é a mais alta forma de viver. A minha forma de viver, a minha obra, é a indústria que por minhas mãos crescer. É a criar indústria que me sinto homem, que me cumpro como português e me justifico como sucessor de Henrique Sommer.”⁹⁹

E reafirmou-o numa sequência de entrevistas entre Setembro de 1996 e Outubro de 1997, com José Freire Antunes: “pensei que era necessário conceber as iniciativas industriais não como negócio de ocasião mas como nervos reais do crescimento nacional.”¹⁰⁰

Implementou António Champalimaud, já no início nos longínquos anos 40 do século passado, ao nível da gestão, esquemas inovadores que assentavam na maior valorização dos capitais investidos e em políticas equilibradas na distribuição de dividendos de modo a não enfraquecer a capacidade de expansão das empresas. Desenvolvia a sua acção no sentido de obter o aumento da produtividade e a diminuição dos custos unitários, não descurando a simplificação e unificação dos métodos e meios administrativos. A rentabilização dos investimentos era o meio de superar a carência de capitais no mercado nacional.¹⁰¹ Também Daniel Proença de Carvalho corrobora este modo de estar e de sentir a Economia por parte de António Champalimaud, referindo que ele sempre recusou negócios especulativos, considerando-os ofensivos, chegando mesmo a indignar-se com quem lhos apresentava ou propunha.¹⁰²

⁹⁸ Nas entrevistas de António Champalimaud a José Freire Antunes, *cit.*, p. 136, refere: “Eduardo Furtado, com espírito de grande banqueiro, tornou-se o meu homem de confiança”.

⁹⁹ António Champalimaud, *A Herança de Henrique Sommer – Aspectos Desconhecidos* (Lisboa: Publicações Europa-América, Fevereiro de 1972) (146 pp. + 3 fls.), p. 13.

¹⁰⁰ Entrevista a José Freire Antunes, *in* – José Freire Antunes, *Champalimaud*. (Lisboa: Círculo de Leitores, Outubro de 1997). 352 pp. + 2 fls., p. 72.

¹⁰¹ Aos métodos de gestão implementados por António Champalimaud também se refere Abel M. Mateus, *Economia Portuguesa – Crescimento no contexto Internacional (1910-2006)* (Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 3ª edição, revista e aumentada, Julho de 2006), p. 239.

¹⁰² Daniel Proença de Carvalho (*Entrevista concedida ao autor em 16 de Abril de 2008*).

O auto-exílio no México, e o lançamento do cartão Sottomayor

Quando em meados de 1957, em resultado de desavenças entre irmãos, começa um dos mais longos e mediáticos processos judiciais da nossa história¹⁰³, era já António Champalimaud uma figura de relevo na vida económica portuguesa¹⁰⁴. Ficaram as memórias do incontável número de notícias e crónicas de imprensa e vários livros de advogados, com reputação cívica e intelectual a defender, como Salgado Zenha, Sousa Tavares, Manuel João da Palma Carlos e Daniel Proença de Carvalho. “Ao longo de dezasseis anos, os Sommer e os Champalimaud perderam nas salas de audiência da Boa-Hora qualquer sentido da sua intimidade familiar¹⁰⁵. António Champalimaud foi ilibado, por todas as instâncias e pela unanimidade de todos os juízes que o julgaram, incluindo os do Supremo Tribunal de Justiça, em 1973. E não usou o direito que lhe assistia de invocar a prescrição para acabar de vez com o julgamento a que foi submetido.”¹⁰⁶

E é neste longo e atribulado período na vida¹⁰⁷, que se enquadra, a sua decisão de lançar o primeiro cartão de crédito bancário português.

No preâmbulo do seu livro sobre a Herança de Henrique Sommer¹⁰⁸, que escreveu em Novembro de 1971 e que dedica “Aos homens que comigo trabalham”, António Champalimaud refere que “Quando, há dois anos, fui pronunciado por dois crimes que não cometi e por deliberação premeditada tomei os caminhos do mundo, recusando aguardar na prisão o meu julgamento, limitei a minha defesa à dos meus advogados e confiei na verdade. Não senti nem necessidade nem desejo de quaisquer explicações.”

António Champalimaud, ter-se-á apercebido da precariedade da sua situação em termos de liberdade de acção¹⁰⁹. Consciente da previsível eventualidade de vir a ser pronunciado e preso, preparou de modo antecipado e consciente a sua fuga. Além de se sentir inocente, tinha decidido que não se deixaria manietar¹¹⁰. Do estudo das legislações de outros países, considerando um possível exílio, encarregou o advogado Daniel Proença de Carvalho¹¹¹ que em 1968, então com 27 anos, com ele começara a trabalhar no contencioso da Cimentos de Leiria¹¹²; Proença de Carvalho vai à Argentina, Venezuela e México. Sendo determinante, a proximidade ao país onde pulsava uma economia aberta

¹⁰³ O Caso Sommer, como ficou conhecido, quando terminou, em meados de 1973, era já um dos mais volumosos da nossa história. Enchia cinquenta mil páginas, repartidas por cem volumes.

¹⁰⁴ António Champalimaud continua a subsistir até aos nossos dias como uma figura marcante. Em muitos aspectos, nenhum empresário ou mesmo figuras públicas, suscitaram tanta controvérsia e tanto mistério.

¹⁰⁵ A vivência destes factos marcou de modo profundo António Champalimaud. Referindo-se à posição de apoio da sua mãe (por quem nutria profunda admiração), neste processo, posição que manteve até ao fim, dá nota, contudo, do seu sofrimento: “Nunca mais tive um dia de alegria. A minha mãe morreu com este desgosto da desavença entre os filhos” (Entrevista de António Champalimaud a José Freire Antunes)

¹⁰⁶ José Freire Antunes, *Chamaditas*, p. 250.

¹⁰⁷ Refere José Freire Antunes, *cit.*, p. 11, que António Champalimaud “Habitou-se a contar o tempo à maneira dos chineses: trinta anos de magia africana, dezasseis anos de martírio judicial, dez anos de idas à Polícia Judiciária, cinco anos de ausência premeditada, dezassete anos de desterro, primeiro imposto pelo 11 de Março e estratégico depois”.

¹⁰⁸ António Champalimaud, *A Herança de Henrique Sommer – Aspectos Desconhecidos*, p. 17.

¹⁰⁹ José Freire Antunes, *Champalimaud*, *cit.*.

¹¹⁰ Refere em entrevista (António Champalimaud a José Freire Antunes, *cit.*) p. 218: “Cogitava por quanto tempo ficaria detido, o que, a suceder, poderia desmoralizar o meu grupo e arruinar os meus negócios”.

¹¹¹ Considerava-o um competente e dinâmico causídico, referindo-se-lhe nestes termos: “Desde logo descortinei nele atributos que viriam a torná-lo num dos mais famosos advogados da praça de Lisboa”. (António Champalimaud a José Freire Antunes, *cit.*), p. 218.

¹¹² A colaboração não mais seria interrompida vindo a manter-se até à morte de António Champalimaud. Daniel Proença de Carvalho (Entrevista concedida ao autor em 16 de Abril de 2008).

e pujante (Estados Unidos da América), as suas preferências viriam a recair no México, que lhe estava próximo e onde a análise da legislação mostrou ser adequada à protecção pretendida. Para lá haveria de fugir. Pronunciado, sabia que uma vez preso e afastado dos negócios, teria, no caso de vir a ser absolvido, como aconteceu, muitas dificuldades de voltar a contar com a equipa que com ele colaborava. Daí a decisão de controlar os seus negócios e actividade a partir do exterior. E os seus pressentimentos acabaram por confirmar-se. A 2 de Fevereiro de 1969 é pronunciado. Com a razão formal da necessidade de acelerar o Caso Sommer, é emitido contra si um mandato de captura. Iria, pois, ser preso. As peripécias da sua fuga para o México, de onde passaria a gerir os seus negócios, revelam a sua grande capacidade para prever e gerir estas situações.¹¹³

No México, o desfazamento horário de mais de 7 horas obrigou-o a alterações de hábitos de vida. Não existindo na altura ainda o fax, o contacto por escrito era feito através de telex, recordando que em muitos casos, dificuldades diversas, o obrigavam a cuidados e trabalhos esforçados.¹¹⁴

E assim comandava o seu império.

As relações com o poder político

O seu relacionamento com António de Oliveira Salazar¹¹⁵ até finais de 1968, embora pautado por distanciamento, sempre assentou no respeito e admiração mútua, contrastando com os ressentimentos, ao que parece, também mútuos, com Marcelo Caetano a quem colocava num patamar bem diferente.¹¹⁶ E a situação viria a extremar-se com a anulação do negócio da compra do Banco Português do Atlântico¹¹⁷ através do célebre Decreto-Lei 1/71¹¹⁸.

¹¹³ Embora possuísse uma herdade no Alentejo, por razões óbvias, optou por embarcar de avioneta a partir de uma outra herdade de amigos, tendo sido pilotado pelo marido da sua filha Cristina, António Luís, que o levou do Alentejo para Espanha de avioneta. Dá nota de algumas peripécias desta fuga referindo que a avioneta que o haveria de recolher, voando demasiado alto, o terá impacientado. António Champalimaud terá mesmo recorrido a um lençol branco, que colocou no chão para que o piloto o localizasse.

De Espanha partiu para o México, de onde passou a gerir os seus negócios.

¹¹⁴ “Era difícil porque às vezes os telexes saíam todos borrados, tinham que ser repetidos ou interpretados à lupa. Era muito complicado. Fazia isso com a ajuda da minha antiga e dedicada secretária, Maria Georgina” (entrevista de António Champalimaud a José Freire Antunes, *cit.*), p. 221.

¹¹⁵ São diversas as referências que faz ao perfil e à estatura política de António de Oliveira Salazar. No seu livro *A Herança de Henrique Sommer – Aspectos Desconhecidos*, salienta que “apesar de eu ter sido o único grande empresário do País que sistematicamente formulou em discursos públicos conceitos de desenvolvimento económico que não eram coincidentes com os seus, ao mesmo tempo que fazia críticas ao funcionamento da Administração, nunca tolheu o meu trabalho ou praticou em relação a mim qualquer acto menos leal nos diferendos que tive com a Administração, nos 31 anos de trabalho decorridos de 1937 a 1968.”

¹¹⁶ A convicção de António Champalimaud era a de que, depressa Marcello Caetano fora instigado contra ele e contra os seus interesses, e entre os dois homens passou a predominar a antipatia. (José Freire Antunes, *cit.*, p. 211).

¹¹⁷ António Champalimaud (*cit.* por José Freire Antunes) refere uma conversa tida com Arthur Cupertino de Miranda que lhe terá segredado, numa recepção na Cimenteira do Dondo, em Moçambique: “António, já reparou na força que teríamos se juntássemos o Sotto Mayor ao BPA?”

À época, a junção destes dois bancos originaria um colosso bancário (o que, talvez por ironia do destino, num contexto diferente, veio a concretizar-se em anos recentes).

E António Champalimaud, que interioriza esta realidade, começa então a trabalhar a ideia. Gradualmente vai adquirindo lotes de acções do Banco Português do Atlântico e em Junho de 1970 encontra-se em Paris com Cupertino de Miranda. Fecha o negócio e compra-lhe o seu lote de acções no BPA. Mas a operação viria a ser desfeita. António Champalimaud foi coagido, através de um decreto governamental, dirigido especificamente contra ele e teve que devolver a Cupertino de Miranda a

O aparecimento do cartão Sottomayor

Quando em 2 de Fevereiro de 1969, foi pronunciado, e emitido contra si um mandato de captura, António Champalimaud estava bem consciente das consequências que daí adviriam: Já há muito tinha decidido que nessa altura abandonaria o país. E a escolha e a opção pelo México, também já há muito tinha sido tomada. Terá sido a partir daí, nesse ano de 1969, que foi tomada a decisão de introduzir em Portugal o primeiro cartão de crédito bancário¹¹⁹, cartão que foi obviamente muito influenciado pelo BankAmericard.

Cabe-lhe, sem dúvida, o mérito de ter percepcionado o alcance e a dimensão que os cartões de crédito bancários viriam a ter nos tempos que estavam para chegar.

Daniel Proença de Carvalho, com ele aí passa três meses, desenvolvendo, em colaboração, um intenso trabalho¹²⁰. Neste período António Champalimaud manteve e desenvolveu as suas relações internacionais. Refere Proença de Carvalho¹²¹, “A ideia que eu tenho, é que ele recebeu lá no México o Presidente do Bank of América. Esteve lá com ele e foi ... dessa óptima relação que ele conseguiu trazer para Portugal o cartão BankAmericard, sendo pioneiro, aliás como em muitas outras actividades desenvolvidas pelo BPSM.”

João Ribeiro da Fonseca pormenoriza esta fase e estes contactos internacionais.¹²² No ano de 1969 o Sr. António Champalimaud vivia no México, onde conheceu o Sr. Spinoza de los Monteros¹²³, dono do Bancomer, que era o maior banco comercial do México. Através dele, tomou conhecimento do programa Bankamericard, do Bank of America, de que o Bancomer era representante no México. Achou o assunto interessante e com o “apadrinhamento” deste senhor negociou com o Bank of America, conseguindo que o Sotto Mayor fosse o agente deste cartão para Portugal.¹²⁴ Salienta ainda

maioria do BPA que lhe comprara de forma lícita. Sempre viu esse diploma direccionado contra ele como um Golpe de Estado Jurídico.

Refere que os Administradores do Sotto Mayor entraram em pânico, devido às amplas represálias com que o Governo terá ameaçado o Banco: Eduardo Furtado e Fernão Ornelas foram ter com ele a Paris, para o convencerem a devolver a maioria das acções do BPA. António Champalimaud queixa-se amargamente desta situação referindo: “Na altura valeu tudo. Mas se estivesse em Lisboa nada nem ninguém me obrigaria a devolver o banco, mesmo que se abatessem sobre o Sotto Mayor as ameaças. Só que estava no exílio e os meus administradores em Lisboa não teriam a força necessária para encabeçar a luta”. Acabou por dar de volta a maioria do banco contra a simultânea devolução por Cupertino de Miranda da soma paga. “Assim acabou o negócio do BPA, com a vitória de interesses ilegítimos à face do Direito, mas apadrinhados por Caetano” (entrevista de António Champalimaud a José Freire Antunes, *cit.*).

¹¹⁸ “A anulação de um negócio através de um Decreto-Lei com um ano de retroactividade (Decreto-Lei 1/71 de 6 de Janeiro) é uma coisa extraordinária. Nunca perdoou ao Prof. Marcello Caetano esta conduta”. Daniel Proença de Carvalho (*Entrevista concedida ao autor em 16 de Abril de 2008*), p. 229-234.

¹¹⁹ Paulo Lowndes Marques (*Entrevista concedida ao autor em 2 de Novembro de 2005*).

¹²⁰ “... Sabe que eu passei três meses com ele no México. Estávamos os dois. Trabalhamos muito nessa época”. Daniel Proença de Carvalho (*Entrevista concedida ao autor em 16 de Abril de 2008*).

¹²¹ Daniel Proença de Carvalho (*Entrevista concedida ao autor em 16 de Abril de 2008*).

¹²² João Ribeiro da Fonseca (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*).

¹²³ João Ribeiro da Fonseca (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*). “Ele bebeu a ideia com o Sr. Spinoza, no Bancomer do México, onde ele estava. E deu instruções para Lisboa, para a Administração, para que fosse construída a operação do BankAmericard. E pronto, foi o que fizemos. Eu acho que o nome dele era Spinoza de los Monteros. Depois vim a conhecer uma filha dele e tenho ideia que o nome dele era mesmo esse.”

¹²⁴ O Bancomer era um dos bancos emblemáticos da operação BankAmericard, como o refere Dee Hock (Founder, and CEO Emeritus VISA) no seu livro *Birth of the Chaordic Age* (San Francisco: Berret-Koehler Publishers, Inc., 1999), p. 231, salientando que: “The Bank of America Service Corporation continued to license banks in the remainder of the world. Each license was

João Ribeiro da Fonseca que em Portugal não havia ninguém que conhecesse essa matéria, e António Champalimaud terá entendido, no seu critério, “que eu teria características que recomendariam uma aposta na minha pessoa.” Concretiza-se assim a sua admissão com a missão de vir a desenvolver este projecto. “Era nessa altura responsável por este pelouro, no Banco Pinto & Sotto Mayor, o Dr. Filipe Nobre Guedes, que me veio buscar.”¹²⁵ Na presidência do Banco estava Eduardo Furtado.

Apesar das vicissitudes, condicionantes e constrangimentos existentes na altura, sobretudo tratando-se de um produto novo, quase desconhecido, foi possível num período tão curto tornar real e concretizar este inovador projecto.¹²⁶

Em relação a este período refere Ribeiro da Fonseca: “eu sei, e sei de memória, que a Unicre foi formada praticamente na mesma altura (...). A diferença é que eu resolvi avançar com a operação e informei o Banco de Portugal. “Na boa escola do Sr. António Champalimaud, fomos mais agressivos, estudamos o assunto, e concluímos que não havia nada por que nos pudessem pegar.”¹²⁷ E assim, como não tínhamos encontrado nada na lei que nos impedisse de o fazer, comunicámos ao Banco de Portugal: “Nós vamos avançar com esta operação, com estas características. Se tiverem alguma coisa a dizer, façam o favor de informar. Como não havia nada a dizer, também nunca disseram nada.” “Não responderam porque não sabiam o que responder.”

O nome dado ao Cartão terá mesmo sido escolhido por António Champalimaud, como foi referido pelo Dr. Paulo Lowndes Marques, na altura Adjunto da Direcção de Estrangeiro no Banco. “Recordo-me que de entre algumas alternativas sugeridas como BANCOSOTTO, SOTTO BANCO,

different, leading to a morass of different marketing, computer systems, operations, and names. The blue, white, and gold card known as BankAmericard in the United States was known as Sumitomo Card in Japan, Barclaycard in the United Kingdom, Chargex in Canada, Bancomer in Mexico, and by a multitude of names in other countries. The situation quickly led to even greater and more complex problems throughout the world than those experienced earlier in the United States, due partially to the diversity of language, currency, culture, and legal systems”.

Também Paul Chutkow, *VISA - The Power of an Idea* (Chicago: Harcourt, Visa International, 2001), p.123-125, se refere ao Bancomer, divulgando mesmo, na sua obra, a imagem deste cartão, dando nota que: “only top banks (were chosen) in their regions, in order to safeguard and promote the BankAmericard and the image of the Bank of America abroad. His original international licensees were Barclays Bank in the United Kingdom, BAI in Italy, the Canadian Imperial Bank of Commerce in Toronto, the Sumitomo Bank in Japan, Banco de Bilbao in Spain, Banco Pinto Sottomayor in Portugal, Banco Comercial in Mexico, Credit Libanais in Lebanon, BancUnion in Venezuela, Credibanco Colombia, and Banco Credito in Puerto Rico. Barclays led the parade, launching its Barclaycard in 1966”.

¹²⁵ Portugal, como foi já referido, deve ser considerado como pioneiro, a nível europeu, no que respeita à introdução dos cartões de crédito bancários. Na operação do BankAmericard, apenas 2 países, na Europa, o precederam.

Na extraordinária obra “*VISA – The Power of an Idea*”, Chicago, First published in 2001, Visa International, o seu autor, Paul Chutkow, refere-se nestes termos (p. 125), a João Ribeiro da Fonseca:

“The Banco Pinto e Sottomayor of Lisbon ran a much smaller card program, **but it had a major asset: João Ribeiro da Fonseca**, a dynamic, entrepreneurial card manager who spoke five languages and had a tremendous enthusiasm for credit cards. ... and he brought a valuable outsider’s perspective to the world of consumer credit. His linguistic ability also made him a natural liaison for the European licensees”.

¹²⁶ Aquando do seu lançamento, em 16 de Março de 1970, o cartão Sottomayor foi publicitado e designado como “O Novo Dinheiro”. Podia ser utilizado nos Estados Unidos, Canadá, México, Venezuela, Porto Rico, Colômbia, Japão, África do Sul e na Inglaterra e Itália. Anunciava-se para breve a sua utilização na França, Espanha e no resto da Europa.

¹²⁷ “A Unicre, que era a Associação dos outros seis bancos optou por uma aproximação e abordagem jurídica diferente. Decidiu estudar as leis e perguntar ao Banco de Portugal o que, em relação a este assunto, podiam fazer (pode-se fazer isto? E aquilo pode-se fazer?) E ficaram, portanto, a aguardar uma resposta, que muito tardou a aparecer! E à boa maneira portuguesa, a Unicre só obtém autorização para lançar o seu cartão de crédito nas vésperas da Revolução de Abril de 1974, vindo a fazê-lo vários meses depois. E assim eu saí em 16 de Março de 1970 e o Sebastião de Lancastre esperou quatro anos ... e nós ganhamos vantagem”. João Ribeiro da Fonseca (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*).

BANCO PINTO... António Champalimaud terá dito: Vocês não têm imaginação, vai ser assim: Vai chamar-se SOTTOMAYOR ¹²⁸.

Para apresentar e publicitar o aparecimento do novo cartão de crédito no dia 13 de Novembro de 1969, o Banco Pinto & Sotto Mayor promove uma conferência de imprensa no Hotel Ritz, em Lisboa, anunciando: “O Cartão de Crédito Sottomayor” será (a partir de 1970) “Um Novo Dinheiro” no Nosso País¹²⁹.

Curiosamente, e exceptuando a publicidade institucional do Banco, que arranca em 25 de Fevereiro de 1970, os meios de comunicação parecem não ter feito eco ou dado qualquer atenção ou relevo a este evento, não tendo valorizado o aparecimento deste novo dinheiro.

Para além de uma notícia jornalística relatando a convocação da Assembleia-geral do Banco Pinto & SottoMayor (para o dia 7 de Março de 1970), não encontramos outras referências expressamente relacionadas com o lançamento do cartão Sottomayor.

Nesta notícia publicada no jornal O Século, no dia 22 de Janeiro de 1970¹³⁰, refere-se que a assembleia geral do Banco Pinto e Sotto Mayor, será presidida pelo Sr. Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró, a fim de votar o relatório, contas e parecer do conselho fiscal, relativos à gerência a 31 de Dezembro de 1969.

E o articulista salienta alguns aspectos de relevo que aparecem mencionados nesse relatório: “o crescimento do banco continua a processar-se não só na metrópole, mas também no ultramar, para além do desenvolvimento das operações, há também que referir a expansão da actividade em Angola e Moçambique onde já temos um número significativo de agências espalhadas por todos os distritos daquelas duas províncias.”

Refere ainda que no prosseguimento da política tradicional, de não só reformar e aperfeiçoar os serviços, como de criar novos que venham preencher lacunas existentes e dar mais perfeita satisfação às necessidades verificadas, no sentido de melhor servir, o Banco criou no final do exercício de 1969 um serviço com características inéditas entre nós, e que começará a funcionar em pleno dentro de poucas semanas: O CARTÃO SOTTO MAYOR – BANK AMERICARD.

Como se diz no documento a que nos estamos a referir: “...não se trata de um cartão reservado a elites mas sim de um novo instrumento de crédito destinado a largas camadas da população que, por seu intermédio poderá fazer compras de bens e pagar serviços, uns e outros de natureza mais diversa. Os estrangeiros que nos visitam terão à sua disposição este processo de crédito mercê da integração do nosso CARTÃO na rede internacional do Bank of America. E é evidente que pelo mesmo facto terá para os nacionais validade em numerosos países, o que aliás já acontece com outros cartões em circulação no nosso meio.”

¹²⁸ Paulo Lowndes Marques (*Entrevista concedida ao autor em 2 de Novembro de 2005*). Sobre a escolha do nome para o cartão, também realça João Ribeiro da Fonseca “... era o Banco Sottomayor, o Banco Sotto, o Mayor do Sotto, essas coisas que a gente faz à procura de nomes. O Sotto era a abreviatura do Banco, do Pinto & Sottomayor. Dizíamos, vamos ao Sotto, depois o maior, o Mayor. Era um nome giro, graficamente resultava bem”.

¹²⁹ O Diário de Notícias de 14 de Novembro de 1969, na pág 5, dá nota deste evento que faz acompanhar de fotografia, salientando que “A iniciativa foi ontem apresentada durante uma Conferência de Imprensa no Hotel Ritz, realizada pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, associado do Bank of America. Antes de se iniciar a Conferência o Dr. Filipe Nobre Guedes proferiu algumas palavras justificativas da reunião. Em seguida o Dr. Paulo Marques, da Direcção do Banco, que dirige o grupo de trabalho que em Portugal e nos Estados Unidos da América estudou e está montando a complexa operação, expôs o que era o cartão de crédito Sottomayor, suas vantagens e expansão projectada. (...)”

¹³⁰ Jornal “O Século” do dia 22 de Fevereiro de 1970, p. 1 e 5.

Para além destes elementos e não tendo encontrado, relativamente a este período, nas pesquisas levadas a cabo, outras referências relativas a este assunto, para que se não percam estes testemunhos, passamos a indicar, com pormenor, as datas que enquadram o curto tempo decorrido entre a tomada da decisão de implantação do cartão Sottomayor e o início da operação.

João Ribeiro da Fonseca, tinha acabado de chegar de Angola, no dia 1 de Julho de 1969. É contratado por Filipe Nobre Guedes em Agosto e começa a trabalhar em Setembro, no projecto do BankAmericard¹³¹. Acompanha-o Paulo Lowndes Marques¹³² (responsável pela operação, e que a conduziu na sua fase inicial), na deslocação a S. Francisco, para estudar a implementação do cartão no nosso país.

E aí fica, durante quatro semanas, a estagiar e a aprender a operação. Depois desse estágio no Bank of America e de ficar a conhecer um bocado o que era o programa, “fui de S. Francisco para Londres e estive no Barclays, que era na altura o parceiro do Bank of America, com o seu Barclaycard.” Esteve em Londres e em Northampton (onde estava o centro de operações do Barclays), mais uma semana, a familiarizar-se com esta nova realidade. Como recorda Ribeiro da Fonseca “depois deste muito breve contacto, regressei a Portugal. Voltei para o Banco em Outubro, e com uma equipa muito, mas mesmo muito jovem, arranquei com a operação, a construir a operação.” “Arregacei as mangas e comecei a montar um programa. Os primeiros cartões saíram para a rua, operacionais, em 16 de Março de 1970.”¹³³

Tudo parece ter sido muito simples. João Ribeiro da Fonseca desdramatiza a complexidade da operação, tornada operacional em tão curto espaço de tempo: “não havia nada de inesperado a descobrir. Houve muitas virtudes, era uma equipa de gente nova, vinte, vinte e poucos anos. Eu próprio, na altura, tinha 32 anos. Havia muito entusiasmo. Tudo simples. Fizemos listas, fomos aos clientes do Banco, escolhemos as pessoas por parâmetros que predefinimos, consideramos a capacidade creditícia, seleccionamos ramos de actividade que eram mais produzíveis do que outros, preparamos alguma literatura dirigida às pessoas e fizemos também alguma publicidade. Enfim, na altura foi uma aventura engraçada, com criatividade e a publicidade para lançar e promover o cartão. Mas sinceramente, não houve nenhuma ciência oculta”¹³⁴.

Maria Helena Mena que integrou a equipa que arrancou com a concepção e desenvolvimento da operação refere que esta foi rodeada do maior cuidado e secretismo. Começou a trabalhar a 19 de Outubro de 1969, integrando uma equipa de cerca de 20 pessoas.¹³⁵

A equipa inicial era liderada por João Ribeiro da Fonseca e tinha os seguintes responsáveis pelas diversas áreas:¹³⁶ Chefe de Serviço - Rui Ribeiro Cunha; Secção Administrativa e Contabilidade - Elisário Cavaco; Crédito e Cobranças - Arrifana Lopes; Equipa Comercial de Promotores - Maria

¹³¹ Viria a coordenar, desde a fase de lançamento do cartão, toda a sua actividade até 11 de Março de 1975.

¹³² “Eu estou na génese do cartão Sottomayor. Já trabalhava no BPSM. Mas quem desenvolveu o projecto foi o João Ribeiro da Fonseca, que trabalhou para mim, e depois foi ele que avançou com o projecto. E em 1975, quando ocorreu a nacionalização vai trabalhar na operação BankAmericard. Vieram até buscá-lo”. Paulo Lowndes Marques (*Entrevista concedida ao autor em 2 de Novembro de 2005*).

¹³³ João Ribeiro da Fonseca (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*).

¹³⁴ João Ribeiro da Fonseca (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*).

¹³⁵ Maria Helena Mena (*Entrevista concedida ao autor em 2 de Abril de 2008*).

¹³⁶ Rui Faria de Oliveira (*Correspondência recebida em 3 de Outubro de 2008*).

Helena Mena; Secretárias da Direcção - Ana Medina e Isabel Brandão. Havia um Centro no Porto, coordenado pelo Sr. Mello¹³⁷

A estratégia comercial seguida para a divulgação e angariação de clientes e comerciantes na fase de arranque consistiu na oferta de cartões aos clientes do Banco Pinto Sotto Mayor, tendo-se, numa fase posterior, alargado a oferta a clientes de outros Bancos, utilizando os canais tradicionais de publicidade como meio de divulgação.

“Quanto à constituição da rede de comerciantes aceitantes do sistema a divulgação e contratação dos comerciantes assentava numa equipa central de Promotores: Três senhoras (meninas) e três rapazes (nos quais eu me incluía, pois foi o meu primeiro trabalho) que iniciaram a sua acção em Lisboa e o Centro do Porto, apenas com duas pessoas na cidade nortenha.¹³⁸

Também os Balcões do BPSM, depois de industriados (não se poderá dizer formados), ajudavam a divulgar o produto junto dos comerciantes seus clientes, passando a informação para os Promotores Centrais que os visitavam e propunham a assinatura do contrato.

Toda e qualquer comunicação escrita ou verbal a respeito do cartão deveria ser endereçada ao CARTÃO SOTTOMAYOR e dirigida ou tratada na sede onde funcionavam os serviços, na Avenida da Liberdade, 241 – 1º Lisboa, na Rua de Ceuta, 31, no Porto, ou ainda no Largo Primeiro de Dezembro, 1, em Faro.¹³⁹

Toda a parte processual dos contratos e os diversos aspectos relacionados com a área jurídica terá sido da responsabilidade do advogado Morais Leitão.¹⁴⁰

Aquando do lançamento do cartão foi concebida e estabelecida uma segmentação de mercado no que respeita à atribuição de plafonds de crédito concedidos aos utilizadores do cartão Sottomayor.¹⁴¹ A impressão de uma “estrela” do tipo “*” a seguir à data de validade do cartão indicava ao comerciante que se tratava de um cliente com um plafond de crédito mais elevado.¹⁴²

O arranque da operação foi suportado, na altura, por meios informáticos¹⁴³, baseado no centro de computadores da IBM, na Rua Duque de Palmela.¹⁴⁴ Inovadores para a época, poderiam

¹³⁷ O Sr. Mário Martins, Ex-Administrador do BPSM, chegou a referir-me que este colaborador, era “familiarmente” conhecido na altura, aqui no Porto, como o “Mello dos Cartões”.

¹³⁸ Rui Faria de Oliveira (*Correspondência recebida em 3 de Outubro de 2008*).

¹³⁹ “Folheto de Propaganda”, com carácter promocional contendo relevante informação sobre o modo e condições de funcionamento do cartão Sottomayor, anexo ao Ofício 1810 (s/data, contendo um requerimento anexo de 15 de Janeiro de 1971) da Inspeção-Geral de Crédito e Seguros dirigido ao Governador do Banco de Portugal. (Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Pastas numeradas de I a V, com elementos relativos a cartões de crédito).

¹⁴⁰ Maria Helena Mena (*Entrevista concedida ao autor em 2 de Abril de 2008*).

¹⁴¹ Rui Faria de Oliveira (*Entrevista concedida ao autor em 14 de Março de 2006*). A confirmação destes elementos aparece no requerimento do Banco Pinto & Sotto Mayor, dirigido ao Secretário de Estado do Tesouro, datado de 15 de Janeiro de 1971, onde é salientado que “apesar do impacto produzido pela emissão de “cartão de crédito”, que constitui uma novidade, ao longo do ano de 1970 foram distribuídos 38 mil cartões o que representa pouco mais de 10% do total dos depositantes do Banco e traduz bem a selectividade com que os “cartões” são atribuídos. Na verdade como é facilmente compreensível, o Banco apenas distribui tais cartões a quem mostrar possuir, para além de elevada probidade, certos níveis de rendimento, o que já de si constitui uma selecção automática de crédito.”

¹⁴² “O cartão com estrela era um cartão que tinha plafonds mais elevados e era atribuído aos melhores clientes do Banco Pinto & Sotto Mayor. Queria dizer ao comerciante que podia aceitar, sem ser necessário pedir autorização ao Banco, pagamentos até 5000\$00. Para o cartão sem estrela o plafond baixava para os 2000\$00. A partir destes limites o comerciante tinha que telefonar para o banco a pedir autorização para a concretização da operação. Na altura da introdução do “Valid Only in Portugal”, quando foi proibida a utilização dos cartões no estrangeiro, já não havia estrelas” (Rui Faria de Oliveira (*Entrevista concedida ao autor em 14 de Março de 2006*)).

¹⁴³ “Foi uma operação que contou desde o princípio com um sistema de computação completo. Era um sistema de computadores a sério!” Paulo Lowndes Marques (*Entrevista concedida ao autor em 2 de Novembro de 2005*). João Ribeiro da

hoje considerar-se muito rudimentares. Assentavam num computador IBM, cujo carregamento era feito através dos “cartões perfurados” que iam produzir “bandas” que eram lidas e trabalhadas pelo computador (melhor: ordenador).

Os primeiros cartões custavam 20\$00¹⁴⁵ e devem ter tido a validade de 6 meses¹⁴⁶. Da análise do escasso número de cartões que possuímos, deste período, não é seguro tirar essa conclusão. Dos testemunhos obtidos junto quer dos responsáveis pela operação, quer dos diversos intervenientes no seu lançamento, ninguém se recorda deste pormenor. É crível, dados os receios do lançamento de uma operação com contornos que poderiam fazer prever alguns riscos em termos de segurança, que o prazo de validade tenha sido de 6 meses, à semelhança do que era seguido e praticado nos Estados Unidos da América, com a emissão dos cartões BankAmericard. Os primeiros cartões plásticos foram produzidos no estrangeiro nas firmas certificadas pelo BankAmericard. Esses primeiros cartões Sottomayor ostentavam a indicação “R” de marca registada, seguida da indicação “SERVICE MARKS OWNED AND LICENCED BY BANK OF AMERICA, N.T. & S.A.”. Em alguns aparece ainda a indicação “Printed in U.S.A.” [Fig. 47, 48]. A personalização dos cartões, de acordo com indicações de elementos da equipa que tinham a seu cargo a parte operacional, era efectuada em Portugal. A personalização era feita (letra a letra), em máquinas de “embossing” existentes na altura.

Fonseca, (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*) refere a destruição dos meios de suporte informático da operação do cartão Sottomayor, nos termos seguintes: “a Revolução, entre outras decisões culturais que tomou a seguir ao 11 de Março de 1975, quando se deu a nacionalização da banca, foi a de que os cartões bancários eram uma coisa a abater, a destruir. Era mau, era capitalismo e o primeiro passo que foi dado no Banco Pinto & Sotto Mayor, foi destruir, e digo literalmente destruir, o Centro de Processamento de Dados do cartão Sottomayor, computadorizado, que à época era a coisa mais moderna que havia na banca e que tínhamos construído com o melhor da tecnologia da altura. A tecnologia não foi importada dos Estados Unidos. Foi desenvolvida aqui em Lisboa entre nós e a IBM. E a primeira iniciativa que houve em termos do BPSM, a primeira iniciativa que a Revolução tomou nessa altura, foi destruir esse centro, destruí-lo fisicamente, eliminá-lo. Na linguagem revolucionária da época era a estrutura que eu tinha montado para mandar o dinheiro do Sr. Champalimaud para o estrangeiro. E foi tudo eliminado. Acabou-se com aquilo que foi considerado um pecado capitalista”. “Na altura ainda eram máquinas de cartões perfurados. O que tinha levado muito trabalho e entusiasmo a montar foi destruído rapidamente, como uma vitória revolucionária.”

¹⁴⁴ Joaquim da Costa Leite, *Instituições, Gestão e Crescimento Económico: Portugal, 1950-1973* (Universidade de Aveiro, Setembro de 2005), p. 23, refere-se à introdução dos computadores no nosso país salientando que “Em algumas empresas com grandes volumes de facturação ou grandes exigências de cálculo começaram a ser introduzidos computadores. O início dos anos sessenta parece ter sido marcante nessa evolução. Temos notícia de um computador IBM 650 adquirido em 1960 para o Centro de Cálculo da Hidroeléctrica do Cávado. O Banco Pinto de Magalhães adquiriu em 1961, um NCR Elliott 803 B que a National Cash Register Company of Portugal anunciou como “a primeira instalação de um computador electrónico, com filmes magnéticos, na Península Ibérica e na indústria bancária”. O Banco Espírito Santo adquiriu um computador Univac 1004. Nos seguros o processamento manual era substituído por centros mecanográficos de que havia exemplos em 1961, com uma primeira referência a um computador na companhia Douro em 1963, e um novo computador Gamma 10 por contrato com a Bull-General Electric em 1965 (...). De notar ainda que a “IBM, estabelecida em Portugal em 1938, instalou em Lisboa a primeira fábrica de cartões mecanográficos em 1948”.

Também Álvaro Ferreira da Silva, *História da Informática em Portugal* (Lisboa: Livros do Brasil, 1ª edição, Novembro de 2006), p. 88-89, dá nota de que “O sector financeiro foi o que mais cedo sentiu a necessidade de informatização dos seus procedimentos. Em 1965, o Banco Lisboa & Açores é dotado de um moderno IBM 360, bem antes de qualquer das universidades e dos outros organismos (...) terem máquinas semelhantes, já que o Instituto Superior Técnico ou o Instituto de Meteorologia tiveram os seus IBMs da série 360 apenas após 1970. (...) o Banco Lisboa & Açores transformou-se na primeira instituição bancária portuguesa a poder utilizar a informática para consultar, em tempo-real, a posição de uma conta a partir do balcão do banco. Nos balcões abrangidos, os clientes podiam tratar das suas operações, independentemente do balcão em que a conta estava domiciliada. (...) A Caixa Geral de Depósitos instala em 1962 um IBM 1401, uma das máquinas construídas para o mundo empresarial antes do sucesso da série 360. No Banco Borges & Irmão foram instalados dois IBM 360, um no Porto em 1969, o outro em Lisboa. (...) O Banco Português do Atlântico criou dois centros mecanográficos, um no Porto e o outro em Lisboa, adquirindo em 1965 um computador UNIVAC. Fora do espaço continental existiam igualmente esforços de modernização do processamento da informação bancária: ainda nos anos 60, o Banco Comercial de Angola e o Banco de Crédito Comercial e Industrial, em Luanda, foram igualmente dotados de computadores.”

¹⁴⁵ Paulo Lowndes Marques (*Entrevista concedida ao autor em 2 de Novembro de 2005*).

¹⁴⁶ É conhecido um cartão Sottomayor com validade de 10/70.

De acordo com as estimativas, unânimes, de vários colaboradores intervenientes e envolvidos neste processo, a operação Sottomayor terá arrancado com alguns (poucos) milhares de cartões. Talvez entre 3 a 5 mil cartões. É unânime a referência de que houve necessidade de criar uma certa massa crítica para que a operação arrancasse com sucesso. E para isso foi necessário um número razoável de comerciantes e, paralelamente, um número com algum significado de titulares de cartões. Em 1975 o número de cartões já superaria os 30 000.¹⁴⁷

A operação do cartão Sottomayor não se terá limitado ao Continente e Ilhas Adjacentes tendo sido também utilizado em Angola e Moçambique¹⁴⁸.

A forte aposta de António Champalimaud na internacionalização do Banco Pinto & Sotto Mayor e o seu interesse em ampliar e consolidar a sua rede de negócios, aproveitando os seus excelentes contactos no mundo financeiro, leva-o a abrir uma delegação em S. Francisco, nos Estados Unidos da América. Desta iniciativa dá nota, a 22 de Fevereiro de 1974, a Revista Flama, noticiando em título:

“Com a presença do Industrial António Champalimaud o Banco Pinto e Sotto Mayor inaugurou uma nova Delegação em S. Francisco da Califórnia.”¹⁴⁹

E a notícia realça ainda a importância do evento nos termos seguintes: “No clube privado do Bank of America, cujo trigésimo andar é ocupado pela nova delegação do Banco Pinto e Sotto Mayor, foi oferecida uma recepção à qual estiveram presentes as mais destacadas entidades oficiais

¹⁴⁷ João Ribeiro da Fonseca (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*). A confirmação destes dados está patente num requerimento do Banco Pinto & Sotto Mayor, dirigido ao Secretário de Estado do Tesouro, datado de 15 de Janeiro de 1971, onde se afirma que “o requerente não pode deixar de salientar a posição altamente favorável do cartão, tanto no mercado interno como no internacional. Efectivamente, no que diz respeito ao mercado nacional o cartão “SOTTOMAYOR” obteve, no seu primeiro ano de lançamento, uma difusão notável que pode bem ser avaliada pelos seguintes números: cartões em circulação – 38 000; valor das transacções efectuadas – 13 500 000\$00; comerciantes filiados – 1 300; funcionários afectos ao serviço – 35; valor do investimento (cerca de) 9 000 000\$00.”

¹⁴⁸ Sobre a actividade do Banco Pinto & Sotto Mayor em Angola e Moçambique, indica José Freire Antunes, *cit.*, p.196, que “antes de lançar o Sotto Mayor em Lourenço Marques, António Champalimaud buscou um braço direito, chegando a João (“Jana”) Raposo de Magalhães. Então com quarenta e três anos, era administrador do BNU. (...) Não se arrependeu. Raposo de Magalhães, um descontraído, com forte sentido de humor, foi peça fulcral na aplicação da estratégia bancária em África. (...) Foi fulgurante a implantação africana do Sotto Mayor desde a sua abertura, em Março de 1966, em Lourenço Marques (...). O Sotto Mayor era o único banco comercial a operar directamente e com o próprio nome em África, ao contrário de outros que tinham constituído bancos locais. No fim de 1967 tinha já doze agências em Moçambique e iniciara a sua actividade em Angola.”

No livro editado pelo BPSM e publicado em 31.05.1989, com o título “*História do Banco Pinto e Sotto Mayor, 1914 – 1989*”, nas pag. 86/87 aparece uma curtiíssima referência ao cartão Sottomayor, ilustrada com uma única imagem de um cartão Sottomayor, mas com um pormenor muito interessante. No cartão pode ler-se em letra pequena “Valid Only in Mozambique”, tendo sido emitido a favor de Leonel T. Ribeiro, com validade de 12/74.

No “*Guia Sottomayor BankAmericard*”, 278 + 2 pág., [Fig. 53] aparecem relacionados os estabelecimentos aderentes ao cartão Sottomayor, incluindo os do Ultramar (Angola e Moçambique) [Fig. 54]. Trata-se de uma publicação sem data, mas que pela imagem dos cartões reproduzidos (nº do cartão na parte superior da faixa ocre e nome do titular na parte inferior da mesma faixa), de acordo com a sistematização do ACCCS, deverá corresponder aos anos 1970 a 1972 (Vd. Anexo III – Identificação e datação de cartões).

Contudo, “relativamente ao requerimento apresentado pelo Banco Pinto & Sotto Mayor sobre a emissão de cartões de crédito”, no Ofício Nº. 0 - 338/EG, com data de 26 de Setembro de 1973, dirigido pelo Governador do Banco de Portugal ao Inspector-Geral de Crédito e Seguros, aparece a seguinte indicação: “Entretanto, e atendendo a que o Banco Pinto & Sotto Mayor está autorizado a exercer funções de crédito no Ultramar, importará, ao que parece, estabelecer claramente que a autorização para a emissão de cartões de crédito não poderá abranger pessoas residentes em províncias ultramarinas e, bem assim, que a aludida instituição não poderá celebrar contratos, para os fins de utilização dos ditos cartões e considerando o disposto na alínea c) do nº 1 da citada Portaria, com estabelecimentos comerciais sítos naquelas províncias.” A esta posição do Banco de Portugal parece não ter correspondido uma efectiva proibição, dado que os testemunhos indicam uma normal operação dos cartões nos territórios ultramarinos.

¹⁴⁹ Revista *Flama*, nº 1355, de 22 de Fevereiro de 1974, p. 64.

portuguesas e americanas de S. Francisco da Califórnia, assim como as mais proeminentes figuras do mundo financeiro daquela cidade ...”

Algumas passagens do discurso de António Champalimaud, após ter sido “homenageado com um banquete” são bem elucidativas da sua visão estratégica, tendo afirmado: “ (...) eu, que tenho alma de emigrante e que estou sempre com um pé em Lisboa e outro em qualquer parte do mundo, comovo-me ao constatar como o espírito Português tanto e tão admiravelmente frutificou ao ser integrado no espírito desta grande Nação. (...) Portugal continua a ser um pequeno país quando considerado dentro da Europa. Mas quando examinamos as suas ramificações no mundo (aqui, no Brasil, nas costas do Atlântico e do Índico) (...) poderá ser um país bem maior do que aquele que o mapa da Europa nos apresenta. Foi aliás com este espírito que há muito decidi sair de Portugal. E, assim, todas as indústrias que lá implantei e de que fui fundador, desde o cimento ao aço bem como todas as actividades financeiras a que depois também me dediquei na Banca e nos Seguros, - implantei-os também em Angola e Moçambique, e agora estou em vias de os implantar no Brasil. E é também dentro deste espírito que venho procurando dar ao Banco Pinto e Sotto Mayor a mais vasta expansão internacional, de que é testemunho a sua implantação neste Estado. (...)”¹⁵⁰

Pela análise do conteúdo e esforço publicitário, o Banco Pinto & Sotto Mayor terá visto e considerado a Revolução, numa fase inicial, como uma possibilidade, em termos de expansão do negócio de cartões, apostando na dinamização do seu cartão Sottomayor, que nesta altura teria mais de 30 000 cartões a serem utilizados¹⁵¹. Procurou mesmo atingir novos segmentos de mercado.¹⁵²

Parece-nos, contudo de realçar um exemplo, talvez fruto dos novos tempos - o anúncio que aparece inicialmente na contracapa da edição da “Flama” de 10 de Maio de 1974, encimado com o título “E vivam os direitos da mulher.”¹⁵³ Vem complementado com o texto, ao fundo da página, onde se lê:

“O direito de sair à rua e ser livre. De vestir minis, maxis ou calças. De guiar e fumar. De trabalhar e ter os seus caprichos. O direito de comprar, de repente ao sabor da fantasia, um pullover jacquard, um perfume caro ou uma gravata para oferecer. De não contar os tostões que traz na carteira. De não ficar nunca, frustrada, diante da tentação, ali na montra, ao atravessar a rua, à saída do escritório. O direito indiscutível, em todas as ocasiões, de usar o cartão Sottomayor.”

Ainda como pormenor de grande alcance refira-se que houve uma primeira fase, logo a seguir a 25 de Abril, em que António Champalimaud e outros empresários apostaram numa evolução

¹⁵⁰ Como dá nota José Freire Antunes, tendo em vista a edição em 1977, pelo Círculo de Leitores, de um livro sobre a sua Vida e Obra, António de Sommer Champalimaud, “Em Setembro de 1996 aceitou e iniciámos as numerosas sessões de trabalho, na sua casa do Sacramento à Lapa”. Acrescenta que durante as muitas dezenas de horas de testemunho oral que formam a base do livro, António Champalimaud ter-se-á emocionado por duas vezes. A primeira foi quando falou da sua mãe; a segunda foi ao evocar o derradeiro vislumbre, em Nacala, da bandeira portuguesa hasteada no território de Moçambique. (*Champalimaud, cit.*, p. 9-10.)

¹⁵¹ João Ribeiro da Fonseca (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*).

¹⁵² Dedicamos, no capítulo 7, uma atenção particular à actividade e ao esforço publicitário desenvolvido.

¹⁵³ Joaquim da Costa Leite, em *Instituições, Gestão e Crescimento Económico: Portugal, 1950-1973*, Universidade de Aveiro, Setembro de 2005, chama a atenção para este aspecto. A mulher moderna, como alvo específico da publicidade, data de antes do 25 de Abril, dando como exemplo, um anúncio do BES.

democrática, politicamente moderada, anunciando, nomeadamente, grandes investimentos. A deriva revolucionária não estava decidida à partida.

Refere ainda Proença de Carvalho que “as nossas empresas estavam com abertura ao exterior. E que António Champalimaud defendia a entrada de Portugal no Mercado Comum, naquela altura.¹⁵⁴ E defendeu-o publicamente. Nos cimentos e noutras actividades praticava preços competitivos. Não temia a concorrência.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Joaquim da Costa Leite, *Instituições, Gestão e Crescimento Económico: Portugal, 1950-1973*, (Universidade de Aveiro, Setembro de 2005), p. 27-28, salienta que já em 1958 “na discussão da Câmara Corporativa sobre a proposta do II Plano de Fomento, António Champalimaud defendeu a adesão de Portugal a ‘uma zona de trocas livres’ e enunciou alguns problemas, entre os quais a questão do financiamento. Era claro para ele que o projectado Banco de Fomento Nacional não teria suficiente capacidade de investimento e os seus fundos seriam canalizados para as ‘indústrias políticas de base’.”

¹⁵⁵ Daniel Proença de Carvalho (*Entrevista concedida ao autor em 16 de Abril de 2008*).

6. O Cartão Unibanco da UNICRE

Como foi já referido, o cartão Unibanco da Unicre teve uma longa gestação.

A operação foi dimensionada para um patamar da ordem dos 100 000 cartões tendo sido quase decalcada da experiência de um banco americano do Kentucky, o First National Bank of Louisville¹⁵⁶, escolhido como modelo [Fig. 49] pelo facto de a sua dimensão ser muito semelhante àquela que a Unicre projectava e pretendia atingir em Portugal. De realçar que o próprio “manual dos procedimentos da operação foi mera tradução e adaptação do deste banco, mediante o pagamento de 40.000\$00 de direitos, verba muito considerável para a época (1971/72).”¹⁵⁷

De referir ainda que nos termos do contrato assinado com o Interbank Card Association¹⁵⁸, que detinha a marca Master Charge, “a Unicre estava obrigada a contratar a aceitação do cartão com pelo menos 1 250 comerciantes até 1 de Setembro de 1974, e a emitir, no mínimo, 30 000 cartões até 1 de Setembro de 1976.”¹⁵⁹ O apoio logístico, particularmente no que respeitou à escolha e selecção dos programas informáticos para o processamento da operação foi conseguido junto do Institut d’Études et des Recherches Financières (empresa francesa).

Assim, em Abril de 1974, dispunha de uma razoável lista de pessoas, seleccionados no universo dos clientes dos seis bancos accionistas. Na fase de arranque contava com uma rede de perto de 3 000 comerciantes aderentes. A sua adesão ao cartão Unibanco não terá sido difícil, pois muitos deles já trabalhavam com o cartão Sottomayor, tendo-se já apercebido do interesse do negócio. Sem dúvida que o arranque do cartão Unibanco terá sido muito facilitado pela experiência entretanto acumulada e percebida pelos já utilizadores do cartão Sottomayor.

A emissão dos primeiros cartões Unibanco [Fig. 50] terá ocorrido apenas em 4 de Novembro¹⁶⁰ de 1974, pois nos três primeiros meses de actividade, a Unicre funcionou apenas para aceitar cartões estrangeiros. ¹⁶¹ Referido como um dia emocionante, no final do mês de Agosto de

¹⁵⁶ Talvez por lapso, em *Os Cartões de Crédito em Portugal nos Últimos 20 Anos*, p. 4, o Eng. Sebastião Lancastre refere que o banco escolhido terá sido o National Bank of Louisiana. Conferir com “*Há Precisamente 30 Anos - Nascia a Unicre e iniciava-se a operação do Cartão Multibanco*”, p. 6.

¹⁵⁷ *Há Precisamente 30 Anos Nascia a Unicre e iniciava-se a operação do Cartão Multibanco*, p. 6.

¹⁵⁸ Aquando da suspensão da utilização de cartões de crédito no estrangeiro, a Unicre, numa exposição apresentada ao Ministro das Finanças em 4 de Março de 1975, realçava a importância da sua ligação ao sistema Interbank nos termos seguintes: “a Interbank tem vindo a desenvolver entre todos os seus membros uma poderosa acção publicitária informando da adesão da Unicre ao sistema Interbank – Master Charge e chamando a particular atenção para a reciprocidade de aceitação dos cartões nos respectivos países ao abrigo das condições bilateralmente acordadas entre as duas sociedades.” (Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Pastas numeradas de I a V, com elementos relativos a cartões de crédito).

¹⁵⁹ *Há Precisamente 30 Anos Nascia a Unicre e iniciava-se a operação do Cartão Multibanco*, p. 7.

¹⁶⁰ Javier Sáez Salgado, *História da Moeda em Portugal*, (Lisboa: Abril/Controljornal Editora, Lda (coleção Unibanco), Outubro de 2001), p. 196, indica a data de Outubro de 1974, para o lançamento do cartão Unibanco, sob a marca Master Charge, contando nesta fase de arranque com uma rede de estabelecimentos aderentes de três mil estabelecimentos.

¹⁶¹ Em Agosto de 1974 (o Eng Sebastião de Lancastre em *Os Cartões de Crédito em Portugal nos Últimos 20 Anos*, p. 4, refere o mês de Junho; em “*Há Precisamente 30 Anos Nascia a Unicre e iniciava-se a operação do Cartão Multibanco*”, p. 6, aparece referido o mês

1974, a Unicre então apenas com a aceitação de cartões estrangeiros regista no seu primeiro dia de actividade 18 transacções.¹⁶²

Rapidamente este número cresceria, passando para o nível das 400 transacções diárias logo que foram emitidos os primeiros 1 000 cartões para utilizadores nacionais.

Os primeiros cartões foram produzidos em Maio de 1974, pela “Addressograph U. K.” e tinham a referência “ICA 1258 – 5/74”. Inicialmente, a validade dos cartões terá sido de seis meses.¹⁶³ O processamento informático utilizado pela Unicre, no início da operação, era feito apenas duas vezes por semana, no centro da Data, empresa do Grupo Borges.¹⁶⁴

Foram accionistas fundadores da Unicre, indicados pela ordem por que aparecem no verso do primeiro cartão Unibanco [Fig. 50], os Bancos Português do Atlântico, Borges e Irmão, Espírito Santo, FONSECAS e Burnay, Nacional Ultramarino e Totta & Açores (BPA, BBI, BESCL, BFB, BNU, BTA).

O artigo Terceiro dos estatutos dispunha que “constitui seu objecto a concessão de crédito mediante a emissão de cartões individuais de identificação, bem como a celebração de todos os contratos e prestação de serviços para isso necessários, e ainda a celebração de acordos e intercâmbio com organizações congêneres estrangeiras e nacionais.” O capital social era de 18.000 contos (integralmente realizado em dinheiro, dividido em dezoito mil acções de valor nominal de mil escudos cada). Do primeiro Conselho de Administração fizeram parte: como Presidente - Eng.^o Francisco de Lacerda (BBI); como Vogais - Dr. José Roquette (BES), Dr. Vítor Coimbra Torres (BFB), Sr. Jorge Anastácio (BNU), Dr. Trigo de Negreiros (BPA) e Dr. Carlos Ribeiro Ferreira (BTA). Teve a sua primeira sede social na Rua Filipe Folque, nº 2, 4º Andar, direito, em Lisboa.

Desde as primeiras diligências para a constituição da Unicre que as funções executivas decorreram sob a orientação do Eng.^o Sebastião de Lancastre.¹⁶⁵ Aí começou com o projecto do cartão Unibanco. Nesta empresa, viria a desenvolver uma longa e bem sucedida carreira, desempenhando funções, como seu Director-Geral, durante quase 30 anos (desde o início do projecto, na década de 70, até 4 de Outubro de 2000).¹⁶⁶

Pelas suas características, a Unicre - Cartão Internacional de Crédito, SARL, é, com propriedade, a primeira associação portuguesa interbancária para exploração conjunta duma rede comercial e emissão de cartões de crédito.

de Julho) deu-se início à actividade da rede Unibanco (actividade de Acquiring dos cartões MasterCharge, ainda só estrangeiros). A 4 de Novembro, tem início da operação de Emissão do Cartão Unibanco, sob a marca MasterCharge/Interbank, nas modalidades individual e empresa. <http://www.unicre.pt/site/?idc=17> (consulta de 13 de Outubro de 2008).

¹⁶² Para o primeiro dia de actividade, encontramos indicação de três meses diferentes (Junho, Julho e Agosto). Consideramos a data indicada na última referência conhecida.

¹⁶³ Encontramos, para um mesmo titular, cartões emitidos com validade até 10/75 e 04/76.

¹⁶⁴ *Há Precisamente 30 Anos Nascia a Unicre e iniciava-se a operação do Cartão Multibanco*, p. 6.

¹⁶⁵ Sem sucesso, por diversas vezes tentámos o contacto com o Eng. Sebastião de Lancastre, procurando colher elementos para um melhor e mais completo conhecimento deste período. O seu testemunho, indubitavelmente, muito teria enriquecido este trabalho. Não nos ficam dúvidas sobre a importância do seu saber, da sua experiência e da obra construída. Acalentamos a expectativa de que, para a continuação do estudo que pretendemos vir a desenvolver, possamos poder contar com a sua colaboração.

¹⁶⁶ <http://www.unicre.pt/site/?idc=17> (consulta de 13 de Outubro de 2008).

7. A PUBLICIDADE

A publicidade era já, aquando do lançamento dos cartões de crédito, um instrumento de gestão dado por essencial ao suporte do lançamento de novos produtos. E os cartões de crédito foram encarados como um produto a lançar, e não como um mero serviço a oferecer a uma carteira de clientes já adquiridos por outros meios.

O culto da imagem, a mudança dos costumes, a agressividade e a ligação ao consumidor estavam então já presentes em inúmeras revistas que davam notícia de uma sociedade virada para o exterior, com destaque para os hábitos de consumo. Ao nível da publicidade deve ser salientado o papel pioneiro do cartão Sottomayor.

Cartão Sottomayor

A campanha publicitária para o lançamento do cartão Sottomayor, com particularidades singulares, arranca com os primeiros anúncios em 25 de Fevereiro de 1970, nos jornais¹⁶⁷ de Lisboa, Diário de Notícias e O Século¹⁶⁸. De referir, como facto curioso, que nos periódicos do Porto, Jornal de Notícias e O Comércio do Porto¹⁶⁹, não encontramos qualquer referência a esta campanha que deve ter sido confinada à capital.¹⁷⁰

Luís Guimarães, regressado de África em Novembro de 1969, muito jovem, com 29 anos, teve a responsabilidade, como Subdirector da empresa de publicidade Impacto, propriedade de João

¹⁶⁷ Rui Estrela, *A Publicidade no Estado Novo (1960-1973)*, (Lisboa: Comunicando, Volume II, 1ª edição, Abril de 2005), p. 16-17, indica que “A nível da captação do investimento publicitário, as fontes consultadas são unânimes em apontar os jornais diários como os principais angariadores de publicidade neste meio. Na cidade do Porto são três os diários que dominam o mercado de audiências: *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto* e o *Jornal de Notícias*. No final deste período [1973], o preço de uma página é o mesmo nos três jornais, valendo cinco mil escudos. Em Lisboa é o *Diário de Notícias* que apresenta maiores tiragens e, consequentemente, pratica preços de publicidade mais altos, chegando, quase, aos dez mil escudos por página nos finais deste período. Outro diário que apresentava elevadas tiragens, embora os seus preços de publicidade fossem mais baixos, era *O Século*. (...) Com a elevada penetração da televisão, surgem as revistas semanais de espectáculos com as programações de TV e das principais rádios, trazendo artigos sobre os artistas, geralmente cantores. (...) As revistas de “fait-divers”, em que se destacam a *Flama*, *O Mundo Ilustrado* e o *Século Ilustrado* quanto à captação do investimento publicitário, aumentam a sua tiragem ao explorarem também a imagem dos artistas.”

¹⁶⁸ Consultamos apenas estes dois jornais, para o período de 18 de Fevereiro a 30 de Abril de 1970.

¹⁶⁹ Consultamos apenas estes dois jornais, para o período de 14 de Março a 22 de Março de 1970.

¹⁷⁰ Luís Guimarães (*Entrevista com o autor em 27 de Fevereiro 2008*), responsável pela publicidade aquando do lançamento do cartão, diz não se recordar do que em termos de estratégia terá justificado o facto de nenhum dos jornais do Porto ter sido escolhido para a divulgação deste evento - o de dar a conhecer esta nova realidade, o aparecimento do primeiro cartão bancário nacional.

Martins, seu Director, de conceber a campanha para o lançamento do cartão Sottomayor.¹⁷¹ O tempo era escasso, mas em contrapartida dispunham de um Orçamento bem generoso. Tinha sido afectada a esta campanha a verba de 5 000 contos, um valor, que para um evento desta natureza, era à época, elevadíssimo.

De relembrar que com António Champalimaud no México, a operação foi desenvolvida e montada com total secretismo¹⁷², sendo coordenada por João Ribeiro da Fonseca. Ao nível da coordenação geral o responsável era o Dr. Filipe Nobre Guedes.

Terá sido dada liberdade de acção aos responsáveis pela campanha publicitária, embora tivesse sido inspirada no tema utilizado pelo BankAmericard para promover o cartão nos Estados Unidos. A ideia era simples: *“Think of it as Money”* [Fig. 68]. E terá sido este lema que inspiraria os primeiros anúncios em Portugal¹⁷³. Embora condicionada pela mensagem, que se pretendia fazer passar, a campanha foi concebida com originalidade.¹⁷⁴

Foram privilegiados, de início, os jornais e revistas com maior divulgação e com maior e mais visível notoriedade. Aí podem encontrar-se testemunhos deste trabalho de divulgação. Pelo seu interesse, é tarefa que certamente virá a motivar uma pesquisa mais pormenorizada para um melhor conhecimento dos aspectos que ao nível da publicidade começavam a ser tratados e vistos numa óptica diferente dos tempos precedentes, procurando explorar e tirar partido destes instrumentos. A nível de revistas, na fase de lançamento aparecem anúncios da campanha publicitária na Flama, no Século Ilustrado e na Vida Mundial [Fig. 58 a 66]. É bem possível que outras revistas tenham sido utilizadas, mas os vários intervenientes no lançamento e responsáveis pela preparação e lançamento da operação, dado o lapso de tempo decorrido, não retêm de memória estes factos. Mais tarde a publicidade estender-se-ia a outras revistas de que o Tempo Económico [Fig. 59] é um exemplo.

A primeira referência à campanha publicitária para divulgação do cartão aparece nos jornais O Século e Diário de Noticias, no dia 25 de Fevereiro de 1970 (uma Quarta-feira) [Fig. 56].

Surge nestes periódicos a imagem de uma *‘simples lâmpada, atravessada com um bigode’*, sem qualquer mensagem, anúncio que se repetiria diariamente até ao dia 28 do mesmo mês. Parece evidente que esta atitude procuraria chamar a atenção e interessar o leitor para algo que viria a aparecer. Curiosamente, o primeiro anúncio, talvez pelo facto de não ser acompanhado por qualquer mensagem escrita, foi publicado de forma invertida. Os tipógrafos dos dois jornais, ou quem lhes deu a indicação para publicação, não terão apreendido o conteúdo da mensagem. Certo é que logo no dia seguinte a situação aparece corrigida.

¹⁷¹ Luís Trindade, *Foi Você que pediu uma História da Publicidade ?* (Lisboa: Edições Tinta-da-China, Lda, 1ª edição, Outubro de 2008), não faz qualquer referência, nesta sua obra, às campanhas publicitárias relativas a cartões de crédito.

Também Rui Estrela, *A Publicidade no Estado Novo (1960-1973)*, (Lisboa: Comunicando, Volume II, 1ª edição, Abril de 2005), não faz menção à Impacto, empresa que teve a seu cargo a campanha publicitária do cartão Sottomayor, quando se refere [p. 108-117] às Grandes Agências de publicidade. De notar ainda que apesar de pelo menos em dois jornais (os de maior tiragem na época) e em várias revistas, a publicidade ao cartão Sottomayor ter sido marcante, ocupando espaços nobres nessas edições (contracapa e páginas interiores da capa), também nenhuma referência é feita ao Banco Pinto & Sotto Mayor, quando indica a selecção de Anunciantes [p. 117-120].

¹⁷² Maria Helena Mena (*Entrevista concedida ao autor em 2 de Abril de 2008*).

¹⁷³ Luís Guimarães (*Entrevista concedida ao autor em 27 de Fevereiro 2008*), refere que “primeiro foi dada liberdade, mas depois entendeu-se que a campanha tinha que seguir o modelo americano. Lembro-me perfeitamente do princípio, da frase chave da campanha americana, que era o *“Think of it as Money”*. Era um desenho animado, aparecia um boneco muito tosco, aliás feito a preto e branco, tirava o cartão do bolso e caíam-lhe uma data de embrulhos em cima. Foi o conselho que nos foi dado, fazer uma campanha estilo americano. (...) O gráfico da Impacto que fez os primeiros desenhos foi o Fernando Felgueiras.”

¹⁷⁴ Para um melhor e mais pormenorizado conhecimento da campanha publicitária, apresenta-se nos Anexos I e II, a calendarização da campanha, os anúncios que nela foram englobados e os textos completos que acompanhavam e integravam esses anúncios.

Entre os dias 1 e 4 de Março, à imagem da lâmpada é acrescentado o texto '*Brilhante Ideia*'. E nos cinco dias que se seguiram, entre 5 e 9 de Março, uma nova mensagem é introduzida com a frase '*Para todas as compras*'.

E o mistério, em termos publicitários, viria a ser desvendado somente no dia 10 de Março com o aparecimento de um novo anúncio que se repetiria, também diariamente, até 14 de Março. Neste novo anúncio, na sequência lógica das anteriores mensagens, podia ler-se agora: '*Brilhante ideia – Para todas as compras*' sendo acompanhado com a imagem, que aparecia pela primeira vez, do Cartão Sottomayor.

No dia anterior e no próprio dia em que o cartão Sottomayor foi entregue aos clientes, pronto a ser utilizado (16 de Março), a mensagem divulgada no novo anúncio era finalmente bem explícita: '*Agora com um só cartão pode comprar tudo*'. A partir desta data desaparece o carácter regular e diário dos anúncios.¹⁷⁵ Seguem-se outras mensagens como a de '*A partir de agora pague tudo com o Novo Dinheiro*', '*Novas perspectivas para todos os comerciantes*' intercaladas com outros anúncios como o de '*É uma ótima sensação*', sempre acompanhadas da imagem do cartão Sottomayor.¹⁷⁶

Um aspecto bem interessante prende-se com alguns anúncios promovidos pela empresa Nogueira Informática [Fig. 56], dando a conhecer ter sido esta empresa a responsável por diversos aspectos ligados à operação, nomeadamente, fornecendo os cartões, as máquinas validadoras (Solaic) bem como a respectiva gravação (personalização) dos primeiros exemplares.

Assim, no dia 26 de Março de 1970, nas páginas 4 e 5 do Diário de Notícias, aparecem, lado a lado, os anúncios do Banco Pinto & Sotto Mayor, relativo ao seu cartão '*A partir de agora ...*' e o anúncio da 'Nogueira Informática', com elementos sobre a sua participação na operação. Este mesmo anúncio apareceria também, pela primeira vez no jornal O Século, em 5 de Abril do mesmo ano. Um facto interessante é o de neste anúncio aparecer a imagem de um cartão em nome de 'Álvaro F. Campeã', podendo ver-se a validade de 07/07 BAC e o nº do cartão '938 110 009 744'. Terá sido esta a data prevista para a validade do primeiro cartão?¹⁷⁷

Na publicidade institucional do Banco Pinto & Sotto Mayor foi utilizada inicialmente a imagem de um cartão em nome de um titular 'João Silva', com o nº '938 123 456 789' e a validade '00/00'. Ainda hoje, decorridos cerca de 40 anos, nas campanhas publicitárias, é seguido, em termos genéricos, um procedimento idêntico.¹⁷⁸

Ao nível das revistas, na divulgação do cartão Sottomayor, foram utilizados anúncios a cores, ao contrário da tecnologia utilizada na época na publicação dos jornais (impressão a preto e branco). A estratégia publicitária foi diferente da seguida na imprensa diária, tendo o primeiro anúncio surgido já depois de o cartão Sottomayor ter começado a ser utilizado.

¹⁷⁵ Em quadros anexos são apresentados os anúncios relativos a este período onde pode ser analisada a estratégia seguida no que se refere à periodicidade e às mensagens divulgadas na campanha publicitária.

¹⁷⁶ O Diners Club, à sua escala, também promove neste período o seu cartão. *Vd.* a referência na secção seguinte.

¹⁷⁷ Como é sabido, não serão muitos os exemplares físicos que terão sobrevivido à destruição sistemática que foi feita e seguida, como princípio, pelos emissores de cartões, no termo da sua validade. Estava a entrar-se num mundo que, de certo modo, causava alguma inquietação, particularmente ao nível de segurança contra possíveis fraudes ou outro uso indevido. Nas instituições emitentes de cartões, particularmente no caso do cartão Sottomayor, não foi possível encontrar qualquer exemplar físico, bem como na Secretaria de Estado do Tesouro (Ministério da Finanças). Encontramos apenas no Banco de Portugal dois espécimens (um cartão Sottomayor e um cartão Carte Blanche). Têm aparecido nos últimos anos diversos coleccionadores de cartões bancários, não só em Portugal, mas um pouco por todo o Mundo, nomeadamente nos EUA, Inglaterra, países Nórdicos e do Leste, bem como nos países Asiáticos. Nos EUA existe mesmo o "American Credit Card Collectors Society" (ACCCS) que sobre estes temas tem vindo a prestar relevantes serviços, organizando anualmente um Congresso sobre o assunto.

¹⁷⁸ Para os coleccionadores de cartões bancários é interessante a análise da posição sobre esta questão que pode ver-se no site do ACCCS. No Anexo III, onde indicamos o modo como determinar a data dos cartões, referimo-nos de modo mais pormenorizado a estes aspectos.

A título de exemplo refira-se que o primeiro anúncio na revista semanal Flama, surge em 20 de Março de 1970. No período de um mês, que medeia entre esta data e 24 de Abril, foram publicados 5 anúncios, com as mensagens ‘*Agora com um só cartão pode comprar tudo*’ (20 e 27 Março), sendo a publicidade retomada duas semanas depois com um novo anúncio ‘*A partir de agora pague tudo com o novo dinheiro*’ a que se seguiram mais 2 anúncios ‘*é uma ótima sensação*’, o último dos quais com data de 24 de Abril de 1970.

Refere Luís Guimarães que a estratégia inicialmente adoptada veio, pouco tempo depois, a ser muito alterada.¹⁷⁹ A mensagem ‘não passava’ e embora não haja elementos que quantifiquem os resultados que terão motivado esta alteração na condução da campanha, certo é que o ‘modelo americanizado’ deu lugar a novas mensagens procurando agora mostrar não o que era o cartão, mas o modo como funcionava e onde podia ser utilizado. Terá sido um seu colega publicitário que lhe terá sugerido esta alteração, para ultrapassar as dificuldades que estavam a enfrentar.

Foram preparados pequenos filmes demonstrativos do modo operativo do cartão, mais explícitos, que se revelaram bem mais produtivos e eficientes em termos de resultados. A falta de familiaridade com este produto tinha sido descurada. Tornou-se necessário explicar o modo como funcionava o cartão.¹⁸⁰

Terá tido grande receptividade o anúncio do “Trinitá” - o cow-boy insolente, que foi exibido na RTP, aproveitando a enorme popularidade que a série televisiva teve na época. Há notícia ainda de um polémico anúncio de uma senhora, em bikini, com o cartão Sottomayor, amplamente divulgado em “outdoors” e possivelmente em jornais e revistas. Não o conseguimos localizar ou datar. Terá causado forte reacção negativa em sectores conservadores, em especial no Norte do País, com reflexos ao nível de contas bancárias. Maria Helena Mena dá mesmo nota de que muitos clientes terão cancelado as suas contas que tinham no Banco Pinto & Sotto Mayor.¹⁸¹ Rui Faria de Oliveira afirma, igualmente, recordar-se muito bem deste caso, embora informe já não ter bem presente os seus pormenores.¹⁸²

A partir de 24 de Abril de 1970 ocorre um longo interregno em termos de publicidade na Revista Flama. Apenas em 11 de Maio de 1973 volta a aparecer um novo anúncio, em nome de ‘Álvaro Castro’, idêntico aos anteriores.¹⁸³ A publicidade viria a ser retomada nesta revista em 19 de Outubro de 1973, ainda dentro do estilo da publicidade da fase do lançamento do cartão, em 1970, com 2 novos anúncios ‘*Sonhar não chega. Viva uma vida mayor*’ (19 de Outubro e 2 de Novembro) e um novo anúncio, saído a 14 de Dezembro ‘*abre-te sésamo... abre-te sésamayor!*’. Uma vez mais segue-se um

¹⁷⁹ Luís Guimarães (*Entrevista concedida ao autor em 27 de Fevereiro 2008*), realça que a campanha foi lançada “mas não deu grande resultado. Nós aqui não conhecíamos cartões (...) e aquilo funcionava numa sociedade americana onde o cartão de crédito era já uma coisa mais conhecida, mais vulgar. Em Portugal não estava a dar resultado e foi até um publicitário, meu amigo, muito mais velho, que me disse: nunca mais vai dar resultado porque as pessoas não sabem aqui o que é o cartão de crédito. A única coisa que tem a fazer é uma campanha demonstrativa para as pessoas perceberem o que é, e então tivemos que alterar, tivemos que fazer uma campanha completamente diferente, deixando o modelo americano.”

¹⁸⁰ Refere ainda Luís Guimarães (*Entrevista concedida ao autor em 27 de Fevereiro 2008*), que cerca de dois anos depois de ter arrancado com a campanha publicitária, passou a integrar os quadros do Banco Pinto & Sotto Mayor, por convite do Dr. Luís Filipe Pinto Eliseu, cessando a colaboração da Impacto. “E então foi aí que se fez um concurso, já comigo no banco (...) A campanha muda então para a Cinevoz, por volta de 1972/1973.”

¹⁸¹ Maria Helena Mena (*Entrevista concedida ao autor em 2 de Abril de 2008*).

¹⁸² “Quanto ao anúncio do Bikini ele foi [publicitado] antes do 25 de Abril ou pelo menos antes do 11 de Março, uma vez que foi aprovado pelo João Ribeiro da Fonseca. Mas tenho quase a certeza que foi antes do 25 de Abril.” Rui Faria de Oliveira (*Correspondência recebida em 3 de Outubro e 12 de Novembro de 2008*). Maria Helena Mena, afirma com segurança, ser este anúncio anterior a 25 de Abril de 1974 (*Contacto telefónico em 28 de Novembro de 2008*).

¹⁸³ Quadro anexo relativo à publicidade aparecida na revista Flama e noutras Revistas.

período considerável sem qualquer divulgação publicitária. Viria a ser retomada em 19 de Abril de 1974, na semana anterior à Revolução de Abril, que tão profundas mudanças, ao nível político, económico e social, iria provocar no país. A este anúncio, *‘Sempre consigo o cartão Sottomayor’*, de características bem diferentes dos anteriores, quer no conteúdo quer na forma de apresentação, com recurso ao uso de fotografias (os anúncios até então eram desenhados), seguiu-se-lhe na semana seguinte, a 26 de Abril, um novo anúncio *‘Cartão Sottomayor - a Solução’*.

É interessante verificar que estes dois anúncios, de características marcadamente diferentes dos anteriores, tenham surgido num momento tão importante da nossa história. Como já foi referido, coincidência ou fruto e sinal dos novos tempos, o facto é que, não tendo sido publicado qualquer anúncio na revista saída na semana seguinte, a 10 de Maio, uma nova mensagem realça a emancipação e liberdade da mulher, numa clara alusão às potencialidades do cartão em termos de pagamento. Simples coincidência ou a procura de dinamização de um novo segmento de mercado?

E é bem significativo da importância percebida pelas mudanças políticas que a publicidade que apareceria de modo ininterrupto nas sete semanas seguintes, com quatro novos anúncios saídos de modo intercalado *‘O encanto discreto de certos momentos’*, *‘Paris, Tóquio ou S. Francisco...’*, *‘Cartão Sottomayor - a solução’*, *‘Sempre consigo o cartão Sottomayor’*, procurem passar mensagens de conteúdo e alcance bem precisos. A imagem do cartão exibido aparece, com alteração na disposição do nome do titular ‘Jorge Tiago Mendes’ e nº do cartão, ocupando agora a faixa branca e mantendo a indicação da validade ‘00/00 BAC’.

Pelo seu interesse transcrevemos, no Anexo I, as mensagens e ideias chave que no período de 1970/75, a publicidade ao cartão divulgou e procurou transmitir.

Para além da publicidade que apareceu nos jornais diários da capital e nas revistas da época a divulgação e promoção do cartão Sottomayor também se fez através de “outdoors” e de objectos distribuídos como brindes.¹⁸⁴

Mas, em termos publicitários, o desporto automóvel viria a suscitar particular interesse e a contar com o patrocínio do cartão Sottomayor. Sem dúvida que por este meio se procurou sensibilizar e interessar potenciais aderentes ao cartão, possuidores de boa capacidade financeira e associar ao cartão uma imagem de prestígio.

A publicidade no desporto automóvel é um fenómeno relativamente recente na Europa. No caso português, ela apenas foi autorizada a partir de 1966 e, na maioria dos casos, os concorrentes começaram a exibir timidamente, alusões a apoios relacionados com o automóvel, como os combustíveis ou pneus.¹⁸⁵ No entanto, logo desde o início, alguns pilotos mais ousados, apareceram com patrocínios que nada tinham a ver com a modalidade, como bebidas alcoólicas, colchões, móveis ou tabaco.

Numa referência ao desporto automóvel relativa ao período 1966-1974, é-nos dada informação de que “Com o final dos anos 60, as provas de Grande Turismo e Desporto em Portugal começam a ter carros cada vez mais modernos e competitivos que correm em provas de rampa e nalguns circuitos não permanentes como Vila do Conde, Granja do Marquês, Monsanto e Vila Real (...). Em Angola e Moçambique os campeonatos também conheceram um desenvolvimento espectacular, com a realização de algumas corridas internacionais, e recebendo a visita dos grandes pilotos do CNV “da Metrópole” que iam correr a África no defeso do Inverno europeu. Este

¹⁸⁴ Luís Guimarães (*Entrevista concedida ao autor em 27 de Fevereiro 2008*).

¹⁸⁵ Na publicação de José Barros Rodrigues, *História do Automobilismo Português*, (Algés, Talento - Edições, Publicidade e Promoções, Lda., 2004), não encontramos qualquer referência à publicidade do Cartão Sottomayor.

fluorescente processo apenas seria interrompido com a crise do petróleo e com a revolução de Abril, em Portugal, e com a conturbada independência das antigas Províncias Ultramarinas, em África.”¹⁸⁶

O patrocínio do Cartão Sottomayor no desporto automóvel terá surgido em 1971 nos carros do Team Palma: Lotus 47 de António Portela de Moraes e Lotus 62 e Ford Escort TC de Grupo 2 ambos de Ernesto Neves, que eram inscritos em nome do “Team Palma – Cartão Sottomayor”. Pelo menos já em 1971 (10 de Julho) aparece uma referência a esta ligação do cartão Sottomayor ao desporto automóvel (Circuito de Montes Claros), realçando a sua grande importância e competitividade, nos termos seguintes:

“Uma das mais bonitas lutas travadas entre 1970 e 72 entre os Porsche de Carlos Santos e os Lotus de Ernesto Neves. (...) referindo-se ao “Porsche 908 da Escuderia Nacional, conduzido por Jorge de Bragation e o Lotus 62 de Ernesto Neves, com as cores do cartão Sottomayor”, sendo dada nota de que “o Lotus [Fig. 55] azul, branco e amarelo (ocre) terminaria na segunda posição.”¹⁸⁷

Por esta altura as provas automobilísticas despertavam um interesse enorme gozando de grande popularidade a par do futebol. Com o evoluir dos tempos, este último desporto veio a polarizar as atenções ao nível das práticas desportivas.

Mas ainda no que se refere ao desporto automóvel, e aos patrocínios do Banco Pinto & Sottomayor, é de salientar que “a época de 1973 ficaria marcada pela entrada em Portugal de 4 competitivos automóveis da chamada classe “Sport 2 Litros”: 2 Lola T292 do Team BIP (Banco Intercontinental Português) e 2 GRD S73 [Fig. 55]. A carreira destes últimos nas nossas provas foi longa e interessante.”¹⁸⁸

A G.R.D. (Group Racing Developments) foi fundada em finais de 1971 por um grupo de ex. funcionários da Lotus, quando esta deixou de produzir carros de competição para venda a clientes. O seu mentor foi Mike Warner que montou instalações próprias em Norfolk (Este de Inglaterra).¹⁸⁹ Numa referência à participação destes carros nas Províncias Ultramarinas, é dada nota de que “O GRD 072 correu no Circuito de Moçamedes de 1974 pelas mãos de Mané Nogueira Pinto e assistido pela Garagem Aurora. No final um prestigioso segundo posto assinalou aquela que terá sido a última prova do veterano piloto.” O carro é agora propriedade de um colecionador português e recentemente recuperou a decoração [Fig. 55] que ostentou na prova Angolana.¹⁹⁰

¹⁸⁶ 1966-1974 – 1ª parte: *O Apogeu*, em http://classicsportscar.com.sapo.pt/1_apogeu.htm, (Consulta em 24 de Setembro de 2008).

¹⁸⁷ Salientava-se ainda que “este Lotus tinha sido estreado na semana anterior, no circuito de Vila Real e tinha um motor Lotus de 1973 cc, com 16 válvulas e 2 árvores de cames à cabeça, tudo montado num bloco Vauxhall. O Príncipe Jorge de Bragation que já tinha vencido neste circuito em 1970, fez uma excelente mini-temporada portuguesa em 1971, averbando dois triunfos consecutivos em Vila Real e em Montes Claros”. *vd. 1966-1974 – 1ª parte: O Apogeu (cit.)*

¹⁸⁸ Em 1973, a empresa Palma & Morgado, na altura importador para Portugal da Lotus, cria uma empresa subsidiária denominada “Gazo-Indústrias Portuguesas, Lda.” ficando como representante da GRD, e logo em seguida são encomendadas duas unidades do modelo de Sport de 2 Litros “S73”, uma para Lumaro (Luis Madeira Rodrigues) que no ano anterior havia participado no Campeonato de Formula V (2º lugar) ao volante de um Palma, e a outra para ser conduzida por Ernesto Neves com as cores do “Cartão Sottomayor”. Os carros (chassis 071 e 072) chegaram a Portugal em Junho de 1973, tendo desde logo deixado uma boa impressão tanto no que diz respeito às performances alcançadas nos testes feitos no Estoril, como à sua cuidada construção e beleza estética. Os motores eram os Ford BDA de 1997 cc e cerca de 270 cv, preparados pela Racing Services. A estreia, teria lugar no Circuito de Vila Real (...). Ernesto Neves após ter tido um início de prova extraordinário, com o 3º lugar e a melhor posição entre os portugueses nas primeiras 6 voltas, desiste com problemas de pressão de óleo. No entanto a competitividade dos carros estava provada! (in *Os GRD em Portugal (1973 – 2006)*, cit.).

¹⁸⁹ José Mota Freitas / RG, *Os GRD em Portugal (1973 – 2006)*. (Já não se consegue aceder ao site onde apareceu este artigo. Virá a estar disponível em http://classicsportscar.com.sapo.pt/Classicos_modernos.htm).

¹⁹⁰ Onde estão os 2 GRD actualmente? Um deles, (“chassis” S-73/072) ex. Ernesto Neves/Carlos Santos/Orlando Gonçalves/Carlos Silva/Mário Silva pertenceu depois a Carlos Monjardino e está actualmente nas boas mãos de um colecionador da região de Lisboa, completamente restaurado e pintado nas cores originais do “Cartão Sottomayor”. O outro, (“chassis” S-73/071) de Lumaro/Sidio Viana/Mário Silva/Pedro Faria (...) já foi vendido para o estrangeiro. (...) De acordo com o

Diversas notícias da época salientam a importância da chegada a Portugal destes dois carros (os GRD) e o forte impacto que o acontecimento teve junto dos admiradores da modalidade.¹⁹¹

Patrocinar carros e pilotos bem competitivos, que expectavelmente pudessem ficar colocados nos primeiros lugares nessas provas desportivas, teve certamente por objectivo obter um forte impacto e o correspondente retorno, quer na Metrópole quer nas Províncias Ultramarinas. Aí, diversos bancos apostavam em abrir novos mercados e, como no caso de António Champalimaud, realizavam vultuosos investimentos abrangendo o sector industrial. Como se refere noutro ponto deste trabalho, o Cartão Sottomayor cedo foi introduzido em Angola e Moçambique.

As notícias, e reportagens destes eventos desportivos, ao referirem o “Sponsor”, também publicitavam o Cartão Sottomayor, realçando-lhe as vantagens e atributos, no contexto da notícia. Um interessante extracto de uma dessas reportagens exemplifica de modo singular o conteúdo das mensagens que eram ou se pretendia que fossem passadas:

“Este carro do Team Palma, o GRD S-72/072, está pintado com as cores do Cartão Sottomayor, principal patrocinador. Ligado a uma das principais instituições bancárias nacionais, o Cartão Sottomayor entrou decididamente na vida moderna, com todas as vantagens que lhe são inerentes. Para todas as pessoas que de alguma forma estão relacionadas com o automobilismo desportivo, sujeitas a constantes deslocações, as vantagens do Cartão Sottomayor mostram-se especialmente pertinentes. O outro patrocinador do GRD do Team Palma é o «Motor». Actualmente com uma produção bi-semanal, o «Motor» vem desde há longos anos acompanhando de perto todas as actividades que se relacionam com os desportos motorizados quer em Portugal, quer até no estrangeiro.”¹⁹²

Em 1972 o Cartão Sottomayor terá feito uma experiência numa área algo distinta e apoiou uma equipa de motonáutica com 5 barcos, numa altura que a modalidade conheceu alguma expansão e popularidade no nosso país, embora sem alcançar o patamar do desporto automóvel.

Em África, o Lola T292 - BMW de António Peixinho, o grande favorito de todas as corridas em que participava, também chegou a exhibir, brevemente, as cores do cartão Sottomayor, no final da época de 1973.

A escolha pelo modelo e tipo de pintura utilizada neste carro, aparentemente exuberante, com as três faixas longitudinais a azul, branco e ocre, teve um propósito bem ponderado. Como nos foi referido por Luís Guimarães o objectivo e os efeitos pretendidos eram claros. Procurava-se que o

proprietário, o GRD #071 terá sido vendido a Geoff Pyett, por José Ruela, em 1989 ou 1990. Posteriormente o protótipo foi revendido a Steve Pontin-Warltier que por sua vez o vendeu a Philippe Demeyer, por volta de 2005. (in *Os GRD em Portugal (1973 – 2006)*, cit.). Numa troca de correio electrónico com Ricardo Grilo, Demeyer corrigiu o número de chassis que erradamente surgia nos artigos portugueses da época, devido a um erro de leitura da placa onde este estava impresso: de facto é o 071).

¹⁹¹ Numa dessas notícias, em artigo saído em “O Volante” nº72 de 27/6/73, refere-se que “Depois do Team BIP (com 2 Lola T292), a classe de “SPORT” de 2 litros foi enriquecida esta semana com os 2 novos G.R.D. do Team Palma. Os pilotos são “Néné” (Ernesto Neves), que conta com o apoio do cartão de crédito Sotto Mayor é pintado em azul e amarelo. O outro é Lumaro. Contam ainda com os apoios da Sacor e Firestone. Numa outra referência (*Os Clássicos na Actualidade*), em http://classicsportscar.com.sapo.pt/Classicos_modernos.htm (Consulta em 24 de Setembro de 2008), pode ler-se que “O GRD S-73 originalmente adquirido para Ernesto Neves, que depois pertenceu a Carlos Santos e que mais tarde foi transformado em Bravo-Ford, foi adquirido por um entusiasta e coleccionador que o fez retomar a forma e esquema cromático originais. Os trabalhos de carroçaria foram de alguma dimensão, nomeadamente no que diz respeito aos faróis (eliminados no projecto do Eng. Bravo Marinho) e aos apêndices aerodinâmicos, tendo o resultado final ficado bastante próximo do modelo original. A pintura actual evoca as cores do Cartão Sottomayor, principal patrocinador dos carros de Ernesto Neves em 1971 e 1973.

¹⁹² Manuel Taboada, com legendas de Ricardo Grilo, *Vila Real, 1973*, (Já não se consegue aceder ao site onde apareceu este artigo).

carro quando fosse observado ou filmado por cima, de imediato provocasse e sugerisse a identificação da imagem do Cartão Sottomayor.¹⁹³

Cartão Diners Club

Paralelamente à campanha publicitária ao cartão Sottomayor, mas com algum desfasamento e aparentemente de forma reactiva, o Diners Club, à sua escala, também promoveu neste período a sua operação. Surgem anúncios no Diário de Notícias (23 de Março de 1970) e no Século (24 de Março de 1970), divulgando o seu cartão, situação que se repetiria de modo não regular nos dias seguintes.

“Ao divulgar e publicitar o seu produto, ao lançar e desenvolver campanhas publicitárias, o cartão Sottomayor promoveu também os cartões de um modo genérico, acabando por beneficiar o cartão Diners, ainda que de modo indirecto, desde logo por este ter começado antes, por ter sido pioneiro. Todas estas acções contribuíam para um melhor conhecimento desta nova realidade – a dos cartões de crédito. É indubitável que a concorrência que se instalou trouxe vantagens mútuas às duas organizações, ao ser divulgado este novo produto.”¹⁹⁴

Não foi possível apurar se antes de Abril de 1970 terá havido publicidade institucional ao cartão Diners Club, ou seja, se terá havido alguma iniciativa nesse sentido em data anterior à campanha do Sottomayor. Em termos de esforço publicitário o Diners, contou de início com o apoio institucional do Grupo Borges, através da empresa de publicidade Latina¹⁹⁵, que desenvolvia a publicidade para todas as entidades do Grupo. “Mais tarde terá sido celebrado um contrato com a agência de publicidade Impacto, do João Martins.” “E essa publicidade terá saído em jornais e revistas.”¹⁹⁶

Só identificamos, no ano de 1970, anúncios (sempre o mesmo) [Fig. 56, 57] que foram publicados na revista Vida Mundial e nos mesmos jornais utilizados para divulgar o cartão Sottomayor. Neste anúncio, salientava-se o facto de se tratar de um cartão com crédito ilimitado. Era a apologia do “Tenha o Mundo na mão”. Explicitava-se exactamente a diferença para o cartão bancário, que tinha entrado com muita força promocional de imagem.

Num segundo anúncio [Fig. 61], publicado em 1974, a mensagem era muito simples: “No mundo inteiro, continue a pagar com Diners – o cartão que dá a nota.” Neste anúncio aparece reproduzida a imagem do cartão, que já tinha sido utilizada no anúncio do ano de 1970.

¹⁹³ Luís Guimarães (*Entrevista concedida ao autor em 27 de Fevereiro 2008*).

¹⁹⁴ Nuno Fernandes Thomaz (*Entrevista concedida ao autor em 17 de Abril de 2008*).

¹⁹⁵ Rui Estrela, *A Publicidade no Estado Novo (1960-1973)*, (Lisboa: Comunicando, Volume II volume, 1ª edição, Abril de 2005), p. 111, dá nota de que a LATINA “foi fundada em 1962, pelo Conde da Covilhã, para tratar da publicidade do grupo empresarial de sua pertença, o grupo Borges & Irmão (...) sendo constituído por diversas empresas, entre outras, as seguintes: Argibetão (cimentos); Atlas Seguros; Banco de Crédito Comercial e Industrial; Borges & Irmão Vinhos; Gitanes (textil); Mabor (borrachas). (...) Devido à dimensão do grupo, torna-se uma das maiores agências publicitárias a actuar em Portugal. Paralelamente começa a angariar novos clientes também de grande dimensão, como a TWA, Junta Nacional de Crédito, os Ministérios das Finanças e da Justiça, assim como inúmeros clientes de pequena dimensão.”

¹⁹⁶ Nuno Fernandes Thomaz (*Entrevista concedida ao autor em 17 de Abril de 2008*). Não conseguimos encontrar elementos relativamente a esta publicidade.

Cartão Unibanco

Ao nível do cartão Unibanco encontramos apenas um mesmo anúncio [Fig. 62], publicado na revista O Século, durante 3 semanas seguidas (em 23 e 30 de Novembro e 7 de Dezembro de 1974), anúncio que apareceu também na revista Tempo Económico, no dia 13 de Dezembro do mesmo ano. De recordar que os primeiros cartões tinham chegado às mãos dos utilizadores na altura em que aparece este anúncio.

A intencionalidade do seu conteúdo, *‘Este Natal sou mais feliz’*, parece evidente, sobretudo tendo em conta o curto período escolhido para a sua divulgação.¹⁹⁷ A mensagem era simples: “O CARTÃO UNIBANCO permite-me pensar em todos! Não gasto mais do que pretendo e compro tudo o que preciso de uma só vez. Que Natal tão Feliz!”

No pequeno caderno evocativo dos “30 anos da Unicre” aparece uma curta referência à publicidade que esta organização terá realizado, indicando que “a primeira campanha de divulgação da imagem do cartão Unibanco, com base em publicidade exterior, teve como alvo, o público dos grandes centros de comércio das áreas urbanas e de outras zonas de maior circulação de turistas.” Aparecem duas fotografias, uma de um “Outdoor” e outra de uma cabine telefónica, com a imagem do primeiro cartão Unibanco. Refere ainda a data (Julho de 1974) e o local onde foram colocados: Actual Rotunda Dr. Francisco Sá Carneiro em Cascais e Av. Fontes Pereira de Melo, perto do Edifício Imaviz, em Lisboa.¹⁹⁸

¹⁹⁷ De modo insistente, ao longo de cerca de dois anos procuramos, sem sucesso, ao nível da Administração e da Direcção de Comunicação da Unicre, obter elementos para a realização desta Dissertação. Sem dúvida que a sua consulta e estudo em muito teriam melhorado este trabalho.

¹⁹⁸ *Há Precisamente 30 Anos Nascia a Unicre e iniciava-se a operação do Cartão Multibanco* (caderno de 8 pág., não numeradas), p. 1.

8. OS CARTÕES DE CRÉDITO NA LEI

No início, a regulamentação ‘a posteriori’

Da análise dos diplomas legislativos publicados no período de 1970 a 1975, fácil é apercebermo-nos de quantas vezes a legislação terá vindo regulamentar, *a posteriori*, o que já era correntemente praticado, procurando-se deste modo, disciplinar os diversos aspectos relativos a esta actividade.¹⁹⁹

A Portaria nº 644/70 de 16 de Dezembro (O primeiro diploma relacionado com cartões de crédito)

Somente a 16 de Dezembro de 1970, decorridos que estavam já nove meses de utilização do cartão bancário²⁰⁰ Sottomayor, é publicada a Portaria nº 644/70, o primeiro diploma do corpo legislativo português relacionado com a actividade dos cartões de crédito, assinada pelo Secretário de Estado do Tesouro, João Luís da Costa André.

Embora nos Estados Unidos da América esta operação já tivesse arrancado em 1958, estávamos, entre nós, perante uma nova realidade, com contornos ainda mal amadurecidos.

Neste diploma, muito genérico, assumia-se que “Tem constituído preocupação do Governo regulamentar ou disciplinar a actividade das instituições de crédito, parabancárias ou de quaisquer entidades que considere susceptíveis de influenciar as condições normais de funcionamento dos mercados monetário, cambial e financeiro. Dentro desta linha de orientação julga-se agora oportuno disciplinar a actividade de entidades emitentes de cartões de crédito ou de delegadas ou licenciadas dessas entidades, fazendo-as sujeitar a prévia autorização do Ministério das Finanças. ”

¹⁹⁹ A legislação que viria a ser publicada no período que medeia entre 04.02.1975 (diploma que suspende o uso de cartões portugueses no estrangeiro) e 25.05.1988 (quando termina o período de exclusividade de emissões de cartões de crédito por uma única entidade - a Unicre), é do maior interesse para o estudo das súbitas mudanças de rumo, tornando, o que em certo momento era considerado imperativo e correcto, pouco tempo depois, em situações que só “argumentos passados” poderiam justificar. Um facto característico, recorrente, é o de o Ministério das Finanças, quase sempre através do Secretário de Estado do Tesouro, vir validar e regulamentar, através da legislação, decisões técnicas e políticas já implementadas. Interessante também é analisar como as conveniências iam correndo ao sabor da força política de quem na altura detinha o poder. Depois de Abril de 1975, viveu-se um período de grandes transformações políticas, sociais e económicas, com fortes contradições de interesses.

²⁰⁰ Nesta altura já existia uma outra operação com cartões – o Dinners Club – com características bem diferentes, como aparece devidamente caracterizado noutra parte deste trabalho.

A emissão de cartões de crédito ou a celebração de contratos respeitantes aos mesmos, por parte das instituições de crédito ficava sujeita a autorização prévia do Secretário de Estado do Tesouro. Realçavam-se as implicações da emissão e da utilização de cartões de crédito, nomeadamente sobre aspectos que caem no âmbito da política selectiva de crédito, e, eventualmente, da própria política monetária e cambial.

Assim, “as instituições de crédito que [pretendessem] emitir cartões de crédito ou celebrar acordos relativos àqueles com entidades nacionais ou estrangeiras, nomeadamente constituir-se delegadas de entidades estrangeiras emitentes de cartões de crédito ou emitir estes sob licença daquelas, [careciam] de prévia autorização do Secretário de Estado do Tesouro.”

E para regularizar situações de facto, já em funcionamento, também determinava que as entidades que à data da publicação desta portaria estivessem a exercer essas actividades teriam o prazo de trinta dias para requerer a necessária autorização. No caso de o não fazerem, ou sendo-lhes denegada essa autorização, teriam o prazo de cento e oitenta dias para pôr termo à respectiva actividade.

Estavam nesta altura (Dezembro de 1970) a ser emitidos em Portugal dois cartões de Crédito: O Diners Club e o Sottomayor/BankAmericard, que no horizonte temporal em análise (1970/75), continuaram com a sua actividade.

Por parte do Diners Club foi considerado não haver necessidade de requerer essa autorização. O Banco Pinto & Sotto Mayor requereu-a, para continuar com a emissão do seu cartão, conforme consta do Ofício nº 1810 da Inspeção-Geral de Crédito e Seguros dirigida ao Governador do Banco de Portugal (ofício sem data, mas tendo anexo um requerimento do Banco Pinto & Sotto Mayor com data de 15 de Janeiro de 1971).²⁰¹

Mas como salienta Nuno Fernandes Thomaz “com a publicação deste Diploma, levantou-se um problema ético e jurídico grave, centrado na necessidade do pedido de autorização, sob pena de ter que se pôr termo à actividade. O Diners precisava ou não de se sujeitar a tal pedido?”

“Imediatamente, foi solicitado um parecer ao Prof. Adelino da Palma Carlos, na altura Presidente da Assembleia Geral do Diners Club (cargo que tinha sido anteriormente desempenhado pelo Prof. Daniel Barbosa). O Diners exercia efectivamente actividade que tinha sido autorizada. O

²⁰¹ Refere-se neste requerimento, dirigido ao Secretário de Estado do Tesouro, que o “BANCO PINTO & SOTTO MAYOR, SARL, em cumprimento do preceituado no nº 4 da Portaria nº 644/70, de 16 de Dezembro de 1970, vem por este meio requerer, a necessária autorização para continuar a emissão e exercício do cartão de crédito “SOTTOMAYOR”, juntando para o efeito os (...) documentos que supõe serem bastantes para a instrução do seu requerimento, sem prejuízo da prestação ulterior dos esclarecimentos que sejam julgados necessários (...)”.

Para satisfação do estabelecido no nº 3 da citada Portaria, através do Ofício nº 1810, indica-se que foram remetidos ao Banco de Portugal para que este emitisse parecer, fotocópia dos seguintes documentos: “- 1 requerimento; - 1 exemplar do contrato-tipo celebrado entre o B. Pinto & Sotto Mayor e os estabelecimentos filiados no sistema; - 1 exemplar do contrato celebrado entre o Bank of America National Trust and Savings Association e o Banco Pinto & Sotto Mayor – versão em língua inglesa; - 1 exemplar da tradução para português daquele contrato, da responsabilidade do Banco Pinto & Sotto Mayor; -1 folheto de propaganda.”

Ainda relativamente a este assunto, agora em ofício do Banco de Portugal dirigido ao Inspector-Geral de Crédito e Seguros, com data de 31 de Março de 1971, refere-se que “a fim de completar os documentos do referido processo, afigura-se, ao Banco de Portugal, que se deverá, ainda, solicitar ao Banco Pinto & Sotto Mayor o modelo do cartão de crédito em causa.” (Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Pastas numeradas de I a V, com elementos relativos a cartões de crédito).

parecer do Prof. Adelino da Palma Carlos era categórico: “não carecemos de autorização. Não era connosco, estávamos autorizados expressamente. A questão punha-se relativamente àqueles que não tivessem autorização.”²⁰²

E a Inspeção-Geral de Crédito e Seguros do Ministério das Finanças aceitou perfeitamente essa tese.²⁰³

A Portaria nº 360/73 de 23 de Maio **(A primeira Lei-Quadro sobre cartões de Crédito)**

Decorridos aproximadamente dois anos e cinco meses, uma nova Portaria vem estabelecer a “Lei-Quadro” sobre cartões de crédito.

Manuel Artur Cotta Agostinho Dias, Ministro das Finanças, assina a Portaria nº 360/73 de 23 de Maio, que revoga a anterior (Portaria 664/70), definindo com maior rigor e amplitude a regulamentação da actividade de emissão de cartões de crédito e a celebração de acordos que aos mesmos dissessem respeito.

Esta Portaria, na linha da anterior, continua a sujeitar a autorização prévia do Secretário de Estado do Tesouro a emissão dos cartões de crédito, tal como a celebração de quaisquer acordos ou contratos relativos a esta actividade; define quem pode exercer a actividade de emissão de cartões de crédito; estabelece também os prazos para liquidação dos extractos de conta, taxas de juro e de penalização, bem como o número máximo das prestações, se não forem pagas de uma só vez.

Salienta no preâmbulo que “A publicação da Portaria nº 644/70 de 16 de Dezembro, traduziu a preocupação do Governo em regulamentar a actividade das instituições de crédito e parabancárias, bem como de outras entidades, relativamente à emissão de cartões de crédito e à celebração de acordos aos mesmos respeitantes.” E justifica que “As dúvidas suscitadas na aplicação do referido diploma e a experiência que, entretanto, tem vindo a ser obtida neste domínio revelam, contudo, a conveniência de se proceder à revisão do regime legal em vigor, introduzindo-lhe os ajustamentos necessários a uma disciplina perfeitamente adequada à defesa dos interesses públicos e privados em causa.”

Esta Lei-Quadro que cometia à Inspeção de Crédito a instrução de processos relativos a cartões de crédito veio, pois, disciplinar e regulamentar diversos aspectos que não tinham ficado convenientemente explicitados no primeiro diploma. Ao longo dos seus 27 números que enquadram este novo diploma, são regulamentados os procedimentos e condicionantes que esta portaria introduziu.²⁰⁴

²⁰² Na análise da documentação relativa a cartões existente no Banco de Portugal (Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Pastas numeradas de I a V, com elementos relativos a cartões de crédito), não encontramos qualquer referência a este parecer.

²⁰³ Nuno Fernandes Thomaz (*Entrevista concedida em 17 de Abril de 2008*).

²⁰⁴ No requerimento com data de 22 de Junho de 1973, dirigido ao Secretário de Estado do Tesouro pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, SARL., pode ler-se que “em cumprimento do preceituado no nº 24 [“As entidades que à data da publicação da presente portaria se encontrem a exercer qualquer actividade na mesma disciplinada têm o prazo de trinta dias para requerer as necessárias autorizações e se adaptar ao regime que nela se estabelece”], da Portaria nº 360/73 de 23 de Maio de 1973, vem por este meio requerer a V. Exa. a necessária autorização para continuar a emissão e exercício do cartão de crédito “SOTTOMAYOR”, que vem praticando há mais de 3 anos, juntando para o efeito os seguintes documentos que supõe serem bastantes para a instrução do seu requerimento: a) Fotocópia do contrato que celebrou com o Bank of America (...). b) Fotocópia

Para os dois cartões já em actividade esta portaria não trazia limitações às operações em curso. Esperava-se, no entanto, para breve, o aparecimento de um novo cartão de crédito. E, por esta altura, depois de longa gestação, os contornos dessa operação e as negociações para o seu licenciamento, estavam já, em fase avançada.

Despacho do S. E. T. de 27.02.74

(Autoriza a constituição da Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.R.L.)

Embora o projecto de criação da Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.R.L., remonte a 1970, a formalização e assinatura da escritura veio a ocorrer somente a 17 de Abril de 1974, na sequência de um despacho do Secretário de Estado do Tesouro, com data de 27 de Fevereiro 1974, no qual autorizava a sua constituição.²⁰⁵

Como é referido nesse Despacho, “Tendo a sociedade Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.R.L., sido autorizada a constituir-se ao abrigo da legislação reguladora das instituições parabancárias, nos termos e para os efeitos (...) da Portaria 360/73 de 23 de Maio, e uma vez obtido o parecer do Banco de Portugal”, é autorizada aquela sociedade:

“a) (...) a emitir o cartão de crédito Unibanco; b) (...) a celebrar com a Interbank Card Association o acordo de licenciamento (...); c) (...) a celebrar com os titulares do cartão de crédito o contrato (...) d) (...) a celebrar com os estabelecimentos comerciais o contrato (...)”

Os documentos (acordo, minuta e contratos) ficavam arquivados no respectivo processo, na Inspecção-Geral de Crédito e Seguros.

E assim, a uma semana de um acontecimento marcante na vida portuguesa, a Revolução de 25 de Abril de 1974, um novo cartão de crédito tinha condições para começar a operar.

Despacho do Ministro das Finanças de 04.02.75

(Suspende a utilização no estrangeiro dos cartões de crédito nacionais e proíbe o transporte de quaisquer cartões de crédito por viajantes residentes no continente e ilhas adjacentes, que se desloquem ao estrangeiro)

Após o 25 de Abril de 1974, não obstante continuar em vigor a mesma Lei-Quadro relativa a cartões de crédito (Portaria nº 360/73, de 23 de Maio), decorridos que estavam pouco mais de 9 meses desde o início da Revolução, foram introduzidas significativas alterações na emissão, funcionamento e estrutura do mercado de cartões de crédito.

do contrato-tipo a celebrar entre o requerente e os comerciantes filiados (...). As condições do uso do cartão “SOTTOMAYOR” são as que a seguir se transcrevem: (...)”

²⁰⁵ Publicada no Diário do Governo, 3ª Série, nº 62, de 14 de Março de 1974.

Os responsáveis pela política económica de então, consideraram como necessário e imperativo o controle dos dispêndios cambiais dos cidadãos nacionais e restrições no crédito ao consumo, sofrendo a actividade dos cartões de crédito, em consequência disso, uma quebra considerável, um forte abalo e retrocesso, situação que só muito mais tarde viria a ser ultrapassada.

A questão da ‘suspensão da utilização dos cartões de crédito no estrangeiro’ cedo começou a preocupar os responsáveis pela condução da política económica da época. Numa nota do Auditor Jurídico da Inspeção-Geral de Crédito e Seguros²⁰⁶, com data de 30 de Julho de 1974, é claro que esta era já uma área de atenção do Governo.²⁰⁷ Pode ler-se nesta Nota que “Em virtude de determinação emanada de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, cumpre analisar qual a melhor forma de se proceder à suspensão da utilização de cartões de crédito no estrangeiro, por parte de residentes no território do continente e ilhas adjacentes.”

O enquadramento legal dos diversos cartões emitidos e a operar em Portugal, aparece caracterizado nesta Nota, embora com imprecisões (como a que se refere à emissão de cartões pela American Express, que nunca chegou a concretizar-se). É também assinalável o facto de em 30 de Julho de 1974, o Auditor Jurídico da Inspeção-Geral de Crédito e Seguros ainda questionar a legalidade da circulação do cartão Sottomayor.²⁰⁸

Referia-se ainda que para a realização deste objectivo – a suspensão do uso de cartões no estrangeiro – não seria necessária a publicação de diploma específico, adiantando-se as diversas soluções para levar por diante este propósito.²⁰⁹

Um Despacho do então Ministro das Finanças, com data de 4 de Fevereiro de 1975, que entrou em vigor no dia 20 desse mesmo mês, suspendeu a utilização no estrangeiro dos cartões de

²⁰⁶ A Inspeção-Geral de Crédito e Seguros foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 301/75 de 20 de Junho: Nele se determina:

“- Considerando o disposto pelo Decreto-Lei n.º 452/74, de 13 de Setembro, sobre a natureza e funções do Banco de Portugal;

- Tendo em conta que a recente nacionalização da banca (...) impõe a necessidade de um maior contrôlo do sistema bancário por parte do Banco Central;

- Reconhecendo-se que não convirá prolongar por mais tempo a existência de duas estruturas paralelas - Banco de Portugal e Inspeção de Crédito da Inspeção-Geral de Crédito e Seguros (...)

- Considerando ainda que será da maior vantagem concentrar no Banco de Portugal, numa próxima reestruturação do sistema bancário nacional, a condução da política monetária, cambial e financeira;

(...) o Governo decreta e eu promulgo [O Presidente da República, Francisco da Costa Gomes], para valer como lei, o seguinte:

- É extinta a Inspeção-Geral de Crédito e Seguros.

- As atribuições que por lei cabiam à Inspeção de Crédito da referida Inspeção-Geral de Crédito e Seguros passam para a competência do Banco de Portugal, nos termos do disposto no presente diploma.

- Os serviços da Inspeção de Seguros continuam a fazer parte da orgânica do Ministério das Finanças.

(...).”

²⁰⁷ Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Pastas numeradas de I a V, com elementos relativos a cartões de crédito.

²⁰⁸ Refere-se no ponto 2. desta Nota que “Existem duas sociedades portuguesas que se encontram autorizadas a emitir cartões de crédito: a) a Unicre – Cartão Unibanco; b) e o Diners Club Português – Cartão Diners Club.

Por outro lado o Banco Pinto & Sotto Mayor tem também a circular o Cartão Sotto Mayor. Embora tenha requerido autorização a mesma ainda não lhe foi concedida.

O mesmo sucede com outros cartões de menor importância como é o caso da **carta de crédito** do ACP [Vd. *Tradução do conceito de cartão de crédito de Bellamy, por Pinheiro Chagas*] e dos cartões das companhias de aviação, entre outras. Além disto, tanto a American Express como a Carte Blanche e a Eurocard Internacional, embora ao que se julga saber, sobretudo a primeira, têm emitido cartões de crédito a favor de residentes no País.”

²⁰⁹ No ponto 4. desta nota salientava-se que “Para o efeito, julga-se que não se torna necessário publicar qualquer diploma. Na verdade, no uso da competência que legalmente lhe é atribuída, poderá o Ministro das Finanças adoptar várias medidas visando o efeito desejado.”

crédito nacionais, medida complementada com a fixação dos limites de crédito para a sua utilização em território nacional.

Até Abril de 1974, Portugal tinha sido um país de “importação turística.” As entradas de divisas eram muito superiores às saídas. Nessa altura os portugueses viajavam relativamente pouco. E o número de turistas que vinha a Portugal era muito superior ao dos portugueses que se deslocavam ao estrangeiro. E este facto traduzia-se numa posição muito confortável, em termos de divisas, junto ao Banco de Portugal.²¹⁰

O 25 de Abril de 1974, alterou este estado de coisas.²¹¹ Mas a situação viria a agravar-se, particularmente, depois do 28 de Setembro desse ano.

Vários são os autores que enquadram e caracterizam este período.²¹² Por esta altura era já notório por parte dos responsáveis pela política macroeconómica, a forte preocupação com a Balança de Pagamentos²¹³, com o desenvolvimento de políticas procurando travar o consumo e o controlo da inflação, para além dos problemas que assumiam já proporções consideráveis e que se prendiam com a fuga de capitais.

A análise que José da Silva Lopes faz sobre este período aparece bem explicitada quando afirma: “Tudo começou quando a economia mundial foi atingida, no Inverno de 1973-1974, pelo primeiro choque petrolífero, que fez saltar o preço do ‘crude’ de 3 para 12 dólares por barril. Esse choque pôs efectivamente termo em toda a Europa aos chamados ‘30 anos gloriosos’, que, desde o fim da guerra, tinham trazido uma fase de progresso económico e prosperidade sem par em épocas anteriores.”²¹⁴

Vasco Gonçalves, então Primeiro-Ministro, por diversas vezes se referiu à situação económica que se vivia em pleno período revolucionário. Em 18 de Agosto de 1974, numa comunicação feita ao país através da R.T.P., assim caracterizava “a pesada herança que nos deixou o regime fascista”:

²¹⁰ Nuno Fernandes Thomaz (*Entrevista concedida ao autor em 17 de Abril de 2008*).

²¹¹ “A coincidência da brusca deterioração do ritmo do desenvolvimento económico com a mudança de regime político pode sugerir que esta foi a causa daquela. Mas a verdadeira explicação está na influência preponderante de factores de ordem externa. Assim como esses factores tinham sido a principal força dinamizadora do progresso da economia portuguesa durante a década de 60, assim também foram eles os que mais decisivamente contribuíram para afrouxar o crescimento e agravar a instabilidade económica no período que vai de 1974 até meados dos anos 80.” José da Silva Lopes, *A Economia Portuguesa desde 1960* (Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda, 3ª edição, Setembro de 1997), p. 23.

²¹² José da Silva Lopes, *Memórias de Economistas: Entrevistas [Especialista em situações difíceis]*, (Paço de Arcos: Revista Exame, 1ª Edição, Abril de 2006), p. 51-52; Manuel Jacinto Nunes, *Memórias de Economistas: Entrevistas [O senhor do Banco de Portugal]*, (Paço de Arcos: Revista Exame, 1ª Edição, Abril de 2006), p. 65-88; Abel M. Mateus, *Economia Portuguesa – Crescimento no contexto Internacional (1910-2006)*, (Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 3ª edição, revista e aumentada, Julho de 2006).

²¹³ José da Silva Lopes caracteriza a situação do modo seguinte: “Nós esgotámos rapidamente as reservas de divisas. As de ouro eram bastante grandes por causa das remessas dos emigrantes e porque Salazar, à semelhança do general De Gaulle, resolvera que uma boa parte das reservas deviam estar em ouro. Aí acho que foi uma inspiração divina, porque se tivéssemos mais divisas tinha-se ido tudo ainda mais depressa. O ouro é mais difícil de vender. Ficou 1 bilião em divisas, e esse bilião ao fim de um ano já estava gasto.” A situação viria a agravar-se: “E no Verão de 1977 estávamos numa situação extremamente difícil. Já se acabara o dinheiro dos empréstimos contra ouro, o Grande Empréstimo ainda não estava concluído... Chegámos a ter reservas que davam para pagar só um dia de défice. Em desespero, ainda consegui mais um empréstimo do BRI, de 100 milhões de dólares. Foi o que nos valeu.” José da Silva Lopes, *Memórias de Economistas: Entrevistas [Especialista em situações difíceis]*, (Paço de Arcos: Revista Exame, 1ª Edição, Abril de 2006), p. 51 e 56.

²¹⁴ José da Silva Lopes, *A Economia Portuguesa desde 1960* (Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda, 3ª edição, Setembro de 1997), p. 23.

“Alguns dos principais mitos do regime deposto eram o da estabilidade económica e financeira, e o da ausência de défice orçamental. Contudo a verdade era bem outra. Nas vésperas do 25 de Abril a economia portuguesa estava à beira do caos.”²¹⁵

Numa outra obra²¹⁶, José da Silva Lopes, corrobora a posição de que a crise económica é anterior à revolução de Abril, afirmando que “O primeiro choque petrolífero, em finais de 1973, já estava a provocar dificuldades enormes na economia portuguesa no primeiro trimestre de 1974. A inflação estava a disparar; o défice da balança de pagamentos estava a reaparecer, coisa que não sucedera nos anos anteriores; a Bolsa, que estivera num boom, já estava a descer; o défice orçamental estava a engrossar por causa do apoio que se dava aos preços fixados através do Fundo Abastecimento (...). Ora, veio o 25 de Abril num dos piores momentos da economia mundial, com a economia portuguesa já a piorar, e passa uma espécie de véu sobre as dificuldades anteriores. Claro que a seguir a inflação disparou. Mas foi uma continuação. Já havia um problema de inflação. O défice da balança de pagamentos também aumentou.” Relativamente ao início do período revolucionário, ainda segundo José da Silva Lopes “a política monetária que entretanto estava a ser aplicada, também por orientação do Ministério das Finanças, era relativamente expansionista. Mas só relativamente. Havia muita gente a levantar depósitos dos bancos, a convertê-los em notas, e isto gerava um efeito contraccionista sobre a oferta monetária. Por outro lado, nós estávamos a aumentar o crédito do Banco Central ao sistema bancário. Estas duas tendências equilibravam-se, e posso dizer que a política monetária e fiscal do tempo em que fui ministro das finanças, se alguma crítica se lhe pode fazer, é que talvez pudesse e devesse ter sido mais expansionista do que foi.”²¹⁷

Ao referir-se a este período salienta Nuno Fernandes Thomaz que “muitas pessoas tiveram que sair do país, e algumas fizeram-no “com a roupa do corpo e o cartão Diners no bolso”²¹⁸, pelo que no estrangeiro começaram a utilizá-lo intensamente por não terem quaisquer outros meios. E os gastos com o cartão começaram a subir estrondosamente.

A 5 de Outubro de 1974, e face à evolução e proporções que a situação estava a tomar, Nuno Fernandes Thomaz sente necessidade de clarificar e tentar controlar todo este estado de coisas. E

²¹⁵ Nesta comunicação, Vasco Gonçalves caracterizava a situação económica do país nos termos seguintes: “1 - Havia um défice real do orçamento (...); 2 - A balança de pagamentos que tinha sido normalmente superavitária (...) apresentava no final de Abril um défice superior a 6 milhões de contos; 3 - Os preços mostravam em Março um aumento de 30% em relação a um ano antes; 4 - Campeava uma especulação desenfreada na Bolsa, nos bens imobiliários, etc., sem qualquer benefício para o país; 5 - A política fiscal sobrecarregava os mais desfavorecidos; 6 - As despesas militares, com a manutenção de uma guerra que não conduzia de modo nenhum a uma solução justa dos problemas do ultramar, atingia níveis dificilmente suportáveis pela nossa capacidade económica, cerca de 45% do Orçamento; 7- Verificavam-se grandes despesas com subsídios a alguns bens alimentares, cujos preços haviam subido em flecha no mercado mundial, mas que continuaram a ser vendidos no mercado interno a preços políticos, artificialmente baixos, o que se conseguia à custa de subsídios para os quais não se dispunha de recursos financeiros suficientes (...).” Vasco Gonçalves, *Discursos, conferências de imprensa e entrevistas*, (organização e edição de Augusto Paulo Gama; introdução do Professor J. J. Teixeira Ribeiro), (Porto: Gráfica de S. Brás, 2ª edição, Abril de 1976), p. 36-37.

²¹⁶ José da Silva Lopes, *Memórias de Economistas: Entrevistas [Especialista em situações difíceis]*, (Paço de Arcos: Revista Exame, 1ª Edição, Abril de 2006), p. 51-52.

²¹⁷ José da Silva Lopes valeu-se dos seus contactos internacionais tendo convidado, quando foi Ministro das Finanças, vários professores do Massachusetts Institute of Technology (MIT) para virem a Portugal. “Os primeiros vieram em Novembro de 1974. Eu tinha relações no MIT, nomeadamente com o Professor Richard S. Eckaus. E ele trouxe cá um conjunto de professores ilustres, entre os quais estava o professor Robert M. Solow, futuro Prémio Nobel - naquela altura ainda não era. E eles disseram-me: Não tenhas medo do défice. Faz um défice ainda maior. Vocês precisam de um défice para estimular a economia. Eles vieram cá reforçar a tese keynesiana de que nós fazíamos bem em ter um défice. De facto o défice que se fez naquela altura não foi muito grande, até podia ter sido maior.” José da Silva Lopes, *Memórias de Economistas: Entrevistas [Especialista em situações difíceis]*, (Paço de Arcos: Revista Exame, 1ª Edição, Abril de 2006), p. 50-51.

²¹⁸ Nuno Fernandes Thomaz (*Entrevista concedida ao autor em 17 de Abril de 2008*).

desloca-se aos Diners de diversos países para conversações com os seus responsáveis, particularmente com aqueles onde a utilização por parte dos seus titulares portugueses era mais significativa. Notava-se já um certo atraso por parte do Banco de Portugal na autorização da emissão das divisas para regularização destas operações. “Chamaram-me à atenção para isto. Perguntaram-me como é que eu pensava que o assunto ia evoluir e o que é que eu achava que devia ser feito. Mas eu tinha perspectivas muito pessimistas em relação ao assunto.”

“Cheguei a Portugal e fui falar com o Prof. Jacinto Nunes, Governador do Banco de Portugal, expus-lhe a situação e disse-lhe: nós estamos na disposição de suspender a validade internacional dos cartões do Diners Club Português. Comuniquei que tinha sido pressionado nesse sentido.” O ciclo das movimentações de divisas tinham-se invertido e a situação tinha assumido proporções de grande dimensão. “E eu, pessoalmente, tinha muitas dúvidas que algumas pessoas pudessem depois liquidar os seus saldos devedores.”

“O Prof. Jacinto Nunes disse-me: não faça isso porque se tal for feito muito contribuirá para a degradação da imagem de Portugal no mercado financeiro internacional.” “E saí de lá preocupado, porque aquilo continha um tom duro, peremptório.” “E pensei imediatamente: algo terá que ser feito para salvar a operação.”

Em concordância com os responsáveis pelos Diners de outros países, toma a iniciativa e concerta uma estratégia para encerrar a possibilidade de utilização do Diners Club Português no estrangeiro. Não seria o Diners Português a cortar a validade aos seus cartões, mas sim a aceitar essa medida como iniciativa de outros Diners Clubs, com quem previamente essa atitude fora acordada.

Ainda em 1974, “foi feita uma escolha selectiva de modo a que não fossem todos os países a fazê-lo em simultâneo. Estudamos uma maneira de não ser o Diners Internacional a fazê-lo. Foram aqueles Diners, os mais visados, que primeiro suspenderam a validade na utilização dos cartões portugueses. No fundo foram aqueles que tinham as contas por regularizar, os que tinham os recebimentos mais atrasados.”

Pouco tempo depois, por iniciativa do Banco de Portugal, o Diners Club Português e os outros operadores de cartões são informados de deviam cessar imediatamente a sua validade de utilização no estrangeiro. As utilizações dos cartões de crédito no estrangeiro tinham crescido desmesuradamente. O Diners teria agora que dar cumprimento a uma determinação do Banco de Portugal, concretizando procedimentos que já tinha implementado, por iniciativa própria, uns meses antes.

E assim, sem considerandos nem justificações sobre as razões e alcance da medida tomada, José da Silva Lopes, Ministro das Finanças, invocando apenas “Ao abrigo do disposto pela Portaria n.º 360/73, de 23 de Maio”, determina, em Despacho de 4 de Fevereiro de 1975, que “Fica suspensa, até determinação em contrário, a utilização no estrangeiro de cartões de crédito emitidos a favor de residentes no continente e ilhas adjacentes.”

Mas o despacho não se limitava a suspender a utilização no estrangeiro dos cartões de crédito nacionais. Também não autorizava a atribuição, “a qualquer título e para qualquer efeito, a favor de residentes no continente e ilhas adjacentes, de cartões de crédito por entidades estrangeiras.” Contudo, sendo evidente o alcance desta excepção, continuava a ser permitida a utilização, no continente e ilhas adjacentes, de cartões de crédito emitidos por entidades estrangeiras a favor de residentes no estrangeiro.

Mas para que dúvidas não restassem sobre o alcance dos novos procedimentos, foram adoptadas também, entre outras, as seguintes medidas:

“A Direcção-Geral das Alfândegas determinará aos competentes Serviços Alfandegários que não permitam o transporte por viajantes, residentes no continente e ilhas adjacentes, que pretendam passar a fronteira, de quaisquer cartões de crédito, passando a exigir de tais viajantes declaração expressa de que não são portadores de cartões de crédito.”

Ao mesmo tempo, o Banco de Portugal era instruído de que não poderia autorizar quaisquer transferências relativas à utilização, no estrangeiro, de cartões de crédito, devendo comunicar este facto às instituições de crédito.

Também a Inspeção-Geral de Crédito e Seguros deveria notificar as diversas entidades que tivessem pedidos ou consultas pendentes relativos a cartões de crédito ou similares, utilizáveis quer no estrangeiro, quer no país, de que ficava proibida a sua utilização, pelo que deviam cancelar de imediato a respectiva validade.

Pretendia-se que o conhecimento destas medidas fosse o mais amplo e profundo possível, determinando-se ainda neste Despacho:

“Será feita, designadamente através da Secretaria de Estado da Comunicação Social, ampla publicidade de que: **a)** fica suspensa, até determinação em contrário, a utilização no estrangeiro de cartões de crédito emitidos a favor de residentes no continente e ilhas adjacentes; **b)** é proibido o transporte por viajantes residentes no continente e ilhas adjacentes que se desloquem ao estrangeiro de quaisquer cartões de crédito; **c)** fica proibida a atribuição a residentes no continente e ilhas adjacentes de quaisquer cartões de crédito emitidos por entidades estrangeiras; **d)** os infractores serão passíveis das sanções fixadas na lei.”

Após a tomada destas medidas continuou a ser permitida “a utilização, no continente e ilhas adjacentes, de cartões de crédito emitidos por sociedades portuguesas, devidamente autorizadas, a favor de residentes nos aludidos territórios. Todavia, o limite máximo de crédito por utilização no país de cartões não podia ultrapassar o montante de 25 000\$00, entendendo-se que aquele limite respeitava ao somatório anual das utilizações que do cartão se [fizesse] (...).”²¹⁹

A Nacionalização da Banca

Em 11 de Março de 1975 em resultado das divisões²²⁰ profundas entre os oficiais do MFA, a ala apoiante do Presidente da República, General António de Spínola, é levada a tentar um golpe de

²¹⁹ Numa exposição dirigida ao Ministro das Finanças, feita pela Unicre, em 4 de Março de 1975, era salientado que “embora não precedido de quaisquer considerações justificativas a ora exponente não duvida que o despacho de V. Exa. agora em análise, se determinou por duas ordens de razão de política financeira: o combate à inflação e à fuga de moeda para o exterior”. A terminar a exposição salientava-se que “em face de tudo o que fica exposto não pode pois deixar de solicitar-se a V. Exa. a rápida revisão dos termos do despacho. Espera assim a exponente que a breve trecho, seja levantada a imposição do limite de 25.000\$00 e a proibição do uso externo do cartão ainda que com adequada regulamentação dos condicionalismos que se afigurem pertinentes em ordem a poderem evitar-se perniciosas evasões monetárias. Crê a exponente que unicamente desta forma ficará salvaguardado o interesse nacional e cabalmente acautelados os legítimos direitos dos empregados, que, neste período difícil de reconstrução, se lhe impõe preservar, pelo que requer a Vossa Excelência se digne revogar e dar sem qualquer efeito o aludido despacho proferido ao abrigo do disposto na Portaria nº 360/73 de 23 de Maio.” (Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Pastas numeradas de I a V, com elementos relativos a cartões de crédito).

²²⁰ Num comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP (*Partido Comunista Português*), emitido no próprio dia, com o título “Sobre a tentativa de golpe do 11 de Março”, difundia-se: “1. Uma vez mais, no dia 11 de Março de 1975, a reacção tentou um golpe, conseguindo desta vez lançar um ataque de forças armadas aéreas e terrestres contra uma grande unidade militar, o Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1, além de outras acções militares de menor envergadura. A tentativa de golpe falhou graças à pronta e decisiva acção do Movimento das Forças Armadas e à gigantesca mobilização popular que, em poucas horas,

estado. São factos marcantes desse dia a insurreição na Base Aérea de Tancos e o ataque ao Quartel do RAL1. Na sequência desses acontecimentos efectiva-se a fuga para Espanha do General Spínola e de outros oficiais. Reforça-se a capacidade de intervenção do COPCON chefiado por Otelo Saraiva de Carvalho.

Com a publicação da Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de Março são extintos²²¹ a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado e em sua substituição é criado o Conselho da Revolução. O Governo dá início à execução de um grande plano de nacionalizações (Banca, Seguros, e Transportes entre outros), sendo muitas empresas, por via indirecta, também nacionalizadas. Nesse mesmo dia 14 de Março de 1975, através do Decreto-Lei n.º 132-A/75, a banca é nacionalizada. De modo mais

de norte a sul do País paralisou quaisquer iniciativas fascistas e deu poderoso apoio às Forças Armadas.” (...) “2. Não há ainda informações bastantes que permitam fazer uma ideia exacta do âmbito da conspiração e de todos os elementos conluídos. Uma coisa é certa: esta nova tentativa de golpe contra-revolucionário deve-se, em parte, à insuficiência do aparelho de segurança e à excessiva complacência com que, desde o 25 de Abril, têm sido tratados os conspiradores”. (...) “É necessário que desta vez sejam apuradas responsabilidades e os conspiradores sejam severamente punidos.” “3. Muitas lições haverá a tirar dos acontecimentos, tanto do dia de hoje como das últimas semanas. O PCP preveniu e insistiu em que a campanha anticomunista, o acréscimo da sabotagem económica (...) se inseriam num processo de deterioração da situação social e política (...)”. “4. (...) A derrota da reacção no 11 de Março, para que dela saia verdadeiramente reforçada a situação democrática, exige que se dê um decisivo impulso progressista à política portuguesa”. “Os factos impõem, no imediato: a responsabilização e o castigo exemplar dos conspiradores da tentativa do golpe do 11 de Março; (...) **um decisivo impulso à política antimonopolista e antilatifundista; (...) medidas imediatas para contenção dos preços e para actualização de salários**”. (...).

E num **novo comunicado**, emitido a 19 de Março de 1975, com o título “*Sobre a situação política decorrente da derrota da tentativa de golpe militar contra-revolucionário de 11 de Março*” acrescentava-se: “1. O Comité Central do Partido Comunista Português, reunido no dia 19 de Março, examinou atentamente a situação política decorrente da tentativa de golpe militar contra-revolucionário de 11 de Março e da sua derrota”. (...) “3. A tentativa de golpe militar de 11 de Março culmina, duma forma lógica, previsível e prevista, uma ampla ofensiva da reacção, que encontrou no seu desenvolvimento o apoio tanto de oportunistas de direita como de esquerdistas. (...), a intensificação da sabotagem económica (...), prepararam o terreno para o golpe. (...)” “4. (...) Logo que o golpe eclodiu, de norte a sul do País as massas populares pararam o trabalho, vieram para a rua, concentraram-se junto dos quartéis prontas a apoiar e ajudar, tomaram medidas para cortar o caminho às forças reaccionárias, controlaram fronteiras e meios de comunicação, vigiaram e dificultaram os movimentos dos fascistas em toda a parte”. (...) “Uma vez mais se mostrou na prática que a aliança Povo-Forças Armadas é um factor decisivo na defesa das liberdades, na luta contra a reacção e pelo desenvolvimento do processo revolucionário”. “5. (...) O CC do PCP considerou, como passos de uma alta importância, a imediata institucionalização do MFA, a criação do Conselho Superior da Revolução, as medidas de saneamento nas Forças Armadas e as **decisões revolucionárias de alcance histórico tomadas pelo Conselho Superior da Revolução — a nacionalização da Banca e dos Seguros**. (...)” “7. (...) É urgente também, sem perda de tempo, a efectivação de medidas de emergência, com vista a defender a estabilidade económica e financeira, seriamente ameaçadas pela depressão e desorganização provocadas pela sabotagem económica levada a cabo pelos grupos monopolistas. **Uma preocupação essencial deverá ser que o preço das dificuldades seja pago pelas grandes fortunas e os grandes rendimentos, e não à custa do agravamento da situação dos trabalhadores**. (...)” “9. (...) **A nacionalização da banca e dos seguros decidida pelo Conselho Superior da Revolução abre caminho a uma transformação profunda da economia portuguesa** (...)” (...).

Disponível em: http://www.pcp.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=277&Itemid=154 (Consulta em 04 de Maio de 2008).

²²¹ Na Lei promulgada pelo Presidente da República, General Costa Gomes, determinava-se que:

“ Considerando que os acontecimentos ocorridos em 11 de Março de 1975 impõem uma tomada de atitudes muito firmes por parte do Movimento das Forças Armadas;

Considerando a determinação do Movimento das Forças Armadas em serem atingidos o mais rapidamente possível os objectivos constantes do seu Programa;

(...)

Considerando que o Movimento das Forças Armadas decidiu institucionalizar-se, mediante a criação desde já de um Conselho da Revolução e de uma Assembleia do Movimento das Forças Armadas;

(...)

O Conselho de Estado decreta e eu promulgo, para valer como lei constitucional, o seguinte:

- São extintos a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado.

- É instituído o Conselho da Revolução, sob a presidência do Presidente da República e constituído por: (...) ”

correcto se deverá falar de estatização, já que aos bancos estrangeiros a operar em Portugal não foi aplicada esta medida.

As transformações que se seguiram e as implicações destas políticas, extremamente fracturantes, foram profundas. Negociações e processos judiciais arrastar-se-iam pelos tribunais anos mais tarde. A argumentação jurídica (veja-se a título de exemplo o Processo que opôs O Banco Pinto & Sotto Mayor e o seu antigo dono, António Champlimaud²²²) tinham um cariz bem diferente, oposto, às razões invocadas pelas forças vencedoras no 11 de Março.

Para justificação da nacionalização das instituições de crédito, foram enumerados nesse Decreto-Lei, diversos “considerandos”. Assim:

“ - Considerando a necessidade de concretizar uma política económica antimonopolista que sirva as classes trabalhadoras e as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, no cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas; - Considerando que o sistema bancário, na sua função privada, se tem caracterizado como um elemento ao serviço dos grandes grupos monopolistas (...); - Considerando que o sistema bancário constitui a alavanca fundamental de comando da economia, e que é por meio dela que se pode dinamizar a actividade económica (...); - Considerando que os recentes acontecimentos de 11 de Março vieram pôr em evidência os perigos que para os superiores interesses da Revolução existem se não forem tomadas medidas imediatas no campo do controle efectivo do poder económico; - (...)”

“Usando os poderes conferidos pelo artigo 6º da Lei Constitucional nº 5/75, de 14 de Março (a mesma data do Decreto-Lei que nacionaliza a banca), o Conselho da Revolução decreta, e eu promulgo [o Presidente da República, Francisco da Costa Gomes] para valer como lei, o seguinte:

São nacionalizadas todas as instituições de crédito com sede no Continente e ilhas adjacentes com excepção do Crédit Franco-Portugais e dos departamentos portugueses do Bank of London & South América e do Banco do Brasil” e ainda “das caixas económicas e das caixas de crédito agrícola mútuo, que são objecto de legislação especial a publicar dentro de 90 dias”

²²² No articulado (números 23º a 43º) do *Proc. 2 102, 6ª Vara, 2ª Secção do Tribunal de Lisboa* (apresentado em 16.02.1978), “contestando e reconvinando na acção que lhes move o Banco Pinto & Sotto Mayor dizem os Réus António Champalimaud e ...” “(...) (23º) através de uma permanente “guerra civil”, ora violenta, ora pacífica, que visava impedir a instauração da democracia política, (24º) e impor a “ditadura do proletariado”, colocando Portugal na órbita do imperialismo soviético. (25º) Tais forças – comunistas integradas no P.C.P. (Vasco Gonçalves), Populistas (Otelo Saraiva de Carvalho) e terceiro-mundistas ou euro-comunistas (Melo Antunes) - aderindo a teses vanguardistas, com repúdio dos mecanismos próprios da democracia política, (26º) conluindo-se na fase inicial do PREC, (27º) tiveram a primeira vitória em 28 de Setembro de 1974, (28º) ao derrotar o então Presidente da República e forças que o apoiavam. (29º) A partir desta data, iniciaram uma fase de destruição da capacidade produtiva do país, (30º) através do assalto sistemático à empresa privada, (31º) ora ocupando selvaticamente as empresas, expulsando os seus proprietários e gestores, (32º) ora submetendo-as arbitrariamente à intervenção do Estado, (33º) ora prendendo e perseguindo os empresários mais válidos, com violação sistemática dos direitos humanos fundamentais, etc.. (34º) Em 13 de Dezembro de 1974, o próprio Vasco Gonçalves ordenou a prisão de numerosos administradores de empresas ... (35º) prisões que prosseguiram, atingindo muitos outros empresários, gestores, simples quadros, etc. (36º) Este processo conheceu um enorme impulso em 11 de Março de 1975, (37º) data que ficou tristemente assinalada na história de Portugal. (38º) Com efeito, nessa data, a pretexto de um pretenso “golpe contra-revolucionário”, nunca esclarecido, uma assembleia selvagem de umas centenas de indivíduos militares não identificados, ao serviço do imperialismo atrás referido, deliberou, por entre berros e exigências de fuzilamento dos implicados no “golpe”, a “nacionalização” da Banca e dos Seguros. (39º) Obviamente que tal “nacionalização” constituiu um puro acto de rapina, (40º) visto que não indemnizou, nem contava jamais indemnizar, os donos dessas empresas, que eram muitos milhares de accionistas”. (41º) A partir do “11 de Março”, o P.C.P. tomou de facto o poder através de alguns seus lacaios e traidores, entre os quais se destacou Vasco Gonçalves, (42º) “nacionalizando”, ou seja, esbulhando numerosas outras empresas. (43º) Só em 25 de Novembro de 1975, a resistência que generalizadamente se organizou contra os usurpadores logrou sair vitoriosa e impedir a escalada totalitária do P.C.P., instrumento do imperialismo soviético. (...)”

Foram dissolvidos os órgãos sociais das instituições de crédito nacionalizadas, e por despacho do Primeiro-Ministro nomeadas comissões administrativas para cada uma das instituições nacionalizadas, ficando com todos os poderes que, pela lei ou pelos estatutos das respectivas instituições de crédito, pertenciam aos conselhos de Administração ou de gerência, com exceção de algumas regalias dos trabalhadores.

Mas as medidas tomadas tinham ainda um alcance mais profundo. Os membros dos conselhos de administração, de gerência ou fiscal, dissolvidos, ficaram obrigados a prestar às comissões administrativas as informações e esclarecimentos que se tornassem necessários para o normal exercício das suas funções, sob pena de incorrerem no crime de desobediência qualificada.²²³

Excertos de uma época revolucionária

Para que possam entender-se alguns contornos do que seja uma ‘legislação revolucionária’ e as circunstâncias, em que, por vezes, são tomadas algumas decisões que mudam o curso da história, damos nota de alguns excertos de entrevistas concedidas por José da Silva Lopes²²⁴ e Manuel Jacinto Nunes²²⁵ a Sónia M. Lourenço²²⁶. Estiveram presentes, na qualidade de Ministro das Finanças e Governador do Banco de Portugal, na reunião onde foi decidida a nacionalização da banca, deixando-nos estes relatos:

O 11 de Março e a nacionalização da banca

Manuel Jacinto Nunes, então Governador do Banco de Portugal, recorda:²²⁷

²²³ A Lei n.º 9/75, de 7 de Agosto criou “UM TRIBUNAL PARA O 11 DE MARÇO”, considerando a necessidade de proceder ao julgamento dos implicados na tentativa contra-revolucionária de 11 de Março.

“O Conselho da Revolução decreta e eu promulgo [o Presidente da República, Francisco da Costa Gomes], para valer como lei constitucional, o seguinte:

- O julgamento dos implicados na tentativa contra-revolucionária, de 11 de Março de 1975 é da competência de um tribunal militar revolucionário.
- A lei definirá a composição e funcionamento do tribunal, as regras aplicáveis à instrução dos respectivos processos e as demais normas processuais.
- Esta lei entra imediatamente em vigor.”

²²⁴ José da Silva Lopes, *Memórias de Economistas: Entrevistas* (Paço de Arcos: Revista Exame, 1ª Edição, Abril de 2006), p. 41-64. José da Silva Lopes em 1969, é nomeado Administrador da Caixa Geral de Depósitos e Director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Finanças, cargos que mantém até 1974. Nesse ano torna-se Secretário de Estado das Finanças do I Governo Provisório, chefiado por Adelino da Palma Carlos, e Ministro das Finanças dos II e III Governos Provisórios, liderados pelo coronel Vasco Gonçalves. Em 1975, assume a pasta de Ministro do Comércio Externo do IV Governo Provisório. Nesse mesmo ano é nomeado Governador do Banco de Portugal. Em 1978, interrompe o mandato de Governador do Banco de Portugal, para exercer o cargo de Ministro das Finanças do III Governo Constitucional, que durou apenas três meses.

²²⁵ Manuel Jacinto Nunes, *Memórias de Economistas: Entrevistas* (Paço de Arcos: Revista Exame, 1ª Edição, Abril de 2006), p. 65-88. Manuel Jacinto Nunes, em 1960, é nomeado Vice-governador do Banco de Portugal, função que exerce até Julho de 1974. Neste ano, torna-se Governador do Banco de Portugal em Julho. Permanece até Maio de 1975.

²²⁶ *Memórias de Economistas: Entrevistas* (Paço de Arcos: Revista Exame, 1ª Edição, Abril de 2006). Entrevistas a José da Silva Lopes e Manuel Jacinto Nunes.

Existem vários outros registos e perspectivas. *Vd. Melo Antunes, O Sonhador Pragmático*, entrevista de Maria Manuela Cruzeiro (Lisboa: Círculo de Leitores, Centro de Documentação 25 de Abril, 2004), p. 189-194.

²²⁷ *Memórias de Economistas: Entrevistas, cit.*, p. 76-78.

“O ministro das Finanças, José da Silva Lopes, recebeu uma indicação do gabinete do primeiro-ministro, era então o general Vasco Gonçalves, para se preparar um projecto para nomeação de administradores por parte do Estado para a banca, que iriam substituir as administrações privadas. José da Silva Lopes telefonou-me e preparei um projecto no Banco de Portugal de que era governador, com a ajuda dos meus serviços jurídicos. Ao mesmo tempo ele preparava um projecto no ministério, com a ajuda de Henrique Medina Carreira. Depois fui ter com José da Silva Lopes ao ministério e, ajudados por Henrique Medina Carreira, fundimos os projectos num só. Depois José da Silva Lopes e eu seguimos para Belém. Quando lá chegámos mandaram-nos esperar. Esperámos muito tempo, algumas três horas. (...) já estava a anoitecer quando chegámos. Disseram-nos que o Conselho de Estado estava reunido. Daí a pouco soubemos que o Conselho de Estado tinha acabado (...). Até que nos mandaram entrar.

Estava reunido o Conselho da Revolução, que tinha sido criado em substituição do Conselho de Estado. Estava muita gente reunida em volta de uma mesa comprida. O general Vasco Gonçalves, primeiro-ministro, estava numa ponta e nós na outra. José da Silva Lopes começou a expor o projecto que tínhamos elaborado. Foi muito interrompido (...).

Mas ainda antes de José da Silva Lopes acabar a exposição disseram-nos que não valia a pena prosseguir porque a primeira decisão do Conselho de Revolução era nacionalizar a banca. Calámo-nos, não havia nada a dizer. Começaram então a discutir o problema da nacionalização da banca. E nós calados. Só interviemos numa coisa. O almirante Pinheiro de Azevedo que realmente devia estar num dia muito complicado queria nacionalizar o Montepio Geral. Nós dissemos: “Não, o Montepio Geral não é um banco privado. É uma instituição de economia social, não tem capital, não tem accionistas.” E muitos oficiais presentes disseram o mesmo. Deviam ser associados do Montepio. E ele calou-se. Mas antes ainda falou em nacionalizar a Caixa Geral de Depósitos. Como se a Caixa não fosse já do Estado. O Major Melo Antunes esteve toda a sessão com os cotovelos em cima da mesa e a cabeça entre os braços. Não disse uma palavra.

Fez-se uma interrupção para comermos. Passava das 11 horas da noite. Nessa altura começou a correr o boato de que o Palácio ia ser bombardeado. E começaram a entrar para o pátio baterias anti-aéreas. Aquilo era um ambiente... Ninguém faz ideia.

(...) Voltámos à sala e já havia um documento escrito com a nacionalização da banca. Deram-nos esse documento. Aquilo estava muito mal redigido, sem pés nem cabeça. Nós, apesar de não sermos juristas, fomos para uma sala que nos arranjam e estivemos a melhorar o documento. Não terá ficado uma grande peça de ordem jurídica, mas corrigimos muitos erros técnicos (...) “

E foi neste ambiente que foi decretada a nacionalização da banca. Entre outras consequências, os cartões de crédito, inicialmente lançados como expressão de uma nova atitude de consumo e liberdade individual, passaram a ficar sob a alçada directa do Estado.

9. OS CARTÕES EM 1975

Assim chegava ao fim um período da história da banca em Portugal, e, com as nacionalizações, termina também o período inicial da introdução e utilização dos cartões de crédito no nosso país. O Estado passou a ser o dono da banca em Portugal.

A realçar esta realidade, um testemunho bem elucidativo, numa proposta ao Governo feita pelos trabalhadores da Unicre²²⁸, com data de 19 de Março de 1975, onde pode ler-se:

“Os trabalhadores da Unicre – Cartão Internacional de Crédito, SARL, emissora do Cartão Unibanco, reunidos em plenário manifestam o seu agrado pela nacionalização de todos os Bancos portugueses, pois estão plenamente confiantes que de agora em diante os depósitos bancários serão utilizados no interesse de todo o povo português. Assim,

a) considerando que através da nacionalização de todos os Bancos o Estado possui agora o Cartão Sottomayor nacionalizado, é accionista único da Unicre emissora do cartão Unibanco, e accionista do Diners Club através do Banco do Alentejo;

b) considerando a cada vez maior utilização por parte de estrangeiros, mesmo em sistemas de economias diferentes, de cartões de crédito para liquidação das suas despesas e a significativa e fácil entrada de divisa daí resultante;

c) considerando que o cartão de crédito foi até há presente data um instrumento ao serviço de uma elite dentro da linha de actuação da banca privada .

d) considerando que a nacionalização da Banca permite converter o cartão de crédito, colocando-o efectivamente ao serviço do povo português, dado que:

(...),

propõem ao Governo:

I – A criação de um serviço comercial único para apoio aos comerciantes;

II – A fusão, num só serviço, da recepção de todos os cartões de crédito estrangeiros, nomeadamente Bankamericard, Interbank, Master Charge, Diners Club, Carte Blanche e American Express;

III – A criação de um só cartão de crédito bancário nacional, por forma a, mantendo-se as vantagens anteriormente apontadas, se evitar a possibilidade de um utilizador ser titular de vários cartões de crédito;

IV - Se iniciem imediatamente as necessárias diligências no sentido de ser criado um **grupo de trabalho** que terá como objectivo o estudo de legislação adequada à criação de um cartão de crédito efectivamente ao serviço da economia nacional.”²²⁹

²²⁸ Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Pastas numeradas de I a V, com elementos relativos a cartões de crédito.

Daí que o Governo tenha entendido por conveniente e necessário, mandar fazer um levantamento da situação dos cartões de crédito para melhor conhecer e gerir este seu novo negócio.

Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 19 de Dezembro de 1975

O relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Despacho de 19 de Dezembro de 1975, do Secretário de Estado do Tesouro, Artur Santos Silva, é, sem dúvida, pela abrangência e detalhe dos temas abordados, uma peça fundamental para o conhecimento e compreensão da realidade vivida na época, no que respeita aos cartões de crédito.²³⁰

Este Grupo de Trabalho foi constituído com um propósito, bem definido – o de estudar “todos os problemas que levanta a integração numa única entidade que coloque ao serviço da economia nacional todos os sistemas de cartões de crédito existentes no País” e proposição da “forma prática de dar seguimento a essa integração.” A missão foi concretizada em pouco mais de um ano.²³¹ A tarefa tinha sido mandada realizar em 19 de Dezembro de 1975, sendo o relatório finalizado e entregue com data de 25 de Janeiro de 1977, com o título: *‘Relatório do grupo de trabalho criado para estudo da possível integração numa única entidade que coloque ao serviço da economia nacional todos os sistemas de cartões existentes no país’*.

Foi composto por representantes da Secretaria de Estado do Tesouro, do Banco de Portugal e das três entidades emissoras de cartões de crédito em Portugal: Unicre Cartão Internacional de Crédito, S.A.R.L.; Banco Pinto & Sotto Mayor e Dinners Clube Português, S.A.R.L.. Para o efeito foram designadas as seguintes pessoas: **Secretaria de Estado do Tesouro:** - Dr. António dos Santos Labisa; **Banco de Portugal:** - Dr. José de Oliveira Costa; **Unicre:** - Eng. Francisco João Ressano Garcia de Lacerda, Eng. Sebastião Manuel de Lancastre e Dr. José Augusto Poças Ferreira; **Banco Pinto & Sotto Mayor:** - Rui Manuel Ribeiro Cunha; **Dinners Club Português:** - Dr. Virgílio José Rapaz, D. Maria de

²²⁹ Desta exposição foram entregues cópias às seguintes entidades: Comissões Administrativas dos Bancos Borges & Irmão, Espírito Santo e Comercial de Lisboa, FONSECAS & Burnay, Nacional Ultramarino, Português do Atlântico e Totta & Açores; Conselho de Administração da Unicre; Comissão Administrativa do Banco Pinto & Sotto Mayor; Comissão Administrativa do Banco do Alentejo; Comissão Administrativa do Crédito Predial Português; Sindicato Nacional dos Empregados Bacários do Distrito de Lisboa; Sindicato Nacional dos Empregados Bacários do Distrito do Porto; Intersindical; Trabalhadores do cartão Sottomayor e trabalhadores do Dinners Club.

²³⁰ Este relatório está depositado no “Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças”, no Largo do Terreiro do Trigo, nº 29, em Lisboa.

²³¹ O trabalho desenvolvido foi moroso e nem sempre houve concordância e convergência. As declarações de voto apenas ao relatório final não deixam dúvidas sobre a divergência de pontos de vista manifestados e defendidos pelas três entidades emitentes de cartões. Sobre este assunto refere-se no relatório que “Ao iniciar os seus trabalhos, o grupo não poderia ter a noção de que eles acabariam por implicar a realização de tantas reuniões como aquelas que efectivamente tiveram lugar. Não poderia, com efeito, prever-se que a configuração do cartão nacional [Fig. 52] destinado a substituir os cartões de crédito actualmente emitidos em Portugal suscitasse tão viva controvérsia entre os componentes do grupo como aquela que veio a dar-se”. É, assim, importante o conhecimento sobre o modo como decorreram os trabalhos, pormenor com muito interesse, sobretudo para a compreensão das medidas que o poder político-económico, mais tarde, viria a implementar. Mas ainda de acordo com este relatório se fica a saber que “Naturalmente que acabou por ser possível chegar a uma solução de compromisso entre as diversas posições surgidas. Aliás, os trabalhos do grupo decorreram numa forma que, sendo animada, não deixou de ser cordial. Será, portanto, de registar o espírito construtivo que sempre presidiu à actividade do grupo”. Ao longo das 34 páginas deste relatório, que é complementado com IV Anexos e três Declarações de voto, é possível encontrar matéria abundante sobre a situação, na altura, dos cartões de crédito em Portugal. De modo sucinto pode dizer-se que este relatório, sem índice, com 10 pontos, no primeiro dá nota do funcionamento do grupo de trabalho. Os pontos 2. e 3. referem-se à situação dos “Cartões de crédito emitidos em Portugal” e de “Outros cartões de crédito que circulam ou circularam em Portugal”.

Lourdes Branco Mayor Espinha, Vítor Fernando de Oliveira, Domingos Miranda de Oliveira e Carlos Manuel Alexandre Lourenço.²³²

Mas para além destes elementos e “dada a necessidade de se conhecer a situação da CARTE BLANCHE e do cartão AMERICAN EXPRESS houve que pedir à Companhia Geral do Crédito Predial Português a comparência dum seu representante, que veio a ser o Sr. José Damas e que esteve presente em duas sessões de trabalho do grupo.”

Tendo sido um trabalho levado a cabo com o propósito de fundamentar e suportar decisões de grande alcance, este relatório aborda aspectos que pelo seu interesse, julgamos de interesse divulgar. Um deles prende-se com a quantidade de cartões emitidos pelas diversas entidades.

Refere-se neste relatório que, nessa data “[existiam] em circulação cerca de 30 000 cartões SOTTOMAYOR e 21 000 UNIBANCO e que se o DINERS voltasse a emitir cartões, haveria que contar com cerca de 4 000 contas. Naturalmente que há muitas pessoas que detêm mais que um cartão. Fez-se por isso um cálculo rápido das sobreposições, tomando a lista dos utentes do cartão SOTTOMAYOR e dela excluindo os que constam das outras duas listas e depois a lista dos utentes do cartão Unibanco ainda restantes e dela excluindo os que fazem parte da do DINERS ainda remanescentes. Encontrou-se assim um total de 42 148 utentes não repetidos (soma de 23 753, 15 930 e 2 465).”

Como complemento, passamos a apresentar os elementos que maior interesse revestem para a caracterização dos cartões de crédito, no período que se seguiu à estatização da banca em Portugal.

²³² “Em algumas das sessões de trabalho, por impedimento do Sr. Dr. Virgílio Rapaz, participou em delegação do Dinners o Sr. Dr. Renato Manuel Ferreira Feitor e, por impedimento do Sr. Dr. Poças Ferreira, o Sr. Jorge Manuel Gonçalves Rodrigues, em representação da Unicare. O Sr. Eng. Lacerda, que, a partir da sua nomeação para o Conselho de Gestão do Banco Fonsecas & Burnay, deixou de poder acompanhar formalmente a actividade do grupo, não veio, porém a ser substituído. Por outro lado, durante boa parte das reuniões, o grupo contou com a presença alternada da Sra. D. Maria Helena Mena e do Sr. Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira, em delegação do Banco Pinto & Sotto Mayor. ”

Mapa Comparativos das Características dos cartões: Diners, Sottomayor e Unibanco

CARTÕES	Diners Club	Sottomayor	Unibanco
Entidade Emitente	Diners Club	Banco Pinto & Sottomayor	Unicre
Tipo de Entidade	Este cartão, de tipo Travel and Entertainment ("T & E"), é emitido pela parabancária Diners Club Português S.A.R.L.	É igualmente um cartão de tipo bancário, mas neste caso restrito do Banco Pinto & Sottomayor, pelo que não houve necessidade de criar para a sua exploração uma parabancária.	A entidade emitente deste cartão – Unicre – é uma parabancária.
Capital Social	Não indicado	Integrado no BPSM.	18.000 contos, totalmente realizado.
Detentores do Capital	Diners Club International Ltd., com 25%, o Diners Club Deutschland, G.m.b.H., com 5%, Defório – Companhia Europeia de Investimentos, Lda, (um holding do Grupo Borges), com 51%, o Banco do Alentejo, com 14%, e outras os restantes 5%.	Banco Pinto e Sottomayor	Participada em partes iguais pelos Bancos Borges & Irmão, Espírito Santo & Comercial de Lisboa, Forsecas & Burnay, Nacional Ultramarino, Portugueses do Atlântico e Totta & Açores
Data de Constituição	6 de Maio de 1960	O Banco iniciou a operação sem a aprovação prévia do Banco de Portugal	Autorizada por despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 27 de Fevereiro de 1974.
Número de Cartões Emitidos	4 000	30 000	21 000
Número de Trabalhadores	26 pessoas	46 pessoas	30 pessoas
Custo do Cartão/Anuidade	O encargo consiste numa quota anual de 370\$00 (com 20\$00 para seguro), no caso dos sócios mais antigos, e de 120\$00, no caso dos sócios admitidos a partir da data da entrada em vigor do despacho de 4.2.75; está suspensa a jóia (de 1 000\$00). Tratando-se de cartões para empresas, não há, porém, lugar ao pagamento de jóia e a quota é reduzida a 120\$00 para cada um dos utentes e 350\$00 para a empresa (cumulativamente).	O encargo para o utente é de 20\$00 por ano, quota que é debitada com a primeira utilização do ano.	O encargo para o utente é de 20\$00 por ano, quota que lhe é cobrada com a primeira utilização do ano. (Não havendo utilização durante um ano, não é feita a renovação do cartão).

Mapa Comparativos das Características dos cartões: Diners, Sottomayor e Unibanco

CARTÕES	Diners Club	Sottomayor	Unibanco
Vantagens Adicionais	<p>O sistema DINERS concede a vantagem normal de isenção de responsabilidade pela utilização abusiva do cartão, desde que comunicado o extravio ou roubo e a partir da data da comunicação. Anteriormente, havia também a dispensa de formalidades de verificação para cheques de valor não superior a 10 000\$00 sacados sobre o Banco do Alentejo, regalia que foi suspensa por indicação da Inspeção-Geral de Crédito e Seguros.</p>	<p>Os benefícios complementares que o cartão SOTTOMAYOR confere aos seus utentes são os mesmos que os proporcionados pelo cartão UNIBANCO.</p>	<p>Dispensa de formalidades de verificação para cheques de valor não excedente a 1 000\$00 sacados sobre qualquer banco associado. Isenção de responsabilidade pela utilização abusiva do cartão, desde que comunicado e a partir da data de comunicação.</p>
Custo para os Estabelecimentos	<p>Os descontos a suportar pelos estabelecimentos aderentes a este sistema são idênticos aos praticados para os outros cartões. Só no princípio do funcionamento do cartão Diners houve lugar ao pagamento de prémio pela utilização de máquinas de facturação.</p>	<p>Os encargos para os estabelecimentos aderentes ao sistema BANKAMERICARD são análogos aos dos estabelecimentos aderentes ao sistema INTERBANK-MASTER CHARGE.</p>	<p>A adesão ao sistema Unibanco implica para os estabelecimentos o pagamento duma comissão de 3,5% a 5% sobre o total das faturas apresentadas em qualquer dos bancos participantes da Unicre (a variação tem em conta a importância do estabelecimento), excepto para a TAP, que paga apenas 2% (as outras empresas de navegação aérea beneficiam da comissão mínima de 3,5%). Pela utilização das máquinas que a Unicre distribui aos estabelecimentos aderentes, deveriam estes pagar (no acto do contrato) a quantia de 500\$00, se for uma só, ou 1 000\$00, se for mais de uma. Porém, a Unicre, não recebe este prémio dos novos estabelecimentos aderentes.</p>

Mapa Comparativos das Características dos cartões: Diners, Sottomayor e Unibanco

CARTÕES	Diners Club	Sottomayor	Unibanco
Custo para os Utilizadores/Período de Graça	<p>Dada a natureza do cartão DINERS, não se admite crédito associado, a favor dos utentes. Será de notar que, não havendo neste caso limites de utilização, os cartões são emitidos por prazos diferentes consoante a confiança que merecem os seus utentes.</p>	<p>Pelo sistema SOTTO MAYOR os utentes dispõem do prazo de 25 dias, a contar da data da emissão do respectivo extracto, para liquidarem as suas facturas. Se os utentes não liquidarem pontualmente os seus débitos, o Banco Pinto & Sotto Mayor admite a mora, sem marcação do prazo (contudo, quando o atraso de pagamento atinge os 60 dias, o cartão é cancelado automaticamente por computador, ficando a partir daí sob rigoroso controle), mediante a cobrança de taxas de juro e penalização de 1% ao mês em conjunto. Nos últimos tempos o Banco tem vindo a reduzir as facilidades de pagamento concedidas aos utentes do cartão.</p>	<p>Os utentes dispõem do prazo de 25 dias, a partir da data da emissão do respectivo extracto, para liquidarem as mesmas facturas. Os utentes têm, porém, o direito de pagar os seus débitos em prazo mais dilatado (16 meses), desde que entreguem um mínimo estipulado e se disponibilham a suportar um encargo de 1% ao mês, como taxas de juro e penalização em conjunto, sobre o saldo em dívida. A Unicre afirma que a esta variação de disposição de crédito, do lado do utente, corresponde a parte daquela uma apreciável facilidade de cobrança e diminuição de dividas incobráveis.</p>
Custo de Utilização da Marca	<p>A utilização da marca DINERS implicou o pagamento duma jóia de 125 contos (com que foi realizada a participação do Diners Club International Ltd. no capital do Diners Club Português, S.A.R.L.) a que se junta mensalmente um "royalty" de 0,4 % sobre o volume de operações efectuadas (com exclusão das facturas apresentadas por companhias de aviação e de todo o movimento feito por cidadãos norte-americanos) .</p>	<p>A utilização pelo Banco Pinto & Sotto Mayor da marca BANK-AMERICARD implicou o pagamento duma jóia anual de 25 000 dólares, que presentemente se cifra em 0,0125% sobre o montante das vendas com cartões nacionais, paga trimestralmente.</p>	<p>Utilização pela Unicre das marcas e símbolos INTERBANK e MASTER CHARGE implicou o pagamento de uma jóia de 1 000 dólares e o compromisso de livre intercâmbio dos respectivos cartões.</p>

Mapa Comparativos das Características dos cartões: Diners, Sottomayor e Unibanco

CARTÕES	Diners Club	Sottomayor	Unibanco
Modo de Selecção dos Estabelecimentos	A angariação de estabelecimentos aderentes é realizada por forma análoga à empregada para os cartões Sottomayor e Unibanco. São aproximadamente 1 700 os pontos de venda abrangidos.	A angariação de estabelecimentos aderentes é feita em termos semelhantes aos seguidos para o cartão UNIBANCO. São cerca de 4 000 os pontos de venda abrangidos.	A angariação dos estabelecimentos aderentes é feita por uma equipa de delegados comerciais da Unicre. Os estabelecimentos aderentes - que neste momento envolvem um total de cerca de 3 000 pontos de venda - são captaos sobretudo nos sectores dos artigos de vestuário, de hotelaria, aluguer de automóveis sem condutor, empresas de aviação, restaurantes, comércio de artigos regionais, ourivesarias e supermercados, e nas principais cidades e grandes centros de turismo.
Modo de Selecção dos Clientes	A escolha dos seus utentes é feita na base de intimações obtidas junto do Banco do Alentejo, de correspondência dirigida às principais empresas e de outros tipos de promoção directa.	A princípio a escolha dos utentes do cartão foi feita na base dos depositantes daquele estabelecimento de crédito. Depois passaram a ser aceites como detentores todos os interessados que se considerassem em condições de ter cartão.	Tendo em consideração a decisão oportunamente tomada de apenas enviar cartões não solicitados a empregados dos bancos participantes e das empresas associadas, com determinados níveis de rendimento, a Unicre deu especial atenção à obtenção dum ficheiro de utentes potenciais obtido a partir dos clientes dos mesmos bancos que satisfizessem os critérios estabelecidos pela Unicre e a quem foram enviados formulários "pedido de adesão".
Créditos na Conta do Comerciante	Não indicada	O crédito a favor dos comerciantes só é feito, após o processamento mecânico gráfico das operações - mais moroso (1 ou 2 dias), mas menos susceptível de erros.	As facturas apresentadas pelos estabelecimentos aderentes dão imediatamente lugar a crédito na conta que os seus proprietários tenham num dos bancos associados ao sistema.

Mapa Comparativos das Características dos cartões: Diners, Sottomayor e Unibanco

CARTÕES	Diners Club	Sottomayor	Unibanco
Regularização de Contas Relativas à Recepção de Cartões Estrangeiros	<p>O Diners Club Português, SARL, para se ressancir dos pagamentos que realiza a estabelecimentos onde são apresentados cartões DINERS, envia as relações de facturas emitidas às diversas organizações congêneres donde provieram tais cartões. Dado que os pagamentos feitos pelo Diners Club Português são em escudos e os recebimentos dos seus congêneres podem ser efectuados em dólares norte-americanos, aquela, para reduzir as possibilidades de sofrer prejuízos de câmbio, utiliza nas conversões um câmbio prudente. Será ainda de referir que, entre o momento da remessa das facturas e o do recebimento do seu valor (ou contravalor), medeiam em geral mês e meio ou dois meses. Sobre o valor das operações efectuadas por estrangeiros em Portugal com cartões DINERS (exceptuando-se as realizadas por norte-americanos e as efectuadas em companhias de aviação) a organização portuguesa paga à casa-mãe um "royalty" análogo ao devido pelas transacções de portugueses Alem disso os Diners de origem dos cartões têm uma comissão de 2,75% (operações realizadas em Port</p>	<p>Quanto ao Banco Pinto & Sotto Mayor, recorre, para arrumação dos pagamentos correspondentes à utilização em Portugal de cartões BANK AMERICARD emitidos no estrangeiro, às contas que reciprocamente se abrem os bancos envolvidos no sistema, salvo no caso dos cartões emitidos em Espanha e na Venezuela, em que há lugar à movimentação de cheques. Para se precaver contra prejuízos resultantes de oscilações cambiais, o Banco Pinto & Sotto Mayor faz sempre as conversões empregando as taxas de câmbio de cheque.</p> <p>Os outros bancos do sistema têm direito a uma comissão de 1% sobre o valor facturado a estrangeiros. Ao contrário do que acontece com o Diners (e também com a Unicre), a casa-mãe do sistema não recebe nenhum "royalty" sobre o valor das operações realizadas por estrangeiros em Portugal.</p>	<p>A Unicre não utiliza o sistema de compensação bilateral seguido pelo Diners Club Português e pelo Banco Pinto & Sotto Mayor para efeitos de recebimento do valor dos pagamentos feitos em estabelecimentos em Portugal por conta de estrangeiros portadores de cartões do grupo Interbank (MASTER CHARGE, ACCESS e EUROCARD), centralizando todas as liquidações relativas à Europa e à América em dois bancos. Nas conversões dos valores das facturas em moedas estrangeiras, a Unicre segue o mesmo processo de prudência do Diners e do Banco Pinto & Sotto Mayor. A casa-mãe é credora de "royalty" de 0,1% sobre o valor das operações realizadas por estrangeiros, com um mínimo de 1 000 dólares anuais. Os outros bancos emissores do sistema recebem uma comissão de 1%.</p>

Mapa Comparativos das Características dos cartões: Diners, Sottomayor e Unibanco

CARTÕES	Diners Club	Sottomayor	Unibanco
Notas Adicionais	<p>A emissão de novos cartões foi suspensa em Outubro de 1975, não sendo igualmente revalidados os cartões que se vão vencendo, pelo que não há cartões DINERS nacionais em circulação. Isto não quer dizer que o cartão não possa voltar a ser emitido.</p>	<p>A emissão de cartões SOTTOMAYOR esteve suspensa entre Abril e Dezembro de 1975 – com fundamento, ao que parece, na política de crédito ao consumo traçada pelo Governo –, procedendo-se nesse intervalo apenas à revalidação dos cartões existentes. (Aproveitou-se a ocasião para fazer uma revisão geral do ficheiro, com actualização de informações bancárias, da qual resultou a exclusão de cartões sem movimento, além das eliminações ditadas pela natureza das informações bancárias).</p>	

Outros cartões de crédito que circularam em Portugal

Para além dos cartões do Diners Club, Sottomayor e Unibanco, circulavam em Portugal aquando da publicação do despacho do Ministro das Finanças de 4/2/75, muitos outros cartões de crédito, os quais por força deste despacho deixaram de poder ser movimentados no estrangeiro por cidadãos nacionais.

Como se salienta no Relatório, embora numa interpretação restritiva do despacho que criou o grupo de trabalho, “pudesse entender-se que não haveria que dedicar qualquer atenção a tais cartões” o Grupo de Trabalho entendeu, no entanto, que a sua missão não ficaria completa se não se procedesse à inventariação dos restantes cartões que circularam em Portugal bem como à apreciação do seu destino.

Em relação ao desempenho dessa tarefa, ficaram, os seguintes registos:

1 - Cartão AMERICAN EXPRESS

“A American Express nunca teve em Portugal representação suficientemente relevante para emitir cartões a favor de residentes. Até à data de entrada em vigor do despacho ministerial de 4.2.1975, o escritório da empresa existente no País limitava-se nesta matéria a receber as propostas de residentes e a transmiti-las para a central europeia, que funciona na Inglaterra. O mesmo escritório ocupava-se, também da promoção junto de estabelecimentos possíveis aderentes. Os estabelecimentos aderentes enviavam as facturas (correspondentes a transacções realizadas por estrangeiros) para o escritório da American Express de Madrid, que, por sua vez, as comunica à central na Inglaterra. Esta calcula o contravalor em dólares, que é posto à disposição do agente pagador em Portugal (juntamente com uma comissão de 2%, a fim de que este possa liquidar aos estabelecimentos o valor das suas vendas). As diferenças de câmbio em relação a Lisboa são regularizadas trimestralmente.

O Banco Borges & Irmão, quando foi o agente pagador exclusivo da American Express em Portugal, propôs-se também emitir cartões AMERICAN EXPRESS a favor de residentes, tendo desistido desse intento quando entrou para o grupo UNIBANCO.²³³ A função de agente pagador exclusivo daquele cartão “T & E” é actualmente desempenhada pela Companhia Geral do Crédito Predial Português, depois de ter sido exercida durante algum tempo pelo Banco Pinto de Magalhães, que também se ocupava da promoção junto dos estabelecimentos aderentes.”²³⁴

Numa carta dirigida pelo Crédito Predial Português ao Secretário de Estado do Tesouro, com data de 11 de Setembro de 1973 esclarecendo o requerimento de 22 de Junho desse ano, relativamente ao cartão American Express, comunica-se que “não existem quaisquer contratos específicos, respeitantes ao cartão de crédito em causa, entre a “American Express” e o Crédito Predial. Assim, não somos associados, não emitimos cartões, nem angariamos comerciantes que recebam pagamento através dos cartões. Limitamo-nos, exclusivamente, a pagar as despesas que os

²³³ Sobre a circulação do cartão American Express em Portugal foram já abordados pormenores relevantes no capítulo 4.

²³⁴ Relatório em depósito no “Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças”, no Largo do Terreiro do Trigo, nº 29, em Lisboa.

portadores de cartões efectuarem em Portugal e a debitar a conta da “American Express” que nos remeterá, pelas devidas vias legais, as divisas destinadas a cobrirem tais pagamentos.”²³⁵

2 – Cartão CARTE BLANCHE

“Da CARTE BLANCHE, igualmente cartão “T & E”, ocupa-se também o Crédito Predial, que até a entrada em vigor do despacho de 4.2.975 procedeu à emissão deste tipo de cartões a favor de residentes em Portugal. As facturas dos estabelecimentos são pelo Crédito Predial enviadas aos países de origem dos cartões através dos quais foram emitidas, com indicação do contravalor em dólares (ao câmbio de divisa). Aos montantes das facturas são deduzidos 3% a favor da organização CARTE BLANCHE e 1% a 7% a favor do Crédito Predial. Este banco está em negociações com a organização CARTE BLANCHE no sentido de desenvolver a operação em Portugal.”

Para um melhor e mais completo conhecimento da situação do cartão Carte Blanche em Portugal são relevantes diversos documentos que integram o acervo do Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal, nomeadamente os que constam como anexos aos Ofícios Nº 1812, de 17 de Fevereiro de 1971 (Processo Nº 8 000.02/SI) e Nº 10236, de 2 de Outubro de 1973 (processo Nº 169-SJ/73), remetidos pelo Inspector-Geral de Crédito e Seguros ao Governador do Banco de Portugal.²³⁶

Num dos documentos anexos ao primeiro destes ofícios, em requerimento não datado (com carimbo de entrada em 15 JAN 1971), dirigido ao Secretário de Estado do Tesouro, a Companhia Geral de Crédito Predial Português “vem nos termos e para os efeitos consignados na Portaria nº 644/70 de 16 de Dezembro de 1970, solicitar a Vossa Excelência autorização para continuar a exercer as actividades (...) em relação aos cartões de crédito denominados “CARTE BLANCHE” nomeadamente quanto à sua emissão e circulação em Portugal metropolitano. Esta actividade foi iniciada pela requerente em Outubro de 1970, conforme o contrato assinado entre esta instituição bancária e a CARTE BLANCHE CORPORATION, no seguimento de diligências preparatórias que duraram vários meses. (...) A actividade do Crédito Predial, na fase inicial, exerce-se principalmente no sentido de obter a aceitação da “CARTE BLANCHE” pelos comerciantes portugueses para tornar possível a utilização do cartão pelos seus portadores estrangeiros em viagem em Portugal.”

Na tradução do Contrato para português, aparece como endereço do Concessionário: Crédito Predial Português, Rua Augusta, 237, Lisboa 2, Portugal.

²³⁵ Esta carta aparece incluída como anexo, no Ofício Nº 10236 de 2 de Outubro de 1973 (Processo Nº 169-SJ/73), dirigido pelo Inspector-Geral de Crédito e Seguros ao Governador do Banco de Portugal, sobre a “Emissão e pagamento de cartões de Crédito pela Companhia Geral de Crédito Predial.” (Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal. Pastas numeradas de I a V, com elementos relativos a cartões de crédito).

²³⁶ O Ofício 1812 anexava fotocópias de: “- 1 requerimento dirigido ao signatário; - 1 requerimento dirigido a Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro; -1 exemplar do contrato celebrado entre Carte Blanche Corporation, Delaware Corporation e Crédito Predial Português - versão em língua inglesa; - 1 exemplar da tradução para português daquele contrato, da responsabilidade do Crédito Predial Português.”

O Ofício 10236 capeava os seguintes documentos: “ a) fotocópia de quatro requerimentos; b) vários tipos de acordo a celebrar entre a American Express ou a Carte Blanche e os estabelecimentos comerciais; c) fotocópia de tradução notarialmente legalizada do contrato celebrado com a Carte Blanche Corporation em 7/10/970; d) fotocópia do modelo do contrato a celebrar com os portadores dos cartões; e) fotocópia de carta explicativa das relações entre o Crédito Predial e American Express; f) fotocópia do modelo de cartão a emitir.”

Num outro requerimento, anexo ao Ofício 10236, dirigido ao Secretário de Estado do Tesouro, para dar satisfação ao estabelecido na Portaria 360/73 de 23 de Maio, O Crédito Predial Português, SARL., requeria em 22 de Junho de 1973 “autorização para continuar a exercer a actividade de emissor de cartões de crédito que já vem exercendo desde Outubro de 1970, dentro do regime que a referida portaria agora estabelece. O cartão de crédito [Fig. 47] que o requerente emite é o “Carte Blanche”, e a sua emissão é feita ao abrigo do contrato celebrado com a Carte Blanche Corporation em 7.10.1970 (...).”

A actividade da Carte Blanche em Portugal é pouco conhecida e está por estudar. É assunto a merecer análise e investigação mais pormenorizada.

Apresenta-se de seguida uma nota sumária relativa a outros cartões que foram utilizados em Portugal e que aparecem referidos no Relatório do Grupo de Trabalho, criado em 19 de Dezembro de 1975. Elementos complementares sobre a história e actividade destes cartões, integram o Núcleo de Arquivo do Banco de Portugal que dispõe de alguma informação relevante, para um mais completo conhecimento da sua utilização no nosso país.²³⁷

3 – Cartões relativos ao ALUGUER DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR

“Até 1975, a HERTZ utilizou em Portugal um cartão de sua emissão (“charge card”) que concede aos seus detentores as seguintes vantagens:

1) isenção do depósito prévio a que estão sujeitos os restantes clientes; 2) diferimento pelo prazo máximo de 10 dias do pagamento das suas facturas, no caso de a Sucursal da HERTZ o admitir.

Na sequência do despacho ministerial de 4.2.1975, o cartão HERTZ, deixou de ser atribuído a residentes em Portugal.

Também a AVIS movimentava no País cartões que conferiam aos seus titulares as seguintes regalias:

1) isenção de depósito prévio a que se encontram sujeitos os outros clientes; 2) possibilidade de serem debitados directamente para as suas residências .

Até data incerta, era a EMINCO – C. Santos que promovia o cartão AVIS entre residentes em Portugal. Depois do despacho ministerial de 4.2.1975, terá deixado de o fazer, continuando, porém, a SOVIAL-Sociedade de Viaturas de Aluguer, Lda., representante da AVIS em Portugal, a movimentar cartões apresentados por estrangeiros. As vantagens do cartão AVIS [passaram a ser] proporcionadas pelo cartão DINERS, no qual passou a ser apostado um autocolante especial para o efeito.”

²³⁷ Para uma análise mais detalhada dos elementos caracterizadores dos cartões que nesta fase circulavam ou circularam no país, podem ser obtidas informações complementares de grande importância, no Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal.

Existem neste Arquivo cinco pastas com elementos relativos a CARTÕES DE CRÉDITO, numeradas de I a V, com o seguinte conteúdo:

I - “Assuntos de Ordem Geral”;

II – Assuntos relativos ao “Banco Pinto & Sotto Mayor e Crédito Predial”;

III e IV – “TAP e Hotéis”

V – Shell Portuguesa, SARL.; Automóvel Club de Portugal; Hertz Portuguesa, Automóveis de Aluguer, Lda.; C. Santos, Comércio, Indústria, SARL.; CIC – Cartão Internacional de Crédito, SARL.; C.T.T., Cartões de pagamento garantido; UNICRE – Cartão Internacional de Crédito, SARL. (UNIBANCO).

4 – Cartões para ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES

“Antes da entrada em vigor do despacho ministerial de 4.2.1975, foram utilizados por entidades portuguesas, no estrangeiro, cartões que permitiam o abastecimento de combustíveis e lubrificantes sem necessidade de pagamento imediato. Tais cartões são especialmente vantajosos para as entidades que se dedicam a navegação aérea, já que frequentemente acontece terem que servir-se de aeroportos onde não dispõem de representação própria.

Tanto quanto se saiba, esses cartões eram utilizados pela Força Aérea Portuguesa, pela TAP e pela Transfec (empresa de transporte de mercadorias por estrada).

Tem-se igualmente conhecimento de que a Shell Portuguesa, além dos cartões relativos a abastecimento de combustíveis e lubrificantes a favor de entidades oficiais no plano interno e dos cartões atrás referidos, emitia cupões a favor de empresas de transporte de passageiros por estrada, para utilização junto de companhias suas associadas, fazendo, em contrapartida, o abastecimento em Portugal de combustíveis e lubrificantes mediante a apresentação de títulos análogos emitidos por associadas suas no estrangeiro.

Recentemente, a Shell Portuguesa insistiu pela concessão à TAP do direito de utilizar um cartão através do qual as suas aeronaves pudessem ser abastecidas por estações Shell no estrangeiro.”

5 – Cartões para pagamento de VIAGENS AÉREAS

“Tem-se nota de que várias companhias aéreas (KLM, IBERIA, SAS e BEA) emitem a favor de bons clientes cartões (“air travel cards” - ATC’s) que lhes permitem utilizar transporte aéreo sem que tenham de fazer imediatamente o correspondente pagamento. Também a TAP pretendeu emitir cartões deste tipo. Mas não chegou a dar seguimento à ideia, por entretanto ter sido determinado o regime de restrição da emissão e uso de cartões de crédito a que se tem vindo a fazer referência.

Do mesmo tipo destes cartões, mas de âmbito muito mais vasto, é o chamado “Pan Am Take-Off Card”, que permite aos seus portadores pagar, além de bilhetes de avião adquiridos nos escritórios da Pan American, agentes de viagens e linhas aéreas participantes:

1) encargos por excesso de bagagem; 2) complementos de viagem, incluindo visitas turísticas, cruzeiros, etc.; 3) refeições em restaurantes nos hotéis e aeroportos; 4) aluguer de automóveis em todo o mundo; 5) compras em lojas livres de direitos nos aeroportos; 6) serviços de viagem: empréstimos de emergência em dinheiro, isentos de juros; regalias de levantamento de dinheiro por meio de cheque (acima de 100 dólares, em dinheiro ou travellers cheques); serviço médico recomendado através dos escritórios da Pan American, com pagamento assegurado.

A Pan American, em Maio de 1971, pediu autorização para celebrar, no País, os contratos inerentes ao cartão e relativos aos fornecimentos de bens e serviços por ele abrangidos. Tal pretensão não teve seguimento. O Banco de Portugal entendeu, com efeito, que, não sendo a Pan American uma instituição de crédito nem gozando de estatuto de parabancária, a sua pretensão não poderia ser atendida.

Em Junho de 1973, a Pan American reiterou o seu requerimento (entretanto, havia sido publicada a Portaria nº 360/73).

O Banco de Portugal, embora com reservas, deu desta vez parecer favorável à utilização no País dos ditos cartões. Não chegou, porém, a ser proferida qualquer decisão sobre o caso. Isso

não impediu que tivesse sido comunicado à Pan American (como às companhias aéreas acima mencionadas) o teor do despacho ministerial de 4.2.1975.

Em virtude de esta companhia aérea ter reduzido substancialmente as suas carreiras com passagem por Lisboa, julga-se que a sua pretensão perdeu qualquer interesse.”

6 - Cartas de crédito internacionais emitidas pela União Internacional de Telecomunicações para expedição de telegramas em regime de conta transferida

“Houve conhecimento da existência deste tipo de cartões quando, em Setembro de 1973, os CTT pretenderam ser autorizados a continuarem a satisfazerem os compromissos internacionais assumidos no que respeita à utilização destes cartões, em face da Portaria nº 360/73. Não receberam qualquer resposta. Não deixaram, contudo, de ser informados do despacho ministerial várias vezes referido.”

7 - Cadernetas para uso de automobilistas

“Em Janeiro de 1971, o Automóvel Clube de Portugal requereu a legalização, ao abrigo da portaria nº 664/70, da emissão de cadernetas para pagamento de reparações ou reboques, despesas médicas ocasionadas por acidentes ou doenças súbitas graves, honorários de advogado consequentes de acidentes e gastos por vistoria técnica e para prestar assistência a todos os automobilistas estrangeiros portadores de documentos emitidos pelas suas congéneres abrangidas pela Federação Internacional do Automóvel e pela Aliança Internacional do Turismo. Renovou o requerimento em Junho de 1973, em virtude de entretanto haver sido publicada a Portaria nº 360/73. Consultado o Banco de Portugal, este deu parecer favorável, embora com restrições.

Nada, porém, terá sido comunicado ao Automóvel Clube de Portugal.

Isso não impediu que lhe tivesse sido dado conhecimento do despacho ministerial de 4.2.1975, que o Automóvel Clube de Portugal contestou.

O Automóvel Clube de Portugal fez, durante o verão de 1975, diversas insistências a fim de ser autorizado a voltar a emitir as cadernetas em causa (a favor, portanto, de portugueses que se deslocam ao estrangeiro).”

Muitas destas experiências foram interrompidas. Outras foram condicionadas ou foi-lhe imposto o termo da operação. O período que se seguiu, até Maio de 1988, é do maior interesse para o conhecimento da história dos Cartões em Portugal.

Mas sem dúvida, que 1975, marca o fim de uma era de pioneirismo dos cartões de crédito em Portugal.

10. CONCLUSÃO

Utilizar o cartão de crédito é hoje um gesto banal. Um pequeno rectângulo de plástico tornou-se parte integrante do nosso quotidiano.

Tem-se por natural que uma carteira disponha de acomodação para uma boa meia-dúzia de cartões.

A pesquisa às origens deste tão vulgarizado meio de pagamento, desvendou um mundo complexo e vivido de idealismo, sentido prático empresarial, e em final uma extraordinária realização colectiva de coordenação de meios ao serviço de um novo modelo social, em que o consumo assume um papel determinante.

Um conceito de meio de pagamento idealizado por Edward Bellamy para ser aplicado ao serviço de uma sociedade socialista, veio a constituir-se como um elemento caracterizador de uma sociedade de consumo, resultado de um capitalismo agora tornado global.

O sentido prático empresarial, criou os meios de agilização do crédito, tornando-o acessível, atractivo e gerível.

As redes dedicadas à gestão de cartões de crédito, vieram a encontrar no sistema bancário o seu suporte natural, evoluindo para entidades autonomizadas para melhor cumprirem a missão de integrar meios a nível global.

Nesse percurso foram produzidos cartões de crédito em múltiplas formas e de tão variada origem que são hoje objecto de um estudo e coleccionismo a nível mundial (com especial destaque para os Estados Unidos, com a sua “American Credit Card Collectors Society”), aspectos tanto mais interessantes quanto os exemplares são raros e os bancos mantêm uma consistente prática de destruição de cartões, nem tão pouco guardando notícia dos que eles próprios emitiram.

Sendo o objecto central deste trabalho, a introdução dos cartões de crédito em Portugal, a pesquisa trouxe à luz questões às quais parece não ter sido dado, até ao presente, o devido realce:

- A modernidade que o sistema bancário português apresentava em finais da década de 1960.
- O alheamento e inépcia dos sistemas de regulação que tardaram a produzir as normas viabilizadoras de um sistema em plena execução há já uma década quer em economias mais dinâmicas, quer no território sob regulação.
- A acção diferenciadora de homens de acção, com visão inovadora, que colocaram o país no grupo dos primeiros utilizadores e emissores de cartões de crédito.

Os limites estabelecidos ao projecto colocaram fora do seu âmbito uma das épocas mais interessantes da evolução do uso dos cartões de crédito em Portugal; a que ocorre no longo período que medeia entre a sua proibição de uso no estrangeiro – Fevereiro de 1975 – e o reatar da sua liberdade de uso em Maio de 1988.

Esta é uma área em que se projecta trabalho futuro.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Daniel Proença de Carvalho (*Entrevista concedida ao autor em 16 de Abril de 2008*).

João Ribeiro da Fonseca (*Entrevistas concedidas ao autor em 25 de Outubro de 2006 e 13 de Março de 2008*).

Luís Guimarães (*Entrevista concedida ao autor em 27 de Fevereiro 2008*)

Manuel José Homem de Mello (*Entrevistas concedidas ao autor em 17 e 25 de Setembro de 2008*).

Maria Helena Mena (*Entrevista concedida ao autor em 2 de Abril de 2008*)

Nuno Fernandes Thomaz (*Entrevista concedida ao autor em 17 de Abril de 2008*).

Paulo Lowndes Marques (*Entrevista concedida ao autor em 2 de Novembro de 2005*).

Rui Faria de Oliveira (*Entrevista concedida ao autor em 14 de Março de 2006*).

Correspondência trocada com Diogo Teixeira.

Correspondência trocada com Jerry Ballard.

Correspondência trocada com Lewis Mandell.

Relatório do grupo de trabalho criado para estudo da possível integração numa única entidade que coloque ao serviço da economia nacional todos os sistemas de cartões existentes no país. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, no Largo do Terreiro do Trigo, em Lisboa.

Núcleo de Arquivo – Arquivo Histórico do Banco de Portugal. (Cinco pastas com elementos relativos a CARTÕES DE CRÉDITO, numeradas de I a V. [I - “Assuntos de Ordem Geral”; II – Assuntos relativos ao “Banco Pinto & Sotto Mayor e Crédito Predial”; III e IV – “TAP e Hotéis”; V – Shell Portuguesa, SARL.; Automóvel Club de Portugal; Hertz Portuguesa, Automóveis de Aluguer, Lda.; C. Santos, Comércio, Indústria, SARL.; CIC – Cartão Internacional de Crédito, SARL.; C.T.T., Cartões de pagamento garantido; UNICRE – Cartão Internacional de Crédito, SARL. (UNIBANCO)]).

Abel M. Mateus, *Economia Portuguesa – Crescimento no contexto Internacional (1910-2006)*, (Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 3ª edição, revista e aumentada, Julho de 2006).

Adelino Lopes Aguiar, *O Dinheiro de Plástico* (Lisboa: Rei dos Livros, Março de 1990).

Alfred D. Chandler, Jr., *The Visible Hand, The Managerial Revolution in American Business* (Cambridge, Massachusetts, and London: Harvard University Press, 2002).

Álvaro Ferreira da Silva, *História da Informática em Portugal* (Lisboa: Livros do Brasil, 1ª edição, Novembro de 2006).

David S. Evans & Richard Schmalensee, *Paying with Plastic - The Digital Revolution in Buying and Borrowing*, (Cambridge, Massachusetts, London: Second edition, 2005).

Dee Hock (Founder, and CEO Emeritus VISA), *Birth of the Chaordic Age* (San Francisco: Berret-Koehler Publishers, Inc, 1999).

Eduardo Bellamy, *D'Aqui a Cem Annos*, tradução de M. Pinheiro Chagas, (Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 2ª Edição, 1891), 291 p. + Index.

Edward Bellamy, *Looking Bakward 2000-1887* (Boston and New Yor: Houghton, Mifflin and Company, 1889).

"Há Precisamente 30 Anos Nascia a Unicre e iniciava-se a operação do Cartão Multibanco", (caderno de 8 pág., não numeradas).

"História do Banco Pinto e Sotto Mayor, 1914 – 1989", Edição do BPSM, Maio de 1989.

Javier Sáez Salgado, *História da Moeda em Portugal* (Lisboa: Abril/Controljornal Editora, Lda (colecção Unibanco), Outubro de 2001).

Joaquim da Costa Leite, *Instituições, Gestão e Crescimento Económico: Portugal, 1950-1973* (Universidade de Aveiro, Setembro de 2005).

José da Silva Lopes, *A Economia Portuguesa desde 1960* (Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda, 3ª edição, Setembro de 1997).

José da Silva Lopes, *Memórias de Economistas: Entrevistas [especialista em situações difíceis, p. 41-64]*, (Paço de Arcos: Revista Exame, 1ª Edição, Abril de 2006).

José Barros Rodrigues (autor principal), *História do Automobilismo Português* (Algés: Talento - Edições, Publicidade e Promoções, Lda., 2004).

Jerry Ballard, *Charge Plate Catalog* (Midlothian, VA, USA: edição do autor – ACCCS, First printing, January 2008).

Lewis Mandell, *The Credit Card Industry: A History* (Boston: Twayne's Evolution of American Business Series - Industries, Institutions, and Entrepreneurs, No. 4, Twayne Publishers, 1990).

Lopes de Amorim, *Lições de Contabilidade Geral (Sebenta)*, s/d.

Luís Eduardo Carvalheira de Mendonça, *O Empreendedorismo Português na Cidade do Recife nos Primeiros Cinquenta Anos do Século XX: Participação, Influência e Presença*, Dissertação de doutoramento em preparação na Universidade de Aveiro.

Luís Trindade, *Foi Você que pediu uma História da Publicidade?* (Lisboa: Edições Tinta-da-China, Limitada, 1ª edição, Outubro, 2008).

Manuel Jacinto Nunes, *Memórias de Economistas: Entrevistas [o senhor do Banco de Portugal, p. 65-88]*, (Paço de Arcos: Revista Exame, 1ª Edição, Abril de 2006).

Melo Antunes, *O Sonhador Pragmático*, entrevista de Maria Manuela Cruzeiro (Lisboa: Círculo de Leitores, Centro de Documentação 25 de Abril, 2004).

Paul Chutkow, *VISA - The Power of an Idea* (Chicago: Harcourt, Visa International, 2001).

"Revista Unibanco Gold", Unicre, Lisboa, Ano 1, Nº 3, Novembro de 1993.

Rui Estrela, *A Publicidade no Estado Novo (1960-1973)*, (Lisboa: Comunicando, Volume II, 1ª edição, Abril de 2005).

Sebastião de Lancastre, *Os Cartões de Crédito em Portugal nos Últimos 20 Anos*, Entrevista conduzida por João Rafael Nunes, Revista do Cartão Unibanco (Março e Junho de 1994, (Lisboa: Edição da Unicre – Cartão Internacional de Crédito, SA, Julho de 1995). 14 p.

Stephen P. Alpert, *Alpert's Catalogue of Charge Coins* (Los Angeles: First edition, 2003).

Vasco Gonçalves, *Discursos, conferências de imprensa e entrevistas* (organização e edição de Augusto Paulo Gama; introdução do Professor J. J. Teixeira Ribeiro), (Porto: Gráfica de S. Brás, 2ª edição, Abril de 1976).

ANEXO I

- A PUBLICIDADE DOS CARTÕES DE CRÉDITO (Diners Club, Sottomayor e Unibanco)

Mensagens e ideias chave que a publicidade divulgou e procurou transmitir

A opção pela ordem por que são apresentados (1.- Sottomayor; 2.- Diners Club, 3.- Unibanco), tem por base o seu aparecimento cronológica na imprensa.

1. CARTÃO SOTTOMAYOR

(Lâmpada atravessada por um bigode, sem texto)

(Ref^a: imPacto A)

BRILHANTE IDEIA
(Lâmpada atravessada por um bigode)

(Ref^a: imPacto B)

BRILHANTE IDEIA
(Lâmpada atravessada por um bigode)
PARA TODAS AS COMPRAS

(Ref^a: imPacto C)

BRILHANTE IDEIA
(Lâmpada atravessada por um bigode)
PARA TODAS AS COMPRAS
(imagem do cartão)

(Refª: **imPacto SM 1**)

AGORA
(imagem do cartão)
COM UM SÓ CARTÃO
PODE COMPRAR TUDO

(Refª: **imPacto SM 2**)

(cartão com o nome João Silva ao cima da faixa ocre; nº do cartão ao fundo da mesma faixa ocre)
Os cartões com estas características, de acordo com o “American Credit Card Collectors Society” correspondem ao período entre 1963 e 1971

A PARTIR DE AGORA
PAGUE TUDO COM
O NOVO DINHEIRO

(Refª: **imPacto SM 3**)

DAMOS-LHE UM CARTÃO PARA TODAS AS SUAS COMPRAS

Pode pagar sem dinheiro e sem cheques em estabelecimentos de todos os ramos.

Pode pagar a sua conta no Hotel ou no Restaurante, as suas compras de todos os dias em super-mercados ou boutiques, as suas despesas extraordinárias e até a manutenção do seu automóvel.

COM O CARTÃO SOTTOMAYOR TEM SEMPRE DINHEIRO

Traga o cartão SOTTOMAYOR sempre consigo e em qualquer altura pode ter aquilo de que precisa. Basta, para isso, que o apresente num dos muitos estabelecimentos que o aceitam.

UMA ÚNICA CONTA ...

No fim do mês o Banco Pinto & Sotto Mayor envia-lhe, numa única conta, o montante de todas as suas despesas. Dispõe, a partir dessa data, dum prazo de 25 dias para efectuar o pagamento ao Banco, SEM QUALQUER ENCARGO SUPLEMENTAR.

USE-O TAMBÉM QUANDO VIAJAR

O cartão SOTTOMAYOR é aceite em vários Países. Pode pagar com ele a sua passagem de avião ou de barco, o aluguer de um automóvel, ou quaisquer compras que queira efectuar.

PARA OBTER O NOVO DINHEIRO NÃO É NECESSÁRIO SER CLIENTE DO BANCO PINTO & SOTTOMAYOR

Basta que se dirija a qualquer Agência do B. P. S. M. ou a qualquer estabelecimento que aceite o NOVO DINHEIRO. Ràpidamente ser-lhe-á entregue o seu cartão SOTTOMAYOR.

(cartão com o nome João Silva ao cima da faixa ocre; nº do cartão ao fundo da mesma faixa ocre)

Os cartões com estas características, de acordo com o “American Credit Card Collectors Society” correspondem ao período entre 1963 e 1971

NOVAS PERSPECTIVAS PARA TODOS OS COMERCIANTES

(Refª: **imPacto SM 4**)

São milhares de clientes que pagam sempre a pronto.

Nas vendas efectuadas com o cartão SOTTOMAYOR o comerciante recebe tudo a pronto pagamento. O Banco Pinto & Sotto Mayor paga as facturas de todas as compras realizadas pelos possuidores do seu cartão SOTTOMAYOR.

Participe no serviço do cartão SOTTOMAYOR.

(cartão com o nome João Silva ao cima da faixa ocre; nº do cartão ao fundo da mesma faixa ocre)

Os cartões com estas características, de acordo com o “American Credit Card Collectors Society” correspondem ao período entre 1963 e 1971

é uma óptima sensação ...

(Refª: **imPacto SM 5**)

Saber que pode ter aquilo que precisa, quando precisa.

Com o cartão SOTTOMAYOR pode comprar sem utilizar dinheiro ou cheques, em milhares de estabelecimentos dos mais diversos ramos. Se ainda não tem o seu cartão SOTTOMAYOR dirija-se a qualquer agência do Banco Pinto & Sotto Mayor ou preencha uma proposta num dos muitos estabelecimentos muitos estabelecimentos que aceitam o NOVO DINHEIRO.

Para obter o NOVO DINHEIRO não necessita ser cliente do Banco Pinto & Sotto Mayor.

(cartão com o nome João Silva ao cima da faixa ocre; nº do cartão ao fundo da mesma faixa ocre)

Os cartões com estas características, de acordo com o “American Credit Card Collectors Society” correspondem ao período entre 1963 e 1971

QUEM SABE COMPRAR, SABE PAGAR!

(Refª: **ESPIRAL [I]**)

Se já é possuidor do Cartão SOTTOMAYOR, porque não personalizar sempre as suas compras, utilizando-o sistematicamente nos milhares de estabelecimentos portugueses e estrangeiros.

Dê prestígio ao seu dinheiro, gastando-o da maneira mais cómoda do mundo.
Com o cartão SOTTOMAYOR compra mais e paga melhor
Cartão SOTTOMAYOR o seu BANCO DE BOLSO.

(cartão com o nome Gaspar Castro, ao cimo da faixa ocre; nº do cartão ao fundo da faixa ocre)

Os cartões com estas características, de acordo com o “American Credit Card Collectors Society” correspondem ao período entre 1963 e 1971

Nos cartões emitidos pelo BankAmericard entre 1970 e 1972, o Nome do titular passou para a parte inferior da faixa ocre, sendo o Nº do cartão deslocado para a parte superior da mesma faixa ocre.

O Cartão SOTTOMAYOR, pela análise dos exemplares físicos de que dispomos, parece não ter respeitado esta mudança

sonhar não chega. viva uma vida mayor

(Refª: QUITO [I])

Às vezes o sonho deixa de ser realidade só por uns tostões. Por uma questão de disponibilidade momentânea. Porque, naquele momento, não se tinha dinheiro, nem cheque... E fica-se no sonho. Com o desgosto da compra perdida. Não se deixe embalar pelo sonho. Seja prático e viva uma vida mayor – fazendo as suas contas de cabeça bem assente no travesseiro Sottomayor!

(cartão sem nome e sem número, exibindo apenas as faixas azul, branco e ocre)

abre-te sésamo ... abre-te sésamayor!

(Refª: QUITO [II])

Tal como a palavra mágica, o cartão Sottomayor abre-lhe as portas dum mundo novo ... Um mundo mayor, o mundo do seu crédito, sob as três cores da magia (azul, branco e ocre), as cores da felicidade e do encanto. Use o seu cartão mágico e terá um poder mayor – numa vida melhor! Tenha o seu cartão. O mayor

(cartão sem nome e sem número, exibindo apenas as faixas azul, branco e ocre)

Sempre consigo o cartão Sottomayor

(Refª: LEO BURNETT [I])

Você dispõe de uma notável capacidade de compra. O seu cartão Sottomayor.
Não hesite. Apresente-o.

Pessoal e intransmissível, ele tem uma aceitação em mais de 1 000 000 de pontos de venda em todo o mundo. Ele é o seu capital portátil.

Ele é a moeda internacional, sem bancos, sem câmbios.

Onde quer que esteja, você pode comprar imediatamente. E a pronto. Um privilégio do cartão Sottomayor que é a sua vantagem. E você só terá de efectuar o pagamento 25 dias após ter recebido o seu extracto de conta.

Utilize o cartão Sottomayor. Ele é a sua comodidade, a sua segurança e o prestígio da sua presença.

(cartão com o nome Jorge Tiago Mendes, ao fundo da faixa ocre; nº do cartão ao fundo da faixa branca)

Os cartões com estas características, de acordo com o "American Credit Card Collectors Society" correspondem ao período entre 1972 e 1979

Cartão Sottomayor - a solução

(Refª: LEO BURNETT [II])

Um filho que nasceu. A mobília a precisar de renovação, as férias, o aniversário da Rita.

O ano tem momentos assim. Como se tudo estivesse à espera para acontecer naquela ocasião. Para cúmulo a televisão que está sem conserto.

Nestas alturas o dinheiro tem que dar para tudo. Tem ... mas se não fosse o cartão Sottomayor!... É só apresentá-lo e aí está a solução! Fácil!

E quando se recebe o extracto de conta e chega a altura do pagamento, o mau tempo já lá vai.

E pagou-se a pronto. Uma vantagem. E um privilégio de quem utiliza o cartão Sottomayor.

Sempre consigo

(cartão com o nome Jorge Tiago Mendes, ao fundo da faixa ocre; nº do cartão ao fundo da faixa branca)

Os cartões com estas características, de acordo com o "American Credit Card Collectors Society" correspondem ao período entre 1972 e 1979

E vivam os direitos da mulher!

(Refª: LEO BURNETT [III])

O direito de sair à rua e ser livre. De vestir minis, maxis ou calças. De guiar e fumar. De trabalhar e ter os seus caprichos.

O direito de comprar, de repente ao sabor da fantasia, um pullover jacquard, um perfume caro ou uma gravata para oferecer. De não contar os tostões que traz na carteira. De não ficar nunca, frustrada, diante da tentação, ali na montra, ao atravessar a rua, à saída do escritório.

O direito indiscutível, em todas as ocasiões, de usar o cartão Sottomayor.

Sempre consigo

(cartão com o nome Jorge Tiago Mendes, ao fundo da faixa ocre; nº do cartão ao fundo da faixa branca)

Os cartões com estas características, de acordo com o "American Credit Card Collectors Society" correspondem ao período entre 1972 e 1979

O encanto discreto de certos momentos

(Refª: LEO BURNETT [IV])

“Lembras-te? Depois fomos dançar. E aquela vez, que eu estreei o vestido preto, comprido ...
E havia aqueles ingleses na mesa ao lado...”.
Os momentos que você não tem o direito de perturbar. São os momentos perfeitos. O restaurante ideal, o jantar ideal, a atmosfera ideal. O champanhe, as trutas, o faisão.
Afinal esses são os dias que ela não esquece. E você também não.
Tranquilo, longe das preocupações. Mesmo no momento da conta. Porque você a paga, discretamente, com o seu cartão Sottomayor.
Sempre consigo

(cartão com o nome Jorge Tiago Mendes, ao fundo da faixa ocre; nº do cartão ao fundo da faixa branca)

Os cartões com estas características, de acordo com o “American Credit Card Collectors Society” correspondem ao período entre 1972 e 1979

Paris ou Tóquio ou S. Francisco ou ...

(Refª: LEO BURNETT [V])

Ou o mundo. Com o cartão Sottomayor não há fronteiras.
Não há francos, nem yens, nem dólares. Há entrada franca sem câmbios, sem bancos, sem problemas linguísticos. À medida da sua fantasia. Você parte. E entrega-se ao prazer de sentir o mundo seu. E só não lhe aconselhamos a comprar a Torre Eiffel...
Mas se insistir, pague a pronto.
Com o seu cartão Sottomayor.

(cartão com o nome Jorge Tiago Mendes, ao fundo da faixa ocre; nº do cartão ao fundo da faixa branca)

Os cartões com estas características, de acordo com o “American Credit Card Collectors Society” correspondem ao período entre 1972 e 1979

O pai consegue tudo

(Refª: (1974) [I])

As férias são bestiais!
Temos um quarto que dá para o mar. Uma piscina grande, grande ... e outra mais pequenina. Temos bóias e colchões. E muitas coisas.
O pai ensina-nos a nadar, compra-nos livros aos quadradinhos e tira-nos muitas fotografias.
Não temos de nos vestir para ir para a mesa e comemos imensas coisas boas: “pregos”, gelados e laranjadas ...
O pai é que sabe o que é bom e arranja sempre o que é preciso.
Isto é que são férias!

E paga tudo com o cartão Sottomayor.

Sempre consigo

(cartão com o nome Jorge Tiago Mendes, ao fundo da faixa ocre; nº do cartão ao fundo da faixa branca)

Os cartões com estas características, de acordo com o "American Credit Card Collectors Society" correspondem ao período entre 1972 e 1979

2. CARTÃO DINERS CLUB

**Tenha o Mundo na mão
Mostre o cartão Diners Club
(com crédito ilimitado)**

(Refª: LATINA)

Abra uma nova dimensão no seu mundo. A fórmula mágica será a sua assinatura num cartão pequeno, como de visita. O "Abre-te Sésamo" em toda a parte, dentro ou fora do país. E toda a parte é o seu mundo (Lisboa, Nova Iorque ou Budapeste). Disponha de 200 000 estabelecimentos seleccionados de todos os géneros, 2000 dos quais em Portugal, filiados no Diners Club. A si recebem-no muito melhor.

Viaje como quiser para 141 países dos cinco continentes. Hospede-se, faça as suas compras, alugue automóveis, veja os melhores espectáculos. Marque sempre o seu lugar. Para isso existem escritórios do Diners Club nas cidades mais importantes – onde conseguir lugar é cada vez mais difícil.

Tudo isto porque possui um cartão do Diners Club, pessoal e intransmissível, com a sua assinatura. Uma assinatura que o liberta de viajar com dinheiro, de câmbios e transferências. Basta mostrá-lo e assinar as notas de despesa. Eis como se dá volta ao mundo sem dinheiro. E com crédito ilimitado.

No estrangeiro o Diners Club está ligado a diversos Bancos. Em Portugal conta com o apoio e a experiência do Banco do Alentejo que, além de todos os serviços bancários, lhe concede vantagens excepcionais: débito automático e modalidades especiais para pagamento. Consulte-o em qualquer das suas dependências. O Diners Club concede ainda aos Membros, Clientes do Banco, um seguro gratuito de acidentes pessoais.

**DINERS CLUB
CONTA ABERTA EM TODO O MUNDO
BANCO DO ALENTEJO**

(cartão com o nome Jorge Amorim, - Expira Fim de DEC 70)

Os cartões com estas características, de acordo com o "American Credit Card Collectors Society" correspondem ao período a partir de 1966 até à data em que a operação cessou a actividade em Portugal

(Nome na parte inferior do cartão por baixo do Nº do cartão)

**No mundo inteiro continue a pagar com Diners
o cartão que dá a nota**

(Ref^a: LTA 46/01)

(cartão com o nome Jorge Amorim, - Expira Fim de DEC – “70 oculto”)

Os cartões com estas características, de acordo com o “American Credit Card Collectors Society” correspondem ao período a partir de 1966 até à data em que a operação cessou a actividade em Portugal
(Nome na parte inferior do cartão por baixo do N^o do cartão)

3. CARTÃO UNIBANCO

Este Natal sou mais feliz!

(Ref^a: UNIBANCO II)

O CARTÃO UNIBANCO

Permite-me pensar em todos!

Não gasto mais do que pretendo e compro tudo o que preciso de uma só vez.

Que Natal tão Feliz!

O cartão unibanco é de facto um cartão!

(Imagem do cartão Master Charge, sem personalização, mas com o “i” do Interbank Card Association)

Os cartões com estas características, de acordo com o “American Credit Card Collectors Society” correspondem ao período a partir de 1968 ou 1969

ANEXO II

PUBLICIDADE - CRONOLOGIA

Jornal "Diário de Notícias"

Data	Referência	Cartão	Página
(1)			
25-02-1970	ImPacto A	Sottomayor	2
26-02-1970	ImPacto A	Sottomayor	2
27-02-1970	ImPacto A	Sottomayor	2
28-02-1970	-	-	-
01-03-1970	ImPacto B	Sottomayor	2
02-03-1970	ImPacto B	Sottomayor	2
03-03-1970	ImPacto B	Sottomayor	2
04-03-1970	ImPacto B	Sottomayor	2
05-03-1970	ImPacto C	Sottomayor	2
06-03-1970	ImPacto C	Sottomayor	2
07-03-1970	ImPacto C	Sottomayor	2
08-03-1970	ImPacto C	Sottomayor	2
09-03-1970	ImPacto C	Sottomayor	2
10-03-1970	imPacto SM 1	Sottomayor	2
11-03-1970	imPacto SM 1	Sottomayor	2
12-03-1970	imPacto SM 1	Sottomayor	2
13-03-1970	imPacto SM 1	Sottomayor	2
14-03-1970	imPacto SM 1	Sottomayor	5
15-03-1970	imPacto SM 2	Sottomayor	4
16-03-1970	-	-	-
17-03-1970	imPacto SM 2	Sottomayor	2
18-03-1970	-	-	-
19-03-1970	imPacto SM 2	Sottomayor	2
20-03-1970	-	-	-
21-03-1970	imPacto SM 2	Sottomayor	2
22-03-1970	imPacto SM 2	Sottomayor	4
23-03-1970	Latina	Diners	5
24-03-1970	imPacto SM 2	Sottomayor	2
25-03-1970	-	-	-
26-03-1970	Nogueira Informática + imPacto SM 3	Sottomayor	4, 5
27-03-1970	-	-	-
28-03-1970	imPacto SM 3	Sottomayor	5
29-03-1970	-	-	-
30-03-1970	imPacto SM 3	Sottomayor	2
31-03-1970	-	-	-
01-04-1970	-	-	-
02-04-1970	Nogueira Informática	Sottomayor	15
03-04-1970	-	-	-
04-04-1970	imPacto SM 4	Sottomayor	4
05-04-1970	-	-	-
06-04-1970	-	-	-
07-04-1970	Latina	Diners	5
08-04-1970	-	-	-
09-04-1970	imPacto SM 5 + Nogueira Informática	Sottomayor	5, 9
10-04-1970	-	-	-
11-04-1970	-	-	-
12-04-1970	-	-	-
13-04-1970	-	-	-
14-04-1970	-	-	-
15-04-1970	-	-	-
16-04-1970	-	-	-
17-04-1970	-	-	-
18-04-1970	-	-	-
19-04-1970	Latina	Diners	5
20-04-1970	-	-	-
21-04-1970	-	-	-
22-04-1970	-	-	-
23-04-1970	-	-	-
24-04-1970	-	-	-
25-04-1970	-	-	-
26-04-1970	imPacto SM 4	Sottomayor	4
27-04-1970	-	-	-
28-04-1970	-	-	-
29-04-1970	-	-	-
30-04-1970	-	-	-
(2)			

(1) - Não aparecem anúncios anteriormente a 25-02-1970

(2) - Foram pesquisados os jornais publicados de FEV. a ABR. de 1970

Jornal "O Século"

Data	Referência	Cartão	Página
(1)			
25-02-1970	imPacto A	Sottomayor	2
26-02-1970	imPacto A	Sottomayor	2
27-02-1970	imPacto A	Sottomayor	2
28-02-1970	imPacto A	Sottomayor	2
01-03-1970	imPacto B	Sottomayor	2
02-03-1970	imPacto B	Sottomayor	2
03-03-1970	imPacto B	Sottomayor	2
04-03-1970	imPacto B	Sottomayor	2
05-03-1970	imPacto C	Sottomayor	7
06-03-1970	imPacto C	Sottomayor	8
07-03-1970	imPacto C	Sottomayor	8
08-03-1970	imPacto C	Sottomayor	8
09-03-1970	imPacto C	Sottomayor	9
10-03-1970	imPacto SM 1	Sottomayor	8
11-03-1970	imPacto SM 1	Sottomayor	5
12-03-1970	imPacto SM 1	Sottomayor	8
13-03-1970	imPacto SM 1	Sottomayor	8
14-03-1970	imPacto SM 1	Sottomayor	4
15-03-1970	imPacto SM 2	Sottomayor	11
16-03-1970	imPacto SM 2	Sottomayor	10
17-03-1970	-	-	-
18-03-1970	imPacto SM 2	Sottomayor	8
19-03-1970	-	-	-
20-03-1970	imPacto SM 2	Sottomayor	8
21-03-1970	-	-	-
22-03-1970	imPacto SM 2	Sottomayor	10
23-03-1970	-	-	-
24-03-1970	Latina	Diners	11
25-03-1970	imPacto SM 3	Sottomayor	8
26-03-1970	-	-	-
27-03-1970	-	-	-
28-03-1970	-	-	-
29-03-1970	imPacto SM 3	Sottomayor	12
30-03-1970	-	-	-
31-03-1970	-	-	-
01-04-1970	-	-	-
02-04-1970	-	-	-
03-04-1970	imPacto SM 4	Sottomayor	8
04-04-1970	-	-	-
05-04-1970	Nogueira Informática	Sottomayor	9
06-04-1970	-	-	-
07-04-1970	-	-	-
08-04-1970	imPacto SM 5	Sottomayor	8
09-04-1970	-	-	-
10-04-1970	-	-	-
11-04-1970	-	-	-
12-04-1970	-	-	-
13-04-1970	imPacto SM 5 + Latina	Sottomayor + Diners	4; 10
14-04-1970	-	-	-
15-04-1970	-	-	-
16-04-1970	-	-	-
17-04-1970	-	-	-
18-04-1970	imPacto SM 4	Sottomayor	9
19-04-1970	-	-	-
20-04-1970	-	-	-
21-04-1970	-	-	-
22-04-1970	-	-	-
23-04-1970	imPacto SM 4	Sottomayor	8
24-04-1970	-	-	-
25-04-1970	imPacto SM 4	Sottomayor	9
26-04-1970	Latina	Diners	16
27-04-1970	-	-	-
28-04-1970	imPacto SM 4	Sottomayor	4
29-04-1970	-	-	-
30-04-1970	-	-	-
(2)			

(1) - Não aparecem anúncios anteriormente a 25-02-1970

(2) - Foram pesquisados os jornais publicados de FEV. a ABR. de 1970

Revista "FLAMA"

Número	Data	Referência	Descrição	Cartão	Página
1139	02-01-1970	-	-	-	-
...					
1149	13-03-1970	-	-	-	-
1150	20-03-1970	ImPacto SM 2	Agora com um só cartão ...	Sottomayor	11
1151	27-03-1970	ImPacto SM 2	Agora com um só cartão ...	Sottomayor	11
1152	03-04-1970	-	-	-	-
1153	10-04-1970	ImPacto SM 3	A partir de agora ...	Sottomayor	11
1154	17-04-1970	Impacto SM 5	É uma óptima sensação ...	Sottomayor	73
1155	24-04-1970	Impacto SM 5	É uma óptima sensação ...	Sottomayor	11
1156	01-05-1970	-	-	-	-
...					
1190	25-12-1970	-	-	-	-
...					
1191	01-01-1971	-	-	-	-
...					
1243	31-12-1971	-	-	-	-
...					
1244	07-01-1972	-	-	-	-
...					
1295	29-12-1972	-	-	-	-
...					
1296	05-01-1973	-	-	-	-
...					
1314	11-05-1973	ESPIRAL [I]	Quem sabe comprar ...	Sottomayor	77
...					
1336	12-10-1973	-	-	-	-
1337	19-10-1973	QUITO [I]	Sonhar não chega ...	Sottomayor	68 (contracapa)
1338	26-10-1973	-	-	-	-
1339	02-11-1973	QUITO [I]	Sonhar não chega ...	Sottomayor	84 (contracapa)
1340	09-11-1973	-	-	-	-
1341	16-11-1973	-	-	-	-
1342	23-11-1973	.	2 pág. com logotipo Diners e Sottomayor em anúncios de moda	-	54 + 55
1343	30-11-1973	-	-	-	-
1344	07-12-1973	-	-	-	-
1345	14-12-1973	QUITO [III]	Abre-te sésamo ...	Sottomayor	84 (contracapa)
1346	21-12-1973	-	-	-	-
1347	28-12-1973	-	-	-	-
...					
1348	04-01-1974	-	-	-	-
...					
1362	12-04-1974	-	-	-	-
1363	19-04-1974	LEO BURNETT [I]	Sempre consigo ...	Sottomayor	68 (contracapa)
1364	26-04-1974	LEO BURNETT [II]	Cartão Sottomayor - a solução	Sottomayor	63
1365	03-05-1974	-	-	-	-
1366	10-05-1974	LEO BURNETT [III]	E vivam os direitos da mulher!	Sottomayor	68 (contracapa)
1367	17-05-1974	LEO BURNETT [IV]	O encanto discreto ...	Sottomayor	68 (contracapa)
1368	24-05-1974	LEO BURNETT [IV]	O encanto discreto ...	Sottomayor	67 (pág. 3 da capa)
1369	31-05-1974	LEO BURNETT [V]	Paris ou Tóquio ou ...	Sottomayor	51 (pág. 3 da capa)
1370	07-06-1974	LEO BURNETT [II]	Cartão Sottomayor - a solução	Sottomayor	59
1371	14-06-1974	LEO BURNETT [IV]	O encanto discreto ...	Sottomayor	68 (contracapa)
1372	21-06-1974	LEO BURNETT [V]	Paris ou Tóquio ou ...	Sottomayor	68 (contracapa)
1373	28-06-1974	LEO BURNETT [I]	Sempre consigo ...	Sottomayor	67 (pág. 3 da capa)
1374	05-07-1974	-	-	-	-
...					
1399	27-12-1974	-	-	-	-
...					
1400	03-01-1975	-	-	-	-
...					
1451	26-12-1975	-	-	-	-

Nota: Foram pesquisadas todas as Revistas editadas entre os anos de 1970 e 1975

Revista "O SÉCULO ILUSTRADO"

Número	Data	Referência	Descrição	Cartão	Página
1670	03-01-1970	-	-	-	-
...					
1681	21-03-1970	imPacto SM 2	Agora com um só cartão ...	Sottomayor	50
1682	28-03-1970	-	-	-	-
1683	04-04-1970	-	-	-	-
1684	11-04-1970	imPacto SM 3	A partir de agora ...	Sottomayor	48
1685	18-04-1970	imPacto SM 5	É uma ótima sensação ...	Sottomayor	48
1686	25-04-1970	imPacto SM 5	É uma ótima sensação ...	Sottomayor	65
1687	02-05-1970	imPacto SM 5	É uma ótima sensação ...	Sottomayor	47
1688	09-05-1970	imPacto SM 5	É uma ótima sensação ...	Sottomayor	45
1689	16-05-1970	-	-	-	-
...					
1721	26-12-1970	-	-	-	-
1879	05-01-1974	-	-	-	-
...					
1893	13-04-1974	-	-	-	-
1894	20-04-1974	LEO BURNETT [I]	Sempre consigo ...	Sottomayor	8
1895	27-04-1974	LEO BURNETT [III]	Cartão Sottomayor - a solução	Sottomayor	21
1896	04-05-1974	LEO BURNETT [IV]	O encanto discreto ...	Sottomayor	28
1897	18-05-1974	(1974) [I]	O pai consegue tudo	Sottomayor	
1898	25-05-1974	LEO BURNETT [III]	E vivam os direitos da mulher!	Sottomayor	pág. 2 da capa
1899	01-06-1974	LEO BURNETT [IV]	O encanto discreto ...	Sottomayor	65 (pág. 3 da capa)
1900	08-06-1974	LEO BURNETT [III]	E vivam os direitos da mulher!	Sottomayor	17
1901	15-06-1974	LEO BURNETT [III]	Cartão Sottomayor - a solução	Sottomayor	pág. 2 da capa
1902	22-06-1974	-	-	-	-
1903	29-06-1974	(1974) [I]	O pai consegue tudo	Sottomayor	52
1904	<i>Este nº não existe na BPMP</i>				
1905	13-07-1974	-	-	-	-
...					
1923	16-11-1974	-	-	-	-
1924	23-11-1974	Unibanco [I]	Este Natal sou mais feliz!	Unibanco	53
1925	30-11-1974	Unibanco [I]	Este Natal sou mais feliz!	Unibanco	pág. 2 da capa
1926	07-12-1974	Unibanco [I]	Este Natal sou mais feliz!	Unibanco	9
1927	14-12-1974	-	-	-	-
1928	21-12-1974	-	-	-	-
1929	28-12-1974	-	-	-	-

Nota: Foram pesquisadas somente as Revistas editadas nos anos de 1970 e 1974

Revista "VIDA MUNDIAL"

Número	Data	Referência	Descrição	Cartão	Página
1595	02-01-1970	-	-	-	-
...					
1605	13-03-1970	-	-	-	-
1606	20-03-1970	imPacto SM 2	Agora com um só cartão ...	Sottomayor	17
1607	27-03-1970	Latina	Tenha o mundo na mão ...	Diners	10
1608	03-04-1970	-	-	-	-
1609	14-04-1970	imPacto SM 3	A partir de agora ...	Sottomayor	51
1610	17-04-1970	imPacto SM 5	É uma ótima sensação ...	Sottomayor	17
1610	17-04-1970	Latina	Tenha o mundo na mão ...	Diners	32
1611	24-04-1970	imPacto SM 5	É uma ótima sensação ...	Sottomayor	51
1612	01-05-1970	imPacto SM 5	É uma ótima sensação ...	Sottomayor	17
1613	08-05-1970	Latina	Tenha o mundo na mão ...	Diners	43
1613	08-05-1970	imPacto SM 5	É uma ótima sensação ...	Sottomayor	51
1614	15-05-1970	-	-	-	-
1615	22-05-1970	-	-	-	-
1616	29-05-1970	Latina	Tenha o mundo na mão ...	Diners	53
...					
1646	25-12-1970	-	-	-	-
1804	04-01-1974	-	-	-	-
...					
1823	24-05-1974	LTA 46/01	No mundo inteiro continue a pagar...	Diners	38
...	<i>Não existe na BPMP o nº 1821 nem os números editados de JUL. a SET.</i>				
1841	26-12-1974	-	-	-	-

Nota: Foram pesquisadas somente as Revistas editadas nos anos de 1970 e 1974

Revista "TEMPO ECONÓMICO"

Número	Data	Referência	Descrição	Cartão	Página
0	18-01-1974	-	-	-	-
...					
8	21-06-1974	LTA 46/01	No mundo inteiro continue a pagar...	Diners	50
8	21-06-1974	LEO BURNETT [I]	Sempre consigo ...	Sottomayor	66 (contracapa)
9	05-07-1974	LEO BURNETT [I]	Sempre consigo ...	Sottomayor	66 (contracapa)
...					
13	13-12-1974	Unibanco [I]	Este Natal sou mais feliz!	Unibanco	2 pág. da capa
14	10-01-1975	-	-	-	-
...					
20	15-08-1975	-	-	-	-

Nota: Foram pesquisados todos os números editados por esta Revista (Nº 0 a 20)

ANEXO III

IDENTIFICAÇÃO E DATAÇÃO DE CARTÕES

Para os estudiosos ou simples colecionadores de cartões a sua datação constitui, em muitos casos, um problema difícil de solucionar.

Os cartões antigos podem não apresentar qualquer data. Por regra nos cartões mais recentes podemos identificar até três datas.

A determinação da data em alguns cartões torna-se pois um auxiliar prestimoso para o seu estudo e enquadramento histórico, constituindo, sem dúvida, um aspecto curioso e não raras vezes bem difícil de solucionar. E refira-se mesmo que ao fim de cinco décadas (reportando-nos apenas aos cartões bancários em plástico, na forma como hoje os utilizamos), ainda se não chegou a uma total uniformização de alguns elementos que aparecem inscritos nos cartões.

São muitos os casos em que a total ausência de referências quer do fabricante quer da data de produção, tornam praticamente impossível a determinação, com rigor, do período em que foram fabricados e utilizados. Só por aproximação e com recurso a elementos auxiliares alternativos, que não aparecem no cartão, se podem caracterizar e enquadrar no tempo, muitos destes exemplares.

Este facto é de certo modo estimulante, sobretudo se procurarmos estabelecer um paralelo quer em relação à moeda metálica quer em relação ao papel-moeda, situações onde estes aspectos se encontram muito facilitados.

Há pois uma tarefa e uma necessidade de sistematização, em termos de identificação, de elementos que permitam conhecer com o rigor possível o período de utilização destes cartões.

Assim, os exemplares de cartões mais antigos podem não ter qualquer data, ou quando muito, apenas a indicação de uma referência temporal.

Os cartões mais recentes, podem, contudo, apresentar até três datas:

Data de Fabrico ou de Impressão, identificável através de uma referência no verso do cartão, por regra em letra muito pequena. Nos cartões mais recentes é usual aparecer no canto superior direito. É no entanto frequente encontrar esta referência nos mais diversos pontos do verso do cartão.

De notar que muitos cartões permanecem em stock por largo período de tempo, antes de serem personalizados, sendo em muitos casos utilizados também ao longo de vários anos.

Outros, contudo, tiveram vida efémera. E aparecem também casos de várias impressões de um mesmo tipo de cartão ao longo de um curto período (menos de um ano).

Data de Emissão, observável se o cartão apresenta uma expressão quer em Português quer em Inglês como:

VALID FROM; VALID FIRST DAY OF; VALID

Data de Fim de Validade, que é a mais comum, revestindo várias designações quer em português quer em Inglês, ou mesmo nas duas línguas, sendo as mais frequentes como:

VÁLIDO ATÉ; VAL ATÉ; GOOD THRU; VÁLIDO ATÉ / VALID THRU; VALID THRU / VÁLIDO ATÉ; VALID THRU / LAST DAY OF; EXPIRE END OF MO. YR.; VALIDADE; THRU; VALID DATES; VALID THRU

E o problema, com alguma frequência, ainda mais se complica pelo facto de muitos emissores utilizarem 2/2 dígitos (00/00), ora para a indicação do Mês/Ano, ora para a indicação do Ano/Mês, não distinguindo nem indicando quando o fazem (em alguns casos para uma mesma instituição e para um mesmo período).

Acresce que muitos cartões não exibem qualquer data.

A atribuição do período de validade não obedeceu, ao longo dos tempos, a uma norma comum. Embora o usual seja encontrar cartões com prazo de validade de seis meses (sobretudo em relação à emissão dos primeiros cartões, talvez influenciada e condicionada pelo receio de fraudes e viciações), o mais corrente é encontrar cartões válidos por um ou dois anos. Mas muitos exibem validades aparentemente sem qualquer regra (3 meses, 7 meses, 18 meses, etc). Quando se encontram emissões sucessivas de cartões para um mesmo titular é possível observar estas diversas situações.

Há ainda casos de cartões emitidos sem prazo de validade.

Daí que actualmente, e pese embora as limitações referidas, quando disponível, seja utilizada para datação do cartão a data do termo da validade. As contradições e incoerências, ao seguir este método são muitas, como é bom de ver, já que ao não ter em conta (por desconhecida) a data de emissão, a seriação pela data de fim de validade pode distorcer de modo determinante a ordenação do aparecimento desses cartões.

ANEXO IV

CONCEITO ACTUAL DE CARTÃO DE CRÉDITO

Nos dias de hoje, de acordo com o Banco de Portugal²³⁸, os cartões bancários, segundo a função principal que desempenham e a forma como os valores são movimentados, dividem-se em três tipos:

1. **Cartão de débito** - É um cartão que tem associada uma conta de depósitos à ordem. Quando o titular utiliza este cartão para pagamentos, levantamentos de notas ou transferências, a conta de depósitos é debitado pelo valor correspondente, o que significa que há uma redução do saldo da conta por esse mesmo valor. Assim este tipo de cartões caracteriza-se por desempenhar essencialmente funções de débito.

2. **Cartão de crédito** - É um cartão que tem associada uma conta-cartão e uma linha de crédito. Quando o titular utiliza este cartão na função para o qual foi emitido, ou seja, para pagamentos ou adiantamentos de dinheiro, está a beneficiar de um crédito concedido pela entidade emitente. Assim, este tipo de cartões caracteriza-se por desempenhar essencialmente funções de crédito.

Permite, pois, aceder ao crédito concedido pela entidade emitente para efectuar pagamentos (e levantamentos de dinheiro “cash advance”) até ao limite acordado previamente.

Os cartões de crédito dão origem a um extracto periódico (normalmente mensal), no qual são registados todas as operações efectuadas num determinado período e o respectivo saldo.

O modo de regularizar este saldo, (valor a pagar) sofreu evolução ao longo dos tempos.

Actualmente, de um modo genérico, pode ser pago até à data limite indicado no extracto. Pode ser pago na íntegra, caso em que não vence juros, ou ser pago parcialmente, caso em que o titular deverá normalmente proceder ao pagamento de, pelo menos, o montante mínimo determinado de acordo com as condições gerais de utilização e beneficiar de um crédito renovado (*revolving*), sujeito a juros relativamente à parte do saldo cujo pagamento tenha sido adiado.²³⁹

²³⁸ As definições e caracterizações sumárias dos conceitos explanados neste capítulo foram colhidos e têm por base a publicação editada pelo Banco de Portugal, *Cartões Bancários*, nº 6 dos Cadernos do Banco de Portugal, Sistemas de Pagamento (Lisboa, 2004), 28 p..

²³⁹ É importante ter presente o conceito e a distinção entre os termos “Charge Card” e “Revolving”.

“**Charge Card**” – é a designação própria pela qual em língua inglesa são conhecidos os cartões de crédito cujo saldo deve ser pago na íntegra até à data limite indicada em cada extracto. No fundo, são cartões que concedem apenas “crédito gratuito” e contrariamente aos outros cartões de crédito não permitem crédito “renovado” (*revolving*).

Crédito Renovado “**Revolving**” - é o crédito subsequente de que o titular de um cartão de crédito beneficia relativamente à parte do valor a debitar que não foi paga na data limite indicado no extracto.

Em princípio este crédito pode ser renovado, desde que o titular pague pelo menos o montante mínimo exigido no extracto. A possibilidade do titular beneficiar de crédito renovado e as condições deste crédito, nomeadamente os juros que lhe são aplicados, dependem do contrato de adesão.

3. Cartão pré-pago - É um cartão que tem associado um montante pré-pago ou um saldo disponível no próprio cartão, normalmente limitado a determinado valor. Quando é utilizado origina reduções no valor pré-pago ou no saldo disponível. Este tipo de cartões caracteriza-se por desempenhar funções pré-pagas.

Tendo em conta o modo como podem ser utilizados, podemos ainda agrupar os cartões bancários em dois tipos:

Cartão puro ou simples – que é um cartão que desempenha exclusivamente um tipo de função que, de acordo com a classificação anterior, pode ser de débito, de crédito ou pré-pago.

Cartão dual ou misto - que é um cartão que combina mais do que um tipo de função e, como tal, pode ter mais do que uma conta associada. Tal é possível porque este tipo de cartões incorpora, no mesmo cartão de plástico, um cartão de crédito e um cartão de débito ou um cartão de débito e um cartão pré-pago ou um cartão de crédito e um cartão pré-pago.

Numa linguagem muito simples, pode dizer-se que:

- um cartão de crédito permite ao seu titular comprar hoje e pagar mais tarde;
- um cartão de débito, comprar hoje e pagar hoje;
- um cartão pré-pago, pagar hoje e comprar mais tarde;
- um cartão dual ou misto, combina várias das possibilidades anteriores.

No seu conceito abrangente, nos tempos actuais, um cartão bancário “é um instrumento de pagamento, geralmente sob a forma de um cartão de plástico, disponibilizado pela entidade emitente ao titular para que este, através do acesso a uma rede de telecomunicações e com base na conta a que o cartão está associado, adquira bens ou serviços, efectue pagamentos, proceda a levantamentos de notas e/ou realize outras operações.”

O cartão bancário permite ao seu titular autenticar a operação que pretende efectuar.

Alguns cartões bancários são emitidos em associação com instituições não financeiras e facultam aos seus titulares um certo número de vantagens. Estes cartões são presentemente conhecidos pela sua designação inglesa: *affinity card* ou *co-branded card*²⁴⁰. Distinguem-se dos cartões que são emitidos exclusivamente por empresas, sem intervenção de instituições financeiras, e que são conhecidos como cartões de loja, privativos ou de retalhista, mas que não são cartões bancários.

²⁴⁰ *Affinity card* - Cartão bancário multimarca emitido em resultado de um acordo com uma instituição não financeira e que tem por objectivo proporcionar vantagens diversas aos associados, como certos descontos quando efectuem compras em diversos comerciantes, ou outros benefícios. O nome e/ou o logótipo do instituição não financeiro (como por exemplo, clubes desportivos, recreativos e culturais, instituições de solidariedade social, associações profissionais e universitárias) aparece normalmente na frente do cartão, além do nome e/ou do logótipo da entidade emitente da marca ou marcas associados ao cartão (Visa, Mastercard, Multibanco ...).

Co-branded card - Cartão bancário multimarca emitido em resultado de um acordo com um estabelecimento comercial não financeiro e que tem por objectivo fidelizar os clientes através da concessão de vantagens diversas ao titular do cartão quando efectua compras naquele estabelecimento, ou outros benefícios. A fidelização é incentivada designadamente com a atribuição de descontos, prioridade de atendimento, pagamento em prestações, concessão de milhas de passageiro frequente ou de pontos que se trocam por produtos. O nome e/ou logótipo do estabelecimento comercial (exemplo das grandes superfícies, companhias aéreas, revendedores de combustíveis) aparece normalmente na frente do cartão, além do nome e/ou do logótipo da entidade emitente e da marca ou marcas associados ao cartão (Visa, Mastercard, Multibanco ...).

ANEXO V

IMAGENS

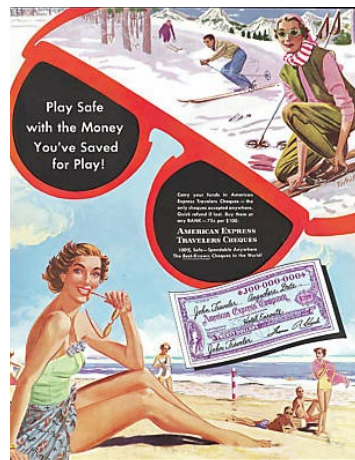
(Em separata um CD Rom)



Fig. 1 - Edward Bellamy, circa 1889.



1916



1953



1956



1958



1959

Fig. 2 - Cinco exemplos de publicidade aos Travelers Cheques. Os dois últimos foram publicados na altura em que a American Express entra no mundo dos cartões.



Fig. 3 - Dois dos primeiros "Charge Coins" (Abraham & Straus, e John Wanamaker), emitidos possivelmente na década de 1890. Ambos têm o reverso em branco. (Col. de Stephen P. Alpert)

Fig. 4 - Raro exemplar identificado como sendo um "Charge Coin", emitido por Horace Partridge Co. of Boston, Mass. (Col. do autor)



Fig. 5 - Um Maverick (Col. de Stephen P. Alpert)



O "Charge Coin" em tamanho real (33x22mm)



Fig. 6 - Dois emissores, dois "Charge Coins" com pequenas diferenças. (Col. do autor)



Fig. 7 - "Charge-Coins" com formas variadas. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Bush & Bull; Gimbel Bros.; Jordan Marsh Co.; N. Snellenberg Co.; Gimbell Bros.; Donaldson's, Minneapolis; Frank & Seder; Lit Brothers. (Col. do autor)



Fig. 8 - Um "Charge Plate" com bolsa, da Bloomingdale's. (Col. do autor)

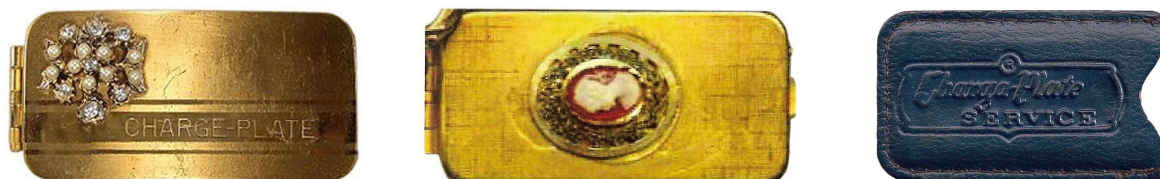


Fig. 9 - Bolsa / estojo para acondicionar os "Charge Plates" em diferentes modelos, com decorações diversas. (Col. de Jerry Ballard) (Col. do autor)



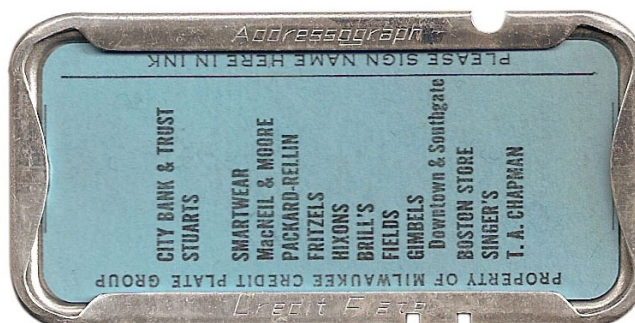
Fig. 10 - Raramente os "Charge Plates" ostentam a data. (Col. do autor)



Fig. 11 - "Charge Plates" com a indicação "MR" e "MRS", em chapa colorida. Tamanho real. (Col. do autor)



Fig. 12 - "Charge Plate" com a indicação de vários estabelecimentos onde poderiam ser honrados. (Col. do autor)



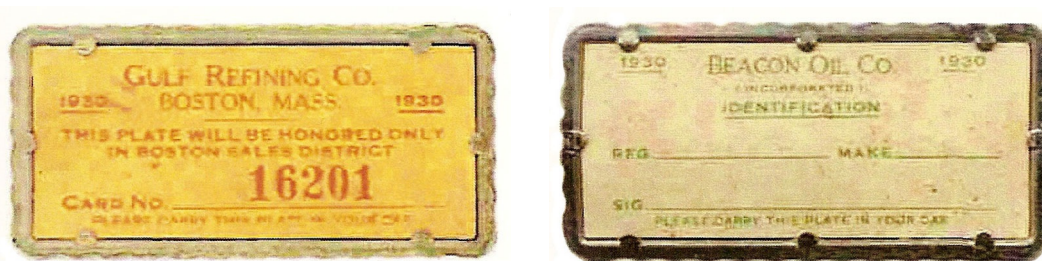


Fig. 13 - Os primeiros "Charge Plates" de 1930, emitidos pelas companhias petrolíferas. (Col. de Jerry Ballard)



Fig. 14 - "Courtesy Card" (frente e verso) do início da década de 1930, em cartolina, emitido pela Standard Oil Company. (Col. do autor)

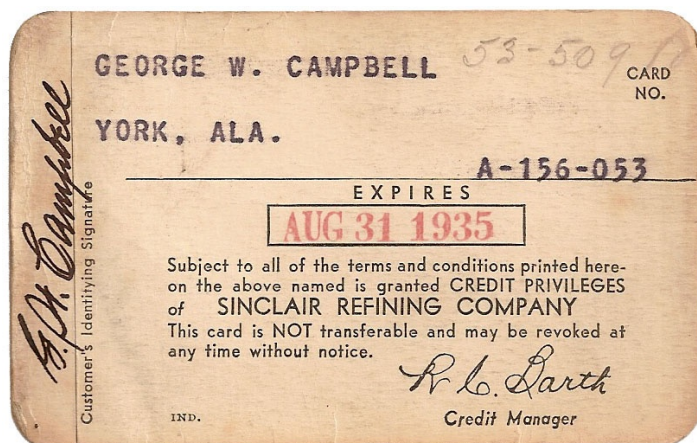
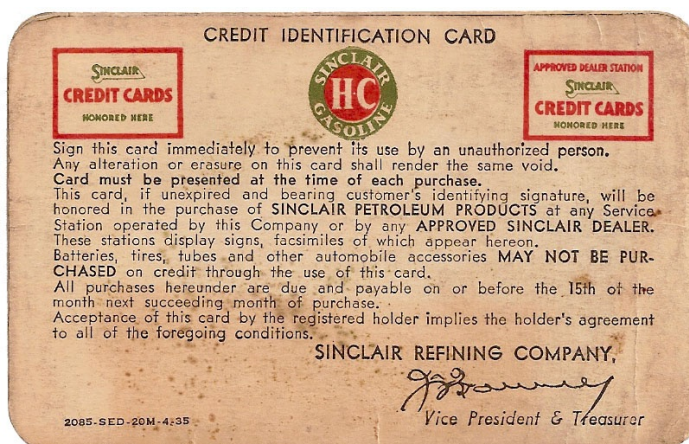


Fig. 15 - "Credit Identification Card" (frente e verso) de meados da década de 1930, emitido pela Sinclair Refining Company. Estes cartões, em cartolina, tinham em regra a validade de 3 meses. (Col. do autor)



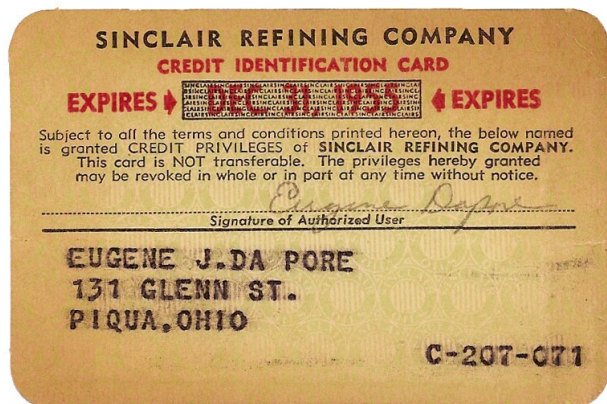


Fig. 16 - "Credit Identification Card" (frente e verso) válido até ao final de 1955, com grafismo diferente dos anos 30, mas igualmente fabricado em cartolina. (Col. do autor)

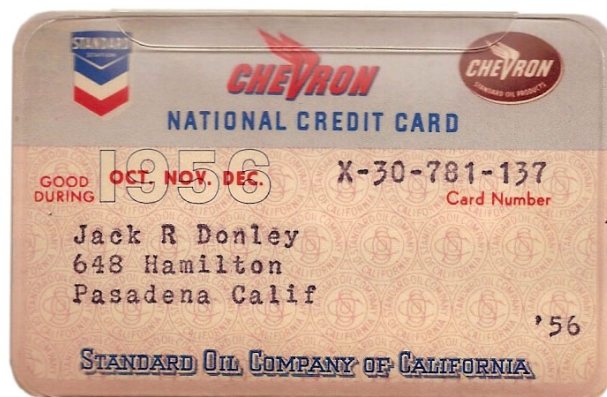
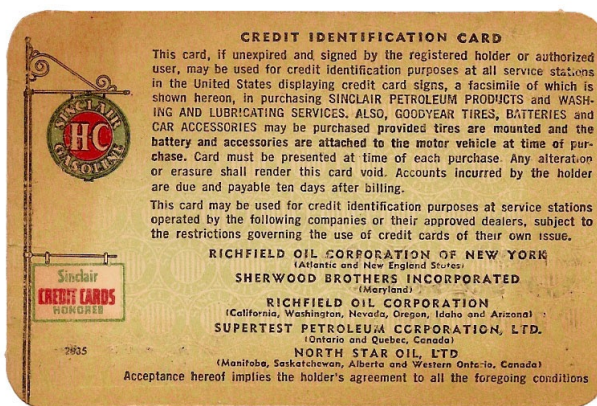


Fig. 17 - "Credit Card" (frente e verso) válido até ao final de 1956, fabricado em cartolina, tendo afixada a identificação do titular, em alumínio. (Col. do autor)



O novo cartão com aplicação em metal foi desenvolvido em 1952 pela Standard Oil Company of California, que o designou por "Chevronmatic", relacionando-o com a marca de combustíveis "Chevron". O sistema foi encomendado à Farrington Manufacturing Company, que tinha grande experiência no fornecimento de "charga-plates" aos grandes armazéns. (Lewis Mandell, cit., p. 23)



Fig. 18 - "Credit Card" (frente e verso), válido até ao final de Março de 1957, fabricado em plástico com uma bolsa na frente para inserção de um cartão em papel. A identificação do titular já aparece inscrita no plástico, no verso. (Col. do autor)

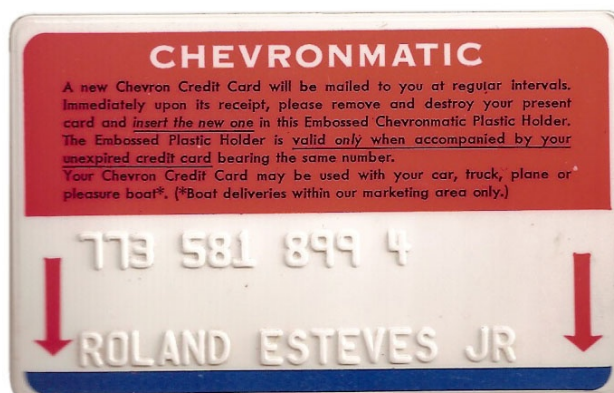




Fig. 19 – Diversos cartões em celulóide.

“Cards made from celluloid were the earliest identifiers, appearing in the 1800s, mostly from department stores and generally contained nothing but a picture of the store and an identifying number” (in *Album: Celluloid cards*) (Col. do ACCCS).

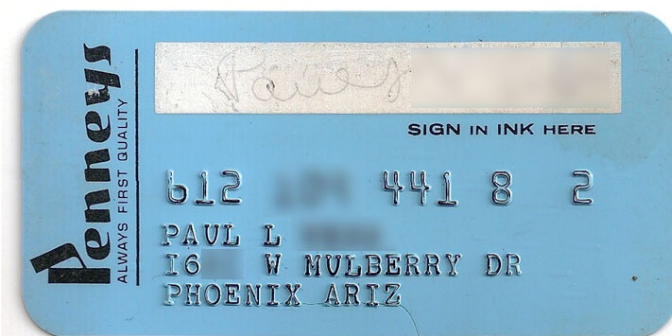
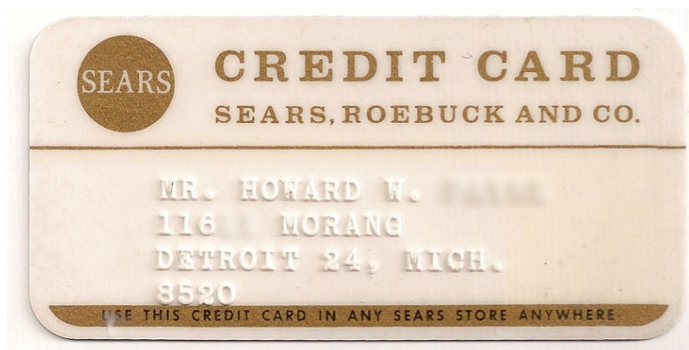


Fig. 20 – The “big three” department stores - Sears, J. C. Penney, and Montgomery Ward. Cartões em tamanho real. (Col. do autor)

Cada um operava com milhares de estabelecimentos por todo o território dos Estados Unidos. Durante anos, os bancos procuraram penetrar e destronar, sem sucesso, este mercado. (Lewis Mandell, cit., p. 48)

Em 1981, a Sears emitiu sozinha mais cartões do que a Visa ou a Master Card. (Lewis Mandell, cit., p. xvii)

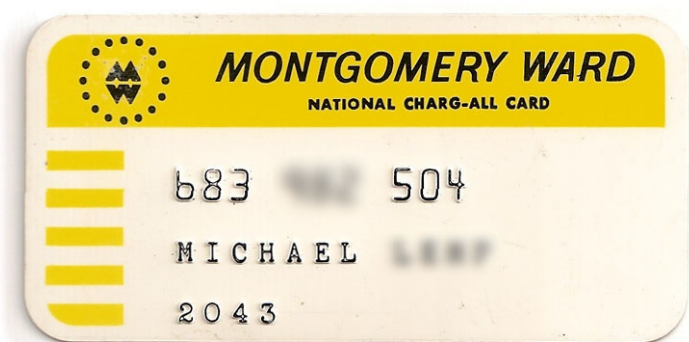


Fig. 21 – Dois exemplos de cartões de crédito, sem data. O último, perfurado (anos 60?). (Col. do autor)



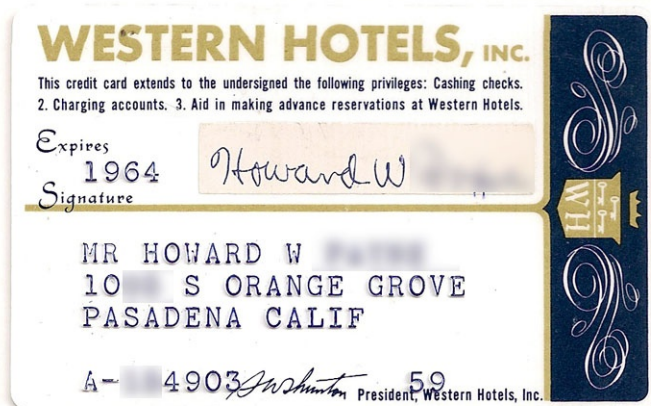


Fig. 22 – Cartões de Crédito emitidos por hotéis. (Col. do autor)

Antes da 1ª Guerra Mundial, os cartões de crédito foram emitidos por alguns hotéis, companhias petrolíferas e grandes armazéns. (Lewis Mandell, cit., p. 17)

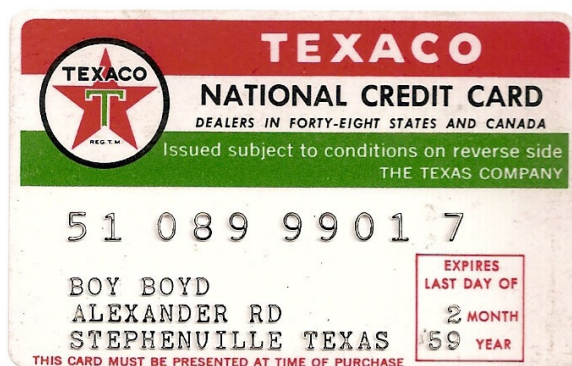


Fig. 23 - Dois "Credit Cards" (de diferentes Companhias), válidos, respectivamente, até ao final de Fevereiro e Abril de 1959, fabricados em plástico. Aspecto idêntico aos cartões actuais. (Col. do autor)

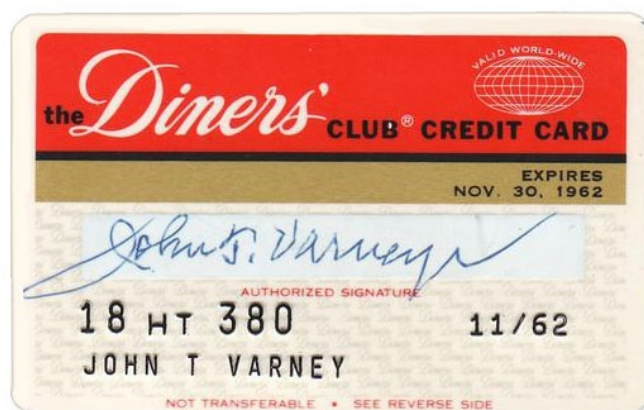
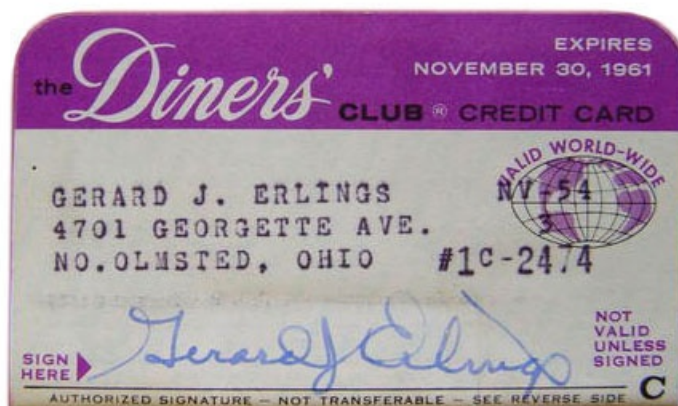


Fig. 24 - Exemplos de um dos primeiros e um dos últimos "Booklets" em papel, emitidos pelo Diners Club. (Arquivo do ACCCS). A partir de 1961 o Diners Club substituiu os seus cartões em papel "Booklets" por cartões em plástico. (Arquivo do ACCCS). A primeira grande alteração na imagem do cartão, que se manteria por muitos anos, foi concretizada em 1966. (Arquivo do ACCCS)

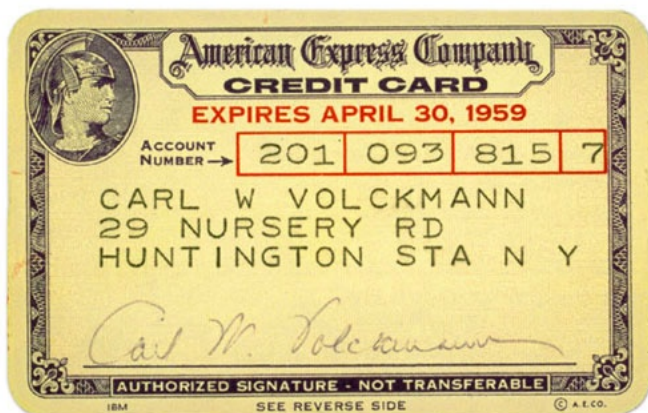


Fig. 25 - Os primeiros Cartões de Crédito emitidos pela American Express. Entre 1959 e 1969, todos os cartões exibem o pequeno centurião na cor púrpura. (Arquivo American Express e ACCCS)

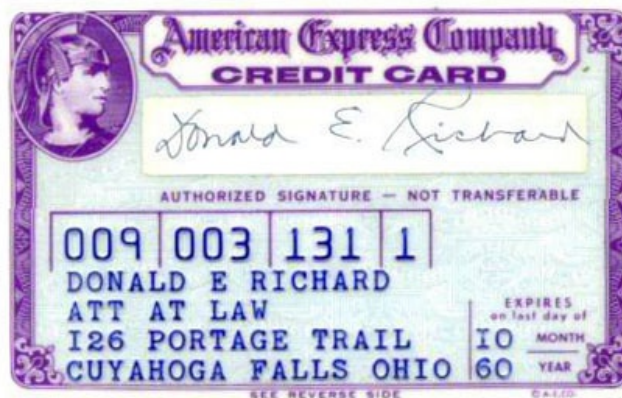
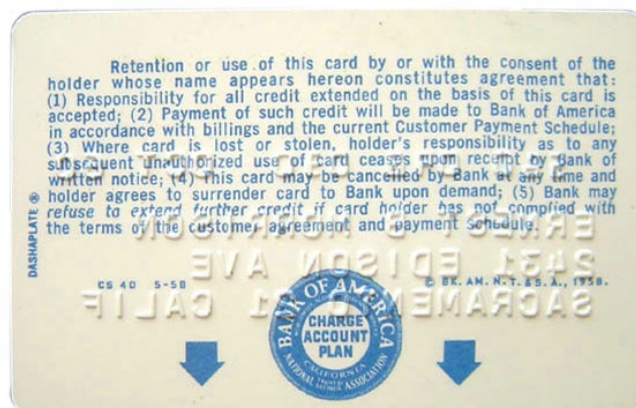


Fig. 26 - Cartão de fidelização emitido pelo Hilton Hotels. (leilado no ebay) e um dos primeiros cartões emitidos pelo Hilton / Carte Blanche. (Col do autor)



Fig. 27- O primeiro cartão BankAmericard emitido pelo Bank of America (sem tinta no 'embossing', que aparece de modo inverso ao formato actual. No verso, o "Charge Account Plan". (Col. do ACCCS)



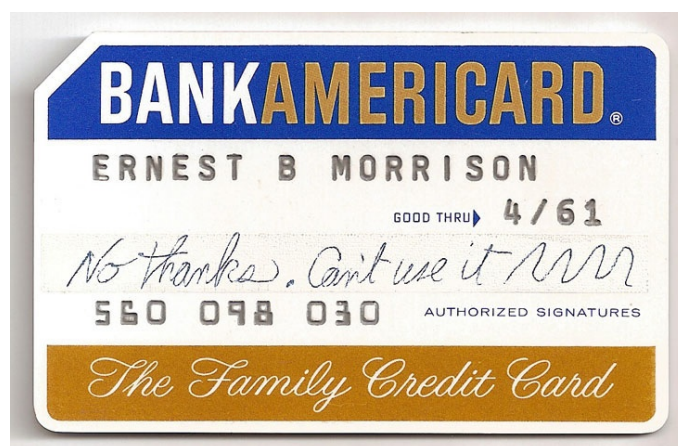
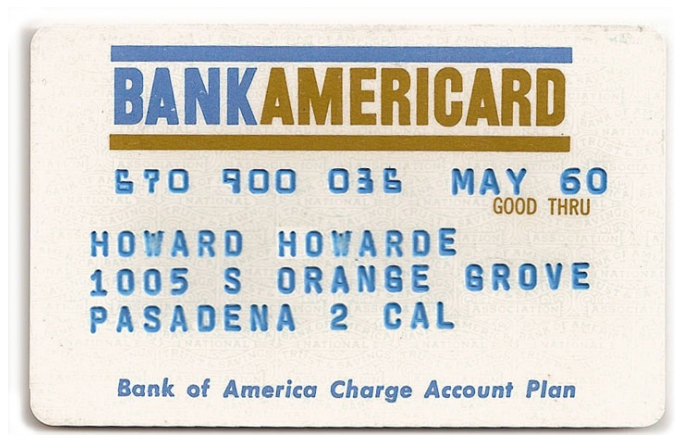


Fig. 28 – Os cartões BankAmericard emitidos pelo Bank of America sofreram alterações entre 1958 e 1962. Com validade até ao início do ano de 1963, aparece já o cartão com a imagem que perduraria, quase sem alterações, até finais de 1986, e que se tornou mais tarde, no símbolo da VISA. (Col. do autor)

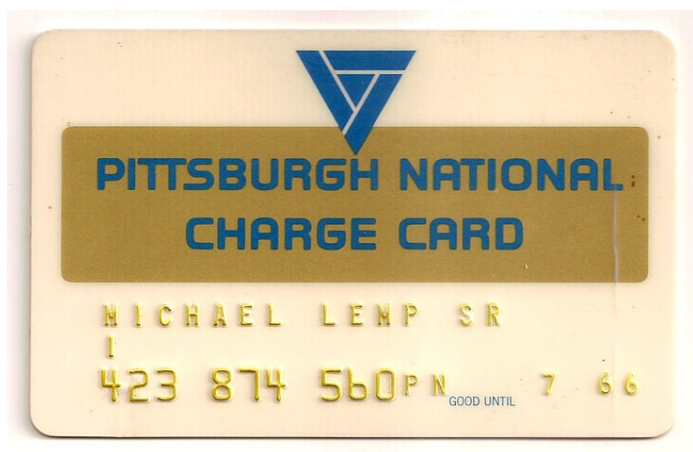
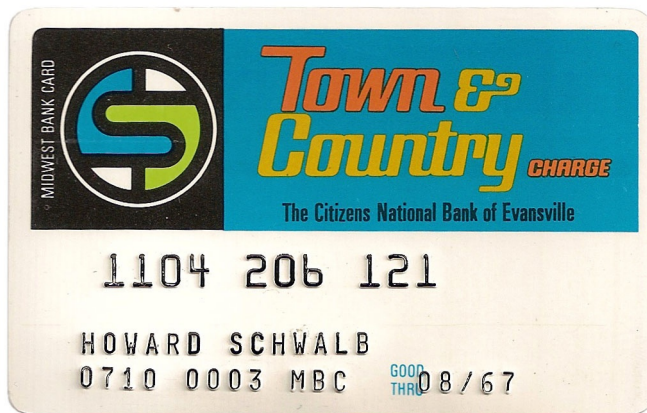


Fig. 29 – Cartões de crédito, de operações independentes, que de meados dos anos 60 até ao fim dessa década, ainda continuavam com as suas operações. (Col do autor)



Fig. 30 – O Michigan Bankard que viria a aderir ao BankAmericard, mantendo o símbolo identificador do seu antigo cartão, quando entidade independente. (Col. do autor)

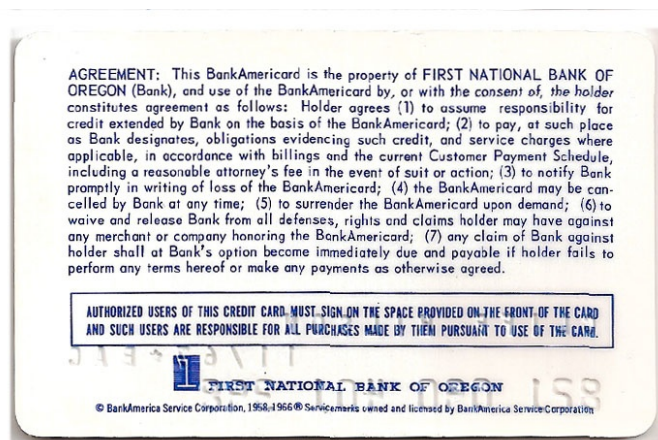


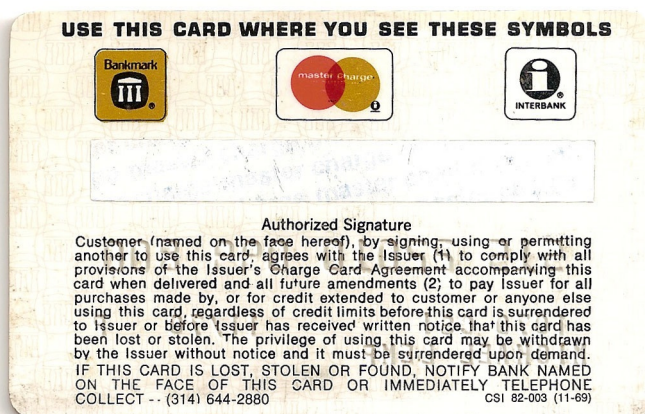
Fig. 31 – Um dos primeiros 8 bancos licenciados no âmbito da operação BankAmericard - o First National Bank of Oregon. (Col. do autor)



Fig. 32 – Um exemplo de adesão de um banco ao Interbank Card Association – “i” (Cartões com Val. de 11/69 e 11/70). (Col. do autor)



Fig. 33 – Alguns cartões eram honrados por mais que um operador. (Col. do autor)



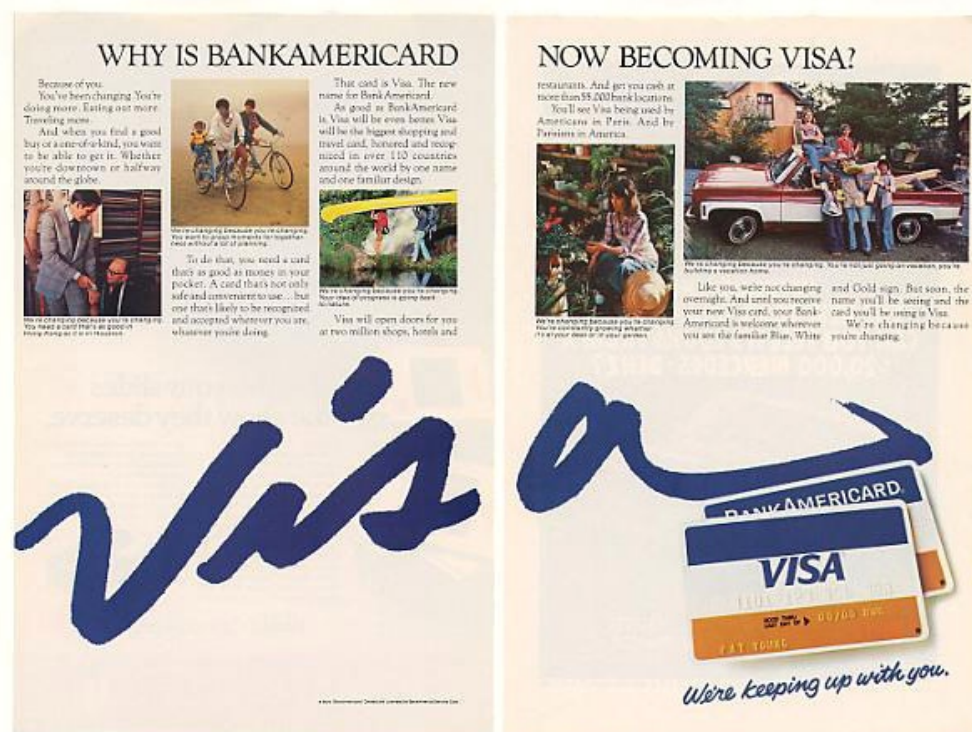


Fig. 34 – Um anúncio publicitário de 1977, ‘explicando’ a passagem do cartão BankAmericard a VISA.



Fig. 35 – Dois cartões emitidos pelo South Carolina National Bank, para o mesmo titular, ostentando igual prazo de validade. O primeiro foi emitido pelo BankAmericard e o segundo pela VISA. Em alguns casos a mudança para a VISA efectivou-se depois de 1976. (Col. do autor)



Fig. 36 – Dois cartões, para o mesmo titular, com o mesmo prazo de validade. O primeiro foi emitido com a designação “master charge” e o segundo com a de “MasterCard”, já sem o símbolo “i”. (Col. do autor)

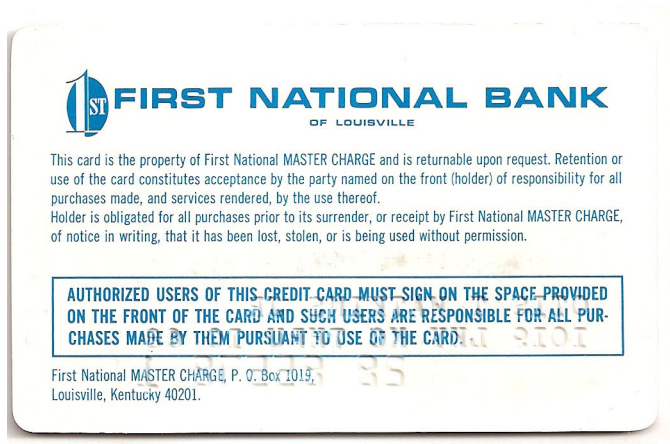
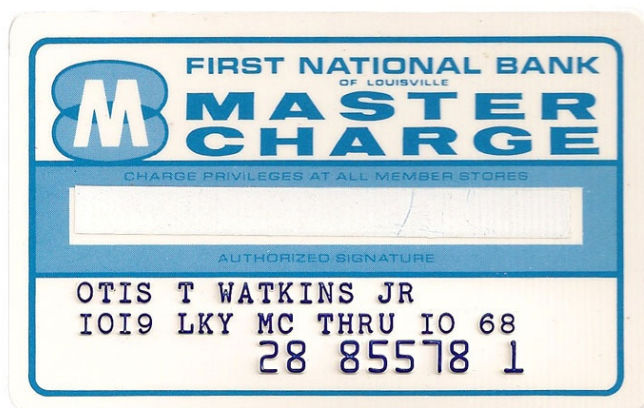


Fig. 37 – O Cartão de Crédito emitido pelo First National Bank of Louisville (Kentucky), que detinha a marca Master Charge (frente e verso). De notar que este cartão exibe a validade de 10/68. (Col do autor). A emissão seguinte já ocorre no âmbito do Interbank Card Association (Val. 10/69). (Cartão leiloado no ebay)

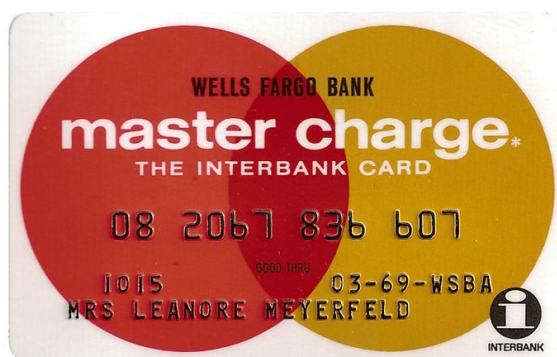


Fig. 38 – Exemplares de cartões emitidos por dois dos quatro bancos que criaram a Western States Bank Card Association (WSBA), com validade de 01-69 e 03-69. De notar que o primeiro dos cartões não exibe na frente do cartão o símbolo "i". (Col. do autor)

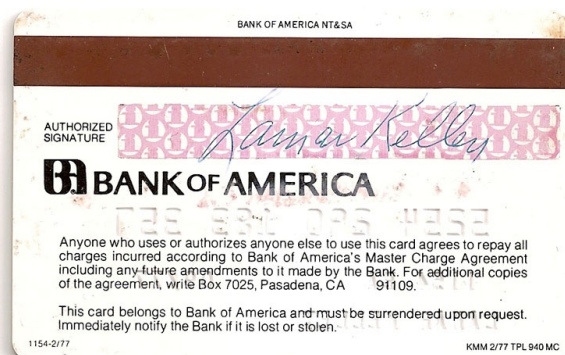


Fig. 39 – Um cartão Master Charge já emitido pelo Bank of America. (Col. do autor)

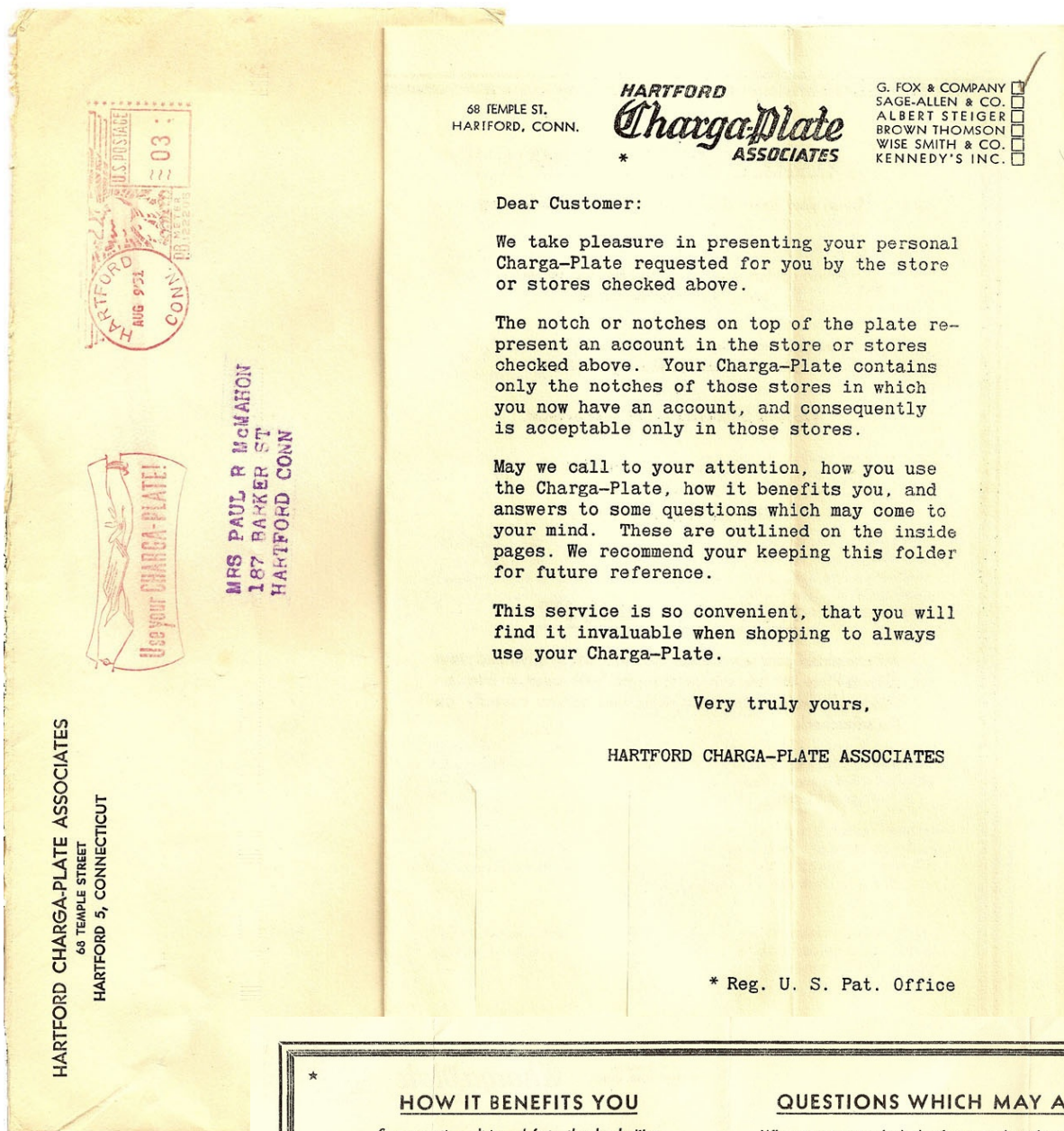


Fig. 40 - Suporte utilizado no envio de Charge Plates, por via postal, com a indicaçao das condiçoes da sua utilizaçao. (Col. do autor)

HOW IT BENEFITS YOU		QUESTIONS WHICH MAY ARISE	
<i>Saves your time. It is much faster than handwriting the address.</i>		Why must my signature be on the Charga-Plate?	It identifies you as the authorized buyer on the account, when signing saleschecks.
<i>Always prints your name and address correctly, insuring prompt deliveries.</i>		What if I change my address?	Please notify the Credit Office of the store where you have an account, or this office, — either by a personal visit or by mail. A new Charga-Plate will be issued in exchange for the old one.
<i>Avoids announcing and spelling your name and address within the hearing of others.</i>		What if my Charga-Plate is incorrect?	Please furnish the correct information to the Credit Office of the store where you have an account, or this office. A corrected Plate will be issued in exchange for the old one.
<i>Prevents fraudulent use of your account.</i>		What if other members of my family wish to use the account?	Simply have them place their signatures on the enclosed form, sign it yourself, and return it to this office. We will be pleased to issue Plates for them.
<i>Avoids errors in bookkeeping.</i>		What if I come to a store without my Charga-Plate and wish to make purchases?	This Plate is presented to you for your convenience and protection, but should you forget it you will be able to make purchases as you always have done. Writing name and address, of course, takes more time than with Charga-Plate.
<i>Affords identification anywhere.</i>		What if I wish to telephone a charge order?	Give your name and address exactly as it is on your Charga-Plate. Also, give your Charga-Plate number, thereby reducing possibility of error.
		What if I lose my Charga-Plate?	Please notify the Credit Office of the store or this office, at once, so that we may take the necessary steps to prevent the possibility of its being used. Avoid losing it.
		What if I wish to open accounts with other Charga-Plate stores?	Make your application in the usual manner at the Credit Office of the store in which you wish to open an account. When it is approved, they will put their notch in your Charga-Plate.
		What if any other questions arise?	A Floor Manager or representative of the Credit Office, or this office, will be glad to answer any other questions that you may have.

This is your new BankAmericard— *please destroy your old one by cutting.*
(Let us know if you'd like additional cards for other members of your family.)



Please sign your new card immediately.

Authorized users in your family should sign your new BankAmericard as indicated below:



BANKAMERICARD

The all-purpose convenience card.



Your BankAmericard is welcomed by more than 150 different kinds of businesses and services in California, the Hawaiian Islands, and many other major regions throughout the continental U.S.A. Already it's welcomed by over 100,000 merchants across the nation and in England. Soon it will be good just about everywhere.

The bank welcomes your card, too. If you need cash in a hurry, just present your BankAmericard at any Bank of America branch, in California or overseas, and you can borrow up to \$500 for a minimum fee, depending on your credit limit and outstanding balance.

Bank of America
 NATIONAL SAVINGS ASSOCIATION
 P. O. BOX 3515, RINCON ANNEX
 SAN FRANCISCO, CALIFORNIA 94120

Rec'd 10/31/68

New BOA Card

GOOD THRU APR. 1969



Fig. 41 – Suporte utilizado no envio de cartões, por via postal pelo Bank of America. A data do carimbo do correio e a data da recepção do envelope, anotada a lápis, confrontadas com a validade inscrita no cartão, permite concluir que estes cartões apenas poderiam ser utilizados durante 6 meses. (Col. do autor)



Fig. 42 – Suporte utilizado no envio de cartões, por via postal por um dos bancos que criaram o WSBA – o Crocker-Citizens National Bank. A data do carimbo do correio e a data da recepção do envelope, anotada a lápis, confrontadas com a validade inscrita no cartão, permite concluir que estes cartões apenas poderiam ser utilizados durante 6 meses. (Col. do autor)

Espinhoso				
Assentado, 1879. Deu de 1.º de Janeiro até ao 31 de Dezembro 1879				
13-12-900	Quinta de 1.º de Janeiro	18	795	
31-12-900	Quinta de 1.º de Janeiro	18	30	
1-1-1901	Quinta de 1.º de Janeiro	18	1.000	10.825
	Recebi em lites da 2.ª g. de dezembro	18	2.280	12.105
	Recebi em lites da 1.ª g. de janeiro (custo)	18	2.220	13.825
6-2-11	Quinta de 1.º de Janeiro	18	350	14.175
15-4-11	Quinta de 1.º de Janeiro e 1.º de Janeiro de lites	18	3.050	17.225
3-3-11	Recebi por conta 1.º de lites da 2.ª g. de janeiro e 1.º de janeiro	18	1.000	18.225
13-4-11	Quinta de 1.º de Janeiro	18	1.000	19.225
14-11-11	Quinta de 1.º de Janeiro e 1.º de Janeiro de lites	18	1.800	21.025
2-5-11	Quinta de 1.º de Janeiro e 1.º de Janeiro de lites	18	270	21.295
24-5-11	Recebi por conta em lites de lites de janeiro e abril	18	3.070	24.365
2-11-11	Quinta de 1.º de Janeiro e 1.º de Janeiro de lites	18	1.000	25.365
18-11-11	Quinta de 1.º de Janeiro e 1.º de Janeiro de lites	18	270	25.635
24-11-11	Quinta de 1.º de Janeiro	18	140	25.775
30-11-11	Quinta de 1.º de Janeiro	18	140	25.915
2-6-11	Quinta de 1.º de Janeiro	18	800	26.715
30-11-11	Recebi em lites de janeiro e janeiro	18	1.100	27.815
14-7-11	Quinta de 1.º de Janeiro	18	1.600	29.415
4-8-11	Recebi em lites da 2.ª g. de julho	18	2.000	31.415
2-6-902	Quinta de 1.º de Janeiro	18	2.000	33.415
	Recebi por conta	18	1.000	34.415
22-6-901	Alfama do Cabo de 1.º de Janeiro	18	10	34.425
14-7-11	Alfama de 1.º de Janeiro e 1.º de Janeiro	18	380	34.805
21-11-11	Alfama de 1.º de Janeiro	18	180	35.085
22-11-11	Alfama de 1.º de Janeiro	18	500	35.585
24-11-11	Alfama de 1.º de Janeiro	18	140	35.725
28-11-11	Alfama de 1.º de Janeiro	18	180	35.905
7-10-11	Alfama de 1.º de Janeiro	18	210	36.115
11-5-902	Alfama de 1.º de Janeiro (2.ª g. de janeiro)	18	800	36.915
27-8-11	Alfama de 1.º de Janeiro e 1.º de Janeiro	18	600	37.515
9-2-903	Alfama de 1.º de Janeiro	18	220	37.735
14-4-11	Recebi por conta	18	75	37.810
5-5-11	Recebi a receber de lites da 2.ª g. de Abril	18	165	37.975

Fig. 43 – Nesta página e seguinte, registos do Livro de Assentar a partir dos anos de 1876. (Arquivo do Eng. Amadeu Fonseca Lobo)

Pessoas		Pessoas	
Margarida da Silva filha de Manoel Felis de gl. mo L. C. af. 155		Rodrigo Antonio da Silva de gl. mo L. C. af. 155	
1876	500	1876	500
1877	170	1877	170
1878	2.090	1878	2.090
1879	1.445	1879	1.445
1880	1.065	1880	1.065
1881	540	1881	540
1882	4.575	1882	4.575
1883	70	1883	70
1884	3.355	1884	3.355
1885	1.160	1885	1.160
1886	150	1886	150
1887	350	1887	350

Famílias		Famílias	
1876 Margarida filha de Manoel Felis de gl. mo L. C. af. 155		500 Falida	
1877 Custodia da Catharina dona de gl. mo L. C. af. 155		170 Falida	
1878 Maria da Quintal dona de gl. mo L. C. af. 155		2.090 Falida	
1879 Joao Antonio dona de gl. mo L. C. af. 155		1.445 Falida	
1880 Andre da Silva dona de gl. mo L. C. af. 155		1.065 Falida	
1881 Maria do Rosario m. de Joao de gl. mo L. C. af. 155		540 Falida	
1882 Joao Antonio da Silva de gl. mo L. C. af. 155		4.575 Falida	
1883 Joao Carlos, dona de gl. mo L. C. af. 155		70 Falida	
1884 Maria Lourenco de gl. mo L. C. af. 155		3.355 Falida	
1885 Joao Proiz, de gl. mo L. C. af. 155		1.160 Falida	
1886 Margarida f. de Joao Carlos de gl. mo L. C. af. 155		150 Falida	
1887 Joao Antonio de gl. mo L. C. af. 155		350 Falida	



Fig. 44 – Exemplos do Livro do Lojista e do Livro do Freguês em uso por altura do aparecimento dos primeiros cartões de crédito bancários em Portugal. (Col. do autor)

Janeiro 1951		Fevereiro	
5	Transporte	144.50	50.30
	acarar	8.40	2.00
	avoz	5.40	12.00
	canela	1.00	3.00
15	postos	3.00	23.50
16	p. meias	4.50	90.80
21	acarar	8.40	
	avoz	5.40	
	caderneta	2.00	
30	grão	2.00	
31		30.00	
		262.60	
Recebemos em leite:		Recebido em leite	
na L. de Janeiro		na 2.ª de Janeiro	261.48
		1.ª de Fevereiro	204.30
		2.ª " "	122.50
			588.60
			90.30
		Recibe	497.80
Resta =			
50.30			

Fig. 45 – Páginas de um Livro de Assentar, com registos do ano de 1951. Eram frequentes os pagamentos parciais, e, em alguns casos, efectuava-se o encontro de contas e acerto de valores por fornecimentos mútuos. (Arquivo do Eng. Amadeu Fonseca Lobo)

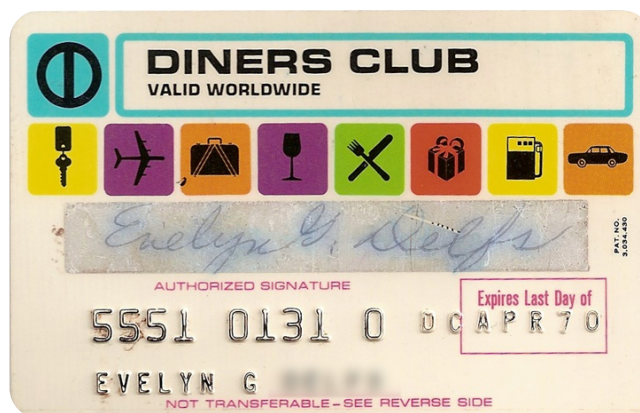


Fig. 46 – Não foi possível localizar qualquer exemplar físico dos cartões emitidos pelo Diners Club Português. Tinha uma imagem semelhante ao que era emitido nos EUA, apresentando no lado direito do retângulo superior a palavra 'PORTUGAL'. (Col. do autor)

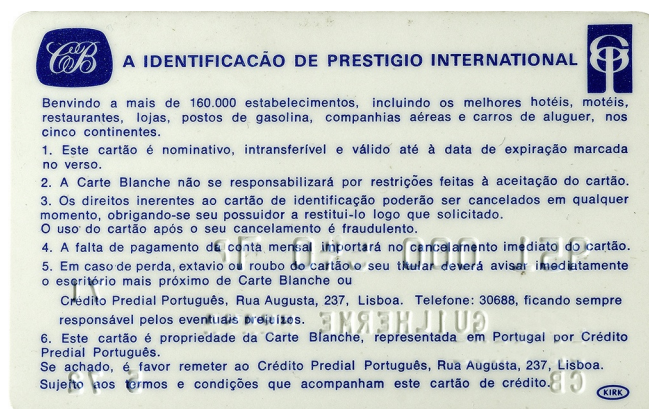


Fig. 47 – Os dois únicos espécimes de cartões (um do Sottomayor e o outro da Carte Blanche) que integram o espólio arquivado nas cinco pastas relativas a cartões de crédito, existentes no Banco de Portugal. De notar que o cartão Sottomayor não apresenta a estrela '*' a seguir à validade (01/71). (Arquivo Histórico do Banco de Portugal)



Fig. 48 – Uma sequência de imagens do cartão Sottomayor com com termo de validade entre 02/71 e 11/76 (todos com “*”). De salientar que no exemplar com validade 07/74 o número do cartão aparece já na parte inferior da faixa branca aparecendo o nome na parte inferior da faixa ocre. O verso apresenta também uma pequena alteração em relação aos primeiros cartões emitidos. (Col. do autor)



Fig. 49 – Cartões de um mesmo titular, do First National Bank of Louisville (frente e verso), banco que foi adoptado como modelo, pela Unice, para o desenvolvimento da sua operação. Têm validades entre 1970 e 1974, período da preparação e lançamento do cartão Unibanco. De notar a regular alteração do verso dos cartões e o aparecimento da banda magnética. (Col. do autor)



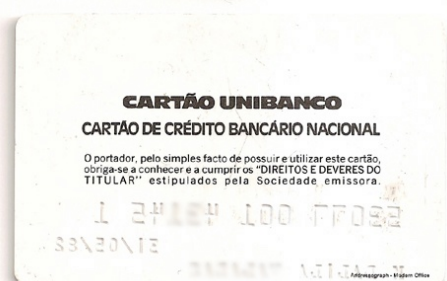
Fig. 50 – A imagem do primeiro cartão Unibanco, exibindo no verso o logotipo dos bancos que estiveram associados, à sua emissão, na fase de lançamento. (Col. do autor)



Fig. 51 – Folheto publicitário dirigido aos comerciantes, com a indicação da aceitação dos cartões Master Charge, Eurocard e Access. Na lapela do casaco é exibida a imagem do 'Cartão de Crédito Bancário Nacional' que viria a ser criado em Julho de 1979.



Fig. 52 – O 'Cartão de Crédito Bancário Nacional', frente e verso. (Col. do autor)



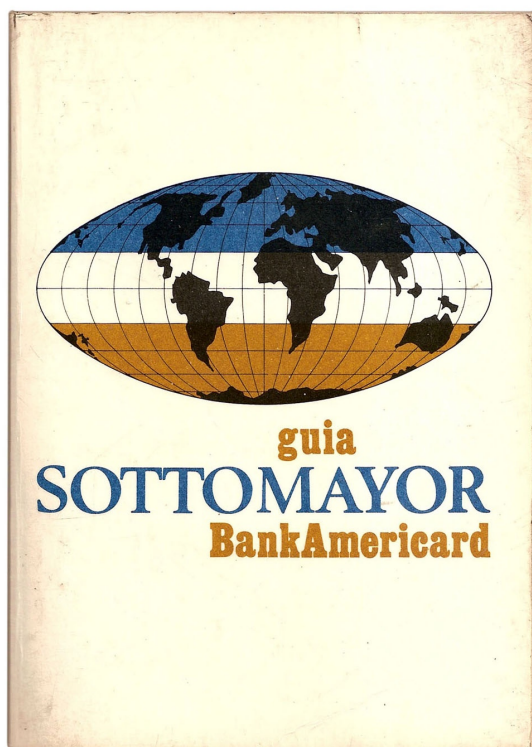


Fig. 53 – Imagens do Guia Sottomayor e de autocolante e Guia do Cartão Unibanco.

Onde quer que veja estas cores use o seu Sottomayor



Imagens dos cartões de algumas operações existentes














CONTINENTE AVEIRO

ALFAIATARIAS (TAILOR S (WORKINGSHOPS)) J Portugal Alfaiataria Av Dr Lourenço Peixinho ☎ 22276 AVEIRO ARTIGOS PARA CRIANÇA (CHILDREN WEAR) Casa Bambi Av Dr Lourenço Peixinho 87-B ☎ 24817 AVEIRO Casa Cristal Av Dr Lourenço Peixinho 95-B AVEIRO Casa Mar e Sol Rua 19 259 ☎ 920289 ESPINHO ARTIGOS REGIONAIS (HANDICRAFTS) Casa do Turista R Mercadores 25 AVEIRO Automóveis-Aluguer (RENT-A-CAR) Praiaçar Avenida 24 763/7 ESPINHO	Automóveis-Estações de Serviço (AUTO-SERVICE STATIONS) Auto Comercial Ouro Lda-Ford R Oliveira Jr 137 ☎ 23093 S. JOÃO MADEIRA Esrami Lda Vendas Novas ☎ 968035 LOUROSA Estação de Serviço Shell R Oliveira Jr ☎ 22547 S. JOÃO MADEIRA Garagem Gamelas Austin Av 5 Outubro 18 ☎ 22031 AVEIRO Garagem Justino Av Dr António José Almeida ☎ 62061 OLIVEIRA AZEMÉS BARES E «BOITES» (BAR S AND BOITES) Casino de Espinho Avenida 8 512 ☎ 920238 ESPINHO Restaurante Boite Alpendre R D. Manuel Salgueiro ☎ 24667 GAFANHA NAZARÉ CABELEIREIROS PARA SENHORA (LADIE S HAIRDRESSERS) Salão Manuel Lg Mq Graciosa 35, 1.º ☎ 920717 ESPINHO
---	--

254

MODAS E CONFECÇÕES (cont)
(FASHIONS)
Mariarminda
R Salvador Correia 67 LUANDA
☎ 31963
Quintas & Irmão Comercial
R Salvador Correia 41/5 LUANDA
☎ 30241
Vénus de Milo
R Luís Camões 21/5 LUANDA
☎ 32521

MÓVEIS E DECORAÇÕES
(FURNITURE)
Boutique Arti-Cor
Lg Serpa Pinto 11, 2.º s-3
☎ 25325 LUANDA
Galeria ML
R Pereira Forjaz 131 LUANDA
☎ 33423
Pórtico
R Garcia Rezende 84 LUANDA
Sintexa
Av Combatentes 202/6 ☎ 81320 LUANDA
Toca Móveis
R Luís Camões 30 LUANDA

OCULISTAS
(OPTICIANS)
Franco Oculista
R Sousa Coutinho 85 ☎ 26293 LUANDA
Oculista da Baixa
R Sousa Coutinho 55 LUANDA
Ribeiro Óptica
R Governador Eduardo Costa 65
☎ 24452 LUANDA

PAPELARIAS E TABACARIAS
(STATIONER S SHOPS)
A Minerva
R Salvador Correia 5 ☎ 31258 LUANDA

OFERTAS
(GIFTS)
Armazéns do Minho
R Pereira Forjaz 69 ☎ 32296 LUANDA
Quintas & Irmão Comercial
R Salvador Correia 41/5 LUANDA
☎ 30241

OURIVESARIAS, JOALHARIAS E RELOJOARIAS
(JEWELLERIES AND WATCHMAKER S SHOPS)
Bienne
R Salvador Correia 56 ☎ 33778 LUANDA
Lemos Figueiredo
Av Restauradores 102 ☎ 32013 LUANDA
R N. S. Muxima 61 ☎ 25645 LUANDA
Ourivesaria Aliança
Lg Mutamba-R Sousa Coutinho 89
☎ 23661 LUANDA
Ourivesaria Campos
R Paiva Couceiro 316
☎ 81834 LUANDA
Ourivesaria Confiança
R Silva Porto 33-A ☎ 34538 LUANDA
Ourivesaria Cienha Comercial
R Duarte Pacheco Pereira 6 LUANDA
☎ 23272 LUANDA
Ourivesaria Ferreira
R Pereira Forjaz 102 ☎ 32658 LUANDA
Ourivesaria Minerva
R Salvador Correia 5 ☎ 23397 LUANDA

255

PAPELARIAS E TABACARIAS (cont)
(STATIONER S SHOPS)
Argex
R Duarte Pacheco Pereira 32/6 LUANDA
Papeleria Minerva
R Missão S. Paulo 95
☎ 80580 LUANDA

PERFUMARIAS
(PERFUMERIES)
Armazéns do Minho
R Pereira Forjaz 58 ☎ 26091 LUANDA
Drogaria Central
R Pereira Forjaz 119 ☎ 31213 LUANDA
Proquímica
R Salvador Correia 6/8
☎ 34096 LUANDA
Quintas & Irmão Comercial
R Salvador Correia 41
☎ 22071/4 LUANDA

PLÁSTICOS
(PLASTICS)
Armazéns do Minho
R Pereira Forjaz 58 ☎ 26091 LUANDA
Drogaria Central
R Pereira Forjaz 119 ☎ 31213 LUANDA
Proquímica
R Salvador Correia 6/8
☎ 34096 LUANDA
Quintas & Irmão Comercial
R Salvador Correia 41
☎ 22071/4 LUANDA

PRONTO A VESTIR PARA HOMEM (cont)
(READY-MADE CLOTHES FOR MEN)
Camisaria Fenix
R Salvador Correia 11
☎ 23273 LUANDA
Casa Surata
R Sousa Coutinho 65/71 ☎ 32746 LUANDA
R Veredador Castelbranco 11/3
☎ 32438 LUANDA
R Paiva Couceiro 292/8 ☎ 81728 LUANDA
R Silva Porto 49-A/B LUANDA
Nova Saratoga
R Sousa Coutinho 95 ☎ 30774 LUANDA
R Vasco Gama 89
R António Barroso 130 LUANDA

PRONTO A VESTIR PARA SENHORA
(READY-MADE CLOTHES FOR LADIES)
Boutique Bagatelle
R Pereira Forjaz 175-B LUANDA
Boutique Chimene
Lg Lusíadas 23 ☎ 26187 LUANDA
Gran Via
Cale Gregório Ferreira 40
☎ 26522 LUANDA
Mariarminda
R Salvador Correia 67
☎ 24225 LUANDA

278

SUPERMERCADOS
(SUPERMARKETS)
Cooperativa de Criadores de Gado
Av Álvares Cabral 564, 1.º
☎ 23272 LUANDA
Organizações Ganga Pouco
Av Pinheiro Chagas 1655
☎ 23272 LUANDA

ARTIGOS REGIONAIS
(HANDICRAFTS)
B Choitram
R V. Azevedo Coutinho QUELIMANE

RESTAURANTES
(RESTAURANTS)
Coco
Hotel Chuabo QUELIMANE

LOURENÇO MARQUES (cont)
SUPERMERCADOS (cont)
(SUPERMARKETS)
Supermercado LM
Av Augusto Castilho 1069
Av 24 Julho 884/900 LOURENÇO MARQUES
GUIA SOTTOMAYOR GUIA SOTTOMAYOR
GUIA SOTTOMAYOR GUIA SOTTOMAYOR

ELECTRODOMÉSTICOS
(ELECTRIC HOUSEHOLD ARTICLES)
Casanova
Prédio Associação Comercial 64
..... QUELIMANE

VANTAGENS QUE O CARTÃO SOTTOMAYOR LHE OFERECE

- Não precisa ter dinheiro quando compra. Assim comprará em QUALQUER ALTURA.
- Paga-nos precisamente o mesmo que pagaria na loja SE utilizasse dinheiro (NADA MAIS).
- Tem 30 DIAS para nos liquidar as contas referentes a 1 mês de utilização.
- Não terá de ter conta no nosso BANCO para poder utilizar o seu Cartão. O pagamento MENSAL fê-lo-á como entender, a dinheiro ou por cheque sobre qualquer Banco.
- No entanto, se for depositante do nosso Banco e não quiser ter a preocupação de deixar passar o prazo de pagamento do seu extracto, dê-nos uma ORDEM DE DÉBITO e nós tratamos de TUDO, sem mais preocupações para Si.
- Poderá efectuar a liquidação do seu extracto de conta em qualquer das nossas Dependências ou Agências.
- Com a redução das várias contas NUMA SO organiza MUITO MELHOR o seu orçamento tendo assim um controlo mais eficaz das suas despesas.
- Não se esqueça que o seu CARTÃO SOTTOMAYOR é INTERNACIONAL, podendo já utilizá-lo em todo o MUNDO.
- No estrangeiro, para referenciarmos as casas que lhe aceitam o seu Cartão nada mais simples. Também elas possuem o distintivo AZUL, BRANCO, OCRE que o convidam a entrar.
- Sendo depositante no Banco Pinto & Sottomayor o Cartão AUTENTICA OS SEUS CHEQUES.

Fig. 54 - Páginas do Guia Sottomayor com imagens de alguns cartões aceites na rede do BankAmericard e com a indicação de estabelecimentos que aceitavam os cartões Sottomayor em Angola e Moçambique. (Col. do autor)

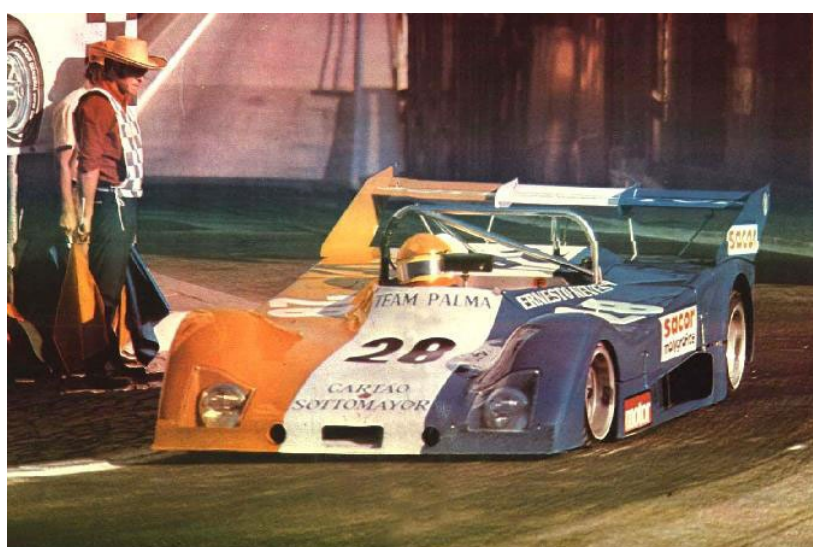


Fig. 55 – A publicidade ao Cartão Sottomayor no desporto automóvel. De cima para baixo: Vila Real 1971 – O Lótus de Ernesto Neves (Foto de Jorge Machado, 1971 – via Sportscar Portugal); Vila Real 1973 – Ernesto Neves na primeira aparição do então GRD S 73, com as cores do Cartão Sottomayor a descrever a mítica “curva da salsicharia” (Foto Revista Motor via Sportscar Portugal); GRD S 73, restaurado com as cores originais do Cartão Sottomayor, propriedade do colecionador/piloto Alberto Velez Grilo. (Foto Ricardo Grilo via Sportscar Portugal)

a Pública Municipal do Porto)

0. Na página seguinte, edições do DN de 25-02-1970, 1-1970, 15-03-1970, 23-03-1970, 26-03-1970 e 26-03-1970.

(Biblioteka)

Figura 2 - 1966/67

CONVERSACOES
ENTRE OS GOVERNOS
DE PORTUGAL E DO MALI

AVANTO
DOCTRA

CASA AGUIAR

A VISITA
A LONDRES

TEM PRECIO?

Mantenha
em
forma
a sua figura

Belle Figure

Figura 3 - 1966/67

CONVERSACOES
ENTRE OS GOVERNOS
DE PORTUGAL E DO MALI

AVANTO
DOCTRA

CASA AGUIAR

A VISITA
A LONDRES

TEM PRECIO?

Mantenha
em
forma
a sua figura

Belle Figure

Figura 4 - 1966/67

CONVERSACOES
ENTRE OS GOVERNOS
DE PORTUGAL E DO MALI

AVANTO
DOCTRA

CASA AGUIAR

A VISITA
A LONDRES

TEM PRECIO?

Mantenha
em
forma
a sua figura

Belle Figure

Figura 5 - 1966/67

CONVERSACOES
ENTRE OS GOVERNOS
DE PORTUGAL E DO MALI

AVANTO
DOCTRA

CASA AGUIAR

A VISITA
A LONDRES

TEM PRECIO?

Mantenha
em
forma
a sua figura

Belle Figure

Figura 6 - 1966/67

CONVERSACOES
ENTRE OS GOVERNOS
DE PORTUGAL E DO MALI

AVANTO
DOCTRA

CASA AGUIAR

A VISITA
A LONDRES

TEM PRECIO?

Mantenha
em
forma
a sua figura

Belle Figure

Figura 7 - 1966/67

CONVERSACOES
ENTRE OS GOVERNOS
DE PORTUGAL E DO MALI

AVANTO
DOCTRA

CASA AGUIAR

A VISITA
A LONDRES

TEM PRECIO?

Mantenha
em
forma
a sua figura

Belle Figure

Figura 8 - 1966/67

CONVERSACOES
ENTRE OS GOVERNOS
DE PORTUGAL E DO MALI

AVANTO
DOCTRA

CASA AGUIAR

A VISITA
A LONDRES

TEM PRECIO?

Mantenha
em
forma
a sua figura

Belle Figure

Figura 9 - 1966/67

CONVERSACOES
ENTRE OS GOVERNOS
DE PORTUGAL E DO MALI

AVANTO
DOCTRA

CASA AGUIAR

A VISITA
A LONDRES

TEM PRECIO?

Mantenha
em
forma
a sua figura

Belle Figure

Figura 10 - 1966/67

CONVERSACOES
ENTRE OS GOVERNOS
DE PORTUGAL E DO MALI

AVANTO
DOCTRA

CASA AGUIAR

A VISITA
A LONDRES

TEM PRECIO?

Mantenha
em
forma
a sua figura

Belle Figure

ULTIMAS NOTICIAS

TANQUES LEOPARD PARA ESPANHA: Cem-diz o «Informaciones» Duzentos-revela Bonn

MADRID, 23. — A Espanha quer comprar 100 tanques para a Alemanha Ocidental, mas o ministro da Defesa alemão, Franz Josef Strauss, revelou que a Alemanha Ocidental não está disposta a fornecer 100 tanques Leopard à Espanha. Strauss, chefe do Ministério da Defesa, afirmou que a Alemanha Ocidental não está disposta a fornecer 100 tanques Leopard à Espanha, mas sim 200 tanques Leopard à Espanha. Strauss, chefe do Ministério da Defesa, afirmou que a Alemanha Ocidental não está disposta a fornecer 100 tanques Leopard à Espanha, mas sim 200 tanques Leopard à Espanha.

NO BRASIL: Operado o ex-ministro Magalhães Pinto • Estado grave

RIO DE JANEIRO, 23. — Magalhães Pinto, ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, foi operado no sábado, a fim de ser retirado do estado de coma em que se encontra desde o acidente de avião que o levou a falecer. O ex-ministro está em estado grave e a operação foi realizada com sucesso.

DOIS SACERDOTES MORTOS NUMA PASSAGEM DE NÍVEL E MAIS DOIS EM ESTADO GRAVÍSSIMO

SARCELLO, 23. — Dois sacerdotes morreram num acidente de trem na passagem de nível de Sarcello, na Itália. Os dois sacerdotes foram mortos instantaneamente. Além disso, dois outros sacerdotes ficaram feridos e estão em estado grave.

ACONTECIMENTOS DESPORTIVOS DE ONTEM À NOITE VITÓRIA DE PORTUGAL NA PRIMEIRA JORNADA da Taça Latina de Andebol de Sete



MARA CORPORATIVA
A presidente da Mara, a empresa de consultoria e gestão de recursos humanos, afirmou que a empresa não está disposta a fornecer 100 tanques Leopard à Espanha, mas sim 200 tanques Leopard à Espanha.

PARTU O GOVERNADOR LOPES DOS SANTOS
O governador de São Paulo, Lúcio de Almeida Faria, afirmou que a empresa não está disposta a fornecer 100 tanques Leopard à Espanha, mas sim 200 tanques Leopard à Espanha.

ACONTECIMENTOS DESPORTIVOS DE ONTEM À NOITE
A Taça Latina de Andebol de Sete terminou com a vitória de Portugal na primeira jornada. Portugal venceu a Espanha por 2-1.

Atleta de um jogador português das redes brasileiras

Tenha o Mundo na mão Mostre o cartão Diners Club (com crédito ilimitado)

Abra uma nova dimensão no seu mundo. A fórmula mágica para a sua assinatura num cartão pequeno, como de visita, O "Abrete Sesamo" em toda a parte, dentro ou fora do país. É toda a parte e o seu mundo (Lisboa, Nova Iorque ou Budapeste). Disponha de 200.000 estabelecimentos selecionados de todos os géneros, 2000 dos quais em Portugal, filiados no Diners Club. A si recebem no muito melhor. Viaje como quiser para 141 países dos cinco continentes. Vá onde quiser, faça as suas compras, alugue automóveis, veja os melhores espetáculos. Marque sempre o seu lugar. Para isso existem escritórios do Diners Club nas cidades mais importantes — onde conseguir lugar e cada vez mais difícil.

NIXON QUER VISITAR A ESPANHA
O presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, afirmou que quer visitar a Espanha. Nixon afirmou que quer visitar a Espanha no próximo verão.

AMERICANO NUNES vencedor absoluto do Rally das Camélias
O americano Nunes venceu o Rally das Camélias. Nunes venceu o Rally das Camélias com um tempo de 10 horas e 15 minutos.

ESTREIAS
O filme "O Homem do Ano" estreia no cinema. O filme "O Homem do Ano" estreia no cinema no próximo fim de semana.

NATAÇÃO
O nadador português venceu a competição. O nadador português venceu a competição de natação no sábado.

Fig. 57 — Jornal O Século de 24-03-1970. (Biblioteca Pública Municipal do Porto)

A PARTIR DE AGORA
PAGUE TUDO COM

O NOVO DINHEIRO



DAMOS-LHE UM CARTÃO PARA TODAS AS SUAS COMPRAS

Pode pagar sem dinheiro e sem cheques em estabelecimentos de todos os ramos.

Pode pagar a sua conta no Hotel ou no Restaurante, as suas compras de todas as lojas em 30 dias em:

- super-mercados
- ou boutiques, as suas despesas extraordinárias e até a manutenção do seu automóvel.

COM O CARTÃO SOTTOMAYOR TEM SEMPRE DINHEIRO



Traga o cartão SOTTOMAYOR

sempre consigo, e em qualquer altura pode ter aquilo de que precisa. Basta, para isso, que o apresente num dos muitos estabelecimentos que o aceitam.

UMA ÚNICA CONTA...

No fim do mês o Banco Pinto & Sotto Mayor envia-lhe numa única conta o montante de todas as suas despesas. Dispara e partir dessa data, dum prazo de 25 dias para efectuar o pagamento ao Banco SEM QUALQUER ENCARGO SUPLEMENTAR.

USE-O TAMBÉM QUANDO VIAJAR

O cartão SOTTOMAYOR é aceite Rapidamente sem Pressão entregue o seu cartão SOTTOMAYOR em vários Países? Pode pagar com

ele a sua passagem de avião ou de barco, o aluguer de um automóvel, ou quaisquer compras que queira efectuar.

PARA OBTER O NOVO DINHEIRO NÃO É NECESSÁRIO SER CLIENTE DO BANCO PINTO & SOTTO MAYOR

Basta que se dirija a qualquer Agência do B.P.S.M. ou a qualquer estabelecimento que aceite o NOVO DINHEIRO.

*Pode ser depositado directamente no Banco Pinto & Sotto Mayor ou no Banco de Portugal.

AGORA

SOTTOMAYOR

BANKAMERICARD

João Silva
ASSINATURA

JOÃO SILVA
VALIDO ATÉ 00/00 BAC
938 123 456 789

COM UM SÓ CARTÃO

PODE COMPRAR TUDO

é uma óptima sensação...



SOTTOMAYOR

BANKAMERICARD

João Silva
ASSINATURA

JOÃO SILVA
VALIDO ATÉ 00/00 BAC
938 123 456 789

Seber que pode ter todas as suas compras, quando precisa. Com o cartão SOTTOMAYOR pode sempre sem aborrecimento ou cheques, em milhares de estabelecimentos de todo o mundo. Se ainda não tem o seu cartão, vá ao Banco Pinto & Sotto Mayor ou ao Banco de Portugal. Para obter o NOVO DINHEIRO, basta que se dirija a qualquer Agência do Banco Pinto & Sotto Mayor ou ao Banco de Portugal. Rapidamente sem Pressão entregue o seu cartão SOTTOMAYOR em vários Países? Pode pagar com

sonhar não chega, viva uma vida mayor.



Quito

As vezes o sonho deixa de ser realidade só por uma questão de disponibilidade momentânea. Porque, naquele momento, não se tinha dinheiro, nem cheques... E fica-se no sonho. Com o cartão de compra SOTTOMAYOR não se deve embalar pelo sonho. São pilulas para uma vida maior — basta ter as suas contas de cabeça bem assentes no SOTTOMAYOR.

Tenha o seu cartão. O maior.



abre-te sésamo... abre-te sésamayor!



Quito

Tal como a palavra mágica, o cartão Sottomayor abre-lhe as portas dum mundo novo... Um mundo maior, o mundo do seu cartão, até as três cores da magia (azul, branco e amarelo), as cores da felicidade e do encanto. Use o seu cartão mágico e terá um poder mayor — numa vida melhor!

Tenha o seu cartão. O maior.



Fig. 58 – Diversos anúncios do Cartão Sottomayor.
(Ref.^a imPacto SM2, SM3, SM5, QUITO [I] e QUITO [II].)



Fig. 59 – Contracapas de revistas com anúncios ao Cartão Sottomayor. (Col. do autor)

Sempre consigo o cartão Sottomayor

Você dispõe de uma notável capacidade de compra. O seu cartão Sottomayor.

Não hesite. Apresento-o. Pessoal e intransmissível, ele tem aceitação em mais de 100.000 de pontos de venda em todo o mundo. Ele é o seu capital portátil. Ele é a moeda internacional, sem lances, sem câmbios.

Onde quer que esteja, você pode comprar imediatamente. É a praxe. Um privilégio do cartão Sottomayor que é a sua vantagem. E você só terá de efectuar o pagamento 25 dias após ter recebido o seu extrato de conta. Utilize o cartão Sottomayor. Ele é a sua comodidade, a sua segurança e o prestígio da sua presença.

LOBBY-BAR
HOTEL 87 INTERNACIONAL
PASSAPORTE
SOTTOMAYOR
BANKAMERICARD
Assinatura: Jorge Vinco Mendes
4938 123 456 789
VÁLIDO ATÉ 06/06 840
JORGE VINCO MENDES

tempo econômico

Nº 8/21 JUNHO 1974/30500

POLÍTICA ANTI-INFLACIONISTA (PÁG. 25)

NA TORRE DE CONTROLE SUL: A CULPA É DOS PILOTOS

NA TORRE DE CONTROLE NORTE: SE SÃO PILOTOS DEVEM SABER VOAR...

ISTO É UM PROBLEMA ENTRE OS PILOTOS E OS PASSAGEIROS

NA TORRE PROVISÓRIA...

COTADINHAS DAS PESSOAS QUE VÃO LA DENTRO... TACAM-SE ESTUDOS PARA UMA PISTA NOVA E QUE TAL UMA ASSOCIAÇÃO DE PILOTOS?

ATENÇÃO, TORRES DE CONTROLE: FURARAM OS MOTORES!

É PRECISO PROTEGER OS PASSAGEIROS DE PAPEL.

Simplemente Economia...



Fig. 60 – A imagem dos autocolantes Diners e Sottomayor numa página publicitária de moda saída na Revista Flama de 23.11.1973, p.54. (Col. do autor)



Fig. 61 – Anúncio do Diners Club publicado no Tempo Económico de 21-06-1974. (Col. do autor)



Fig. 62 – Anúncio publicado n'O Século Ilustrado em 23-11-1974. (Col. do autor)



Fig. 63 – Capa e contracapa da Revista Flama de 10.05.1974. (Col. do autor)



Fig. 65 – Capa de O Século Ilustrado de 04.05.1974. (Col. do autor)



Fig. 64 – Revista Flama de 04.05.1974, p. 61. - Canhões e Soldados com Flores (a Revolução dos Cravos). Foto de Eduardo Gageiro. (Col. do autor)

E vivam os direitos da mulher!

O direito de sair e ir a casa.
 O direito de viajar sem a companhia
 de ninguém. De ir para o trabalho.
 De trabalhar sem ter nenhuma expectativa.
 O direito de comprar,
 de expor-se, ao soltar a lingueta,
 um perfume inovador, um
 perfume novo ou uma gracinha para
 elevar-se. De sair com um
 homem que não se capoteia,
 De não fazer nada. De trabalhar,
 de não trabalhar, de não
 sair nem ir, de não
 aparecer a rua, de não
 aparecer-se.
 O direito indubitável, em todas
 as condições, de usar o corado
 Bonaparte.

Sempre consigo

O encanto discreto de certos momentos

"Lembras-te? Depois fomos dançar. E aquela vez, que eu estreei o vestido preto, comprido... E havia aqueles ingleses na mesa ao lado..."

Os momentos que você não tem o direito de perturbar. São os momentos perfeitos. O restaurante ideal, o jantar ideal, a atmosfera ideal. O champanhe, as frutas, o faísão.

Finalmente esses são os dias que ela não esquece. E você também não. Tranquilo, longe das preocupações. Mesmo no momento da conta. À conta que não conta. Porque você a paga, discretamente, com o seu cartão Sottomayor.

Sempre consigo

LEO BURNETT

Cartão Sottomayor - a solução

Um filho que nasceu. A mobília a precisar de renovação. As férias. O aniversário da Rita. O ano tem momentos assim. Como se tudo estivesse à espera para acontecer naquela ocasião. Para cúmulo, a televisão que está sem conserto.

Nestas alturas o dinheiro tem de dar para tudo. Tem... mas se não fosse o cartão Sottomayor!... É só apresentá-lo e aí está a solução! Fácil! E quando se recebe o extrato de conta e chega a altura do pagamento, o mau tempo já lá vai. E pagou-se a pronto. Uma vantagem. E um privilégio de quem utiliza o cartão Sottomayor.

Sempre consigo

Fig. 66 – Diversos anúncios do Cartão Sottomayor. (Ref.^a LEO BURNETT [I], [II], [III], [V] e [IV]).



Say "CHARGE IT" for...

FOOD • DRINKS • ENTERTAINMENT
HOTEL ACCOMMODATIONS
PACKAGE LIQUORS • FLOWERS • GIFTS

Auto rentals through
HERTZ RENT-A-CAR

Hotel service through
CONGRESS OF MOTOR HOTELS

Liquor gifts through
BEVERAGE GIFT SERVICE

Your Credit is good wherever you go
AS A MEMBER OF THE **Diners' CLUB**

YOU WILL HAVE 5,000 CHARGE ACCOUNTS and immediate, unquestioned credit at the finest establishments throughout the world. When the bill is presented, you just sign it—that's all.

You get only one monthly statement. It will include all your charges—one check pays everything. This invaluable record for tax and book-

keeping purposes makes it impossible to forget any legitimate business expenses.

YOU WILL ENJOY THE PRESTIGE AND CONVENIENCE CLAIMED BY NEARLY 300,000 DINERS' CLUB MEMBERS. You eliminate expense account headaches, petty cash nuisances, the need to carry large sums of cash. Replaces dozens of individual credit cards, too.

YOU PAY ONLY \$5 YEARLY and this modest fee covers membership cost of your entire family, entire firm or sales force; all of whom may have and use their own personalized DINERS' CLUB Credit Cards.

AS EASY TO USE AS YOUR OIL COMPANY CREDIT CARD

THIS IS YOUR APPLICATION

Full Name _____ City _____ State _____ Zip _____

Home Phone _____ Business Phone _____

Company Name _____ Nature of Business _____

Address _____ City _____ State _____

Business Phone _____ Home with above firm _____ Position _____

Card _____ Branch _____ Regular _____

Charge accounts at _____

How you applied previously _____ If addition to existing account, show number _____

CHECK ONE ONLY ☐ COMPANY ACCOUNT ☐ PERSONAL ACCOUNT ☐ PERSONAL ACCOUNT

\$2.00 membership fee for twelve months. Enclosed ☐ Bill me ☐ Bill to home address

Card holder assumes individual responsibility with company applicant

Signature of individual applicant _____

Signature of company authorizing company account _____

MAIL TODAY to The Diners' Club 910 N. LA CIENEGA BOULEVARD, LOS ANGELES 46, CALIFORNIA

MOTOR TREND/DECEMBER 1956 15



DINERS' CLUB

THE NUMBER ONE CREDIT CARD

**FIRST IN MEMBERSHIP
FIRST IN QUALITY
FIRST IN EXPERIENCE
FIRST IN SERVICE**

More people carry Diners' Club cards than the next two general credit cards combined. The reason—obviously, The Diners' Club offers more. Compare the relative benefits of your Diners' Club card with those of other credit cards. The Diners' Club provides more coverage geographically, more quality establishments and more variety in charge facilities.

The Diners' Club is unquestionably the greatest credit card value.

Since it serves you every need...
you really don't need a second credit card!

IF YOU ARE NOT ALREADY A MEMBER OF THE DINERS' CLUB, YOU SHOULD BE

DINERS' CLUB, Common Trust, 10 Columbus Circle, New York 19, N.Y.

Full Name _____ FOR OFFICE USE

Home Address _____

Company Name _____ Nature of Business _____

Address _____

Home & Branch Address _____

Charge Accounts at _____

CHECK ONE ONLY ☐ COMPANY ACCOUNT ☐ PERSONAL ACCOUNT ☐ PERSONAL ACCOUNT

\$5.00 membership fee for twelve months. Enclosed ☐ Bill me ☐ Bill to home address

Card holder assumes individual responsibility with company applicant

Signature of individual applicant _____

Signature of company authorizing company account _____

the **Diners' Club** pioneer and leader in world wide credit

Coliseum Tower, 10 Columbus Circle, N.Y. 19, N.Y. CI 5-1500 900 N. La Cienega Blvd. Los Angeles 46, Calif. OL 2-2350

You'll be hanging from the laffters
at the funniest picture since
money went out of style!



COLUMBIA PICTURES presents

Danny Kaye

THE MAN FROM THE **Diners' CLUB**

CARA WILLIAMS

MARTHA HYER

TELLY SAVALAS

EVERETT SLOANE

JOHN STEVENS

Screenplay by BILL BARRY. Story by BILL BARRY and JOHN TAYLOR. Produced by BILL BARRY. Directed by NORM PANAMA. A DENA IMPERIAL PRODUCTION.



Meet a world traveler.

ADDRESSOGRAPH

ADDRESSOGRAPH

Fig. 67 – “Ad” (Advertisement) – Anúncios ao cartão Diners Club publicados em 1956, 1962, 1977 e 1970.

[illegible]

Hilton Credit Rewards
 CARD NUMBER 0000 0000 0000 0000
 9440 151 819 9
 WILLIAM WILKINSON
 6 BERRY LANE
 TAVERTON, U.S.A.
 12345678901234567890
 12345678901234567890
 12345678901234567890
 12345678901234567890

**WORLD'S
 MOST
 WELCOME
 CREDIT
 CARD**

For dining...and just about everything else.

Take us along for the ride.



And the dinners,
and the hotel,
and the plane tickets,
and the wine,
and the roses.

Some trips are just naturally more complicated than others. So when you want to make sure things go smoothly, we suggest a particularly influential traveling companion: *Card Blanche*.

Card Blanche has been specializing in getaway for years. We've rented convertibles and hotairships. We've stayed over and eaten out. And we've got great lengths to provide the best of everything you'll need—and then some.

Of course, any trip can give you hotels, restaurants, and airlines.

But no other card is *preferred* at 76 Hilton and Stetler Hilton Hotels and Inns on 5 different continents and welcomed at a grand number of other great places to stay around the world too.

No other card gives you as many gas stations and brands of gas.

No other card gives your bride a pink card of her own. We call it the *Hot Card* and it costs half what you'd expect.

Now honestly, isn't *Card Blanche* the intelligent way to start the heavenly life together?

Why not include us in your plans? We're at 3440 Wilshire Blvd., Los Angeles, Calif. 90054.

So pronounced difference.

Card Blanche (Card's Blanche's) The accepted card with the pronounced difference.



[illegible]

Fig. 71 – “Ad” (Advertisement) – Anúncios ao cartão Carte Blanche publicados em 1959, 1959, 1959, 1964, 1967, 1964 e 1969.